

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

CLEBER LONGO XAVIER JUNIOR

**DA HERANÇA DO MEDO ÀS MANIFESTAÇÕES DE ÓDIO: TEORIA
PSICOLÓGICA SÓCIO-HISTÓRICA E AS EMOÇÕES DECORRENTES DA
LUTA DE CLASSES NO BRASIL**

CAMPO GRANDE – MS

2018

CLEBER LONGO XAVIER JUNIOR

**DA HERANÇA DO MEDO ÀS MANIFESTAÇÕES DE ÓDIO: TEORIA
PSICOLÓGICA SÓCIO-HISTÓRICA E AS EMOÇÕES DECORRENTES DA
LUTA DE CLASSES NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Orientadora: Prof.^a Dra. Inara Barbosa Leão

CAMPO GRANDE – MS

2018

CLEBER LONGO XAVIER JUNIOR

**DA HERANÇA DO MEDO ÀS MANIFESTAÇÕES DE ÓDIO: TEORIA
PSICOLÓGICA SÓCIO-HISTÓRICA E AS EMOÇÕES DECORRENTES DA
LUTA DE CLASSES NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Orientadora: Prof.^a Dra. Inara Barbosa Leão

BANCA EXAMINADORA

Prof.a. Dra. Inara Barbosa Leão – UFMS

Prof. Dr. Nilson Berenchtein Netto – UFU

Prof.a. Dra. Branca Maria de Meneses – UFMS

Prof.a. Dra. Alexandra Ayach Anache - UFMS

Campo Grande – MS, julho de 2018.

RESUMO

A presente dissertação se propôs a analisar como, a partir da teoria psicológica Sócio-histórica, ocorre a mediação da ideologia burguesa entre as emoções e a consciência de classe dos trabalhadores que manifestaram ódio extremo em relação à esquerda política e, principalmente, contra o Partido dos Trabalhadores (PT) durante os movimentos pró-impeachment ocorridos entre 2013 a 2016 no Brasil, mas que teve sua maior expressão em 2015. Para isso, tomando como método o Materialismo histórico-dialético, realizamos uma análise sobre o tema a partir das obras iniciais de Marx e Engels (1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1852, 1859, 1867), e Vigotsky, na coletânea de tradução espanhola que compreende os Tomos I, II, III e IV (1994, 2013a, 2013b, 2014), assim como investigamos as condições materiais e históricas do Brasil que contribuíram para esse processo tendo como base autores brasileiros que também se dedicam a este objeto. Os resultados da pesquisa apontam que a atual luta de classes no Brasil decorre de um lento processo de desenvolvimento do Capital no qual a elite oligárquica e burguesa – particularidades intrínsecas da herança colonialista e escravista deste país – interrompe a todo instante qualquer direito conquistado pelo trabalhador e impede através de estratégias contrarrevolucionárias qualquer emancipação política e de classe do proletariado. Esse movimento contribui para uma luta entre os integrantes de uma mesma classe, em que uma parcela de trabalhadores, por ainda não terem constituído sua consciência de classe, se identificam com os interesses e características dessa burguesia brasileira, reproduzindo assim sua ideologia. O caráter da ideologia dentro de uma sociedade corresponde a um sistema conceitual específico, um conjunto de signos ou palavras que generalizam e carregam sentido dentro de um grupo específico. Este sistema, por sua vez, ou os próprios afetos neles contidos organizam as Funções Psicológicas Superiores e constitui consciência, de forma que a emoção, no caso o medo, quando manipulado e disseminado de forma exagerada às massas se transforma em ódio, passando a orientar a ação do sujeito de acordo com os interesses da classe burguesa, isto é, contra a esquerda política ou ao partido que a represente.

Palavras-chave: Emoções. Psicologia Sócio-histórica. Ideologia. Consciência de Classe.

ABSTRACT

The present dissertation proposed to analyze how, from the Socio-historical psychological theory, the mediation of bourgeois ideology occurs between the emotions and the class consciousness of the workers who showed extreme hatred towards the political left and, mainly, against the Party (PT) during the pro-impeachment movements that took place between 2013 to 2016 in Brazil, but which had its greatest expression in 2015. For this, taking as a method the historical-dialectical Materialism, we performed an analysis on the theme from the works Marx and Engels (1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1852, 1859, 1867), and Vygotsky, in the Spanish translation collection comprising Volumes I, II, III, and IV (1994, 2013a, 2013b, 2014), and as well as investigating the material and historical conditions of Brazil that contributed to this process based on Brazilian authors who are also dedicated to this object. The results of the research indicate that the current class struggle in Brazil stems from a slow process of capital development in which the oligarchic and bourgeois elite - intrinsic peculiarities of the colonialist and slave heritage of this country - interrupt at any moment any right won by the worker and prevents through any counterrevolutionary strategies any political and class emancipation of the proletariat. This movement contributes to a struggle between members of the same class, in which a portion of workers, because they have not yet constituted their class consciousness, identify themselves with the interests and characteristics of this Brazilian bourgeoisie, thus reproducing their ideology. The character of ideology within a society corresponds to a specific conceptual system, a set of signs or words that generalize and carry meaning within a specific group. This system, in turn, or the affections contained therein organize the Upper Psychological Functions and constitutes consciousness, so that the emotion, in the case the fear, when manipulated and disseminated in an exaggerated way to the masses, transforms into hatred, starting to orient the action of the subject according to the interests of the bourgeois class, that is, against the political left or the party that represents it.

Keywords: Emotions. Socio-historical Psychology. Ideology. Consciousness Class.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fatores Condicionantes da Evolução da Dívida (R\$ milhões)	74
Tabela 2 - Intenção de voto por renda no 1º turno de 2006	79
Tabela 3 - Intenção de voto por renda no 2º turno de 2006	79
Tabela 4 - Intenção de voto por renda no 2º turno (1989)	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de Desenvolvimento do Brasil – Governo do PT.....	75
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. INDIVÍDUO, SOCIEDADE E POLÍTICA	30
2.1. As condições materiais e históricas que constituem a sociedade	31
2.2. Ideologia e Luta de classes: entre a política e o Estado	42
3. GÊNESE DO ÓDIO POLÍTICO NO BRASIL	53
3.1. Luta de classes: ideologia e ódio partidário no Brasil	56
3.2. Contexto político no Brasil de 2002 a 2016	73
3.3. Esquerda e direita: identificação ideológica e identificação partidária	85
3.4. Herança política e colonização: escravismo e as particularidades do capital....	100
4. UMA CIÊNCIA, UM MÉTODO, UMA CONCEPÇÃO DA REALIDADE	130
4.1. O Materialismo histórico-dialético entre Hegel e Feuerbach	130
4.2. Para uma ciência moderna, um método dialético	137
5. TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA: AS EMOÇÕES ESTRUTURAM A CONSCIÊNCIA	145
5.1. A teoria psicológica Sócio-histórica	148
5.1.1. Consciência	151
5.1.2. O mediador da consciência de si e da realidade: a consciência de classe...	154
5.2. Emoções.....	157
5.2.1. Domínio da própria conduta.....	167
5.3. Pensamento e palavra.....	170
5.3.1. Formação de conceitos: conceitos cotidianos e conceitos científicos.....	175
6. CONCLUSÕES	183
REFERÊNCIAS	188

Dedico esta pesquisa a todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que puderam contribuir direta ou indiretamente nesta jornada, especialmente:

À minha família, pela compreensão e apoio durante mais esse percurso.

Ao meu grande amigo, Roberto, companheiro de longa data e que é cúmplice das batalhas travadas até aqui.

À minha turma de mestrado e aos companheiros que compartilharam dos medos e anseios durante esse caminho, principalmente aos colegas, Mário e Isa.

À minha orientadora, Inara Barbosa Leão, pelos ensinamentos e exemplos que sempre levarei comigo.

Aos professores que contribuíram para que esse trabalho se concretizasse. Especialmente aos que, com seus apontamentos e considerações, mostraram-me outras perspectivas que um longo processo de investigação não permite abarcar: professora Alexandra, professora Branca e professor Netto.

À Fran, por ter sido meu alento nesses momentos finais, obrigado.

As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já se tornara impossível distinguir quem era homem, quem era porco. (ORWELL, 1945/2000, pp. 142-143).

INTRODUÇÃO

O Brasil teve presidentes oriundos do Partido dos Trabalhadores de 2002 a 2016. Foram treze anos em que apesar do partido governar tanto para burguesia quanto para os trabalhadores, as políticas adotadas contribuíram para a redução do percentual de miseráveis no país a índices antes nunca alcançados. Embora o governo petista tenha tido sucessos com medidas voltadas à população de mais baixa renda do país, a forma de governar, através da conciliação de classes, adotada durante todos esses anos gerou grandes contradições para a população, principalmente para o proletariado, pois gerou tanto o impedimento da emancipação da classe trabalhadora enquanto classe *para si* como também intensificou a identificação dessa classe com os interesses burgueses, o que resultou no impeachment da presidenta Dilma Roussef, no fim de 2016.

As contradições dessas políticas geraram uma grande insatisfação popular e um movimento de indignação coletiva com casos de corrupção, cortes de verbas para saúde e educação, etc., caracteristicamente parecido com outras manifestações ocorridas no Brasil e no mundo alguns anos atrás, principalmente em 2011, como o *Occupy Wall Street*; o *Occupy London*; a Primavera Árabe; e as Marchas da Liberdade no Brasil. Contudo, pelo próprio caráter de organização dessas manifestações, movimento sem lideranças, apartidário e sem pautas específicas abriu espaço para outras manifestações de caráter ultraconservador, financiadas por partidos brasileiros neoliberais, com discursos de ódio em relação à esquerda política e, principalmente, ao Partido dos Trabalhadores.

Com base neste acontecimento, buscamos nesta pesquisa entender qual a gênese dessa emoção, assim como a forma pela qual ela é apropriada por esses indivíduos que saíram às ruas, levando em consideração os aspectos de desenvolvimento específicos do capitalismo no Brasil. Para isso, partimos da hipótese de que a ideologia possa ser um mediador entre as emoções e a consciência de classe, assim como partimos do pressuposto de que esse ódio seja uma aversão intensa ao comunismo, motivada pelo medo histórico da perda do controle da ordem que a burguesia brasileira carrega. Este contexto social e político, de fato, tem implicado em uma forma distinta de organização das relações interpessoais observadas na nossa sociedade até agora: as emoções manifestadas de acordo com o posicionamento ideológico do sujeito.

Para a análise dos aspectos que compõem tal objeto: a ideologia como mediadora entre as emoções e a consciência de classe, partimos do pressuposto de que os fenômenos da realidade só podem ser entendidos como uma totalidade, isto é, como um conjunto de unidades da realidade que se relacionam e determinam algo mais complexo. Por isso, precisamos abordar os elementos sociais e psicológicos incutidos nessa realidade, assim, partimos de três pontos principais: primeiro, do conceito marxiano de ideologia, por ser definida por Marx como uma ferramenta de dominação da classe burguesa; segundo, das emoções, estas por ser considerada por Vigotski como parte do complexo sistema psíquico humano e uma função psicológica superior; e por último, a consciência de classe, por ser a unidade psicossociológica que explica o papel e função do indivíduo dentro de uma sociedade dividida em classes antagônicas. Todos esses elementos se constituem como unidades do diverso, aspectos que se desenvolvem e se relacionam na constituição do indivíduo.

Esta temática não é nova, se apresenta às análises desde a antiguidade até a atualidade, como pudemos constatar pela nossa contextualização do tema. No que diz respeito às emoções e sua relação com a política, destacamos o trabalho de Pimentel (2010), intitulado "Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006". Nesta pesquisa o autor tinha como proposta analisar o papel dos sentimentos na estruturação das escolhas eleitorais durante a eleição presidencial brasileira de 2006, quando o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva ganhou. O autor atua na área da Ciência Política, assim, trabalhou com um modelo teórico de abordagem que trata da relação entre emoção e razão, e denominado de Inteligência Afetiva, elaborada por Marcus et al (2000).

A Inteligência Afetiva parte do pressuposto de que as emoções surgiriam antes e independente da atividade cognitiva. Além disso, essa abordagem parte da premissa de que as emoções possuem duas dimensões distintas, sendo uma positiva, denominada de entusiasmo, e a outra negativa, chamada de ansiedade. Nesta teoria, a função das emoções seria, por um lado, regular os comportamentos rotineiros, sendo considerado aqui como sistema de predisposição; e por outro lado, a atenção consciente, como sistema de vigilância (PIMENTEL, 2010)

Segundo Pimentel (2010) esta abordagem é definida da seguinte forma:

Baseado na psicologia das emoções e em aspectos da neurociência, o modelo de Inteligência Afetiva argumenta que o comportamento dos eleitores é guiado por dois tipos de sistemas emocionais que atuam de maneira independente. O primeiro deles, o sistema de predisposição, engendra

sentimentos de entusiasmo, e o segundo, o sistema de vigilância, engendra sentimentos de ansiedade. Segundo o argumento desse modelo, esses sentimentos regulam a motivação dos eleitores e servem para indicar quando eles devem manter determinada predisposição em votar em determinado candidato e quando eles devem refletir melhor sobre em quem votar. (PIMENTEL, 2010, p. 518)

Em suma, o modelo de Inteligência Afetiva estabelece que

[...] quando os sentimentos são de entusiasmo, os eleitores tendem a se guiar por suas predisposições. Entretanto, quando a ansiedade aumenta, considerações sobre os elementos que engendram tal sentimento são levadas à consciência e os eleitores passam a indagar se vale à pena ou não continuar a se pautar por seus hábitos. (PIMENTEL, 2010, p. 521)

Já no trabalho de Prochasson (2005), que também segue a temática das emoções e sua relação com a política, o autor observa a possibilidade de agregar as dimensões simbólicas e afetivas ao estudo da política que algumas perspectivas historiográficas já vinham realizando. A pesquisa busca avaliar esses novos procedimentos centrando-se na abordagem dos sentimentos que teriam regido a adesão política no período moderno. Segundo Prochasson (2005), Jon Elster¹ já abordava as emoções como sendo o combustível e a matéria-prima da História Política. Além disso, afirmava que Aristóteles foi o precursor nessa área, relacionando as emoções e política através de duas vias principais: a cólera e o ódio. Desta forma, segundo Prochasson (2015), a

[...] Emoção encontra seu equivalente no velho sentido da palavra paixão, que designa o conjunto de movimentos afetivos, mais ou menos estáveis, engendrados pelo choque de um estado individual com a análise de uma situação. Isto implica em duas conseqüências importantes: as emoções não resultam de um encaminhamento puramente individual, mas se inscrevem em uma perspectiva social e cultural; elas não se opõem à cognição. (PROCHASSON, 2005, p.312)

Ainda destaca (2005), que foi Toqueville quem atribuiu grande importância para as emoções, sejam elas as coletivas, dos grupos naturais (homens e mulheres), das classes, das regiões, das instituições; e principalmente das nações e partidos, "que são as mais temíveis e as ativas nos episódios de crise política" (TOQUEVILLE, 2005, p. 318).

Estas pesquisas foram importantes, pois nos mostraram que outras abordagens que têm trabalhado com o tema das emoções se distanciam dos pressupostos

¹Jon Elster é um filósofo, estudioso do marxismo analítico e um grande crítico da economia neoclássica.

vigotskianos que utilizaremos em nossa pesquisa. Dessa forma, a maneira como concebemos nosso objeto é um diferencial do que vêm sendo trabalhado atualmente na área da psicologia e das emoções.

Na teoria Sócio-histórica, as emoções são interiorizadas da superestrutura social, onde se mantêm como aspectos políticos, econômicos e culturais presentes na sociedade, devidas às exigências da infraestrutura para a manutenção do modo de produção. Outro aspecto considerado é que o homem é um ser ativo, que modifica o seu meio, ou seja, modifica a sociedade, e durante este processo de construção do novo se modifica, inclusive, se constitui psicologicamente como ser histórico e social. Mas, cujas características decorrem da cultura e das relações estabelecidas, por isso sempre é considerado como um ser em movimento e de acordo com as particularidades que sustentam o desenvolvimento da sua sociedade.

Para entendermos o processo de mediação e as Funções Psicológicas Superiores que nos permitem termos consciência da realidade em que vivemos e, portanto, nos tornarmos sujeitos políticos, é importante entender que a psicologia Sócio-histórica tem como fundamentos filosóficos e base metodológica o Materialismo histórico-dialético, que explica a constituição do ser humano como decorrente da atividade exercida enquanto práxis, isto é, enquanto ação pensada dirigida para a transformação da natureza e de si mesmo. Ou seja, o homem supera as suas necessidades porque interage com outros homens e transforma a natureza, diferentemente dos demais animais, que são seres de necessidades, mas só as suprem se adaptando às condições naturais.

Tal explicação decorre de o Materialismo Histórico-dialético compreender o indivíduo como ser ativo, um trabalhador que é produto e produtor das condições da sua vida, devido às relações econômicas, sociais, culturais e políticas que promovem o desenvolvimento de sua consciência. A transformação é promovida pelo trabalho. Esta, segundo Marx (2007), nos países capitalistas é a principal causa de coisificação do trabalhador, pois quanto mais avançadas forem as formas de expropriação da força de trabalho, ou quanto mais complexo se torna tal atividade, mais efetivo o caráter oculto das relações materiais e de produção que se apresentarão ao trabalhador.

A proposição de que o homem se faz homem por ser um trabalhador, acima apresentada, decorre de as sociedades serem organizadas pelo modo de produção que adotam; o qual determina as relações sociais e políticas. Estas, por sua vez, explicam a maneira como seus integrantes se reproduzem e satisfazem suas necessidades humanas, isto é, como conservam a vida de seus membros. Tanto é que, vários modos de

produção determinaram a divisão da sociedade em classes e estas, devida às suas posições como dominante ou subordinada, tornam-se antagônicas, tal como pode ser verificado praticamente em toda história da humanidade.

Em diversos períodos históricos em que as sociedades geraram modos de produção diferentes do modelo capitalista existiam formas diversas de divisão social, mas sempre se conservou suas principais características, que diferenciavam os membros das classes, principalmente pelo exercício e usufruto dos poderes político, econômico e social. Portanto estamos admitindo que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX, 2005, p.40).

A política, como meio de controle do Estado, sempre foi nestas circunstâncias a forma de dominação de uma classe sobre outra, ou seja: “O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra.” (MARX & ENGELS, 2005, p.14). A constituição das classes sociais só pode ser entendida quando vinculada ao modo de produção do qual decorre, porque elas se estabelecem como produção indireta, mediada, do modo de produção vigente, que por sua vez irá determinar as relações sociais. Mas, sempre mediadas pelos elementos da superestrutura como a cultura, a política e a ideologia, que se constroem a cada período histórico. E, dentre eles, as emoções e a lógica política, que implicam na contradição entre o bem individual e o bem coletivo. O antagonismo de classes por si só já pressupõe uma diferenciação das emoções e do que é sentido por uma classe ou outra, isso porque a realidade da classe burguesa não é a mesma da classe trabalhadora, mas ideologicamente ela irá aparecer como a mesma realidade para ambas classes. Essa percepção da realidade pelo trabalhador impossibilita que o mesmo sinta as emoções de acordo com suas condições objetivas, ao mesmo tempo que o faz se identificar com os interesses dessa outra classe.

A ideologia, ferramenta indispensável na manutenção do poder de uma classe sobre outra, é um dos mediadores mais importantes que impossibilitam a consciência de classe do proletariado. Por isso, para Marx e Engels (2007), “As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (MARX & ENGELS, 2007, p. 47).

Se é verdade, como disse Marx (1848), que o poder político é o poder organizado de uma classe para a dominação de outra, qual a relação do Estado com a política?

Para entendermos a nossa realidade é necessário que realizemos uma síntese das múltiplas determinações que lhe são intrínsecas. Por isso, devemos primeiramente desvendar as determinações abstratas fundamentais, até progressivamente alcançarmos os mediadores que formam a gênese da totalidade concreta. Levando em consideração todos estes aspectos, para se conhecer as características da política em nosso país não podemos deixar de entender sua permanente relação com o Estado. Neste sentido, Coutinho (1994) afirma haver duas concepções marxistas de Estado, uma caracterizada como ampla, por ter um número maior de determinações do fenômeno estatal, assim como seus mediadores; outra, definida como restrita, caracterizada por uma ou poucas determinações da esfera político-estatal, estas determinações se referem ao contexto político vigente, modo de produção, cultura, tipo de desenvolvimento econômico predominante do país sob análise e suas formas intrínsecas de relações sociais.

Isto posto, devemos entender que o conceito de Estado – e sua apreensão do aspecto abstrato ao concreto – já que possui uma dupla dimensão. Por um lado, enquanto temos sua dimensão gnosiológica – referente ao nível de abstração conceitual decorrente do próprio pesquisador e seu objeto. Por outro, temos a dimensão histórico-ontológica, referente a complexificação da própria realidade objetiva com a qual o pesquisador se depara no seu tempo. (COUTINHO, 1994)

Quando nos encontramos em uma realidade objetiva, substancialmente distinta daquela de quase dois séculos atrás como a de Marx e Engels, não podemos deixar de levar em consideração os aspectos gnosiológicos em sua forma abstrata, que são fundamentais em toda análise de desenvolvimento da sociedade. Para isso, é necessário que se busque encontrar os mediadores emergentes dessa realidade de forma objetiva em consonância com sua particularidade, como unidade do diverso, ou seja, de acordo com as condições pertinentes da realidade do nosso país, levando em consideração cada particularidade do seu desenvolvimento econômico, político e social. Um exemplo deste tipo de abordagem restrita e ampla de Estado, segundo Coutinho (1994), pode ser encontrado no próprio Marx: “Basta, para isso, comparar as formulações do *Manifesto Comunista*, situadas num nível de abstração relativamente alto, com as análises bem mais concretas presente em *O 18 Brumário*” (COUTINHO, 1994, p. 16. Destaques no autor).

A concepção restrita sobre a política em Marx (1852/2011) tem como base as relações do Estado com a sociedade civil, ligações estas determinadas pelo modo de produção, que no modelo econômico capitalista são responsáveis pela ruptura da

sociedade em classes antagônicas, isto é, entre burgueses e proletários. O estado, nesse sentido, seria para Marx o organismo responsável por assegurar e reproduzir a sociedade de classes, como também garantir a propriedade privada, conservando a sociedade civil. “O Estado, assim, é um *Estado de Classe*; não é a encarnação da Razão Universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses *comuns* de uma classe particular.” (COUTINHO, 1994, p.19. Destaques no original.)

Contudo, mudanças nas formas de exploração capitalistas como a substituição da mais valia absoluta, onde temos uma exploração física e constante da força de trabalho própria da era primitiva do capitalismo; pela mais valia relativa, que compreende a exploração por meio de novas tecnologias e técnicas para a produção de determinada mercadoria, ocasionaram grandes transformações nesta antiga concepção marxiana da função do Estado. Por isso, Coutinho (1994) afirma que: “Essa alteração na forma da exploração, possibilitando uma política de conquistas parciais e de ‘concessões’ aos trabalhadores, modifica também o próprio modo de atuação do Estado [...]” (COUTINHO, 1994, p.20).

Para este autor (1994), a dualidade de abordagens também está presente no pensamento marxista contemporâneo, onde a chamada Escola Derivacionista², assim como as pesquisas gramscianas, trabalham com o conceito de Estado e política levando em consideração as novas mudanças e mediadores das novas formações econômico-sociais.

Neste sentido, parece-nos válido dizer que a ampliação do conceito de Estado em pensadores marxistas mais recentes, quando comparados com Marx, Engels, Lenin ou Trotski, não resultou, apenas da escolha de um ângulo de abordagem mais rico (menos abstrato); resultou também, e sobretudo, do próprio desenvolvimento objetivo tanto do modo de produção quanto da formação econômico-social capitalistas. (COUTINHO, 1994, p.17)

Em resumo, Coutinho (2003) salienta a importância de entendermos a política atualmente como um instrumento de construção da liberdade, de rompimento gradativo ou abrupto com um mundo dominado pela necessidade, ou seja, pela forma como são distribuídas as riquezas e as dinâmicas que todo esse processo envolve. A política deve buscar a possibilidade de se construir uma sociedade em que os homens possam

² “(que ‘deriva’ o Estado e suas funções diretamente da lógica da acumulação capitalista) com as pesquisas de origem gramsciana (que sempre elaboram o conceito de Estado tendo em vista as complexas articulações da formação econômico-social)” (COUTINHO, 1994, p. 16)

desenvolver plenamente suas potencialidades e não apenas a partir das demandas do mercado de trabalho.

Para tanto, Marx (2008) destaca que a política é uma totalidade, ou seja, entendia que as bases ideológicas e estruturais, não são aspectos isolados do mesmo objeto, sua sustentação se dá pelo modo de produção predominante: “[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência [...]” (MARX, 2008, p.47). De outro modo, aponta que as raízes da política estão sob a forma como desenvolveu em cada país o modo de produção capitalista.

Mas, como é o homem quem cria as condições materiais que amparam sua sociedade e, são exatamente estas condições materiais que dão suporte ao seu pensamento e à sua prática, o trabalho é o grande mediador nesse processo.

A partir do trabalho e como exigência da complexificação do ser social, surgem inúmeras outras dimensões da atividade humana, cada qual com uma função própria na reprodução do ser social. (TONET, 2013, p.98)

A atividade dialética e histórica do humano possibilita esse processo, pois “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p.47). Por isso:

Ao contrário dos animais, que trazem em seu código genético as leis do seu desenvolvimento, o ser humano, só pode desenvolver as suas potencialidades através da interação com os seus semelhantes. O ato que funda o ser social – o trabalho – evidencia isso. (TONET, 2013, p.90)

Dessa forma, como já dissemos anteriormente, compreender o homem como um conjunto de relações inerentes à sua condição de existência é entender também que o modo de produção determina a estrutura das relações interpessoais que se dão na sociedade, implicando em um ordenamento político dessas mesmas relações. Esse movimento permite a organização da superestrutura que pode ampliar ou rebaixar a consciência do homem de acordo com a ideologia dominante, no caso do capitalismo, a ideologia da classe burguesa.

Devido a todo esse processo relacional na sociedade o homem se torna um trabalhador e, como tal, um ser político. É o que temos confirmado na obra

Contribuição à Crítica da Economia Política (2008), onde Marx afirma: “O homem, no sentido mais literal, é um *zoon politikon* (animal político – grego – N.E.); não somente um animal sociável, mas também um animal que não pode se diferenciar senão em sociedade.” (MARX, 2008, p.239. Destaques no original).

Essa conceituação orientou toda a nossa investigação: se o homem faz parte desse conjunto de relações que o antecede no tempo, isto é, na história, e sua forma de viver e agir com os outros indivíduos em sociedade tem como principal movimento a luta de classes. Então, reconhecemos assim como Marx e Engels que: “toda luta de classes é uma luta política” (MARX & ENGELS, 2001, p.39).

De acordo com Chauí (1980), no que diz respeito às relações sociais, inclusive as ações políticas, é necessário que evitemos tomá-las ideologicamente como dados ou como um fato observável, e analisá-las como processos históricos. Isso porque a história não é uma simples sucessão de fatos, ou evolução temporal, nem um progresso de ideias e realizações, pois ela não é linear, se constitui como o "modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural." (CHAUÍ, 1980, p.8). Ou seja, a história deve ser pensada como práxis: um modo de agir no qual agente, ação e produto da ação se encontram intrinsecamente ligados e dependentes entre si, sendo impossível sua separação, onde a teoria e prática estão ligadas pela história de determinada época e pelas condições que determinam sua constante transformação. Assim, na história também se faz cultura, que é produto do homem para as gerações futuras na sociedade e que explica a ontogênese e o processo de desenvolvimento de todo indivíduo. Para Vygotsky (1996), “a cultura origina formas especiais de conduta, modifica a atividade das funções psíquicas, edifica novos níveis no sistema do comportamento humano em desenvolvimento.” (p.34). Neste sentido, durante a ontogênese o homem se constitui, pelo fato do mesmo dominar os produtos da cultura já existentes, desenvolvendo assim o que o autor conceituou como Funções Psicológicas Superiores. Ou seja, o indivíduo que internalizou a cultura do seu grupo pode, por isto, alcançar o mais alto nível de consciência sobre a realidade do período histórico em que vive.

Os principais produtos sociais que possibilitam a criação das Funções Psicológicas Superiores é a atividade trabalho e logo em seguida, temos a Linguagem. A palavra, como elemento intrínseco da linguagem falada ou escrita, é símbolo e significação. Seu significado é um aspecto que a cultura apresenta ao sujeito como

forma de representar algo ou alguém. Mas, ela possui, também, as funções de elaborar e expressar o pensamento, isto é, de expressar em palavras o que antes só se encontrava no nível subjetivo, transformando-o em produto do real. Contudo, é somente através da apropriação dos significados e suas generalizações em conceitos que irá se desenvolver o pensamento. Além disso, a palavra abstrai dos objetos suas qualidades, possibilitando a classificação e a categorização através das representações que a cultura lhe permite.

A existência da função representativa da palavra ou representação material é a função mais importante das palavras, constituintes da linguagem. Essa função permite ao homem evocar arbitrariamente as imagens dos objetos correspondentes, operar com objetos inclusive quando estes estão ausentes. (LURIA, 1994, p.20)

Ainda de acordo com Luria (1994), as palavras possuem funções importantes possibilitadas pelo significado:

Ela é meio de abstração e generalização, reflete as profundas ligações e relações que os objetos do mundo exterior encobrem. Essa [...] função da palavra costuma ser designada pelo termo *significado da palavra*. (LURIA, 1994, p. 20. Destaques no original).

Por isso, quando interiorizamos os signos presentes nas palavras, adquirimos da linguagem todo o conjunto de possibilidades de representação da realidade, o que a torna um dos elementos do processo que promove a interiorização do que era intersicológico para estruturar os sistemas intrapsicológicos. Esta transformação é possibilitada pelo fato de o significado ser construído historicamente, como um recurso social para a representação comum da realidade e ser mediado por algum instrumento para a apropriação do indivíduo que ainda não o interiorizou. Os significados então são mantidos pela cultura e transmitido aos sujeitos pela educação e outros recursos de socialização dos indivíduos de uma determinada sociedade.

A atividade, que compreende a ação prática e pensada do indivíduo com os objetos de sua realidade possibilita a criação de novas ferramentas que contribui para seu desenvolvimento como sujeito. Este processo dá os instrumentos necessários para a constituição do sentido da realidade, que se constrói individualmente. O sentido para a teoria psicológica Sócio-histórica é subjetivo, mas depende da atividade particular do sujeito e dos significados impostos a ele pelo meio social em que vive, o que o torna, também, condicionado pela cultura da sociedade. Portanto, a atividade particular do sujeito altera o significado da realidade que a sociedade lhe dá, e tem como principal mediador a emoção.

De acordo com Leão (1999), o sentido para teoria psicológica Sócio Histórica seria a individualização dos significados sociais, construída na consciência de cada sujeito singular. Isto ocorre porque

[...] a realidade aparece ao homem na sua significação social, mas mediada pela sua experiência individual da prática social e a ela integrada. É um fato psicológico que depende de cada um se apropriar e assimilar, ou não, de uma dada significação, do grau da assimilação e do que ela se torna para cada um. Ou seja, o sentido subjetivo é pessoal e dependente da interação entre o sujeito e o seu meio. (LEÃO, 1999, p. 20)

Já as emoções são eminentemente culturais; históricas e sociais. Isso porque a sociedade onde o indivíduo está inserido irá classificar e conceituar de determinada forma o que é sentido. Os afetos, que só são percebidos através da sensorialidade e de percepções adquirirão significados e se tornarão emoções, ou melhor, Função Psicológica Superior, através da cultura da sociedade na qual o indivíduo nasce e se desenvolve. Assim, os sentimentos decorrentes da atividade particular do sujeito são categorizados de acordo com as emoções já experimentadas pelo grupo social no decorrer da sua histórica. Por isso, como dissemos anteriormente, a emoção é explicada na perspectiva vigotskiana como uma Função Psicológica Superior, que é constituída durante a ontogênese do sujeito, quando as suas variações devem ser aprendidas individualmente e podem ampliar as possibilidades de vivências do mundo.

Conforme Leão (2016), uma das contribuições fundamentais do materialismo histórico-dialético para a ciência psicológica é a explicação sobre a convivência de elementos materiais diversos, e até incompatíveis, sem suas destruições. Esta superação do dualismo, e de sua derivação mais constante: o atomismo; foi demonstrada quando se constatou que a mediação é estabelecida sempre que há necessidade de se colocar em relação elementos diversos como o corpo biológico e as funções psicológicas: seja a consciência, o inconsciente ou mesmo as funções psicológicas superiores. Mas, para tanto, os mediadores devem ser histórica e culturalmente contemporâneos aos elementos a serem relacionados e às necessidades que exigem a relação. (LEÃO, 2016). Este é um dos princípios a partir dos quais Vigotsky concebeu a teoria psicológica Sócio-histórica. Por isto ela explica que o pensamento, assim como a forma do indivíduo biológico se constituir em sujeito trabalhador e político na sociedade, são mediadas.

Como dito inicialmente, a atividade cumpre a função de mediadora entre o que é social e se tornará subjetivo no processo de desenvolvimento humano. Apesar de o trabalho ser a principal atividade prática e intelectual do homem, e a linguagem ser a

forma fundamental de representação para a organização destas atividades, elas não são as únicas formas de mediação que compõem todo esse movimento, outros elementos mediadores também vão distinguir-se qualitativamente aqui.

El dominio de un instrumento psicológico y, por mediación suya, de la correspondiente función psíquica natural, eleva esta última a un nivel superior, aumenta y amplía su actividad y recrea su estructura y su mecanismo. (VIGOTSKI, 1991, p.4)

Assim sendo, o pensamento mediado se faz por meio dos signos adquiridos da cultura através das linguagens: “El pensamiento es un proceso interno mediado. (Es el camino de un deseo vago hacia la expresión mediada a través del significado, mejor dicho, no hacia la expresión, sino hacia el perfeccionamiento del pensamiento en la palabra.)” (VIGOSTKI, 1991, p.7). Isso ocorre porque o pensamento não é apenas mediado externamente pelo signo, internamente ele é mediado pelo significado.

Ao contrário dos animais, a relação do homem com a natureza, como fica demonstrado pela análise do ato do trabalho, não é uma relação imediata, mas realizada através de um conjunto de mediações. São essas mediações, tanto materiais (ex.: ferramentas), quanto não materiais (ex.: linguagem) que estabelecem uma distância entre sujeito e objeto. (TONET, 2013, pp.103-104)

O distanciamento entre sujeito e objeto não deve ser tomado de maneira gnosiológica, mas sim apreendido pelo movimento do real, ou seja, pela transformação do objeto pelo trabalho. Isso porque não nos tornamos sujeitos somente a partir da relação com a matéria, mas também através da relação com os outros humanos; a partir das particularidades que ocorrem no processo de ontogênese e principalmente pela atividade. É assim que nos afastamos do objeto e temos como resultado o que é subjetivo, ou seja, produto do que é único e particular na consciência individual.

Para Leão (1999), a consciência na teoria psicológica Sócio-histórica é definida pela estrutura interna de seus conteúdos sensíveis, estes conteúdos são compostos de sensações, imagens de percepção e ainda suas representações. Dessa forma, juntamente com a relação entre o sentido e significado, formam a base do que podemos chamar de consciência. Uma das funções da consciência é "diferenciar o mundo real da mesma." (LEÃO, 1999, p. 19) e o faz pelas significações que participam da consciência, e representam as percepções e pensamentos do indivíduo em relação a sua realidade

histórica e social, obedecendo aqui as suas limitações e potencialidades de acordo com o momento histórico em que se está inserido. (LEÃO, 1999)

O processo da atividade individual é desencadeado por um afeto, que inicialmente se manifesta a partir de alguma necessidade criada socialmente, se transforma na sociedade capitalista contemporânea em motivos – que já estão organizados pela cultura e determinados socialmente –, estes por sua vez, apesar de regularem a dinâmica da personalidade do sujeito, podem permanecer inconsciente até mesmo no campo da afetividade imediata. Segundo Leão (1999), isto se dá "porque apenas os conteúdos sensoriais dos objetos motivadores são percebidos e representados." (p.64). Além disso, o sentido só ocorre devido à atividade que o indivíduo exerce e do contato com o outro, que lhe permite apreender sua particularidade, se tornando assim consciente. "Este sentido consciente se manifesta na apreensão da relação entre o motivo e o fim." (LEÃO, 1999, p.20) O motivo seria a orientação objetiva da atividade individual, o que estimula o sujeito a agir de determinada forma, o sentido esclarece a ação individual objetiva. (LEÃO, 1999).

Quando analisamos essas manifestações que tomaram as ruas contra o governo petista, contra a esquerda política e contra o cidadão de baixa renda – porque são representados como o povo que colocou o PT no poder – nos indagamos sobre o motivo que levaram tais pessoas saírem às ruas e expor tamanho ódio a esses últimos. No entanto, a totalidade desse fenômeno é constituída por diversas determinações ou unidades de análise que se complementam e se relacionam e tomam a forma com que o fenômeno se apresentou em 2015. Tentamos apreender nessa pesquisa aspectos imprescindíveis da realidade brasileira, sem os quais acreditamos ser impossível analisar pelo menos em parte a complexidade desse fenômeno. Dessa forma, tomamos a ideologia e as características com que a burguesia brasileira se desenvolveu no país como um dos aspectos objetivos que contribuem para esse movimento, pois partimos da hipótese de que esses manifestantes são trabalhadores que compõem a pequena burguesia e reproduzem a ideologia burguesa levando consigo outros trabalhadores que por não se verem ainda como parte da classe trabalhadora se identifica com os mesmos interesses da burguesia brasileira. Outro aspecto fundamental que levamos em consideração é o fato da ideologia burguesa brasileira produzir emoções que fazem parte de sua realidade, uma dessas emoções é o medo que carrega da perda da ordem ou do poder, o que permite a reprodução desse medo às massas, mas de maneira controlada e exagerada, tornando-se assim o ódio que pudemos observar. Todas essas afirmações

serão enunciadas nos capítulos posteriores e explicadas de acordo com a abordagem que aqui adotamos.

Levando em consideração todo esse contexto político o projeto inicial dessa pesquisa teve que ser modificado diversas vezes, cada pequena alteração foi realizada de acordo com a realidade que estávamos vivenciando. Quando delimitamos o período de 2013 a 2016 para analisar não imaginávamos tantas mudanças durante o percurso da pesquisa, além dos desfechos presenciados nos últimos anos que elucidaram grande parte do verdadeiro objetivo por trás de todas essas manifestações. Um projeto de pesquisa que trabalhe com a política e que tem como objetivo analisar a situação do contexto atual exige certo cuidado e paciência, isso porque muitas das nossas análises foram sendo derrubadas a cada mês ou semana de acordo com as mudanças políticas provocadas pelas mudanças sociais que o país sofria. Por isso, tentaremos explicar a seguir, como planejamos e executamos nossa pesquisa, assim como quais os textos utilizados e o porquê da importância de cada um.

Inicialmente, buscamos delimitar o contexto em que nos movimentaríamos durante a pesquisa e, para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca da produção sobre os temas que nos embasariam. Tentamos localizar os autores cujos trabalhos pudessem contribuir com a nossa investigação, de um modo geral, ou pelo tema ou por algum assunto específico que abrangesse a nossa temática. Para isso, pesquisamos nos seguintes bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); INDEXPSI; Scielo; e Banco de teses e dissertações da Capes. Em todos utilizamos os descritores: Política e Emoção, tanto para artigos como dissertações ou teses, tendo como critério temporal dez anos (de 2005 a 2015), período que abarca importantes mudanças políticas no governo federal.

No banco de dados BDTD foram encontrados quarenta e cinco (45) trabalhos; no INDEXPSI apenas um (01); no Scielo encontramos dez (10) pesquisas; e no Banco da Capes foram encontrados vinte e um (21) trabalhos. Apesar dos números parecerem favoráveis, por totalizar setenta e sete pesquisas, pouquíssimos trabalhos se aproximaram da temática em questão, o que pode ser justificado pela atualidade dos acontecimentos, que por serem recentes, ainda não possibilitaram muitas pesquisas na área.

Os trabalhos encontrados nesta primeira investigação que foram selecionados tendo como critério a temática em questão: movimentos sociais e manifestações de 2013 no Brasil; razão e emoção na escolha do voto; as emoções e Toqueville; liberdade de

expressão e discurso de ódio; discursos de ódio em redes sociais. Embora tratem de alguma forma das emoções e política eles se distanciaram dos pressupostos materialistas históricos e dialéticos, mas, nos auxiliaram a perceber a produção existente sobre o tema até então, contribuindo para a melhor direção que poderíamos seguir com a pesquisa.

A pesquisa realizada por Góhn (2014) nos ofereceu uma primeira interpretação sobre as manifestações que haviam ocorrido em 2013. O trabalho elaborado sob a perspectiva da Ciência Política teve como objetivo analisar as especificidades e novidades presentes nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. Como fontes de dados, a autora utilizou arquivos sistematizados de diferentes mídias, entrevistas, pesquisas de opinião pública sobre as manifestações e suas publicações recentes. A partir desta pesquisa pudemos compreender um pouco do contexto, pelo menos de forma descritiva, e da participação política mais ativa da sociedade nestas manifestações. Segundo Góhn (2014), estas ações que fizeram parte do contexto do Brasil em 2013 tiveram um caráter inovador, devido aos novos elementos pelos quais se lutava com as manifestações e que condiziam com a situação política e social em que o país se encontrava, como os megaeventos financiados pelo governo, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, as denúncias de corrupção, do sucateamento de educação e saúde, etc.

Para Góhn (2014), estas manifestações fizeram parte de um novo movimento social, que se caracterizariam "por participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por e em redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade - especialmente os partidos e os sindicatos." (GÓHN, 2014, p.431). Aparentemente, as suas motivações iam desde o descontentamento e indignação com o atual cenário político brasileiro à insatisfação com as ações políticas que os representantes políticos realizam, por exemplo, prioridades para obras que não condizem com as atuais necessidades da sociedade.

Algumas questões que Góhn (2014) suscita em seu artigo são: "Por que uma grande massa da população aderiu aos protestos? Ou seja: Que sentido e significado esses jovens atribuíram aos acontecimentos para transformá-los em movimento de massa com ampla legitimidade? Quais as fontes de motivação desses movimentos? Que ideologias os inspiram?". (p.432).

Segundo a autora (2014), existem diversas nuances que podemos retirar desse contexto, tais como alguns manifestantes serem filiados à partidos de esquerda e

trazerem consigo aprendizagens sobre a luta de classes, a luta contra o capital, formas de controle e de dominação por parte do Estado e do capitalismo contemporâneo; o que levaria a busca de uma política mais solidária e humana na sociedade. Há também os que retiram do anarquismo novas leituras sobre a solidariedade, liberdade, autonomia e fraternidade. Existia também uma grande crítica ao consumismo, egoísmo, e uma grande preocupação com a violência e exploração das camadas mais vulneráveis, além da repressão cotidiana por parte do Estado. Frente a estes, deu-se outro elemento que passou a motivar os protestos: a retomada da repressão policial.

Contudo era uma pesquisa recente, o que fez com que deixássemos o assunto em aberto, enquanto nos dedicávamos a outros capítulos.

O conteúdo apresentado por Góhn (2014) descrevera apenas o primeiro ciclo de manifestações, e posteriormente encontramos um artigo de Alonso (2017) que retrata mais fielmente o contexto político e social que o Brasil passou entre 2013 e 2016. A divisão em ciclos de confrontos que a autora utiliza para explicar esse período são qualitativamente diferentes da primeira análise e pôde auxiliar-nos bastante na pesquisa, estas análises estão postas no tópico 3.1 do terceiro capítulo: Gênese do ódio político no Brasil.

O segundo capítulo abre toda discussão do nosso trabalho, e teve como objetivo demonstrar as concepções marxianas sobre sociedade, sujeito político, luta de classes, ideologia, política e Estado. Com as características teóricas apropriadas, pudemos avaliar o déficit na literatura de pesquisas orientadas pelo materialismo histórico-dialético que trabalhassem nossa temática, mas foi um indicador da necessidade de se iniciar tal tarefa. Levando em consideração essa demanda, buscamos voltar às obras iniciais dos autores marxistas, como Manuscritos econômicos-filosóficos (1844); A Sagrada Família (1845a); A Ideologia Alemã (1845b); A Miséria da Filosofia (1847); Manifesto Comunista (1848); As Lutas de Classes na França (1850); O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852); O Capital, Tomo I (1867). Acreditamos que essas obras iniciais pudessem contribuir com nossa pesquisa, justamente por ser onde Marx e Engels iniciam seus estudos e, principalmente, por ser onde mais se encontra suas análises do que seria a sociedade, a política e o Estado. Depois de realizadas as leituras e já com os fichamentos prontos, demos prosseguimento ao processo de escrita e organização dos subcapítulos.

O terceiro capítulo intitulado de Gênese do ódio político no Brasil foi dividido em quatro tópicos para contemplar as explicações das relações entre ideologia, contexto

político atual e luta de classes no Brasil. A estrutura de todo capítulo foi pensada levando em consideração uma análise que partisse da aparência, retrocedendo na história com o objetivo de encontrarmos a essência da atual conjuntura política e social do país. Tentamos realizar uma síntese de todo esse processo político, econômico e social, pela qual visamos demonstrar que a atual luta de classes no Brasil é uma luta de proletários contra proletários, onde o objetivo real por trás de todo esse movimento é a expansão do capital na sua forma mais clássica, a retirada dos direitos dos trabalhadores. O que, de fato, não deixa de ser uma luta de classes, pois esses trabalhadores apenas reproduzem a ideologia burguesa e se identificam com a condição de classe dessa última.

No tópico seguinte, tentamos trazer um panorama das políticas petistas de 2002 a 2016, para isso, utilizamos autores como Schwarzbach (2008), Anderson (2011) e Singer (2009, 2016), entre outros. Isto se mostrou uma necessidade devido ao contraste que se apresenta entre as políticas dos governos anteriores que vinha se fazendo no Brasil com os governos petistas, no entanto, temos ciência que um estudo mais apurado sobre as estratégias políticas de conciliação de classes do partido se faz necessária, mas que devido ao curto tempo para apresentação deste trabalho não pôde ser estendida. Em seguida, precisávamos esclarecer sobre o que é direita e esquerda, as suas especificidades no Brasil e quais os seus papéis na luta de classes, assim como a escolha partidária na hora do voto, pois durante as manifestações de 2015 se tornou algo habitual as pessoas se intitularem como de direita ou esquerda, sendo que os que se encontravam no espectro político de direita eram antipetistas e os de esquerda, à favor. Para a análise dessa problemática escolhemos os trabalhos de Singer (1993, 2002, 2016), dentre outros autores, que a partir de pesquisas com *surveys*, explicam como se dá o posicionamento político ideológico e político partidário do eleitorado brasileiro. Por fim, realizamos uma discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil baseada em dois autores que tratam da temática: Gorender (1982) e Mazzeo (2015), além de apresentar algumas divergências entre ambos que consideramos interessante demonstrá-las e alguns apontamentos a partir da análise de Fernandes (1979).

No capítulo seguinte, com o título de Uma ciência, um método, uma concepção de realidade, tratamos de apresentar, de forma sucinta, como ocorre a apropriação do método Materialista histórico-dialético pela psicologia. Nele, tentamos explicar como ocorre a passagem de um método de análise social por uma abordagem psicológica, e por que a psicologia Sócio-histórica percebe o desenvolvimento do indivíduo sempre

em relação com os aspectos políticos, econômicos e culturais da sociedade em que está inserido.

No quinto capítulo, intitulado Teoria Sócio-histórica: entre a consciência e as emoções, priorizamos explicitar os principais conceitos da teoria Sócio-histórica considerando as obras vigotskianas como a gênese e marco da psicologia soviética. Para isso, utilizamos como fonte principalmente os tomos da tradução espanhola: *Obras Escogidas*, TOMO 1 (2013a); *Obras Escogidas*, TOMO II (1994); *Obras Escogidas*, TOMO III (2013b); *Obras Escogidas*, TOMO IV (2014). Além de utilizar outros textos da tradução em português.

Por fim, como conclusão, apresentamos uma análise e discussão provisória sobre os principais pontos que a pesquisa focou, assim como os resultados da análise do nosso objeto de estudo a partir de uma teoria psicológica.

2. INDIVÍDUO, SOCIEDADE E POLÍTICA

Depois de criada a Terra, nada mais restava ao seu Criador do que refugiar-se no céu. (MARX, 2012, p.62)

No presente capítulo, buscaremos apresentar a concepção materialista histórica dialética de Marx e Engels, a respeito do indivíduo, sua constituição na sociedade e como, a partir de toda relação humana, os autores pensam a política e o Estado. Essa discussão se faz muito importante por que teoriza o que iremos tratar no capítulo seguinte, intitulado Gênese do Ódio Político no Brasil, além disso, sustenta tanto filosófica como metodologicamente as principais análises de que trataremos nesse capítulo.

No primeiro item deste capítulo trazemos a discussão dos textos iniciais de Marx e Engels, dando destaque para os Manuscritos econômicos filosóficos, de 1844; A Ideologia Alemã, de 1846; A Miséria da Filosofia, de 1847; Manifesto Comunista, publicado pela primeira vez em 1848 e O 18 Brumário de Luís Bonaparte, de 1852. Nestas obras os autores explicam como as condições materiais e históricas de produção da humanidade sintetizam o que chamamos de sociedade e como essa realidade, vista pelo viés materialista, histórico e dialético, forma a consciência humana.

No tópico seguinte, iremos discutir, especificamente, sobre as relações das temáticas da luta de classes e ideologia na obra marxiana e, como ambas sustentam a concepção de uma teoria política nesses escritos iniciais. Este item também alicerça nossas análises posteriores e contribui para uma melhor compreensão da realidade atual do nosso país, no que diz respeito tanto à sua estrutura política como as particularidades da luta de classes no Brasil.

Além disso, tentaremos explicar como a infraestrutura econômica da sociedade capitalista, que sustenta a luta de classes, também permite a concepção do indivíduo político, e como este sujeito apreende de forma consciente ou não o seu lugar na luta de classes.

2.1. As condições materiais e históricas que constituem a sociedade

Segundo Marx e Engels (1846/2007), a libertação do homem numa sociedade dividida em classes não pode ser realizada apenas de forma ideológica, filosófica, o que se busca é sua libertação real, mas “[...] só é possível conquistar a libertação real [*wirkliche Befreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais; [...]” (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.29. Destaques no original). Assim, é possível afirmar que são essas condições materiais e históricas, mas que se relacionam dialeticamente é que irão representar a realidade para o materialismo histórico-dialético.

A “libertação” é um ato histórico e não um ato do pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...] e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, são novamente eliminados quando se encontram suficientemente desenvolvidos. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.29. Destaques no original)

Essa libertação ocorre por meio da criação e apropriação, pelo homem, dos instrumentos que lhe permitem modificar a natureza e possibilitam sua própria transformação nesse processo. Ela possui caráter social e político, o desenvolvimento histórico do homem nunca é alheio às leis e condições que o antecederam. Assim, de forma material e ideológica, o homem é subordinado a traços do desenvolvimento econômico, político e social de seu passado. A isso entendemos como materialidade, e são justamente as condições materiais de criação e transformação que irão permitir o desenvolvimento social, político e cultural nos mais variados tipos de relações que se dão no interior da sociedade.

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.94)

Esta consciência marxiana que é constituída por aspectos materiais e externo ao homem e que o insere no movimento real como um sujeito ativo e transformador da realidade só pode ocorrer devido ao processo de socialização, ou melhor, durante sua sóciogênese. O que estamos falando aqui é da materialidade antepondo-se às ideias,

como quando Marx (1845/2007) diz que, diferentemente do que a Filosofia Alemã fazia na época, não devemos partir do céu à terra, mas da terra ao céu. Assim, demonstra que devemos apreender o objeto da nossa ciência de maneira direta e concreta: partindo do plano social para o plano psicológico, essência fundamental da Psicologia Geral vigotskiana.

Isso posto, devemos considerar que a apreensão das relações complexas que se dão entre o sujeito e objeto depende de não se partir:

[...] daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.94)

Para a psicologia um dos meios materiais, fundamentalmente social, que permite a apreensão das relações sociais e psicológicas é a linguagem. Esta, além de permitir a comunicação entre as pessoas constitui o pensamento, uma vez que seus signos possibilitam os processos de pensar, tais como abstrair, realizar operações sobre o passado, presente e futuro dos objetos. Ela, assim como outros elementos da cultura nos são dados como produtos sociais, por isso, a própria “existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade e com a consciência de mim como um ser social.” (MARX, 1944/2004, p.107)

A linguagem, antes de ser expressão particular do pensamento e reflexo do meio social, possui importância para a própria sobrevivência da espécie humana, pois, para Marx e Engels (1846/2007), ela estrutura a consciência:

[...] não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente

animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. (MARX, ENGELS, 1846/2007, pp. 34-35. Destaques no original)

Portanto, partindo do real que é social, da matéria para o objeto ideal, através da abstração, permite-se a representação da matéria em seu movimento e; fazendo o sentido inverso, objetivamos o que se tornou representação. De fato, essa discussão sobre a realidade poder ser abstraída como representação, portanto como produto do real, é apresentada por Marx (1845/2003) em uma de suas obras iniciais em que rompe com a esquerda hegeliana. Em A Sagrada Família (1845/2003) o autor deixa claro o caráter material de sua concepção do real, ao mesmo tempo em que censura o movimento crítico filosófico que Bruno Bauer e outros vinham fazendo na França do século XIX. Utilizando como analogia a abstração do objeto fruta, esclarece o seguinte:

Quando, partindo das maçãs, das peras, dos morangos, das amêndoas reais eu formo para mim mesmo a representação geral “*fruta*”, quando, seguindo adiante, *imagino* comigo mesmo que a minha representação abstrata “*a fruta*”, obtida das frutas reais, é algo existente fora de mim e inclusive o *verdadeiro* ser da pera, da maçã etc., acabo esclarecendo – em termos *especulativos* – “*a fruta*” como a “*substância*” da pera, da maçã, da amêndoa, etc. Digo, portanto, que o essencial da pera não é o ser da pera, nem o essencial da maçã é o ser da maçã. Que o essencial dessas coisas não é sua existência real, passível de ser apreciada através dos sentidos, mas sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação, ou seja, “*a fruta*”. É certo que meu entendimento finito, baseado nos sentidos, *distingue* uma maçã de uma pera e uma pera de uma amêndoa, contudo minha razão especulativa considera esta diferença sensível algo não essencial e indiferente. Ela vê na maçã *o mesmo* que na pera e na pera *o mesmo* que na amêndoa, ou seja, “*a fruta*”. As frutas reais e específicas passam a valer apenas como frutas *aparentes*, cujo ser real é “*a substância*”, “*a fruta*”. (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.72. Destaques no original)

Vejamos então, se a abstração limitada de uma parcela substancial do objeto me faz perder em essência a totalidade real do objeto, como apreender o homem total que é constituído por uma trama complexa de relações que se dão no interior da própria sociedade e em contato com a natureza igualmente complexa? A resposta mais aparente a essa questão é que a simples soma das partes nunca constitui a totalidade do objeto.

Por isso, o método materialista histórico dialético parte de algumas premissas e princípios que nos auxiliam na busca da compreensão mais próxima da totalidade do objeto dentro do movimento real. Além disso, as ideias que partem de especulações e não levam em consideração a ação do homem sobre o objeto são por si só infrutíferas no campo científico. Para Marx (1845/2003), as “*Ideias não podem executar absolutamente*

nada. Para a execução das ideias são necessários homens que ponham em ação uma força prática.” (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.137. Destaques no original)

O desenvolvimento da consciência humana de acordo com o movimento do real é absolutamente restrito a condições pré-estabelecidas e que se organizam nas seguintes categorias: economia, trabalho, sociedade, política e Estado. Essas categorias principais geram subcategorias, tais como a divisão social do trabalho, ideologia, leis, moral, ciência, etc. Portanto, de acordo com Marx e Engels (1846/2007):

Essa consciência de carneiro ou consciência tribal obtém seu desenvolvimento e seu aperfeiçoamento ulteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades e do aumento da população, que é a base dos dois primeiros. Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do Trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc., etc., desenvolve-se por si própria ou “naturalmente”. A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. (MARX E ENGELS, 1846/2007, p. 35)

Esta divisão entre trabalho material e trabalho espiritual pode ser entendida também como a constituição da infraestrutura, responsável por dar suporte e base material para o que podemos chamar de superestrutura, que por sua vez, entendida como ideologia da classe dominante buscará explicar a primeira, isto é, fazer com que os interesses da burguesia se mostrem como se fossem os mesmos para a classe proletária. O importante é saber que devemos partir exatamente do contrário, da infraestrutura para explicar a superestrutura, eliminando através da análise minuciosa o maior número de determinações que compõem sua totalidade.

Quando a base infraestrutural da sociedade é formada pelas relações obrigatórias e necessárias que as classes antagônicas travam entre si, devido ao processo de produção capitalista, se cria também a sustentação necessária para a gênese da ideologia dominante por meio da filosofia, ciência, moral, etc. Conforme os meios de produção se desenvolvem e se complexificam, concomitantemente surgirá novas formas ideológicas de afastar ou negar à classe proletária a compreensão das determinações que constituem a essência de sua realidade. Por isso, as suas consciências da realidade são sempre parciais:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um

determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.94. Destaques no original)

Como esse processo de ser consciente depende do tipo de conhecimento apropriado dentre o que é disponibilizado aos indivíduos, aqueles que não detêm os meios de produção, ou que não são organizados política e coletivamente enquanto classe, tendem a desenvolver uma consciência voltada aos interesses da classe burguesa. Por isso, ao contrário de como pensam os idealistas, a materialidade dada no seu sentido histórico e composta pelas contradições que fazem parte do movimento real é que constituirão o indivíduo, mas sempre enfrentando os obstáculos postos pelas condições do antagonismo de classes. Os indivíduos “partiram sempre de si mesmos, mas, naturalmente, de si mesmos no interior de condições e relações históricas dadas, e não do indivíduo “puro”, no sentido dos ideólogos.” (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.64)

A importância da concepção histórica do homem que Marx e Engels enfatizam no conjunto de suas obras não está apenas no caráter ideológico como conhecimento que o homem construiu até os dias de hoje, mas, principalmente, no aspecto material da construção da realidade concretizado através do trabalho. Assim, a história do homem carrega tanto a materialidade da realidade como também sua carga ideológica, por isso a importância de se entender de forma integral todos os elementos que compõem esta categoria.

Ou seja, o homem em sua concepção histórica nunca deve ser visto como “[...] uma persona à parte, um sujeito metafísico, do qual os indivíduos humanos reais não são mais do que simples suportes.” (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.97). O homem histórico é real, ele se concretiza nas transformações que promove na realidade e é transformado pelo trabalho individual e coletivo a todo instante, o que faz com que o que se tenha criado se mantenha como propriedade física e intelectual do homem para as futuras gerações, isto é, como cultura.

Os filósofos idealistas, que compunham parte da esquerda hegeliana do século XIX, propunham uma concepção metafísica da história, na qual somente conseguiríamos abarcar sua totalidade através da autoconsciência. Esta concepção falseada da realidade, vista de cima para baixo, constituía a essência ideal de uma realidade que só existiria para poucos, isto é, para a minoria burguesa. Ou seja, segundo Marx e Engels (1845/2003):

Assim como os antigos teólogos estipularam que as plantas se encontravam na terra para servir de alimento aos animais, e os animais para servir de alimento ao homem, assim também a História existe para servir ao ato de consumo do alimento teórico, da *demonstração*. O homem existe para que exista a História, e a História existe para que exista a *demonstração da verdade*. Sob essa forma trivializada *criticamente* se repete a sabedoria especulativa de que o homem e a História existem para que a *verdade chegue à autoconsciência*. (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.96. Destaques no original)

Os ideólogos viam o homem como “um sujeito etéreo, separado da massa material” (MARX & ENGELS, 2003, p.98), esta concepção de verdade não se dirigia aos homens reais, mas sim ao âmago da alma humana, ela “[...] não toca, para chegar a ser “*experimentada de verdade*”, ao *corpo grosseiro* do homem, alojado por exemplo nas profundidades de um porão na Inglaterra ou nas alturas de um sótão na França, mas “percorre”, “de cabo a rabo”, os canais idealistas de seus intestinos.” (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.98. Destaques no original)

Esta concepção metafísica de história apresentada como verdade impossibilitaria o levante revolucionário dos homens no seio de qualquer sociedade, bem como o reconhecimento de seu papel fundamental nas circunstâncias que criam sua própria vida e dos seus companheiros. Ou seja, levando em consideração todo o aparato ideológico contido na história por essa perspectiva especulativa, as grandes ações históricas sempre acabariam frustradas, “porque a massa, em cujas condições de vida ela se deteve, essencialmente, era uma massa *exclusiva, limitada*, que não abarcava seu conjunto.” (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.99. Destaques no original)

Portanto, de qualquer forma, por mais que a massa reconheça seus interesses próprios e seus problemas reais, a grande mudança jamais aconteceria porque todo seu empenho em mudar seria metafísico, se restringiria apenas ao plano das ideias. Nas palavras de Marx e Engels (1845/2003), esses sujeitos não conseguiriam levar adiante uma revolução:

Não porque a massa se “*entusiasmasse*” e se “*interessasse*” pela Revolução, mas porque a maior parte dela, aquela que era distinta da burguesia, não possuía no princípio da Revolução seu interesse *real, seu* princípio revolucionário *próprio e peculiar*, mas *apenas* uma “*ideia*”, quer dizer, apenas um objeto de *entusiasmo* momentâneo e uma *exaltação* meramente aparente. (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.99. Destaques no original).

Aquela concepção hegeliana da História pressupõe um espírito abstrato ou mesmo absoluto, que no seu desenvolvimento mostra que a humanidade é somente uma

massa que, seja consciente ou inconscientemente, apenas lhe servirá de suporte. Ou seja, “A História da humanidade se transforma na História do *espírito abstrato* da humanidade que, por ser *abstrato*, fica *além* das possibilidades do homem real.” (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.102. Destaques no original)

Assim como dissemos anteriormente, o caráter materialista histórico dialético da análise marxiana pressupõe a produção da vida como essencial para a manutenção e a organização da sociedade. Temos aqui, portanto, uma concepção que, partindo do real, da materialidade, permite identificar os verdadeiros componentes que possibilitam a construção da sociedade e sua própria manutenção através da política e Estado. Isto posto, entendemos que:

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. [...] O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. (Marx e Engels, 1846/2007, p.33)

Isto é, a história não é nada mais que:

[...] o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior, por exemplo, quando se atribui à descoberta da América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com o que a história ganha finalidades à parte e torna-se uma “pessoa ao lado de outras pessoas” (tais como: “Autoconsciência, Crítica, Único” etc.), enquanto o que se designa com as palavras “destinação”, “finalidade”, “núcleo”, “ideia” da história anterior não é nada além de uma abstração da história posterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.40)

A história, portanto, é a produção do homem pelo próprio homem, onde as possibilidades de mudança que lhes são dadas constituem a gênese das gerações que sucedem as anteriores no tempo e espaço específico. “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas

assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.” (MARX, 1852/2011, p.25)

Isso posto, levando em consideração o caráter material e histórico do homem, surge concomitante a isso a concepção de sociedade em Marx e Engels (1844, 1845, 1846, 1848, 1850, 1852), que aparece no conjunto de suas obras iniciais e anteriores à grande obra prima de Marx, O Capital (1867).

A sociedade para esses teóricos é constituída pelos homens e para os homens em um movimento que é histórico e dialético, ou seja, é construída através das contradições que se dão no interior das próprias relações entre os indivíduos e pelas atividades que exercem por meio do trabalho. O trabalho é outra categoria que Marx e Engels (1844, 1845, 1846, 1848, 1850, 1852) irão discutir exaustivamente nestas obras iniciais.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro, como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.34)

Esse caráter natural que existe nos homens e que se expressa na maneira como produzem suas vidas, através do intercâmbio, da troca, e da cooperação, nos evidencia que as formas pelas quais esse homem produz e a forma como se dá sua atividade em seu meio, modifica e constitui essa sociedade dentro do movimento real, que é tanto histórico quanto dialético. “Portanto, o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; *assim como* a sociedade mesma produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é *produzida* por meio dele.” (MARX, 1844/2004, p.106. Destaques no original)

Se toda manifestação social se desenvolve no interior do processo de produção e seu caráter natural irá depender da maneira como a economia é efetivada nesta sociedade, numa sociedade onde se prima pelo livre mercado e pela legitimação da competição entre as pessoas, as relações que daí irrompem e se mostram como naturais possuem caráter individualista e problemático. “O elemento do próprio pensar, o elemento da externalização de vida do pensamento, a *linguagem*, é de natureza sensível.” (MARX, 1844/2004, p.112. Destaques no original)

Portanto, uma sociedade livre da expressão agressiva que é inerente ao seu modelo econômico, uma sociedade livre da manifestação do individualismo e da luta de classes que compõe sua base econômica seria uma sociedade mais humana e cooperativa. Nesse tipo de sociedade todos os indivíduos seriam partes constituintes de seu desenvolvimento e seriam reconhecidos como parte dessa totalidade que é tão complexa e abrangente.

Se o homem não goza de liberdade em sentido materialista, quer dizer, se é livre não pela força negativa de poder evitar isso e aquilo, mas pelo poder positivo de fazer valer sua verdadeira individualidade, os crimes não deverão ser castigados no indivíduo, mas [devem-se] sim destruir as raízes antissociais do crime e dar a todos a margem social necessária para exteriorizar de um modo essencial sua vida. Se o homem é formado pelas circunstâncias, será necessário formar as circunstâncias humanamente. Se o homem é social por natureza, desenvolverá sua verdadeira natureza no seio da sociedade e somente ali, razão pela qual devemos medir o poder de sua natureza não através do poder do indivíduo concreto, mas sim através do poder da sociedade. (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.150)

Quando o homem se perde no processo de desenvolvimento econômico da sociedade e não se vê mais como parte integrante e formador desta, começa a naturalizar o controle e a ordem que lhes são impostos, assim como seu próprio comportamento. Por isso, Marx e Engels (1846/2007) afirmam:

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir. (Marx e Engels, 1846/2007, p.38)

Por isso, e como já salientamos anteriormente, a concepção histórica do desenvolvimento social é tão importante, a história nos permite identificar os vários estágios e etapas de desenvolvimento que determinada civilização chegou durante todo seu processo de constituição, nos permite explicar a partir do mais evoluído o que o antecedeu, assim como explicar as formas específicas de desenvolvimento que o engendraram. É exatamente esse caráter histórico da sociedade, esse caráter material e dialético da sociedade que sustenta a forma como iremos analisar no capítulo seguinte nosso objeto de pesquisa. Partimos das condições materiais que sustentaram e sustentam

ainda hoje nosso país, tentando identificar as formas específicas de desenvolvimento político e social tomando por base as relações de produção que se criaram até aqui. Essa é a forma marxiana de abstração que consegue atingir o nível mais próximo da totalidade de nossa realidade mediata:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc., e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.42)

Essa concepção nos mostra que a história, não se dissolve simplesmente como espírito do espírito, na autoconsciência, mas sim que em cada estágio podemos encontrar um resultado material:

[...] uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstanciais que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.43)

Esta ideia de que as condições que se apresentaram no passado de uma determinada sociedade e que hoje condicionam todo o processo de revolução ou mudança estrutural pelo grupo de indivíduos que a compõem nos coloca em um grande problema, por dois motivos. Primeiro, pelo fato de que se o histórico dessa sociedade e das classes que a compõem for reacionário e conivente com o sistema, legitima uma estagnação de seu *modus operandi*, fazendo com que a superação dessas condições se dê de forma mais lenta e mais trabalhosa. E segundo, pelo determinismo que essas próprias condições estabelecem como aparato de retrocesso no bojo do próprio movimento real que lhe é inerente. De maneira mais clara, Marx e Engels (1846/2007) salientam que se:

Essas condições de vida já encontradas pelas diferentes gerações decidem, também, se as agitações revolucionárias que periodicamente se repetem na história serão fortes o bastante para subverter as bases de todo o existente, e se os elementos materiais de uma subversão total, que são, sobretudo, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que revolucione não apenas as condições particulares da sociedade até então existente, como também a própria “produção da vida” que ainda vigora – a “atividade total” na qual a sociedade se baseia –, se tais elementos não existem, então é bastante indiferente, para o desenvolvimento prático, se a *ideia* dessa subversão já foi proclamada uma centena de vezes – como o demonstra a história do comunismo. (MARX E ENGELS, 1846/2007, p.43. Destaques no original).

Na criação das sociedades, Marx e Engels (1846/2007) estabeleceram diferenças entre a vida no campo e vida urbana. Segundo os autores, nas cidades há necessidade de uma administração, da polícia e dos impostos etc., em outras palavras existe a necessidade de uma organização comunitária, voltada para a política em geral. “Aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção” (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.52). As cidades são de fato, a concentração da população, onde as relações se dão a partir dos instrumentos de produção, do capital, e das grandes necessidades, por outro lado, o campo evidencia o contrário, como o isolamento e a solidão (MARX E ENGELS, 1846/2007).

As relações entre diferentes nações dependem do ponto até onde cada uma delas tenha desenvolvido suas forças produtivas, a divisão do trabalho e o intercâmbio interno. Esse princípio é, em geral, reconhecido. Mas não apenas a relação de uma nação com outras, como também toda a estrutura interna dessa mesma nação dependem do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. A que ponto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de modo mais claro pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.89)

Dessa forma, como as relações sociais vão se modificando devido a todo o processo de desenvolvimento econômico que lhe é intrínseco, dado pela história a partir de suas particularidades, e é politicamente organizado pelos homens, temos então uma herança sociocultural inerente às condições materiais que determinaram o desenvolvimento social, político e cultural em nosso país. E, como essas relações vão se modificando, como elas também vão se transformando, os afetos e as emoções que a luta de classes desperta nesse conflito também se transformam. Por isso é que com a análise dos componentes históricos e materiais da nossa realidade, temos como

resultado o tipo de sociedade que desemboca desse processo, e que iremos analisar mais adiante.

2.2. Ideologia e Luta de classes: entre a política e o Estado

É impossível falar sobre ideologia em Marx e Engels sem, contudo, relacionar tal temática com outras categorias que os autores tratam em seus escritos. Assim, também o é, se considerarmos tanto o conceito de política como o conceito de Estado por esses autores.

A inexistência de uma tipologia das formas de governo e de um estudo sistemático da questão do Estado na obra de Marx e Engels seria explicada, portanto, com base na concepção negativa que estes autores apresentam acerca do Estado, o qual é concebido como uma mera expressão dos interesses da classe economicamente mais forte, ou seja, como um instrumento de opressão utilizado pelas classes dominantes. (OLIVEIRA, 2001, p. 11)

Contudo, existem diversos estudiosos que negam essa afirmação, assim como postulam formas diferenciadas de entendimento do tema dentro do conjunto da obra marxiana. Urtuzuástegui (2000), por exemplo, sugere que para se entender tais temáticas – política e Estado – em Marx e Engels, deve-se ter em mente a organicidade de seus textos e as relações com outras temáticas que dela participam. Já Carnoy (1990) entende que as concepções acerca de uma teoria política nas obras de Marx devem partir de uma análise de suas críticas a Hegel, assim como das análises sobre a sociedade nas primeiras obras e dos textos iniciais sobre conjunturas históricas específicas. Por outro lado, teremos autores como Gruppi (1985) e Hirsch (1990) que defendem praticamente o mesmo ponto de vista, em que afirmam que a melhor análise de uma teoria política em Marx deve partir de suas próprias análises das relações econômicas, isto é, deve-se partir d'O Capital (1967/2014). (OLIVEIRA, 2001)

De qualquer forma, tentaremos não aprofundar agora nessa discussão que se mostra extensa e foge do que realmente preparamos aqui. Mas trabalhamos neste tópico – sem uma prévia orientação dos autores - com o método de análise que Urtuzuástegui (2000) e Carnoy (1990) sugerem, ou seja, nos apoiamos no estudo das obras iniciais de Marx e Engels a fim de compreender sua concepção de Estado e política. Bem como a

forma que estes se relacionam com a temática da luta de classes e da ideologia para a compreensão do que seja sujeito político.

Como já dissemos anteriormente, alguns conceitos ou categorias de Marx para que sejam, de fato, entendidos deve-se buscar as nuances das relações que se fazem nas obras iniciais sob o escopo de diferentes temas que o autor trabalha. Para isso, como ponto de partida, destacamos o trecho clássico da obra *A Ideologia Alemã* (1846/2007) em que os autores deixam claros suas posições e entendimentos a respeito do que seja ideologia:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.47. Destaques no original)

Se partirmos do pressuposto de que a ideologia é a expressão das relações materiais – relações que surgem do processo de produção material - que se dão no interior de uma sociedade, produzidas pela classe que domina os meios de produção da vida, entenderemos então, que a ideologia dominante em uma sociedade capitalista, como a nossa, é a ideologia burguesa. E, se tal classe possui à sua disposição os meios de produção material, também possui os meios de produção espiritual, isto é, os meios para produzir as ideias, tal como o faz com as ciências. Todo esse aparato material e ideológico de que a classe dominante tem a seu favor, serve para manter e organizar seus interesses de classe, de forma que nunca cessem.

Com isso, o aparelho estatal serve como um instrumento que auxilia a disseminação dessas ideias - característica mais refinada de coerção pelo poder político. O Estado em seu *modus operandi* distribui todo mecanismo ideológico institucionalmente, seja pelas leis ou através do próprio controle cultural, deixando visível, de fato, que “[...] o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil”. (MARX, 1847/1985, p.160)

Os indivíduos que compõem a classe burguesa possuem também consciência de classe, ainda que o trabalho espiritual, ideológico, não fique a cargo desses sujeitos:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde, portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma “lei eterna”. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.47)

A ideologia criada por esses trabalhadores que são empregados, ou simplesmente, se tornam intelectuais orgânicos da burguesia e agem de acordo com os interesses desta classe – seja pela própria crença ou pelo seu lugar no processo de produção material - tem como objetivo estabelecer as arestas do pensamento do proletariado. Estes, por sua vez, devido a falta de tempo, recursos e instrumentos, não conseguem discernir nem se conscientizar de forma efetiva de toda totalidade que as relações de produção guardam entre si. Além disso, a própria divisão do trabalho possibilita a divisão entre trabalho espiritual (ideológico) e trabalho material. Por isso, Marx e Engels (1846/2007) afirmam que:

A divisão do trabalho, [...] uma das forças principais da história que se deu até aqui, se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios. (pp.47-48)

No entanto, no interior da classe burguesa, pode ocorrer uma “[...] cisão [que] pode evoluir para uma certa oposição e hostilidade entre as duas partes, a qual, no entanto, desaparece por si mesma a cada colisão prática em que a própria classe se vê ameaçada” (MARX E ENGELS, 1846/2007, p.48. Colchetes nosso). Nesse momento, a aparência de que as ideias dominantes se constituíam como as ideias da classe dominante é desfeita, assim como a expressão de que elas teriam uma força distinta da força desta mesma classe. Ou seja, a burguesia cria os instrumentos que possibilitam sua própria destruição, mesmo que ocorra primeiramente entre os próprios indivíduos que compõem esta classe. Isto, de fato, explica o que Braz (2017) analisa em nossa atual conjuntura como a cisão da própria classe burguesa na busca pelo poder do bloco

econômico. “Uniram-se e se moveram pelo ódio ao PT e pela necessidade de uma nova hegemonia que já mostra dificuldades de se edificar porque estão agora em disputa pela liderança do bloco.” (BRAZ, 2017, pp. 99-100)

E mais, tudo isso tem como consequência a própria dissolução das ideias antes tidas como dominantes, e assim tem acontecido:

De toda forma, o caráter abertamente antidemocrático, sem disfarces (ou com disfarces de legalidade) pode ter criado condições para desmistificar tanto os limites (e as ilusões) da democracia burguesa quanto, particularmente, pode ter servido para revelar o *modus operandi* das classes dominantes, que agiram em conluio à luz do dia e adotaram mais uma solução “pelo alto”, mas dessa vez com a televisão, com o apoio do STF, de setores importantes do Judiciário, da PF e do Congresso Nacional. (BRAZ, 2017, p. 93. Destaques no original)

Marx e Engels (2007) já alertavam sobre a forma como as ideias dominantes passam a ter um caráter universal, deixam de ser expressão dos interesses de uns e passam a serem apresentadas como o interesse de todos. Trata-se da universalização da visão de mundo da burguesia:

Ora, se na concepção do curso da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou, dominaram os conceitos de honra, fidelidade etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade etc. A própria classe dominante geralmente imagina isso. Essa concepção da história, comum a todos os historiadores principalmente desde o século XVIII, são cada vez mais abstratas, isto é, ideias que assumem cada vez mais a forma da universalidade. Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. (MARX & ENGELS, 1845-1846/2007, p.48)

Este movimento é recorrente, pois ele sempre acontece na passagem de um tipo de Estado ou dominação para outro, por exemplo, quando a burguesia francesa derrubou a dominação da aristocracia. Marx e Engels (1846/2007) afirmam que a classe burguesa, naquela época, permitiu a muitos proletários elevar-se acima do patamar econômico que se encontravam a grande maioria dos proletários, na medida em que foram se tornando burgueses. Isto é, cada nova classe que surge dentro de um contexto político e

econômico de determinada sociedade instaura sua dominação sobre uma base mais ampla que a classe que dominava anteriormente, ocasionando um grande abismo das necessidades e interesses da classe em oposição. (MARX E ENGELS, 1846/2007)

Analisando esse processo é que se estabelece uma negação mais resoluta e radical por parte das condições que possibilitaram tais transições na história, isto é, a ruptura com a ordem vigente deve, sobretudo, organizar um novo modelo de política. Pois de fato, esse tipo de dominação é política, se estrutura sobre as relações de poder entre uma classe e outra. Por isso que partimos do pressuposto de que qualquer dominação de classe e das suas ideias dominantes deixa de existir dentro de um novo ordenamento social, ou seja:

Toda essa aparência, como se a dominação de uma classe determinada fosse apenas a dominação de certas ideias, desaparece por si só, naturalmente, tão logo a dominação de classe deixa de ser a forma do ordenamento social, tão logo não seja mais necessário apresentar um interesse particular como geral ou “o geral” como dominante. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.49)

Toda vez que as ideias dominantes possam ser separadas dos indivíduos que a utilizam como forma de dominação, principalmente dadas nas relações de determinado estágio do modo de produção, “é muito fácil abstrair dessas diferentes ideias “a ideia” etc. como o dominante na história, concebendo com isso todos esses conceitos e ideias singulares como “autodeterminações” do conceito que se desenvolve na história.” (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.49. Destaques no original)

Segundo Marx e Engels (1846/2007), o poder da ideologia se encontra na demonstração da supremacia do espírito na história, as etapas desse processo podem ser organizadas levando em consideração os seguintes esforços. (MARX & ENGELS, 1846/2007). Primeiramente, separam-se as ideias dominantes, isto é, as ideias que dominam por razões empíricas, através de condições empíricas e tal como indivíduos materiais, dos próprios dominantes, a fim de reconhecer, com isso, a dominação, seja das ideias, seja das ilusões na história. Em seguida, essa dominação das ideias deve ser ordenada, mas de forma que possa demonstrar uma conexão mística entre as ideias dominantes que se sucedem, mas concebendo-as como autodeterminações do conceito, o que só é possível “[...] porque essas ideias, por meio de sua base empírica, estão realmente em conexão entre si e porque, concebidas como meras ideias, se tornam autodiferenciações, diferenças estabelecidas pelo pensamento.” (Marx e Engels, 1846/2007, p.50)

Por último, com o intuito de eliminar toda aparência mística desse tipo de conceito que se autodetermina, desenvolve-se na pessoa a autoconsciência hegeliana, ou para ser mais exato, em diversas pessoas. “Com isso, eliminam-se da história todos os elementos materialistas e se pode, então, soltar tranquilamente as rédeas de seu corcel especulativo.” (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.50)

Toda ideologia traz oculta em si os verdadeiros elementos que compõem as relações materiais, faz confundir-se os componentes de determinado sistema eliminando, com isso, qualquer forma de compreensão e análise de sua totalidade. Os interesses de classe que determinam tais ideologias “[...] jamais são plenamente ultrapassados, mas apenas subordinados ao interesse vencedor, e arrastam-se ao lado deste durante séculos.” (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.69). Por isso as dificuldades encontradas em tantas revoluções quando não se rompe e se supera plenamente as contradições até então impostas na estrutura social.

Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.94)

Na obra *A Ideologia Alemã* (1846/2007), Marx e Engels afirmam que durante o desenvolvimento das forças produtivas existe uma fase em que tais forças e seus meios de intercâmbio, no auge de suas relações, causam apenas malefícios, se transformando visivelmente não mais em forças de produção, mas sim em forças de destruição. Concomitante a isso, surge dentro da sociedade a classe que irá suportar todo esse fardo, sem ao menos poder desfrutar de suas vantagens, e esta mesma classe irá configurar-se como a oposição mais decidida de todas as outras classes; como ela é formada pela maioria dos membros da sociedade é ela que possuirá a possibilidade de tornar consciente a necessidade de uma revolução radical; a consciência comunista que surge desta classe também poderá se manifestar nas demais classes, ocasionando um movimento revolucionário de maior magnitude e com maior poder efetivo. (MARX E ENGELS, 1846/2007)

Outro aspecto interessante que esse movimento proporciona é que as próprias condições das forças de produção utilizadas como instrumentos de dominação de uma determinada classe podem ser utilizadas pela classe que almeja a revolução, pois o poder social, através da riqueza, “[...] tem sua expressão prático-idealista na forma de

Estado existente em cada caso; é essa a razão pela qual toda luta revolucionária dirige-se contra uma classe que até então dominou;” (MARX E ENGELS, 1846/2007, p. 41) Isso porque, segundo os autores, em todas as revoluções anteriores, as formas de atividade nunca foram modificadas, isto é, o que se sucedia era apenas uma mudança na distribuição destas últimas, enquanto que na revolução comunista o que ocorre é uma mudança justamente na forma de atividade já existente. Ou seja, suprime-se o trabalho e busca-se superar a dominação de todas as classes, pois objetiva-se superar as próprias classes, pois de fato, “[...] essa revolução é realizada pela classe que, na sociedade, não é mais considerada como uma classe, não é reconhecida como tal, sendo já a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades etc., no interior da sociedade atual.” (MARX E ENGELS, 1846/2007, p.42)

Porém, no decorrer do desenvolvimento histórico, e principalmente devido à autonomização das relações sociais que se dão no interior da divisão do trabalho, ocorre também uma cisão na vida de cada indivíduo, justamente por existir uma diferença entre a vida pessoal e a sua vida, que integra qualquer ramo do trabalho e com ele as condições que lhe são intrínsecas. Segundo, Marx e Engels (1846/2007):

Não se deve entender isso como se, por exemplo, o rentista, o capitalista etc. deixassem de ser pessoas, mas sim no sentido de que sua personalidade é condicionada e determinada por relações de classe bem definidas; e a diferença torna-se evidente apenas na oposição a uma outra classe e, para os próprios indivíduos, somente quando entram em bancarrota. (2007, pp.64-65)

A superação das contradições da velha sociedade – que já carregam os elementos de uma nova sociedade –, acompanha também a dissolução das antigas condições de existência. As mudanças dessas condições estão subordinadas à própria ideologia que a sociedade dividida por classes abarca. (MARX & ENGELS, 2005)

A discussão marxiana que envolve as determinações sociais, políticas e econômicas de uma sociedade dividida em classes antagônicas é antiga. No entanto, a relevância dessa discussão ainda se faz muito presente, justamente pelo fato de ainda vivermos nesse tipo de sociedade.

Quando discutimos sobre luta de classes é importante entendermos que estamos tratando de dois momentos distintos, mas que se relacionam no interior de qualquer sociedade capitalista. Um primeiro momento, diz respeito à própria condição que uma sociedade dividida em classes antagônicas proporciona aos seus indivíduos. Temos

aqui, devido a esta cisão, as condições específicas para o desenvolvimento dos indivíduos que se encontram em determinada classe dadas de forma diferentes.

Este processo é reflexo desse antagonismo, portanto, estamos falando de um desenvolvimento da consciência característico para cada indivíduo. De um lado, o indivíduo que irá possuir os meios de produção da vida, e com isso, ter mais acesso a determinadas formas de cultura e, do outro, teremos o indivíduo que irá vender sua força de trabalho e, conseqüentemente, terá menos acesso ou menores condições de acesso à cultura ou, na maioria das vezes, apenas contato com a cultura disponibilizada especificamente para sua classe, a classe proletária. Por isso, a afirmação de Marx (1847/1985) ressalta a importância da mudança revolucionária, que somente uma classe oprimida possa vir a fazer:

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. [...] Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado de outras. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma. (MARX, 1985, p.159)

O segundo momento que anunciamos há pouco, diz respeito à própria condição de luta como enfrentamento político e revolucionário, ou seja, a formação de um grupo de indivíduos que, de acordo com seus interesses, condições materiais e objetivas, configurem uma classe e decida partir para o confronto. Marx (1852/2011) é bem claro quanto a isso, quando trata de discernir o que viria realmente a constituir uma classe. Assim, explica que:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. (MARX, 1852/2011, pp.142-143)

Portanto, o grupo de indivíduos que devido a seus interesses, cultura e situação econômica, se contrapõem à classe que os oprime, buscando uma representação política e posição de enfrentamento para a mudança, forma a classe e já constitui o substrato de

uma verdadeira classe. O que ocorreu no Brasil entre o período de 2013 a 2016 foi um exemplo desse tipo de comportamento entre os que integram a classe proletária. O que nossa análise verifica, e que iremos tratar no seguinte capítulo, se trata justamente de um enfrentamento dos próprios trabalhadores. Em que uma grande parcela isenta de consciência de classe é levada, por meio das instituições responsáveis por disseminar a ideologia burguesa brasileira – com todas suas idiosincrasias –, a sair às ruas para o que constituiria mais um retrocesso para a classe trabalhadora, isto é, para sua própria classe.

De fato, os indivíduos que saíram às ruas, mesmo não constituindo uma classe com os demais, são sujeitos políticos. Isso porque tais indivíduos se desenvolvem sob relações de produção no interior da sociedade capitalista.

É importante agora abrirmos um parêntese e destacarmos que o conceito de classes em Marx não deve ser visto como algo estático ou, até mesmo, inacabado. Isso, principalmente se, levarmos em consideração quase dois séculos depois de suas primeiras análises a nossa própria atualidade, isto é, o Brasil conforme todas as particularidades inerentes ao seu desenvolvimento econômico. Dessa forma, devemos partir da mesma premissa que Iasi (2011) sugere, isto é, que o conceito de classes é relacional.

O que Iasi (2011) quer dizer com isso é que “Assim como o concreto, as classes são síntese de múltiplas determinações.” (IASI, 2011, p. 108) Ou melhor, que as determinações que devemos abstrair para uma análise de classe irá depender de múltiplas variáveis, e que essas, não necessariamente precisam ser as mesmas de que Marx partiu em suas análises.

As classes devem ser consideradas como efeitos de lutas estruturadas por condições objetivas que são simultaneamente de ordens econômicas, política e ideológica. [...] Precisamente por ser a formação de classes um efeito de lutas, os resultados desse processo são, em cada momento da história, em certa medida indeterminados. (PRZEWORSKI *apud* IASI, 2011, p. 67)

Iasi (2011) irá afirmar que, não necessariamente, um indivíduo pode ser classificado dentro de uma determinada classe apenas pela sua posição no interior das relações sociais, mas que pela sua forma de pensar e agir essa classificação possa vir a ocorrer. Assim, explica que: “[...] a consciência e a ação são, também, fatores que constituem a determinação de classe. Ao incluirmos a ‘ação de classe’ como uma das

suas determinações, necessariamente ampliamos nossa visão para um corte histórico.” (IASI, 2011, p. 109. Destaque no original)

Mas, de onde vem esse caráter político do homem? O homem é social porque somente em sociedade ele se desenvolve como humano, e é político porque a reprodução da sua vida depende, eminentemente, das relações que se dão como forma de organização dessa sociedade, ou seja, da política, e que se expressa de forma absoluta, para Marx (1846/2007), através do Estado. O poder do Estado se manifesta no controle das relações que se dão na sociedade capitalista, assim como no controle da economia com base nos interesses do grande capital. O controle, aqui, tendo como objetivo fundamental a economia, recai automaticamente no controle dos conflitos de classe, seja através dos meios jurídicos e legislativos, seja através da repressão policial. Em resumo, as questões políticas e de Estado para Marx e Engels se dão da seguinte forma:

- a) as condições materiais de uma sociedade formam a base de sua estrutura social, política e da consciência humana. A forma do Estado e das demais instituições políticas, portanto, decorre das relações de produção, não do desenvolvimento das ideias ou vontades humanas;
- b) o Estado é expressão política da dominação de classe e está a serviço da classe economicamente mais forte, não representando o interesse comum ou a vontade geral;
- c) o Estado tem suas origens na necessidade de controlar os conflitos entre os diferentes interesses econômicos, surgindo como resposta à necessidade de mediar os conflitos de classe, com vistas a manter a ordem;
- d) visando controlar os conflitos de classe, o Estado exerce função repressiva a serviço da classe dominante (CARNOY, 1990 apud Oliveira, 2001: pp. 65-71).

Portanto, o aspecto fundamental da concepção de política em Marx e Engels (1844, 1845, 1846, 1848, 1850, 1852, 1867), é conceber o homem como produto dessas relações de produção e organização da sociedade, manifestadas na forma de Estado, através do que chamamos de política. Por isso, Marx (1859/2008) afirma que, “O homem, no sentido mais literal, é um *zoom politikon*; não somente um animal sociável, mas também um animal que não pode se diferenciar senão em sociedade.” (p.239. Destaques no original)

Isso posto, consideramos que toda forma de relação, principalmente as citadas acima, que se dê no interior de uma sociedade capitalista, deva ser considerada uma relação política, ou seja, de indivíduo para indivíduo sob o poder do Estado. A redução do nível de consciência do indivíduo que subjaz às determinações mais ocultas do

capital se dá materialmente através dos aparatos institucionais que o Estado como representante da classe burguesa manifesta, sejam eles aparecendo na própria cultura – como parte da produção do homem, mas sob o caráter místico de sua gênese –, ou ideologicamente através da ciência, filosofia, moral, etc., no interior desse tipo de sociedade.

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. (MARX & ENGELS, 1846/2007, p.93. Destaques no original)

As explicações sobre as conexões entre o modo de produção, a estrutura social e a luta política são mistificadas constantemente pela ideologia dominante. Isto porque as manifestações na superestrutura têm como sua principal função estabelecer o distanciamento do trabalhador da própria realidade e das condições materiais que o constituem, garantindo, assim, os interesses classistas da burguesia na preservação da posse dos instrumentos e meios de produção. Por isso e, com razão, Marx e Engels (1848/2005) afirmavam: “O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra.” (p.59)

3. GÊNESE DO ÓDIO POLÍTICO NO BRASIL

Quem poderia, numa casa em pleno incêndio, escrever tranquilamente tratados estéticos sobre o sentido das cores dos grilos? (REICH, 1969, p.17)

Quando pensamos sobre o ódio direcionado ao Partido dos Trabalhadores – PT, que se estabeleceu em nosso país nos últimos anos, somos levados a tentar achar uma origem para tal fenômeno. Descartes (1649/2012) em *As paixões da alma*, já dizia que o ódio se encontrava no extremo oposto da emoção da alma conhecida como amor, e que existiria duas espécies dessa emoção: “uma das quais se relaciona com as coisas más e a outra com as feias; e esta última pode ser chamada horror ou aversão, para distingui-la da outra.” (DESCARTES, 1649/2012, p.260) Além disso, esta última forma de ódio seria mais violenta porque o que chega “à alma pelos sentidos toca mais fortemente do que aquilo que lhe é representado pela razão, e que, no entanto, elas contêm comumente menos verdade; de sorte que, de todas as paixões, são as que mais enganam e das quais é preciso mais cuidadosamente se guardar.” (DESCARTES, 1649/2012, p.260).

Nos dicionários online – Michaelis e Aurélio –, encontramos a definição de ódio como um tipo de aversão intensa, que pode ser motivada por medo, raiva ou injúria sofrida. No entanto, o ódio como conceito que é objeto de nossa análise se diferencia desses estados emocionais e vai mais além, o ódio que iremos tratar na nossa pesquisa é mais conhecido como ódio de classes, que pode se igualar as reações fisiológicas presentes nas descrições acima, mas diferencia-se no que diz respeito ao seu estado particular, como sentimento.

Para nós, a definição que mais se aproxima do ódio que visamos tratar em nossas análises é a de Alexis de Tocqueville, grande pensador político do século XIX, que argumenta em *A democracia na América* (1835/2004) sobre as emoções que estão presentes no campo da política, principalmente nas sociedades onde houveram revoluções democráticas. Para Tocqueville (1835/2004),

Quando as condições se tomam iguais, em consequência de uma luta prolongada entre as diferentes classes de que a velha sociedade era formada, a inveja, o ódio e o desprezo pelo vizinho, o orgulho e a confiança exagerada em si mesmo invadem, por assim dizer, o coração humano e fazem dele, por algum tempo, seu domínio. (TOCQUEVILLE, 1835/2004, p. 7)

Dessa forma, entendemos que o ódio direcionado ao Partido dos Trabalhadores é um ódio de classes; ele é político cultural porque corresponde à difusão da ideologia burguesa nos moldes do desenvolvimento econômico do país, é difundido e manipulado pela imprensa, e é inerente ao medo histórico pelo comunismo que a elite burguesa do Brasil possui. “A democracia leva os homens a não se aproximarem de seus semelhantes; mas as revoluções democráticas dispõem-nos a fugir uns dos outros e perpetuam no seio da igualdade os ódios que a desigualdade fez nascer.” (TOCQUEVILLE, 1835/2004, p.124)

Os diversos aspectos das emoções políticas que destacamos até aqui, mostram que nas mais diferentes formas de relações de classe historicamente determinadas houveram manifestações de sentimentos gerados nas disputas pelo poder político. Assim sendo, reconhecemos que uma análise sobre a atual luta de classes no Brasil, mesmo em um recorte de tempo curto: do ano 2013 até 2016, se mostra inviável sem antes ressaltarmos como se deu o desenvolvimento econômico e social do país. Isso porque uma análise materialista histórico-dialética da sociedade busca apreender no cerne da reprodução da vida dos seus membros cada estágio de desenvolvimento das formas da produção material de suas existências, pois são exatamente estas formas particulares que corresponderão à estrutura social, cultura e consciência política. Portanto, assim como afirmara Lukács, “[...] a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado” (Lukács *apud* Bottomore, 2001, p. 596).

Tentaremos no presente capítulo analisar o contexto que envolve esse período mais recente em nossa política, ou seja, o que se mostra hoje como aparência; para em seguida, recompormos a nossa história até o ponto onde se apresentam os primeiros resquícios do desenvolvimento do modo de produção capitalista na nossa sociedade, isto é, o período do Brasil Colônia de Portugal e seu modo de produção escravista – em busca da essência que compõe a totalidade de nosso objeto.

Pretendemos com isso investigar parte da dinâmica que envolve o processo de evolução do capital e da organização política do nosso país que contribuíram para todo o desfecho sociopolítico atual, em que temos como resultado um ódio extremo direcionado a um único partido político nacional, um conservadorismo de herança colonial, e o medo intenso ao comunismo. A complexidade que abrange nossa temática sugere duas questões essenciais. A primeira questão se refere ao papel da luta de classes

inerente ao desenvolvimento econômico característico da nossa sociedade e que permite as manifestações das emoções como expressão das relações sociais no nível que assistimos hoje; a segunda, indaga sobre as particularidades com que o modo de produção capitalista se desenvolveu no nosso país e possibilitou determinada estrutura política que difere de outros países capitalistas, mas que mantém em grande parte da população um posicionamento ideológico, político e partidário confuso.

O primeiro item do presente capítulo, intitulado de luta de classes? Ideologia e ódio partidário no Brasil analisa o contexto que deu origem à ideia inicial do objeto dessa pesquisa, e que teve início no ano de 2013 até meados do ano de 2016 quando ocorre o impeachment da presidenta Dilma Roussef do Partido dos Trabalhadores (PT). O ódio direcionado aos petistas por uma grande massa, e veremos mais adiante, formada por milhares de trabalhadores, suscita uma questão fundamental em torno da luta de classes no país: seria essa a simples manifestação mais marcante do antagonismo de classe que marca o modo de produção capitalista, ou seria uma luta de classes na qual presenciamos a não consciência da classe trabalhadora e a luta contra si mesma, influenciada pela ideologia da classe dominante? De acordo com nossa análise, o resultado mais aparente é o último, e tentaremos esclarecê-lo logo a seguir.

No segundo item do capítulo trazemos o contexto político do período em que o governo petista ficou no poder, e que teve início em 2002 até o ano de 2016, quando começa nossa análise. Nesse item, intitulado de Contexto político no Brasil de 2002 a 2016, foi importante demonstrar alguns pontos em que toca a política realizada pelo PT durante seus governos, tanto em relação às formas de governo com vistas à conciliação de classes, quanto aos altos índices de desenvolvimento econômico e social– dentro dos moldes neoliberais dos governos que o antecederam. Portanto, buscamos lidar com as contradições que marcaram esse período, baseando-nos em alguns comparativos entre os últimos governos com propostas de direita ou centro-direita no país, em especial o de Fernando Collor de Mello e o de Fernando Henrique Cardoso e o praticado pelo PT.

Durante a escrita desse segundo item, e considerando como se manifestavam os discursos dos sujeitos favoráveis ao impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, tanto a expressão de seus posicionamentos políticos ideológicos quanto os posicionamentos políticos e partidários dessa massa ficaram mais evidentes. Isso fez com que nos preocupássemos em analisar as pesquisas que tratavam do assunto e tentar, com isso, complementar a análise para os principais problemas citados anteriormente.

Por isso, elaboramos um terceiro item do capítulo tendo como base esse objetivo, e o intitulamos de Esquerda e direita: identificação ideológica e identificação partidária. Nesse, analisamos algumas pesquisas realizadas no Brasil que tratam da ideologia como um fator pré-determinante da intenção do voto para o cidadão brasileiro, entretanto, devido ao caráter superficial das análises das condições materiais não explicam a totalidade do problema da luta de classes no país.

Por último, e não menos importante, elaboramos o fechamento do capítulo com o item intitulado Herança política e colonização: escravismo e as particularidades do capital subdesenvolvido. A importância dessa parte do texto recai, sobremaneira, na análise das particularidades do desenvolvimento do modo de produção capitalista no nosso país e como suas relações passam a determinar nosso contexto sociopolítico atual. A maneira como nossa sociedade se desenvolveu carrega elementos que se contrapõem a todo instante, formando um complexo de relações que contribuem na forma como as pessoas estão politicamente conscientizadas atualmente.

Foi de extrema importância estudarmos esses aspectos da nossa história, haja vista que a discussão realizada entre dois grandes cientistas políticos e militantes, Jacob Gorender e Antônio Mazzeo, neste item, proporcionaram ao texto a consistência que faltava para a elucidação e conclusão de nossas suposições iniciais.

3.1. Luta de classes: ideologia e ódio partidário no Brasil

Os posicionamentos políticos conhecidos como esquerda e direita são, ainda, para a maior parte da população brasileira, algo muito complexo e confuso. Em pesquisa realizada pela Cultura Política/89 e Cultura Política/90, foi mostrado que 60% dos eleitores não sabiam o que significava esquerda e direita. (SINGER, 2002)

Mas, se é verdade que a maior parte da população brasileira não sabe o que significa esquerda e direita como posicionamentos políticos nacionais, como podem estes orientar seu voto de acordo com algum partido político?

Segundo Singer (2002), trata-se:

[...] de um conhecimento intuitivo, de um *sentimento* do que significam as posições ideológicas. Esse sentimento permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não as saiba verbalizar. É a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e partidos) nessa escala e votar coerentemente. No entanto, além de permitir uma orientação em relação a candidatos e partidos, essa intuição ideológica

está associada a um conjunto de opiniões que representam, a nosso ver, o modo pelo qual o eleitor enxerga a sociedade. O problema é descobrir a visão de mundo que está associada a essa identificação intuitiva. (SINGER, 2002, p.143. Destaques no original)

As maiores diferenças encontradas entre a direita e a esquerda no debate político, de acordo com Singer (2002), giram em torno da igualdade de direitos. Enquanto a esquerda exige mudanças para uma maior igualdade da população, a direita se posiciona no sentido de impedir essas mudanças em nome da ordem. Entretanto, no Brasil, podemos encontrar posições igualitárias entre os dois espectros. “A grande divisão entre direita e esquerda se dá em torno da questão da ordem” (SINGER, 2002, p.146).

Para Singer (2002), essa característica comum entre os dois espectros deve-se ao fato de que, no Brasil, o eleitorado mais pobre se encontra, na sua grande maioria, no espectro de direita. Isto é, “[...] a renda é mais baixa à direita do que à esquerda e mais baixa nos extremos do que no centro [...]” (SINGER, 2002, p.146).

O igualitarismo, no Brasil, apesar de ser um elemento comum entre os dois posicionamentos políticos, na esquerda ele se mostra com um caráter mais militante em favor da igualdade, ou melhor dizendo, de luta contra a desigualdade, muito mais do que podemos perceber no eleitorado de direita. A grande questão que se coloca entre ambos posicionamentos é a forma de mudar para se chegar à igualdade. Assim, Singer (2002) afirma que:

[...] o que divide direita e esquerda, no Brasil não é exatamente mudar ou conservar, mas sim *como mudar*. A divisão, na realidade, se dá em torno da mudança dentro da ordem ou contra a ordem, resultando em instabilidade. O público de direita pretende uma mudança dentro da ordem ou contra a ordem, resultando em instabilidade. O público de direita pretende uma mudança por intermédio da autoridade do Estado, e por isso quer reforça-la, ao passo que o público que se coloca à esquerda está ligado à ideia de uma mudança a partir da mobilização social, e por isso contesta a autoridade repressiva do Estado sobre os movimentos sociais. (SINGER, 2002, pp.149-150. Destaques no original)

Em resumo, para Singer (2002), enquanto a direita quer igualdade com forte repressão estatal e autoridade reforçada, a esquerda aparece como moderada em relação à autoridade do Estado, e principalmente contra sua repressão. Contudo, esta afirmação do autor não poderia se concretizar na prática, pois o Estado sempre foi a representação e da classe dominante. Já a esquerda, por entender que o Estado beneficiará sempre a

classe burguesa, busca uma intervenção, seja de forma democrática, como pensam os reformistas, seja pela luta armada, como desejam os revolucionários.

Apesar de Singer (2002) afirmar haver algumas semelhanças entre os dois posicionamentos políticos, atualmente, podemos perceber as diferenças manifestadas pelas pessoas que se posicionam a direita, devidas ao discurso de ódio em relação a um único partido, no caso o Partido dos Trabalhadores, bem como a passividade e indiferença quanto aos crimes políticos cometidos por outros partidos. Além disso, se destacaram também por ignorarem os resultados das eleições democráticas e articularem o golpe parlamentar, com o apoio da grande mídia, da população leiga e diversas instâncias do governo, num grande acordo que destituiu uma presidenta eleita e fez ascender o vice-presidente, de direita e participante do golpe. Mas, tais fatos deixam de parecer tão estranhos se voltarmos ao processo histórico da composição política do Brasil para entendermos a complexa formação dessa estrutura do sistema de organização nacional.

Quando Singer (2002) afirma que o posicionamento ideológico de grande parte do eleitorado se constitui como uma simples intuição ou sentimento, esquece de analisar que as relações de produção e a herança cultural e política que estas carregam no Brasil são elementos importantíssimos para o entendimento tanto desta consciência mistificada sobre um posicionamento ideológico, quanto em relação ao caráter dos determinantes que posicionam esse sujeito em um ou outro “espectro” político.

A situação global, portanto, permite compreender a resistência sociopática à mudança como algo possível (e por vezes possível de modo recorrente) em uma ordem social que confere a certas classes a probabilidade de desencadear “pressões de cima para baixo” e, ao mesmo tempo, de perverter ou impedir as manifestações compensatórias de “baixo para cima”. Isso sugere que não é só a “falta de solidariedade na base” que explica a inexistência ou a debilidade dos controles sociais reativos (ou contra-reativos), por parte das classes sociais prejudicadas pela resistência sociopática à mudança. É preciso não perder de vista todo este quadro, porque, na verdade, os conflitos entre as classes privilegiadas e as classes destituídas se agravam ainda mais quando entram em jogo opções que envolvem a persistência ou a substituição do padrão vigente de civilização (o que é o caso, quando a alternativa se torna “capitalismo” ou “socialismo”). Nesse contexto, as classes privilegiadas e suas elites agravam, por *medo histórico*, as propensões por ventura atuantes de resistência sociopática à mudança, enxergando em qualquer “abertura da ordem” o início de um cataclisma social. Esse pânico, com frequência também manipulado e exagerado, desloca os conservadores e os liberais de suas posições, polarizando-os no centro ou na direita da reação. (FERNANDES, 1979, pp. 47-48. Destaques no original)

Singer (2002), ao fazer uma diferenciação da direita e esquerda apenas sobre o aspecto da ordem em relação ao progresso, perde todo o critério de totalidade inerente a proposta de análise marxiana. Ora, segundo Fernandes (1979) a ordem sempre foi de “cima para baixo”, e as relações e diferenças que existem entre a esquerda e direita têm nome e origem definidos, se explicitam na luta de classes e sempre foram representadas pelos movimentos eternos que o capitalismo subdesenvolvido e imperialista concebe, isto é, entre senhor e escravo.

Os antagonismos presentes no período colonial e neocolonial ainda que inicialmente não tomando a sua face mais desenvolvida sobre a contradição capital/trabalho– lutas pela independência, revoltas e guerras populares de influência religiosa ou messiânica, lutas separatistas, fugas e revoltas de escravos, campanhas republicanas – demonstram que o apontar da processual revolução burguesa brasileira não emergiu sem contradições. Pois, é justamente o ranço sócio-cultural deste primeiro antagonismo – entre o senhor e o escravo – instaurado e cristalizado, que vai aguçar e iniciar as desigualdades regionais, étnicas e de gênero, as quais serão desenvolvidas, reiteradas e potencializadas em outros e novos patamares sob o regime de classes, e irão demarcar profundamente o que denominamos por “questão social”. É tão evidente a impossibilidade de solucionar esta última sob a égide capitalista e muito menos torná-la regulável política e socialmente sob um capitalismo dependente e selvagem, que os setores dominantes buscaram resignificá-la de forma acrítica e a-histórica por “questão nacional”, destituindo-a da totalidade que a determina. (MARQUES, 2012, pp. 41-42. Destaques no original)

Assim sendo, para explicarmos os comportamentos daqueles que foram contrários ao resultado das eleições em 2014 – num claro atentado contra a democracia – devemos antes de tudo entender de qual lado na luta de classes eles estão, e se, realmente, como afirmara Marx (2005), “[...] toda luta de classes é uma luta política” (MARX, 2005, p.48). Para isso, e como dissemos anteriormente, teremos que elaborar uma trajetória histórica, a qual começará em um período ainda recente e não menos perturbador, principalmente por sinalizar uma das maiores reviravoltas políticas tão comuns ainda na nossa tão jovem democracia. Esse período corresponde ao ano de 2013.

Em junho de 2013, São Paulo foi palco de uma série de manifestações contra o aumento do preço das passagens de ônibus, movimentos que já haviam começado antes em outros estados brasileiros, mas só obtiveram a atenção da mídia, ao atingirem aquela cidade e estado. Apesar da legitimidade do movimento inicial, a mídia expôs todas manifestações como atos de vandalismo, abordagem comum para acontecimentos reivindicatórios no país, como pode ser ilustrado pela notícia no site G1 da Rede Globo:

Protestos contra o aumento da passagem do transporte público terminaram em vandalismo em algumas cidades do país. Em São Paulo, manifestantes fecharam ruas da região central e entraram em confronto com tropa de choque da polícia. Em poucos minutos, lojas, bancas de revista e estações metrô foram depredadas. (G1 Bom Dia Brasil, 2013. Destaques no original)

Nessas manifestações que ocorreram em São Paulo houveram repressões muito violentas por parte da Polícia Militar, o que ampliou o apoio da população e lhes deram mais legitimidade. Apesar das reivindicações iniciais serem legítimas, a falta de organização por parte dos manifestantes abriu brechas para que o movimento fosse adquirindo um caráter partidário e as ruas fossem tornando-se palco para as indignações coletivas em relação não só a política do governo petista no país, como também para pautas mais genéricas, de caráter conservador.

Das reclamações diversas, houve algumas contra os investimentos para os megaeventos que o país iria sediar – Copa do Mundo e Olimpíadas –, contra a quantidade de impostos, em oposição ao corte de investimentos em saúde e educação, etc. Segundo Góhn (2014), apontavam que estas manifestações fizeram parte de um novo movimento social, "que se caracteriza por participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por e em redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade - especialmente os partidos e os sindicatos." (GÓHN, 2014, p.431).

Apesar de ser realmente essa a descrição dos que compunham as manifestações – devido à organização inicial ter sido realizada pelo Movimento Passe Livre³ – uma massa popular aderiu também ao movimento, e, a partir de então, apareceram reivindicações diversas, que deram a aparência de espontaneidade. Por isso, é importante mencionar que esta massa popular que aderiu ao início dessas manifestações não é a mesma que se manifestou a favor do golpe em 2015, pelo menos na aparência e tipo de reivindicação que o movimento trazia. As que foram às ruas saíram vestidas de verde e amarelo, com coreografias esdrúxulas de dança, ao som das batidas de panelas e com um pato de plástico amarelo e gigante da FIESP como mascote.

³O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. [...] O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). (2018, s/p)

Outra análise que incorreu em erros de julgamento foi a de Alonso (2017). Esta destacou que, embora a crise política que se estabeleceu no país entre 2013 a 2016 tenha sido uma só, ela pode ser dividida em três ciclos complexos de confronto. A eclosão do protesto como dissemos anteriormente surge no dia 6 de junho de 2013 e é liderada pelo Movimento Passe Livre – aqui temos o primeiro ciclo, o ciclo mosaico. Esse primeiro ato foi marcado, assim como nas manifestações citadas logo acima, por um estilo de ativismo autonomista, onde as características mais presentes no movimento eram: "[...] deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black bloc*), sobrepondo expressão artística e política." (ALONSO, 2017, p.51)

Esses movimentos, justamente pelo seu caráter divergente das manifestações mais comuns, fizeram com que as autoridades políticas se sentissem perdidas. Não havia como realizar qualquer tipo de negociação porque os manifestantes não tinham liderança. Conforme os protestos continuaram veio a diversificação dele, para ser mais exato a partir de 11 de junho de 2013.

Nesse período houve um aumento das adesões e focos das manifestações. Começaram a participar movimentos mais tradicionais como o feminista, estudantil, negro, etc., além de sindicatos e partidos de esquerda (PSTU, PCO, PSOL, entre outros). Enquanto a diversificação fez com que os protestos se fortificassem, começou também a busca por uma liderança. "Ativistas com outras causas, como o aborto, e manifestantes neófitos, identificados por hashtags como "#vemprarua", aportaram. A pauta ultrapassou os vinte centavos" (ALONSO, 2017, p.51).

Com o crescimento dos protestos veio também a repercussão internacional, além do apoio de artistas, intelectuais, entre outros. Em 13 de junho de 2013 a grande mídia exalta os acontecimentos e vem a repressão. Isto fez com que se inflamasse ainda mais os protestos virando um episódio de opinião pública. Em 14 de junho de 2013, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin – respectivamente prefeito e governador de São Paulo – resolvem anunciar a manutenção da tarifa. Tarde demais.

No dia 16, as hashtags "#mudabrasil", "#changebrazil" e "#giganteacordou" foram *trending topics* nacionais. No dia 13, 6,5 mil pessoas tinham ido às ruas em São Paulo. No dia 17, diz o Datafolha, compareceram 65 mil. Grandes atos tomaram doze capitais. Foi a *massificação*. Novas bandeiras tremularam à esquerda: por mais e melhor educação, saúde, salários, habitação, direitos, contra a Copa do Mundo e a Rede Globo. Junto veio repúdio a autoridades políticas, partidos, polícia. No Brasil e no exterior,

pulularam críticas à brutalidade policial. Ongs de direitos humanos, promotores e advogados se engajaram em prol dos “presos políticos”. A opinião pública tomou o lado dos manifestantes: o apoio pulou 22 pontos em cinco dias e chegou a 77%. (ALONSO, 2017, p.52. Destaques no original.)

No dia 20 de junho de 2013 foi o pico desse ciclo, quando se viu muitos transtornos no trânsito e mais de um milhão de pessoas na rua. Outros aderiram à onda de protestos:

[...] torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, famílias - cidadãos sem ativismo prévio, convocados por redes presenciais (amizade, trabalho, família) e virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia. Ativistas autonomistas e socialistas os mencionaram como 'gente esquisita', inusual em protestos. (ALONSO, 2017, p.52)

Apesar de parecerem unidos, nas manifestações começaram a aparecer pautas específicas de acordo com cada setor na mobilização. Enquanto, por um lado, via-se autonomistas⁴ e socialistas, com reivindicações referentes ao reformismo, melhores políticas públicas e expansão de direitos.

Apesar de Góhn (2014) afirmar que esses eventos representaram um tipo de movimento social caracteristicamente novo, é importante mencionar que em outras análises como as de Tavares, Silva e Capelini (2014), apontam que a relação e o próprio caráter político e organizativo dessas manifestações são praticamente os mesmos que ocorreram em diversas manifestações pelo mundo, inclusive no Brasil, dois anos antes, em 2011, tais como o *Occupy Wall Street*; o *Occupy London*; a Primavera Árabe; e as Marchas da Liberdade no Brasil.

As manifestações não possuíam unidade nem uniformidade. A articulação e as coordenadas se davam de modo que não se podia classificar como luta polarizada de esquerda versus direita, mas sim movimentos horizontalizados e autônomos. É nesse sentido que as manifestações parecem não caber no conceito de movimentos sociais hegemonicamente concebido pelos intelectuais de esquerda no século XX. A liderança das manifestações investigadas, pensada a partir de um modelo endurecido em que um único líder ou um grupo de liderança responde por todos e os guia, está ausente nesses protestos. (TAVARES; SILVA; CAPELINI, 2014, p.255)

E, também:

⁴“Autonomismo é um conjunto de teorias afins ao movimento socialista e a vários movimentos sociais e políticos de esquerda existentes principalmente na Europa. Caracterizam-se pela oposição à burocracia dominante nos Estados contemporâneos, sejam capitalistas ou marxistas.” (Wikipedia, 2018, grifo nosso)

As táticas utilizadas foram manifestações pacíficas (exceto na Líbia e na Síria onde se instaurou uma guerra civil, com revolta armada) com a ocupação de praças, realização de passeatas, manifestações de insatisfação popular, uso de cartazes e palavras de ordem, resistência à repressão, realização de seminários e fóruns para debater questões relacionadas às pautas vigentes. (TAVARES; SILVA; CAPELINI, 2014, p. 255)

Por outro lado, dando início ao que foi denominado por Alonso (2017) de Ciclo patriota, via-se novos manifestantes vestidos de verde e amarelo, defendendo principalmente o neoliberalismo e reivindicações mais conservadoras (pró-ditadura militar), rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, relacionando o PT com toda corrupção. Então, ainda em 2013, “No dia 26, veio o primeiro “Fora Dilma”. No 29: “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia!” e “Procurando Lula”. Esse estilo de ativismo atarraxou os laços fracos entre manifestantes avulsos, e o que até então era crítica genérica aos governos desabrochou em antipetismo.” (ALONSO, 2017, p.53)

Como o ambiente já era de instabilidade, ações como o julgamento do mensalão e as investigações de crimes de corrupção por parte da operação Lava Jato, acirraram os ânimos e, em nossa análise, criou-se o contexto perfeito para a imprensa manipular a opinião pública a seu favor. Essa massa, denominada por alguns analistas, como Alonso (2017), por exemplo, de patriota, em julho já começava a organizar suas manifestações, primeiro contra o Programa Mais Médicos, que foi implementado para atender as reivindicações das manifestações anteriores por melhor atendimento na saúde; segundo, contra os megaeventos que aconteceriam no Brasil, como Copa do Mundo e Olimpíadas, que pretendiam ampliar a oferta de empregos e melhorar a infraestrutura para o lazer e a educação, o quê também vinha sendo reivindicado nas manifestações. Tais contradições com as manifestações populares anteriores e a estética antipopular das manifestações, permitem-nos afirmar que, ao nosso ver, a massa que Alonso (2017) diz ser patriota não passa de grupos de direita e extrema direita, financiados pela própria mídia e por grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais.

Suas expressões mostram que seus motivos eram absolutamente amplos para se transformarem em qualquer reivindicação e abstratos o suficiente para seduzir qualquer elemento do senso comum. Ainda que para uma análise inconsistente, Alonso, (2017, p.54) exemplifica as atividades deles apontando que "Na abertura da Copa, xingaram a presidente e, ao longo de 2014, organizaram 43 grupos. Na liderança da ala mais liberal,

o grupo Vem pra Rua⁵; no centro, o Movimento Brasil Livre (MBL)⁶; e na frente reacionária, o Revoltados On Line. Em comum, patriotismo e anticorrupção." Aqui, já temos formado o que Alonso (2017) vai chamar de ciclo patriota, o que de acordo com nossa análise poderia facilmente ser denominado como ciclo pró-golpe, e que se estende de março a abril de 2015.

Estes grupos se destacaram ao mostrarem que não tinham aceitado o resultado das eleições presidenciais daquele ano. Com o novo escândalo do Petrolão – famoso esquema de corrupção e desvio de fundos que aconteceram na empresa governamental Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS) -os movimentos se intensificaram.

O Reaçonaria, autoapresentado como “o maior portal conservador do Brasil”, listou “gritos de ordem contra a corrupção, o PT, a inflação, em defesa do juiz federal Sérgio Moro, pelas investigações do Petrolão e a favor da PM”. Uma tônica era o conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial. Outra era a corrupção (“Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão”). Nas faixas, a crítica se afinou no impeachment de Dilma e emergiu líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sérgio Moro”. (ALONSO, 2017, p.54)

As características inovadoras das primeiras manifestações haviam sumido, voltando ao velho discurso nos carros de som. Esse ambiente possibilitou a organização de dois planos estratégicos de ação, um à esquerda e outro à direita do governo. Depois do PSDB pedir ao TSE a cassação do mandato da presidenta reeleita Dilma Roussef, por fraude nas eleições e o deputado federal do PMDB, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara, instalar a CPI da Petrobrás, inflamou-se o acirramento por parte do setor patriota em torno da presidenta Dilma Roussef. (ALONSO, 2017)

A sequência tornou o tema da corrupção onipresente e reanimou os protestos. Em 15 de março, o setor patriota protestou em todas as capitais. Na paulista, multidão de verde e amarelo saudou a Polícia Militar que, lisonjeada, contabilizou 1 milhão de presentes, enquanto o Datafolha estimava 210 mil. (ALONSO, 2017, pp.54-55)

⁵ O Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil para lutar por um Brasil melhor. Brasileiros de todas as regiões do país, de todas as classes sociais e de todas as idades passaram a se mobilizar, desde o final de 2014, contra a grave situação econômica, política e social pela qual passamos. (2018, s/p)

⁶ O Movimento Brasil Livre (MBL) é um movimento político brasileiro que defende o liberalismo econômico e o republicanismo, ativo desde 2014. Em seu manifesto, cita cinco objetivos: "imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras". De acordo com o jornal The Economist, o grupo é composto por aderentes do thatcherismo e foi fundado "para promover respostas do livre mercado aos problemas do país". (2018, s/p)

Com tudo isso acontecendo e os movimentos como MBL e o Vem pra Rua como protagonistas, junto com PSDB, em 20 de agosto de 2013 houve protestos por todos estados com gritos de fora Dilma e contra a corrupção. A popularidade da então presidente chegou a 77% de reprovação.

Embora as manifestações dos grupos da direita tenham se intensificado no ano de 2015, desencadeou-se, por setores da esquerda, lutas contra as reivindicações destes. Ainda, segundo Alonso (2017), esse seria o ciclo do impeachment e vai de dezembro de 2015 a março de 2016. "Se no primeiro Ciclo foram três estilos de ativismo, um dominou no segundo e, no terceiro, dois competiram pela rua, com atos intercalados de duas campanhas: "#foradilma" e "#nãovaitergolpe". (ALONSO, 2017, p.55)

O desfecho desse Ciclo nós já sabemos: um país dividido entre os dois pólos do espectro político nacional com discursos de ódio provenientes da direita e um golpe muito bem orquestrado "Com o supremo, com tudo..." (JUCÁ, 2016), que levou ao impeachment de uma presidenta eleita democraticamente e sem provas de corrupção.

Durante a jornada de manifestações realizadas pela direita foram exibidos cartazes e gritos de ordem que demonstravam um ódio extremo ao PT. O antipetismo se tornou um lema e bandeira das pessoas que se diziam de direita e contra a corrupção. Segue abaixo o teor do conteúdo exposto nesses cartazes:

"Lula cachaceiro, devolve o meu dinheiro" - Entoada por manifestantes anti-PT nos protestos do dia 15 de março de 2015;

"Eu não quero viver em outro país. Eu quero viver em outro Brasil" - Encontrado em cartazes de manifestantes em São Paulo no dia 15 de março de 2015;

"Liberté, Egalité, Fraternité e Fora PT" - Em cartaz de manifestante em São Paulo no dia 15 de março de 2015;

"O Brasil não será uma nova Cuba!" - Cartaz encontrado na manifestação contra o PT em 12 de abril de 2015;

"O PT é um Câncer totalitário" - Cartaz exposto no ato contra Dilma Roussef, 12 de março de 2015;

"Dilma você só tem três opções: renúncia, suicídio ou impeachment. A escolha é sua." - Cartaz em ato pelo fim da corrupção;

"Dilma pegue o seu cartão vermelho e vá governar em Cubaqpariu." - Ato contra o PT, av. Paulista, 12 de abril de 2015;

"Luto. Pelo fim da democracia, INTERVENÇÃO MILITAR JÁ!" - Protesto contra o governo do PT, av. Paulista, 13 de março de 2015;

"Não à ditadura comunista no Brasil" - Av. Paulista, ato contra a ex-presidente Dilma Roussef;

"Comunista é bom morto: Dilma, Maduro, Hugo, Fidel, Cristina, Lula. LIXO do MUNDO." - Ato Fora Dilma, RJ, 13 de março de 2015.

"Doida, Irresponsável, Ladra, Mentirosa, Arrogante" - Cartaz carregado por duas crianças em Ato contra o governo do PT, cada ofensa se referia a uma letra do nome Dilma, 13 de março de 2015;

"Dilma, pena que não te enforcaram no DOI-CODI. FORA DILMA E PT." Cartaz sendo carregado por idosa em ato contra a ex-presidente, referente ao período em que Dilma foi presa e torturada no regime de ditadura militar no Brasil;

"Dilma, não temos culpa se a senhora não transa!!!" - Cartaz para Ato contra o PT.

Certamente, estas manifestações verbais não apresentam conteúdo político. Mas, se mostram como discursos sem foco preciso de acusação e permitem que os tomemos como próprios para a manipulação de grupos e multidões, como se conhece desde os trabalhos de Le Bon (1895/2004), onde ele ensinava como manipular as multidões:

Quando se quiere exaltar a una masa por un corto período de tiempo, inducirla a cometer un acto de cualquier naturaleza – saquear un palacio, o morir en defensa de una fortaleza o una barricada, por ejemplo – hay que actuar sobre la masa por medio de sugerencias rápidas entre las cuales el ejemplo es el de más poderoso efecto. Para lograr este fin, sin embargo, es necesario que la masa haya sido previamente preparada por ciertas circunstancias y, sobre todo, que quien desea operar sobre ella posea la cualidad que se estudiará más adelante y a la cual le he dado el nombre de prestigio.

Sin embargo, cuando el propósito es el de imbuir la mente de una masa con ideas y creencias – por ejemplo, con teorías sociales modernas – los conductores recurren a expedientes diferentes. Los principales de ellos son tres y se definen claramente: afirmación, repetición, contagio. Su acción es algo lenta, pero sus efectos, una vez producidos, resultan muy duraderos.

La afirmación pura y simple, mantenida libre de todo razonamiento y de toda prueba, es uno de los medios más seguros de hacer que una idea entre en la mente de las masas. Mientras más concisa sea la afirmación, mientras más carente de cualquier apariencia de prueba y demostración, mayor peso tendrá. Los libros religiosos y los códigos legales de todas las épocas siempre recurrieron a la afirmación simple. Estadistas en tren de defender una causa política y comerciantes promoviendo la venta de sus productos mediante anuncios, están todos familiarizados con el valor de la afirmación. Sin embargo, la afirmación no tiene influencia real a menos que sea constantemente repetida y, en la medida de lo posible, en los mismos términos. (LE BON, 1895/2004, p.49)

Atendendo às orientações de Le Bon (1895/2004), podemos afirmar que a leitura dos cartazes destacados acima nos mostra duas coisas a serem transformadas em verdades: o comunismo como algo ruim e Dilma como alguém odiável. E, fizeram tais construções ideológicas se tornarem verdades com a utilização do melhor mediador e

indutor de comportamentos: os sentimentos. Não as emoções, mas os sentimentos que se experimenta nos corpos. Como ensina a Psicologia Social:

Tanto si los sentimientos exhibidos por una masa son buenos o malos, en todos los casos presentan el doble carácter de ser muy simples y muy exagerados. En este aspecto, como en tantos otros, un individuo en una masa se parece a los seres primitivos. Incapaz de distinciones sutiles, percibe las cosas como un todo y se vuelve ciego ante las gradaciones intermedias. La exageración de los sentimientos de una masa aumenta por el hecho de que cualquier sensación, una vez exhibida, se comunica muy rápidamente por un proceso de sugestión y contagio, aumentando considerablemente su fuerza por la evidente aprobación de la cual es objeto.

La simpleza y la exageración de los sentimientos de las masas tienen por resultado que una multitud no conoce ni duda ni incertidumbre. Al igual que las mujeres, inmediatamente se vuelca a extremos. Una sospecha, ni bien es anunciada, se transforma en evidencia incontrovertible. El inicio de una antipatía o desaprobación, que en el caso del individuo aislado no ganaría fuerza, se convierte en odio furioso cuando se trata del individuo dentro de la masa.

La violencia de los sentimientos de las masas también se incrementa, especialmente en masas heterogéneas, por la ausencia de todo sentido de responsabilidad. La certeza de impunidad – una certeza que se vuelve tanto más fuerte mientras más numerosa sea la masa – y la noción de una considerable fuerza impulsora debida al número, hacen posibles para las masas, sentimientos y acciones imposibles para el individuo aislado. Dentro de las masas, las personas estúpidas, ignorantes y envidiosas resultan liberadas de su sensación de insignificancia e impotencia volviéndose poseídas, por el contrario, de una noción de poderío brutal, temporal pero inmenso.

Desafortunadamente, esta tendencia de las masas a la exageración con frecuencia se manifiesta a través de malos sentimientos. Los mismos son un residuo atavístico de los instintos del hombre primitivo que, en el individuo aislado y responsable, el miedo al castigo obliga a reprimir. Es por esto que las masas resultan tan fácilmente inducidas a cometer los peores excesos. Aún así, esto no significa que masas hábilmente influenciadas no sean capaces de heroísmo, o devoción, y de poner de manifiesto las más elevadas virtudes. Incluso son capaces de manifestar más de estas cualidades que el individuo aislado. Pronto tendremos ocasión de volver sobre este punto cuando estudiemos la moralidad de las masas.

Dada la exageración de sus sentimientos, una masa se impresiona solamente por sentimientos excesivos. Un orador que quiera movilizar a una masa deberá hacer un uso abusivo de afirmaciones violentas. El exagerar, el afirmar, el recurrir a repeticiones y el nunca intentar demostrar cosa alguna por medio de razonamientos, son los métodos de argumentación bien conocidos por los oradores de actos públicos. (LE BON, 1895/2004, p. 22)

Portanto, deduzimos que houve um planejamento profissional para que os resultados fossem alcançados tão eficientemente e em pouco tempo: usar os sentimentos das massas e impedir a reflexão sobre o que se passava. Para a repetição que faz verdades, os recursos midiáticos foram suficientes para obnubilar a multidão.

Na pesquisa sob a perspectiva jurídica, produzida por Silva e colaboradores (2011), buscaram elucidar como o sistema judiciário brasileiro julga litígios envolvendo discursos de ódio publicados em redes sociais. Os autores (2011), consideraram como

discurso de ódio uma manifestação segregacionista, fundada em duas posições antagônicas, uma tida como superior e ativa e outra, como inferior e passiva, parcela essa que é vítima da ofensa. Além disso, possui dois elementos básicos, a discriminação e a externalidade, que se refere à necessidade de manifestação escrita ou oral do discurso ao outro. Já para a caracterização do discurso de ódio pelo seu conteúdo, consideraram aquele que articula "[...] palavras que tendam a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar a violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas." (BRUGGER, 2007, p. 118, apud SILVA et al, 2011, p. 448).

Encontramos posicionamento semelhante quanto à necessidade de que o pensamento seja manifestado para que juridicamente possa ser caracterizado como discurso de ódio, no trabalho de Freitas e Castro (2015). Seus objetivos foi estabelecer as nuances da Liberdade de Expressão e analisar se os conteúdos que mais evocavam tal liberdade eram discursos de ódio, como manifestação dirigida, em especial, aos grupos minoritários da sociedade contemporânea. Aqui (2015) o discurso de ódio foi tratado como uma variável da Liberdade de Pensamento. Este, quando manifestado, pode constituir um grande problema para a sociedade, dependendo, principalmente, do meio utilizado para sua transmissão, como veículos de comunicação de massa. Por isso, nesse caso, há normas para a Livre Manifestação do Pensamento ou Liberdade de Expressão. Mas, quando o ódio não é externado não tem interesse nem consequências para o âmbito jurídico ou outra área, pois se trata da garantia da Liberdade de Pensamento.

A liberdade pode ser definida como: “um direito de escolha, exercido em determinada situação, circunstância ou espaço social, no qual o indivíduo ou um segmento social (para os casos de liberdade coletiva) exercem plenamente a sua autodeterminação.” (FREITAS E CASTRO, 2015, p.332). Contudo, o exercício da liberdade fica restrito a partir do momento em que o indivíduo encontrar uma lei que o proíba de executar algum ato. Ou seja, o indivíduo deverá autodeterminar-se até que uma lei vá no sentido contrário à sua escolha. (FREITAS e CASTRO, 2015; SILVA et al, 2011). Como ninguém consegue saber o que o outro pensa, até que o pensante expresse seu pensamento, é a Livre Manifestação do Pensamento ou Liberdade de Expressão a ação passível de ser restringida.

Como as manifestações antipetista foram apresentadas, na maioria das vezes, nos cartazes das passeatas ou nas discussões em redes sociais com conteúdo como os que exemplificamos acima, podemos considerá-los como discursos de ódio político.

Pois, possuíam os dois elementos básicos, acima citados: a discriminação e a externalidade, bem como o conteúdo próprio do discurso de ódio, que articulava palavras que “insultavam, intimidavam e tinham a capacidade de instigar a violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas.” (SILVA et al., 2011, p. 448).

Outra atitude criminosa, dentre as consequências desse movimento anti-PT pôde ser observada durante os atos. Pessoas que passavam pela multidão aglomerada e estavam com alguma peça de roupa (principalmente camisetas) de cor vermelha eram perseguidas e quase linchadas pelos manifestantes. Além de casos de médicos que se recusaram a atender crianças ou adultos em Postos de Saúde por supor que a mãe ou a própria pessoa era petista. Não se conhecem as punições para nenhum desses crimes.

Mas talvez o pior tenha acontecido na manifestação contra o governo Dilma no Rio de Janeiro. Um homem que passeava de bicicleta usando camiseta vermelha foi hostilizado pela multidão. A Polícia Militar entrevistou, mas, em vez de garantir o direito do cidadão de se vestir como bem quisesse, fez com que ele retirasse a peça de vestuário antes de retirá-lo do local. (Blog da Cidadania, 2015)

O ódio dirigido a uma pessoa apenas pelo seu posicionamento no espectro político não é algo novo no Brasil. O medo ao comunismo e a perseguição política e repressão policial se intensificaram no período pós 1964 durante o golpe político, burguês e militar, o qual Marques (2012) aponta como mais uma das estratégias contrarrevolucionárias da burguesia autocrática brasileira.

A tese da “incapacidade” do povo e da necessidade de um “Estado forte” vai se fazer presente ao longo do desenvolvimento das instituições jurídico-políticas do país, como nas contra-revoluções de 1930 e sobretudo na de 1964, de claro viés conservador e reacionário, frente ao receio de ascenso político das forças populares. A primeira, que tornou viável a criação do Estado Novo, através da aliança do bloco industrial-agrário, reconfigurou a relação entre os segmentos sociais e o Estado, reatualizando práticas patriarcais e clientelistas sob as bases do capital produtivo, através do atrelamento do movimento sindical ao aparelho estatal e a formalização das relações de produção, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ambas as ações aliaram cooptação e repressão, agindo tanto na compra das direções do movimento trabalhista e transformação em “beneficé” governamental suas demandas históricas, como na repressão das suas organizações político-partidárias – a exemplo do PCB - e perseguição de seus representantes e intelectuais orgânicos. (MARQUES, 2012, p. 43. Destaques no original)

No entanto, o direcionamento do medo e ódio a apenas um partido sim, é algo novo. Isso, de fato, estabelece um questionamento: qual seria a ideologia desses partidos

e como eles a manifestam? E, também, estaria o PT servindo apenas como um catalisador desse medo e ódio histórico que a burguesia carrega da classe trabalhadora?

Em relação a ideologia partidária, sabemos que a linguagem conceitual, própria das teorias políticas e filosóficas que as embasam, por ser um dos principais meios de comunicação utilizado entre os homens em sociedade, denuncia a orientação política; ao mesmo tempo que exclui os que se guiam pelo senso comum de participar da comunicação ou exercer controle sobre ela. As outras funções psíquicas extremamente importantes da linguagem verbal são constituir o pensamento e estruturar a consciência individual. Portanto, os militantes com formação político-partidária, têm visões de mundo - as suas consciências - mais coerentemente estruturadas, porque as teorias políticas e filosóficas assim as promovem. E, no campo social, o domínio de uma linguagem coerente e comum permite a formação de grupos e das relações que estes realizam por uma identificação. Ou seja,

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem *é* a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. [...] a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. (MARX & ENGELS, 2007, pp.34-35. Destaques no original)

A identificação comum que estamos falando aqui se dá através da visão de mundo comum que a consciência das ideias sobre a sociedade produz. E, foi justamente essa ideologia, calcada no conjunto conceitual marxiano sobre a mistificação da realidade, que possibilitou essa luta de classes. Mas que se manifesta aqui pela luta dos próprios trabalhadores contra eles mesmos.

Se “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante.” (MARX & ENGELS, 2007, p.47. Destaques no original). Então, temos atualmente membros da classe trabalhadora que se tornaram componentes de uma massa sem qualquer consciência de classe e, que assim, passam a lutar contra seus próprios direitos, reproduzindo a ideologia dominante das elites. A elite burguesa não saiu às ruas, mas sim a classe média, ou, pela perspectiva de Chauí (2013), a nova classe trabalhadora reproduzindo a ideologia da classe média.

Não acredito que os programas sociais do governo tenham criado uma nova classe média no Brasil. O que eles criaram foi uma nova classe trabalhadora. [...] Esta nova classe trabalhadora é que absorve a ideologia da classe média: o individualismo, a competição, o sucesso a qualquer preço, o isolamento e o consumo. (CHAUÍ, 2013, s/p)

Apesar de Chauí (2013) afirmar haver uma nova classe trabalhadora e que é esta nova classe que absorve e reproduz a ideologia burguesa, acreditamos que essa análise não leva em consideração como as questões estruturais e de organização política que as medidas conciliatórias que o próprio PT construiu em seu governo contribuíram na maneira de agir e pensar desses trabalhadores. Assim, como já afirmara Fernandes (1979):

O crescimento econômico, o aumento de empregos, a modernização tecnológica, a elevação progressiva da renda ou dos padrões de consumo etc., só se tornam visíveis através de símbolos internos, que são, além disso, manipulados para ofuscar a consciência crítica das classes oprimidas e ganhar a adesão das classes médias. Ela projeta, desse modo, a *condição burguesa* para fora da burguesia e implanta, no coração mesmo de seus inimigos de classe, identificações e lealdades mais ou menos profundas para o consumismo, a ordem social competitiva e o Estado “democrático” e “nacional”. (FERNANDES, 1979, p. 55. Destaques no original)

O PT ao melhorar as condições financeiras de grande parte da classe trabalhadora também amplia a capacidade de transição dessas classes, e é essa classe média a que mais se identifica com os interesses e condições de classe burguesa. Isto é: “Por seu caráter de termo “médio”, nas palavras de Marx “uma classe de transição”, a pequena burguesia apresenta um projeto e uma atitude política que a identificam em qualquer época ou situação.” (IASI, s/d, p. 02)

Marx (2007) já havia afirmado que se um grupo de indivíduos não adquiriu ainda sua consciência de classe, as próprias condições que o capitalismo introduz para a reprodução de suas vidas, farão com que continuem lutando contra si mesmos, pela disputa para a venda de suas forças de trabalho, o que é inerente a esse modo de produção. Além de que “Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência” (MARX & ENGELS, 2007, p.63). E as implicações da competição entre os trabalhadores se prolongam até afetarem as suas possibilidades de organização facilitadora da consciência de classe, porque “A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os

próprios operários” (MARX, 2005, p.48). Saber qual é o seu papel na luta de classes que o modo de produção capitalista promove é saber também que “Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes” (MARX, 1985, p.159).

A legitimidade de toda classe se dá pela sua união por interesses comuns e por sua organização política de luta. Por isso, Marx (2011) afirma:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. (MARX, 2011, pp.142-143)

Historicamente no Brasil, a identidade de interesses não foi gerada porque as condições sociais, políticas e de produção sempre impediram a transformação dos trabalhadores de classe em si para classe para si. Porque, a burguesia interrompe a sua emancipação, resultando em que uma parcela de trabalhadores reproduza a ideologia dominante e lute politicamente contra sua própria classe. Assim sendo, estamos diante de um processo comum ao modo de produção capitalista, mas que devido a todas as particularidades intrínsecas à forma de desenvolvimento econômico do país - que veremos detalhadamente no último item desse capítulo - se concretizam com essas características na atualidade. Como afirma Maar (2016):

Como agente histórico, o ser humano, inclusive no contexto de classe, é um produto, um ser *socializado* de modo determinado. Existe uma determinação do modo de produção capitalista e das correspondentes formas de organização da vida que é exercida sobre o processo histórico e seu próprio contexto de classe. (MAAR, 2016, p.220. Destaques no original)

Todavia, o que mais nos interessa nesse momento é entender – a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da teoria psicológica Sócio Histórica – como essa ideologia é apropriada pelos indivíduos e, por conseguinte, passa a determinar sua forma de agir e pensar no mundo, ou seja, como ela se constitui enquanto consciência nesses indivíduos. Mas, isso é assunto para analisarmos no último capítulo do presente trabalho.

Por agora, no item que se segue, veremos as contribuições que o Partido dos Trabalhadores, no tempo em que governou o país, trouxe para o segmento da classe

trabalhadora que se encontrava sem meios para auferir renda ou com renda muito baixa. Assim como as contradições geradas pelas condições impostas pela burguesia para permitir a execução daquelas suas propostas políticas, hoje entendidas como inerentes a sua forma de fazer política; ainda que o PT nunca tenha tido o governo antes.

3.2. Contexto político no Brasil de 2002 a 2016

Após a redemocratização no Brasil, de 1990 a 2002 tivemos no governo dois presidentes que adotaram políticas neoliberais para a gestão do país. O primeiro, Fernando Collor de Mello, filiado ao Partido de Reconstrução Nacional (PRN), partido que não existia até 1989, quando foi organizado pelo próprio Collor a partir do Partido da Juventude. Collor foi o primeiro presidente do Brasil eleito diretamente desde a década de 1960, tendo sido também o primeiro a sofrer impeachment.

O segundo presidente, Fernando Henrique Cardoso, também eleito após a redemocratização do país, foi um dos fundadores do PT, mas desde então é filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e iniciou a sua participação política ao ser nomeado como ministro das Relações Exteriores por Itamar Franco, o primeiro vice-presidente desse período a se tornar presidente. Também foi seu ministro da Fazenda, época em que ajudou a arquitetar o Plano Real, que tinha como principal objetivo estabilizar a inflação e, por isso, recebeu grande aceitação da população, que contribuiu para sua vitória no primeiro turno em 1994.

Ambos os governos foram marcados por medidas que serviam ao grande capital internacional, uma vez que durante todo esse período a proposta neoliberal foi implementada. O período de 1995 a 2002 foi quando ocorreram as maiores privatizações da história do Brasil. Empresas como a Vale do Rio Doce e Telebrás foram privatizadas, sob a alegação que o governo necessitava de recursos para impedir o agravamento da inflação. Contudo, tais privatizações não conseguiram conter o aumento da dívida que saltou de US\$ 269 bilhões em 1996 para US\$ 881 bilhões em 2002, como podemos observar na tabela a seguir. (SCHWARZBACH, 2008).

Tabela 1 Fatores Condicionantes da Evolução da Dívida (R\$ milhões)											
Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Divida líquida total - saldo	269 193	308 426	385 870	516 579	563 163	660 867	881 108	913 145	956 996	1 002 485	1 067 363
Divida líquida - var. ac. ano	60 733	39 233	77 443	130 709	46 584	97 704	220 241	32 037	43 851	45 488	64 879
Fatores condicionantes	60 733	39 233	77 443	130 709	46 584	97 704	220 241	32 037	43 851	45 488	64 879
NFSP	44 968	51 626	68 229	56 284	39 806	42 788	61 614	79 037	47 144	63 641	69 883
Primário	740	8 310	- 106	- 31 087	- 38 157	- 43 656	- 52 390	- 66 173	- 81 112	- 93 505	- 90 144
Juros nominais	44 229	43 317	68 335	87 372	77 963	86 444	114 004	145 210	128 256	157 146	160 027
Ajuste cambial	1 530	4 114	6 859	69 384	18 344	30 840	147 225	- 64 307	- 16 193	- 18 202	- 4 881
Divida mobiliária interna indexada ao câmbio	1 013	1 606	4 261	39 873	9 479	19 182	76 662	- 22 715	- 3 335	- 4 554	- 2 222
Divida externa - metodológico	517	2 509	2 598	29 511	8 864	11 658	70 564	- 41 592	- 12 858	- 13 648	- 2 659
Divida externa - outros ajustes ^{2/}	- 241	0	- 6	0	0	- 383	753	16 703	7 139	- 2 258	2 302
Reconhecimento de dívidas	15 220	- 207	15 216	14 014	8 672	25 439	14 286	605	6 514	3 262	- 375
Privatizações	- 745	- 16 301	- 12 854	- 8 973	- 20 238	- 981	- 3 637	0	- 753	- 954	- 2 049

Fonte: Schwarzbach (2008)

Situação diferente encontramos no período entre 2002 e 2016, quando tivemos no país os dois presidentes eleitos pelo mesmo partido – o Partido dos Trabalhadores (PT) – Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff, e que representavam uma parte dos partidos de esquerda no país.

O governo de Lula foi marcado por grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Mas, o que seus críticos têm destacado como importante foi a alteração da maneira como Lula apresentou suas propostas nas eleições 2002; optando por realizar uma coligação considerada como conciliação de classes, pela qual tanto a burguesia quanto os proletários e o restante da sociedade que vivia na miséria saíam ganhando. É que nas suas candidaturas anteriores, quando concorreu à presidência da República em 1989 e foi derrotado no segundo turno por Fernando Collor de Mello do Partido de Reconstrução Nacional (PRN), e em 1994 e 1998, quando perdeu para Fernando Henrique Cardoso do PSDB se apresentava como o candidato da classe mais pobre do país. Assim, em 2002, foi eleito presidente do Brasil com votação recorde de 50 milhões de votos. Reelegeu-se em 2006, vencendo, em segundo turno, o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin.

Negociando com o capital nacional e estrangeiro, então representado por Fernando Henrique Cardoso, que afirmou que Lula não destruiria as políticas que os beneficiava, a sua eleição e posse foram viabilizadas. Mas, por essa forma de governo de coligação, suas gestões contemplaram a continuidade das ações neoliberais para os mercados. O que contradisse, até certo ponto, as recomendações oriundas das correntes políticas de esquerda.

[...] o governo Lula manteve os padrões macroeconômicos neoliberais da era Cardoso e sua contrarreforma, reproduziu o que Florestan considera o nosso *drama crônico* (a subordinação ao mercado mundial e a ausência da incorporação dos “de baixo”), e estrangendo toda a anunciada transição econômica, impôs uma política social medíocre. Contudo, isso não quer dizer que não se realizou parte do que Fernandes supôs ser a nossa “segunda via”, agora, não mais de superação, mas de avanço do subdesenvolvimento. (MARQUES, 2012, p. 106. Destaques no original)

As diferenças entre os governos de conciliação de Lula, e o governo com mais propostas neoliberais de FHC são grandes.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a dívida pública— metade da qual avaliada em dólares — tinha dobrado, e o déficit em conta de então era duas vezes a média da América Latina, as taxas de juros nominais estavam acima dos 20%, e a moeda havia perdido metade do seu valor na corrida eleitoral. (ANDERSON, 2011, p.02)

Os dados a seguir resumem algumas das diferenças entre os dois governos e, é importante observá-las para que possamos verificar onde o governo petista se destacou em relação ao seu antecessor – mesmo adotando as medidas neoliberais que lhes foram impostas.

QUADRO DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL – GOVERNO DO PT

INDICADORES	CONSEQUENCIAS
<p>1. Ranking das maiores economias</p>	<p>Em 2002, o Brasil ocupava a 13ª posição no ranking global de economias medido pelo PIB em dólar, segundo dados do Banco Mundial e FMI. Chegou a ser o 6º em 2011, desbancando a Grã-Bretanha, mas voltou a cair. Hoje, é a 9ª maior economia do mundo de acordo com esse indicador, que sofre grande influência do câmbio - e, portanto, foi bastante afetado pela desvalorização do real.</p> <p>Se considerarmos o PIB medido por Paridade de Poder de Compra (PPC), que procura, justamente, neutralizar esse efeito do câmbio, temos que o Brasil ocupou a 7ª e 8ª posição no ranking ao longo dos últimos anos.</p> <p>Nos últimos 13 anos a média de expansão do PIB foi de 2,9%, contra 2,5% da média do governo Fernando Henrique Cardoso.</p>
<p>2. IDH e combate à pobreza</p>	<p>A nota do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, que era de 0,649 no início dos anos 2000, chegou a 0,755 hoje, o que indica uma melhora. Esta pesquisa considera indicadores como a esperança de vida ao nascer, a expectativa de anos de estudo e a renda <i>per capita</i>. Como resultado, cada país recebe uma nota que vai de 0 a 1.</p>

INDICADORES	CONSEQUENCIAS
	<p>No relatório da ONU de 2015 sobre o índice, o Bolsa Família é retratado como uma espécie de modelo de programa social bem-sucedido. "Desde que o programa foi lançado, 5 milhões de brasileiros deixaram a extrema pobreza. E por volta de 2009 o programa havia reduzido a taxa de pobreza em 8 pontos percentuais."</p> <p>Também é destacado o aumento da escolaridade no país e os avanços no combate à miséria, o que vai ao encontro da avaliação de especialistas consultados pela BBC Brasil, que veem nas políticas sociais o maior legado positivo dos 13 anos do PT no poder no Brasil.</p> <p>Angel Melguizo, chefe da unidade de América Latina e Caribe do Centro de Desenvolvimento da OCDE, por exemplo, destaca que nos últimos anos os índices de pobreza brasileiros caíram pela metade com a emergência de uma nova classe média.</p> <p>Para Otaviano Canuto, diretor-executivo para o Brasil no FMI, "políticas sociais para potencializar mudanças estruturais" são de fato "um grande legado" dos governos do PT.</p>
<p>3. Gini - Desigualdade</p>	<p>Outro indicador que também teve uma melhora foi o da desigualdade de renda, que vai de 0 a 1,0 (0 representa total igualdade). O coeficiente Gini do Brasil, nos cálculos do Banco Mundial, passou de 58,6, em 2002, para 52,9, em 2013 (último dado disponível).</p> <p>Na época, a ONU destacou o efeito sobre a desigualdade do aumento real do salário mínimo - de 80% entre 2003 e 2010 - e dos esforços para a formalização do mercado de trabalho brasileiro, além dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.</p> <p>"Isso mostra que mesmo com o <i>boom</i> das <i>commodities</i> impulsionando a economia brasileira, a trajetória dos índices de desigualdade no país poderia ter sido diferente não fossem essas políticas adotadas (durante o governo do PT). O legado (do partido) nessa área é grande."</p> <p>O economista de Oxford diz ser difícil prever o que vai acontecer daqui para frente, mas não descarta retrocessos nesse indicador. "Isso vai depender das políticas adotadas pelo novo governo, que chega prometendo fazer ajustes e cortes de gastos."</p>
<p>4. Percepção de corrupção</p>	<p>Conforme a percepção da corrupção da Transparência Internacional (TI), desde 2012, os indicadores para o Brasil permaneceram relativamente estáveis. "Com a exceção de 2015, quando tivemos um aumento muito grande da percepção de corrupção, que levou o país a cair do 69º ao 76º lugar no ranking, principalmente como efeito da Lava Jato", diz Brandão coordenador do Programa Brasil da TI.</p> <p>Segundo o coordenador da TI, a percepção da organização é de que o país avançou no combate à corrupção desde 2002 - embora a maior parte desse "avanço" não tenha ocorrido por mérito do governo.</p>

INDICADORES	CONSEQUENCIAS
	<p>"Tivemos uma evolução institucional grande e um aumento da sociedade. Hoje temos a lei contra a lavagem de dinheiro, a lei anticorrupção, a da ficha limpa, de acesso a informação e etc. Instituições como o Ministério Público, a Polícia Federal e o próprio sistema judiciário também têm demonstrado grande autonomia."</p> <p>O governo Dilma, na avaliação de Brandão, teria sido marcado por um certo "pudor republicano" que favoreceu o combate a corrupção em alguma medida, embora em algumas ocasiões esse pudor possa ter sido abandonado (por exemplo, se forem comprovadas as tentativas do governo de interferir na Lava Jato, como denunciou o ex-líder do governo no Senado Delcídio do Amaral).</p> <p>"No Brasil, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, foi reconduzido ao cargo em meio à Lava Jato. O Supremo Tribunal Federal também tem agido com autonomia, apesar de muitos de seus membros terem sido indicados pelo PT [...]."</p>
5. PISA - Educação	<p>Em 2000, primeiro ano em que o Brasil fez parte do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), da OCDE (a organização dos países ricos), o país ficou em último lugar entre 32 nações.</p> <p>O programa tem como objetivo avaliar e comparar o resultado de sistemas educacionais no mundo por meio de uma série de testes aplicados a estudantes.</p> <p>No último relatório, publicado no final de 2013, agora com dados de 65 países (alguns ricos, como Japão, Suíça e Alemanha), o Brasil ocupou a posição 55 no ranking de leitura, 58 no de matemática e 59 no de ciências. Ou seja, comparativamente avançou em relação a 2000, ainda que pouco.</p> <p>Para Melguizo, da OECD, porém, é natural que a melhora tenha sido lenta porque a grande conquista do país nos últimos anos foi na questão da "cobertura do sistema", ou seja, no acesso à escola e universidades.</p> <p>"Esse era um processo necessário. Falta agora avançar na questão da qualidade do ensino e também na educação para o trabalho. Mas não acho que devemos ver essa melhora lenta com pessimismo", diz ele.</p> <p>"Na questão da cobertura o avanço foi significativo."</p>
6. Ambiente para negócios	<p>A questão do ambiente para os negócios é outra área em que os especialistas veem certa estagnação como saldo dos 13 anos do governo petista - com deterioração na gestão Dilma.</p> <p>Alguns índices internacionais parecem corroborar essa percepção. Em 2002, o país ficou no 46º lugar entre 80 países no ranking de competitividade global calculado pelo World Economic Forum (WEF), que considera dados sobre as condições de se fazer negócio pelo mundo.</p>

INDICADORES	CONSEQUENCIAS
	<p>Em 2015, ocupou a 75ª posição entre 140 países, após cair 18 posições em um ano em função de problemas como o aumento da pressão inflacionária, a alta da percepção de corrupção e a deterioração da confiança em instituições. Foi a pior classificação do país desde que o índice de competitividade global foi criado, nos anos 90.</p> <p>O relatório de 2015 do WEF destaca, porém, o avanço do Brasil na questão do transporte aéreo e infraestrutura, apesar de esse ainda ser considerado um dos gargalos da economia brasileira. E cita o grande mercado consumidor do país como um dos fatores que ainda o torna atrativo para investidores.</p> <p>Para Ribeiro, da Tendências, o ambiente para negócios piorou principalmente a partir de 2011. "Tivemos muitas mudanças nas regras do jogo, mais impostos para uns, subsídios para outros e tentativas do governo de intervir em determinados setores que não deram certo, como no setor elétrico", diz.</p>

Quadro demonstrativo elaborado com base em COSTAS, R. BBC, 2016

Temos, na análise de Singer (2009), uma forma de governo realizada por Lula que ele denominou de lulismo. Trata-se da representação da fração mais pobre da sociedade, que sempre foi deixada de lado nos governos anteriores no país, e que graças ao realinhamento do eleitorado – mudança de intenção de voto a favor de Lula – que ocorreu em 2006 mantém uma parcela importante do voto para Lula. O lulismo, para Singer (2009), baseado na obra de Karl Marx, O dezoito brumário de Luís Bonaparte, seria uma espécie de bonapartismo.

Os eleitores de baixa renda comporiam, em sua maioria, aquilo que o autor denomina o subproletariado. Os subproletários seriam aqueles trabalhadores que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Esse subproletariado, cuja renda encontrar-se-ia na faixa de até dois salários mínimos, abarcaria 47% de todo eleitorado brasileiro, ou seja, seria, de longe, a (fração de) classe mais numerosa do país e, por isso, dotada da capacidade de decidir o resultado das eleições. Fariam parte dessa fração de classe/camada de renda os empregados domésticos, assalariados a serviço de pequenas empresas e trabalhadores destituídos de capacidade de organização e de pressão e, por conseguinte, sem as condições mínimas para participar da luta de classes [...]. A relação que os governos petistas vão entabular com essa base social politicamente desorganizada, relação que boa parte dos pesquisadores caracteriza como neopopulista, é concebida, na análise de Singer, como uma relação de tipo bonapartista. (BOITO, 2013, p.172)

A eleição de Lula no ano de 2002 deu-se em grande parte por eleitores das chamadas camadas médias e altas da sociedade. Contudo, com o escândalo do mensalão, em 2005, e o cerco político-midiático que se acirrou ainda mais na candidatura do presidente, o número desse tipo de eleitor diminuiu drasticamente. (SINGER, 2009)

Enquanto essas camadas mais abastadas deixavam de ser eleitorado de Lula para seu próximo mandato, uma parcela enorme da população de baixa renda começou a se interessar pela forma de governo do presidente e buscar sua reeleição. Na Tabela que se segue, Singer (2009) aponta o número de eleitores por candidato nas eleições de 2006 com base em suas rendas.

TABELA 2
Intenção de voto por renda no 1º turno de 2006

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Lula	55%	41%	30%	29%	45%
Alckmin	28%	38%	45%	44%	34%
Heloisa Helena	6%	9%	14%	11%	9%
Cristovam	1%	3%	4%	5%	2%
Outros	1%	1%	0,3%	2%	1%
BR/Nulo/Indecisos	8%	9%	7%	9%	9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Singer (2009)

TABELA 3
Intenção de voto por renda no 2º turno de 2006

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Lula	64%	56%	44%	36%	57%
Alckmin	25%	35%	46%	54%	33%
Br/Nulo/Não sabe/Não opinou	10%	9%	11%	10%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Singer (2009)

O Brasil teve, portanto, uma divisão clara entre os eleitores ricos e pobres em relação à orientação do voto para os dois candidatos mais votados. Essa diferença gritante entre os eleitores que recebiam até 2 salários mínimos e a classe que recebia acima de 10 salários mínimos nem sempre correspondeu a um padrão nas candidaturas

de Lula. Como pudemos ver anteriormente, Singer (2009) havia apontado que nas eleições de 1989, onde Lula concorria com Collor, o eleitorado mais pobre estava ao lado de Collor e que Lula era quem angariava mais votos dos ricos. Como podemos observar na seguinte tabela:

TABELA 4 Intenção de voto por renda no 2º turno

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM
Collor	51%	43%	40%	40%
Lula	41%	49%	51%	52%
Nenhum/BR/Nulo/Não sabe/Não opinou	8%	8%	9%	8%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Singer (2009)

Anderson (2011) afirma que parte da corrupção na base do Partido dos Trabalhadores (PT) que atingiu o governo Lula é algo que deve ser analisado em uma perspectiva histórica. Pois, o financiamento ilegal de campanhas políticas por doadores que, posteriormente, exigiam favores em troca, sempre existiu na política brasileira. Tanto que nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representante legítimo do neoliberalismo e da direita nacionais, houve vários escândalos desta mesma dimensão de ilegalidade que acusam os governos do PT de ter incorrido. Como, por exemplo, a compra de votos no Congresso Brasileiro para a prorrogação do seu mandato.

As alianças que se estabeleceram no início da candidatura de Lula não aconteceram como José Dirceu – então chefe de gabinete do presidente em seu primeiro mandato – gostaria que acontecesse. Apesar de Dirceu querer estabelecer um acordo com partidos de centro da Câmara, Lula optou por fazer alianças com diversos partidos menores. Contudo, esses partidos também exigiriam sua parte na corrupção, que é exatamente de onde surge o mensalão. (ANDERSON, 2011)

Diferente de FHC, Lula tinha pouquíssimos aliados no Congresso. Este fato explica a corrupção organizada do partido para angariar mais votos e terem suas propostas aprovadas. "[...] com um pequeno grupo de deputados e um ainda menor grupo de aliados espontâneos na legislatura, o PT foi levado a subornar em maior escala para obter maiorias temporárias no Congresso." (ANDERSON, 2011, p. 26)

O estouro na mídia sobre a corrupção petista não foi simplesmente algo parcial e organizado. A grande mídia brasileira sempre fora hostil ao mandato de Lula. Com todo

o ódio acumulado e o material necessário, deu-se então uma enorme perseguição política e midiática ao presidente. "[...] a imprensa brasileira passou a cobrir em grande escala o escândalo do mensalão, sem poupar nenhuma conjectura letal ou detalhe prejudicial." (ANDERSON, 2011, pp. 26-27). Apesar de extrapolar o período escolhido para esta dissertação, vale registrar que até o presente a parcialidade da grande imprensa brasileira continua: acusam o PT e o ex-presidente Lula sem provas, mas não noticia os escândalos do atual governo do presidente Michel Temer, que assumiu a cadeira logo após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff se concretizar.

Sitiado na mídia e severamente criticado em seu mandato, Lula pode contar com duas reservas de emergência que não apenas salvaram sua posição, mas a transformaram. O primeiro foi a volta do crescimento econômico sustentado. Depois de um período considerado como a pior estagnação do século — um crescimento médio anual de 1,6% na década de 1990, aproximando-se de não mais de 2,3% em oito anos de FHC —, o PIB chegou ao patamar de 4,3% de 2004 até 2006. (ANDERSON, 2011, p. 28)

Para Anderson (2011), o governo de Lula foi marcado desde seu início pelo compromisso que ele havia travado com os mais pobres. Contudo, um acordo entre os mais ricos e poderosos deveria ser realizado, tudo para acabar com a miséria de uma forma até então nunca realizada.

O Programa Bolsa Família, concomitante com os aumentos substanciais do salário mínimo, fizeram uma grande diferença para a população pobre, bem como, o Estatuto do Idoso que, também, se tornou um diferencial na economia. Assim, foi surgindo um novo eleitorado que o reelegeu em 2006. Houve também um incentivo aos trabalhadores do setor informal - que compunham 80% da força de trabalho brasileira, através de empréstimos e financiamentos concedidos pelos bancos. Contudo, o que reforçou ainda mais o efeito dessas mudanças foi a introdução do Crédito Consignado, estes empréstimos bancários eram, em sua maioria, utilizados para a compra da casa própria, sendo o reembolso realizado diretamente do salário mensal ou das pensões. Todos esses incentivos juntos fizeram com que o consumo popular aumentasse, gerando uma expansão nunca vista até então, o que, por sua vez, expandiu o mercado interno e gerou novos empregos. (ANDERSON, 2011)

Todas as políticas adotadas pelo governo petista na tentativa de mostrar que os interesses numa sociedade de classes antagônicas são os mesmos, nega os pressupostos socialistas de transição ao comunismo marxista. Assim, essa forma de se fazer política apenas apresenta características disfarçadas da mesma expropriação da força de trabalho

típicas do capitalismo, mas com consequências desastrosas para a emancipação consciente da classe trabalhadora.

Esta “inclusão” parte de um caractere típico da *democracia de cooptação*, do modo tradicional, patrimonialista e oligárquico de “fazer política” no país, através da compra de apoio com distribuição de cargos públicos e o reforço às funções ditatoriais permanentes do “Estado constitucional” (a exemplo dos programas voltados para os trabalhadores em parceria com o movimento sindical com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT). Outro aspecto importante e indisfarçável deste “novo” exercício democrático, como parte de sua cooptação às classes subalternas, já distanciadas de suas direções muito antes da posse do governo, é a resignificação da cidadania, revestida de uma ética populista, para além de seu caráter contrarreformista. (MARQUES, 2012, p. 109. Destaques no original)

Apesar de tais medidas se mostrarem em sua aparência como ganhos para a população mais miserável do país e aumentar os lucros das classes de maior poder aquisitivo, o governo Lula foi abalado, em meados de 2005, pelo escândalo do mensalão. Isso fez com que grande parte do eleitorado de Lula mudasse seu voto, principalmente a pequena burguesia. "Insatisfeita com o mensalão, grande parte do eleitorado de classe média que havia apoiado Lula em 2002 o abandonou, enquanto os pobres e os idosos votaram nele em maior número do que antes." (ANDERSON, 2011, p.8). Assim, a mudança de votos de grande parte da população mais pobre em favor de Lula proporcionou um segundo mandato mais seguro e bastante promissor para Lula.

Estimulado pelo sucesso socioeconômico e por uma vitória política ainda mais contundente, o segundo mandato de Lula foi muito mais confiante do que o primeiro. Agora, ele não era apenas o dono indiscutível da afeição popular, na condição de primeiro presidente a conseguir um modesto bem-estar para uma grande parcela de seu povo, mas controlava de modo completo a sua própria administração. (ANDERSON, 2011, p.8)

O segundo mandato de Lula deixou um legado para o país, no seu final a economia apontava para um crescimento de 7%, além de descobrir jazidas de petróleo na costa brasileira.

Mas, um dos maiores erros do governo Lula, e uma das contradições de sua política foram justamente a desmobilização gradual das massas. Como por exemplo, os sindicatos que antes organizavam mais de 30% da força de trabalho formal na década de 1980, caiu vertiginosamente aos 17% no final de seu mandato. (ANDERSON, 2011).

Apesar de o impulso desenvolvimentista ter ocorrido durante duas décadas após a crise da dívida no fim dos anos 1970 e ter sido mantido até o governo do general

Ernesto Geisel, os responsáveis por frear esse processo se inicia pela linha sucessória que vai do general João Baptistas Figueiredo, seguidos de José Sarney, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Isso é importante de mencionar, visto que o desenvolvimentismo que Lula tentou implementar se deu sobre uma terra já devastada há anos. (SINGER, 2016)

É interessante notarmos que apesar dos avanços citados acima durante anos de governo petista houve muitos elementos contraditórios e elementos estruturais importantes que foram deixados de lado.

Beneficiado pelo *boom* das *commodities*, o reformismo fraco dos governos petistas, apesar de não romper de maneira radical com o padrão estabelecido desde a Nova República, retomou a partir de 2003, de maneira diluída, aspirações derrotadas em 1964. Conseguiu reduzir desigualdade, sobretudo por meio da política de aumento do salário mínimo e de expansão do emprego, mas também mediante programas específicos, dos quais se poderia destacar o Bolsa Família, o apoio à pequena agricultura, o subsídio à moradia popular e a facilitação do acesso à universidade às camadas de baixa renda, entre outros. Ao mesmo tempo, na medida em que buscou avançar sem fazer transformações estruturais – seja no plano dos direitos, seja no da economia ou da ideologia –, a segunda experiência desenvolvimentista caracterizou-se pela extrema ambiguidade. (SINGER, 2016, p.12. Destaques no original)

De fato, essa ambiguidade iria acabar se refletindo em diversas críticas realizadas principalmente pela direita política. Entre elas se destacam: o caos e a violência urbana, o sucateamento da educação e da saúde, a desinformação em massa e o ódio de classes. Isto é, “Viu-se a inclusão de vastos setores no processo violento de valorização do capital, implicando uma integração que, contraditoriamente, não significava necessariamente cidadania.” (SINGER, 2016, p.13)

O conjunto de medidas sociais, políticas e econômicas durante os oito anos de governo lulista sintetizam, segundo Singer (2016), a essência das críticas pela oposição direcionadas a apenas um partido, ou por parte dos seus famosos opositores. Em resumo, as contradições e combinações incomuns apontadas pelo autor são as seguintes:

Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas. (SINGER, 2016, p.13)

Dilma foi quem mais sofreu com as investidas capitalistas iniciadas após a crise financeira de 2008. Levar adiante a tática democrática de cooptação implementada

durante a era lulista parecia impossível. Contudo, sua reação, segundo Singer (2016), foi tentar adotar uma política de modernização universalizante, que era claramente contraposta ao modelo conservador. Então, Dilma entra em conflito com o grande capital.

É claro que quem pagaria as contas de toda essa política de acordos com a burguesia seria o proletariado. A classe trabalhadora se viu, nesse processo, mais uma vez, ameaçada. Só que os resultados desses doze anos de conciliação afetariam não só a cartilha de lutas dos trabalhadores em busca dos seus direitos, mas também colocaria um abismo entre a transição de *classe em si* para *classe para si*. Isto é, enquanto classe organizada coletivamente na busca de sua emancipação política e de espaço nos aparelhos do Estado.

Aos trabalhadores, a aposta em uma via etapista burguesa de revolução “dentro da ordem” confrontou-se com sua frágil organicidade de classe, produzindo consequências ainda mais negativas, como a neutralização de seus mecanismos reivindicativos próprios e originais. Tal feito apenas protelou o retardamento da solidariedade e identidade classista entre a base dos trabalhadores, que guiados por uma aliança pueril à burguesia, nunca avançaram para além de propostas nacional-populistas. (MARQUES, 2012, p. 52)

Para Fernandes (1979) a história de dependência do capitalismo do grande capital contribui para esse tipo de burguesia, tão característica do nosso país. Em se tratando de uma classe oligárquica e autocrática, atrasada em seu cerne, tende a controlar todos os espaços políticos para manter a ordem, mecanismos fundamentais para uma classe se manter hegemônica.

Na verdade, sob o capitalismo dependente a dominação burguesa não deve, apenas, consolidar a continuidade da ordem contra as “pressões internas”, que se tornam perigosas e até mortais para a burguesia, quando são pressões do proletariado em aliança com os setores rebeldes das classes médias e das classes destituídas. Ela deve, também, consolidar a continuidade da ordem contra as “pressões externas”, das burguesias das nações capitalistas hegemônicas, de seus governos e de suas associações internacionais. Para garantir-se neste nível, a burguesia dos países capitalistas dependentes e subdesenvolvidos tende para coalizações oligárquicas e composições autocráticas, o meio mais acessível, ao seu alcance, para forjar e controlar o espaço político necessário aos seus ajustamentos com o “sócio maior”, a burguesia das Nações capitalistas hegemônicas e seus padrões de dominação imperialista. Tudo isso faz com que a dominação burguesa se converta, muito mais clara e duramente que nas Nações capitalistas hegemônicas, em ditadura de classe. (FERNANDES, 1979, pp. 49-50. Destaques no original)

Apesar das incontáveis novidades que se seguiram, a delimitação temporal da análise sobre o nosso objeto nos permite investigar a situação política até o ano de 2016, quando ocorreu o impeachment da então presidenta Dilma Roussef, quando fazemos o desfecho desse recorte. Além disso, o período que compreende o ano de 2013 a 2016, foi quando pudemos notar a maior incidência de discursos de ódio direcionados, principalmente, ao Partido dos Trabalhadores, sob o véu de um confuso confronto político ideológico entre esquerda e direita, que analisaremos no item seguinte.

3.3. Esquerda e direita: identificação ideológica e identificação partidária

Para que possamos entender melhor a relação entre a ideologia política partidária e os discursos de ódio manifestados após o quarto mandato do Partido dos Trabalhadores, no segundo governo da presidenta Dilma Roussef, devemos analisar antes qual era o tipo de eleitorado que vinha se dividindo entre a esquerda e direita nas últimas eleições e de qual classe econômica eram oriundos os eleitores que se posicionavam entre esses posicionamentos políticos. A fim de esclarecer estas questões, utilizaremos como base duas obras do cientista político André Singer: *Esquerda e Direita no Eleitorado brasileiro* (2002) e *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* (2016), além de outros autores que também trabalham com esta temática.

Os posicionamentos políticos de esquerda e direita remontam à Revolução Francesa, no final do século XVIII. Quando nas assembleias francesas durante o segundo período da Revolução Francesa (1789-1799) para criação da nova Constituição, os partidários do rei não quiseram ficar do lado esquerdo, perto dos mais pobres e favoráveis à revolução. Optaram por sentar do lado direito. Assim, do lado esquerdo do rei situavam-se os delegados que se identificavam com o igualitarismo e reforma social, enquanto que do lado direito, ficavam os delegados identificados com a aristocracia e conservadorismo. Essa distinção espacial entre a defesa da ordem ou mudança, durante o século XIX, passa a ser associada entre o liberalismo e conservadorismo. (MADEIRA & TAROUÇO, 2013)

As mudanças no conteúdo das definições dos dois posicionamentos políticos irão variar muito ao longo da história, principalmente levando em consideração as particularidades do desenvolvimento econômico de determinado país, assim como a

perspectiva teórica, o contexto cultural e as concepções normativas dos analistas. (MADEIRA & TAROUCO, 2013)

Além disso, fala-se sobre a adesão por parte dos partidos políticos às questões pós-materialistas, que seria praticamente a congruência política entre eleitores e representantes políticos sobre temas como "[...] igualdade econômica, aborto, eutanásia, integração europeia e multiculturalismo são pouco consensuais e dificilmente podem ser previstos e incorporados na dimensão esquerda e direita." (SCHEEFFER, 2014, p.17)

Para Madeira e Tarouco (2011):

O surgimento das questões pós-materialistas, a queda do muro de Berlim e o colapso da União Soviética impactam profundamente o cenário político internacional, contribuindo com uma sensação crescente de indiferenciação dos partidos políticos. Esta polêmica se materializa, por exemplo, no debate entre N. Bobbio (1995) e A. Giddens (1996) sobre a possível dissolução dos conceitos de esquerda e de direita. (TAROUCO e MADEIRA, 2011, p. 172)

Segundo Silva (2014) o conceito político de esquerda e direita para Bobbio aparece mais atrelado às tensões entre os dois posicionamentos e sobre as consequências inerentes dessas tensões. Isso porque o autor vê as diferenças a partir do escopo da igualdade, sendo a esquerda quem defende a igualdade e maior justiça social e a direita quem vê as diferenças sociais como algo inevitável na sociedade.

Levando isso em consideração, passemos agora ao campo das pesquisas sobre ideologia realizadas no Brasil. Estas pesquisas, tanto sobre o eleitorado brasileiro, quanto sobre o posicionamento político partidário nem sempre foram realizadas levando em consideração o aspecto ideológico de partidos ou posições políticas - esquerda, centro e direita - sobre seus eleitores na hora do voto. Segundo Singer (2002), diversas pesquisas só começaram a ser realizadas no Brasil a partir da década de 1990 e isto, de certa forma, é muito preocupante, pois é insignificante o conhecimento produzido até hoje (pouco mais de duas décadas) sobre quem é o brasileiro que vota e coloca seu representante no poder. Diferentemente das abordagens e teorias que compõem a bibliografia internacional sobre o tema.

Singer (2002) aponta o autor Lipset (1967) como o precursor nas pesquisas internacionais que indica a ideologia como a principal orientadora do voto de todo sujeito político. No livro *Political Man* de 1959, foi realizada uma série de estudos com o objetivo de entender como se situa o comportamento eleitoral nas democracias ocidentais, sobre o que o autor buscou formular uma teoria. Segundo Singer (2002),

Lipset conclui que “[...] o elemento mais constante da história eleitoral, ao longo das décadas e dos países observados, está na ligação entre classes sociais e partidos. Em outras palavras, o poder aquisitivo do indivíduo inclina-o para determinada opção política.” (SINGER, 2002, p.22)

Ainda baseado na teoria de Lipset, Singer (2002) afirma que a ligação entre as classes sociais e os partidos políticos possuem como fator principal, a ideologia. Assim, é certo afirmar que é por causa da ideologia que o cidadão passa a reconhecer os partidos para além das políticas imediatas que propõem.

Desse modo, a ideologia teria um papel importante na direção do sufrágio, uma vez que funcionaria como um sinalizador da posição de classe dos partidos. A ideologia é uma linguagem comum aos partidos e aos eleitores. Nessa gramática, estar à esquerda significa favorecer mudanças em direção à igualdade e estar à direita significa recusá-las em nome da ordem. (SINGER, 2002, p.24)

Outro autor que chega a resultados semelhantes aos de Lipset, mas utilizando outros fundamentos metodológicos, é Downs (1957). Ele afirma haver um comportamento racional do eleitor quando este está prestes a votar, age como se fosse um consumidor no mercado. Isto é, seu pressuposto é de que os eleitores buscam diminuir seus custos e aumentar seus benefícios. Por outro lado, os partidos não representariam os interesses desse cidadão, apenas o objetivo de ganhar as eleições (SINGER, 2002)

A identificação das identidades e perfis partidários pela sua posição unidimensional (na dimensão esquerda-direita), está vinculada a uma determinada concepção teórica acerca da competição partidária, qual seja, a teoria econômica da democracia [...], segundo a qual os partidos movem-se ao longo do espectro ideológico formulando propostas de políticas para obter votos em busca dos quais se permitem mudar de posição. (MADEIRA E TAROUÇO, 2013, p. 151)

Para Downs (1957), apesar dos partidos não representarem classes e o voto ter um caráter individual, a ideologia, ainda assim, representaria uma parcela importante na escolha do voto. Isso porque a ideologia se configura como uma linguagem sintética, ou seja, quando um partido está bem posicionado ideologicamente, ele passa a economizar custos de informação para o eleitor.

O valor da ideologia é que ela diferencia os partidos a partir de lemas e bandeiras simples e compreensíveis. Com isso, o eleitor consegue diferenciar

os partidos sem precisar conhecer as inúmeras políticas específicas que cada um deles propõe para o futuro ou adotou no passado. (SINGER, 2002, p.25)

É interessante notar que esses apontamentos sobre ideologia levantados por Singer e demais pesquisadores, lembram o que já dizia o famoso e polêmico sociólogo francês Gustave Le Bon a mais de um século atrás, em sua obra *Psicologia das Multidões*, publicada pela primeira vez em 1895:

Quaisquer que sejam as ideias sugeridas às multidões, só se poderão tornar dominantes se se revestirem de uma forma muito simples e lhes aparecerem representadas sob o aspecto de imagens. Estas ideias-imagens não se ligam entre si por nenhum laço lógico de analogia ou sucessão; podem substituir-se umas pelas outras, como os vidros da lanterna mágica que o operador tira da caixa onde estavam guardados. Isso torna possível observar nas multidões uma sucessão de ideias totalmente contraditórias. Segundo as circunstâncias do momento, a multidão ficará sob a influência de uma ou outra das ideias guardadas no seu entendimento e cometerá por isso os atos mais contraditórios, sem que a sua total ausência de espírito crítico lhe permita aperceber-se dessas contradições. (LE BON, 1980, p. 30)

Isto é, a ideologia como um todo seria facilitada pela economia das palavras, e pelo uso de imagens ou símbolos.

Em outra linha de pesquisas, as da Escola Psicossociológica de Michigan, afirma-se que a identificação partidária é que deve ser considerada o determinante estrutural do voto. Aqui, diferentemente de Lipset e Downs, “[...] a identificação teria um sentido psicológico, afetivo, não estando necessariamente ligada a conteúdos programáticos ou ideológicos.” (SINGER, 2002, p.28). Ou seja, um indivíduo que se identifica mais como de esquerda do que de direita, tenderia a votar em partidos de esquerda e vice-versa.

Juntando tanto os conteúdos das pesquisas de Downs quanto da Escola Psicossociológica de Michigan, outro pesquisador, Sartori (1982), afirma ser possível correlacionar os votos pelo que ele chama de voto por questão (escolha racional) e o voto por identificação (escolha afetiva) e incluir nesse contínuo o voto por imagem do partido, que se configuraria como um tipo de voto ideológico. O voto por imagem ajudaria a entender o comportamento mais frequente de todo eleitorado, que é justamente um conjunto tanto da posição do partido em relação a determinadas questões, como também de pura identificação por imagem do partido. Assim teríamos um misto dos dois, no qual a ideologia do partido teria um papel preponderante nesse processo. Dessa forma, a imagem seria para Sartori:

[...] um vago pacote de políticas e programas condensado numa palavra ou frase, e por ela transmitido. “Bom para os trabalhadores”, ou, ainda melhor, “partido dos trabalhadores” é uma imagem (e não uma questão). Os rótulos liberal e conservador, progressista e reacionário, esquerda e direita exemplificam tipicamente as imagens pelas quais os partidos procuram passar à frente uns dos outros. (SARTORI, 1982 apud SINGER, 2002, p.33. Destaques no original)

Portanto, como pudemos observar, o voto por imagem é composto tanto da expectativa racional quanto da identificação. Dessa forma, podemos entender que Sartori pressupõe que a maior parte do eleitorado não possui um pensamento político logicamente estruturado.

Outra pesquisa importante foi a realizada por Levitin e Miller (1979), que buscaram analisar a distribuição dos eleitores na Escala de Identificação Ideológica, além de sua correlação entre o autoposicionamento e o voto nas eleições de 1972 e 1976 nos Estados Unidos. A coleta de dados se deu através de perguntas aos entrevistados, onde estes deveriam se posicionar em uma escala de sete pontos, em que um extremo é a posição liberal e outro a posição conservadora. Em seguida, foi pedido aos sujeitos da pesquisa que se posicionassem perante grupos e indivíduos da cena política americana. E, na parte final, aplicou-se uma questão denominada “feeling thermometer”, onde o sujeito deveria expressar em graus, seu sentimento em relação a candidatos liberais e conservadores. (SINGER, 2002)

Singer (2002) afirma que os trabalhos de Levitin e Miller abriram novos horizontes no que diz respeito aos estudos do comportamento eleitoral, além é claro, de refutar boa parte das pesquisas realizadas pela Escola Psicossociológica. Portanto, segundo Singer (2002) e, de acordo com essas pesquisas, podemos concluir que:

O voto ideológico, como, aliás, está claro na formulação de Downs, não é necessariamente um voto altamente informado sobre as questões em jogo. Em geral, ele pode até ser exatamente o contrário, como sugere a escola econômica: um meio de contornar a necessidade de tomar conhecimento delas. Ao tornar voto ideológico e voto estruturado uma coisa só, e constatar a desestruturação do público de massa, a escola psicossociológica havia descartado ambos. Sartori, de um lado, e Levitin e Miller, de outro, recolocaram a ideologia no seu papel de sinalizadora de orientações, para cujo entendimento não é requerida alta sofisticação. (SINGER, 2002, p.35)

De modo geral, as pesquisas realizadas ao longo desses vinte anos, trouxeram à tona as ideias originais de Lipset – autor citado no início do texto – e sua conclusão que o voto se vinculava fortemente ao posicionamento ideológico e partidário do sujeito. De certa forma, o que muda na compreensão dessas pesquisas é que quando se fala em

identificação ideológica está se tratando da vinculação a uma determinada imagem, e que pode ser realizada pela maioria do eleitorado, isto é, o sujeito não necessariamente precisa ter vasto domínio sobre a cultura política.

Ao contrário dos estudos realizados pelos pesquisadores internacionais, nos quais percebemos a revalorização da ideologia na determinação do voto, no Brasil, grande parte das pesquisas sofreu influência da Escola Psicossociológica de Michigan, a qual enfatiza a desestruturação cognitiva do eleitorado, relacionando-a a um forte apelo afetivo. Segundo Singer (2002), isso tem grande chance de estar relacionado ao golpe de 1964, que interrompeu um processo evolucionário das pesquisas sobre ideologia.

Para o autor:

Os trabalhos sobre o período autoritário infletem, então, no sentido de Michigan e já não se referem mais à escala esquerda-direita. Uma terceira onda de estudos eleitorais começa a reintroduzir, ainda que timidamente, as categorias de esquerda e direita na análise a partir dos anos 80, porém sem incorporar a revisão ocorrida na literatura internacional. Por fim, na década de 1990, inicia-se uma quarta leva de estudos, os quais incorporam plenamente as categorias ideológicas na avaliação do comportamento eleitoral. (SINGER, 2002, p.41)

Singer (2002) deixa claro que os problemas relacionados às pesquisas no Brasil sobre essa temática devem ser levados em consideração tomando o contexto social e político do país como determinante. Entre 1945 e 1994, o país passou por três situações distintas no campo político. Democracia, entre 1945 e 1964; ditadura militar, entre 1964 e 1985; e redemocratização, de 1985 até 1994.

Por sua vez, Tarouco e Madeira (2011) afirmam que essa mudança de temas na política brasileira a partir do golpe de 1964, ocorre devido ao fenômeno da "direita envergonhada", e isso acaba por configurar o multipartidarismo atual no Brasil, onde temos um aglomerado de temas que se enquadram em qualquer partido político, independentemente de sua posição ideológica. Além disso, é possível observar "uma mudança na principal dimensão utilizada para definir o conteúdo dos conceitos de esquerda e direita no Brasil: de uma dimensão mais propriamente histórico-política (apoio ou oposição ao regime) para uma dimensão econômica (desregulamentação ou privatização)." (MADEIRA & TAROUCO, 2011, p. 175)

Isso posto, o único pesquisador brasileiro citado por Singer (2002) em sua bibliografia, que apresenta dados de 1963 sobre o autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda e direita, é Lavareda (1991). Contudo, sua pesquisa correlacionou os

espectros: esquerda, centro e direita, aos candidatos da época para o governo do Brasil. Por isso, não podemos afirmar se o eleitorado optava por cada um dos pontos distribuídos na questão por adesão à ideologia do partido ou de seu político correspondente.

Entre outros autores que também investigaram o comportamento do eleitorado brasileiro, mas sem levar em consideração o conceito de identificação ideológica ou o autoposicionamento à direita ou à esquerda estão Lamounier (1975, 1980) e Reis (1978). Estes se localizam no que Singer (2002) chamou de segunda onda das pesquisas eleitorais.

No âmbito da terceira onda de estudos eleitorais, que também incluiu autores da segunda onda, os trabalhos que mais se destacam são os de Mettenheim (1995). Apesar de utilizar uma amostra muito pequena, a questão sobre o autoposicionamento na escala esquerda ou direita aparece.

Posteriormente, surge uma série de pesquisas qualitativas na cidade de São Paulo, nas quais se utiliza as categorias esquerda e direita, mas sem a realização de *surveys*. O autor que podemos destacar nessas pesquisas é Pierucci (1986, 1989, 1991, 1993, 1994).

Autores como Lamounier e Murzynski (1986), usam em suas pesquisas *surveys* e incluem as categorias do espectro esquerda ou direita, sem, contudo, perguntar ao eleitor como ele se posiciona. O fato desses autores não levarem em consideração o posicionamento político do eleitorado, segundo Singer (2002), deve-se a uma possível “[...] descrença de que as categorias de esquerda e direita façam sentido para o público de massa” (SINGER, 2002, p.46).

Outra autora, que foge um pouco da temática da ideologia em suas pesquisas é Castro (1994). Ela busca demonstrar em seus estudos, seguindo a linha de Michigan, a centralidade da sofisticação política, isto é, quanto maior o grau de escolaridade do sujeito, maior é a tendência dele se posicionar no centro do quadrante político. As pesquisas da autora, realizadas em Belo Horizonte e São Paulo entre 1989 e 1992, apresentam de forma sucinta algumas informações em relação à identificação ideológica. Num total de 2.150 eleitores entrevistados nestes estados, cerca de 60% deles souberam se posicionar entre esquerda e direita numa escala de 10 pontos. O resultado foi que “[...] analisando o cruzamento entre o autoposicionamento e a coerência de opiniões desses indivíduos diante de questões que costumam caracterizar

esquerdismo e direitismo, a autora conclui que apenas a camada com alta sofisticação política é ideologicamente estruturada.” (SINGER, 2002, p.47)

Ainda, seguindo o mesmo raciocínio, a autora vai mais longe, realiza outra pesquisa em Belo Horizonte, com 600 indivíduos. Porém, dessa vez, utilizando o conceito de Imagem Ideológica de Sartori, já citado anteriormente.

No entanto, nesse segundo passo, a autora inexplicavelmente descarta a localização na escala esquerda-direita (do eleitor e do candidato) como índice de “imagem ideológica”, preferindo correlacionar o voto às imagens que os eleitores tinham dos candidatos em relação a que camada social eles defenderiam (trabalhadores e ou pobres, classe média; ricos, empresários e proprietários, todos, interesses próprios ou dos políticos, ninguém). (SINGER, 2002, p. 47. Destaques no original)

Como se pode deduzir, dados os indicadores que adotou, chega à conclusão que a maioria do eleitorado votaria em quem defenderia os interesses dos trabalhadores, dos pobres ou de todos.

Apesar de no Brasil não ter sido incorporado nas pesquisas eleitorais o conceito de identificação ideológica, as pesquisas de Singer (1993, 2002) indicam este caminho. Por isso, passamos a expor os resultados os quais o autor chegou, associando a identificação ideológica ao voto, e com isso tentaremos entender, onde se localizavam os eleitores brasileiros divididos entre esquerda e direita.

Segundo Singer (2002), em 1989, o eleitorado de Collor era composto, em sua maioria, de eleitores de baixa renda e baixa escolaridade. Apesar de ter começado atraindo a classe média, no início de sua campanha, a mesma o abandona no decorrer da corrida eleitoral. “Entre abril e novembro, o apoio a Collor entre eleitores que haviam chegado à universidade cai de 37% para 9%.” (SINGER, 2002, p.59)

Em pesquisa realizada por Carreirão (2002) com o objetivo de avaliar a correspondência entre o grau de escolaridade e o posicionamento de sujeitos na escala direita e esquerda. O autor baseia-se na hipótese de Singer (1998) sobre identificação ideológica e o voto para presidente, e chega a resultados que apontam para um crescente aumento do número de pessoas que se posicionam na esquerda política conforme seja maior o seu nível de escolaridade.

No conjunto de eleitores, a preferência por candidatos à direita (45%) é quase o dobro da preferência por candidatos à esquerda (24%). Há, no entanto, diferenças significativas entre os eleitores de acordo com sua escolaridade: entre aqueles com até 1º Grau, a preferência pela direita (em relação à

esquerda) é ainda maior (52% e 16%, respectivamente); à medida que cresce a escolaridade dos eleitores esta tendência vai se invertendo, de tal forma que nos eleitores com nível superior a preferência pela esquerda (40%) supera a preferência pela direita (30%). No conjunto dos entrevistados cerca de 13% se enquadram na categoria "outras respostas", que incluem: "depende do candidato"; "qualquer um / tanto faz"; "no centro"; "nenhum dos dois". Este percentual cresce também com a escolaridade (de 8% a 23%). (CARREIRÃO, 2002, p. 62. Destaques no original)

Segundo Singer (2002), em países com uma forte desigualdade social, como é o caso do Brasil, abre-se caminho para o surgimento de uma direita populista, a qual se difere em diversos aspectos da clássica direita conservadora. Ou seja:

A direita populista prega mudanças e, nesse sentido, não é conservadora, isto é, não tem um discurso contrário às transformações sociais. Distingue-se da esquerda pelo *modo de mudar*. Enquanto a direita populista quer reforçar a autoridade do Estado, na expectativa de que as mudanças se deem de *cima para baixo*, sem risco de instabilidade social, a esquerda prega uma mudança participativa, de *baixo para cima*, ainda que sob o risco de instabilidade. (SINGER, 2002, p.60. Destaques no original)

Carreirão (2002) também defende tal afirmativa, isto é, que realmente

[...] uma parcela dos eleitores que se posicionaria tendencialmente mais à direita parece realmente perceber certas manifestações políticas (greves, manifestações de protesto, mobilizações populares em geral) como negativas (sinais de "desordem", "baderna"), rejeitando os candidatos e partidos associados a este tipo de ação política e esperando que as mudanças políticas ocorram "dentro da ordem", a partir das "autoridades constituídas", ou de um "líder forte". Outra parcela dos eleitores, que se posicionaria tendencialmente mais à esquerda, ao contrário, perceberia aquele tipo de ação política como necessária, ou pelo menos válida, para a obtenção de mudanças sociais, e tenderia a votar nos candidatos mais vinculados às mobilizações populares. (CARREIRÃO, 2002, p. 70. Destaques no original)

Quando Singer (2002) afirma na citação acima que a direita populista não é conservadora, deixa de levar em consideração que em uma sociedade de classes – com tantas particularidades como as que a nossa carrega – a ideologia burguesa que a massa de trabalhadores são historicamente impelidos a reproduzir, além de impedir sua organização política em *classe para si* também determina a apreensão dos interesses burgueses como sendo os seus.

O arraigado conservantismo sócio-cultural de sua formação histórica – advindo majoritariamente de um estreito mundo provinciano agrário, de sociabilidade autoritária e particularista – produziu uma unidade de classe peculiar, diferenciada historicamente do seu modelo liberal. Foi o trabalho, mais do que uma moderna e progressista “mentalidade burguesa”, que

inculcou neste heterogêneo grupo de segmentos dominantes uma identidade política e unidade de interesses. O receio por ver abalado seu status político-econômico, diante da emergência de uma oposição “dentro” e “contra” a ordem, propugnada por novos sujeitos - trabalhadores e setores médios burgueses – fez dessa dominação burguesa uma verdadeira *consolidação do poder conservador*. (MARQUES, 2012, p. 30. Destaques no original)

Assim como Collor ocupou o espaço dessa direita em 1989, e Fernando Henrique em 1994 e 1998, nas eleições de 2014 esse lugar foi ocupado pelo candidato Aécio Neves do PSDB. O último com uma proposta de livre mercado e esperança de governo forte mutuamente ligados e funcionando. Os mesmos que votaram em Aécio foram às ruas em busca do impeachment e podem ser considerados como a pequena-burguesia brasileira. Apesar dessa massa ainda carregar algumas características diferentes das de quase duas décadas atrás, essa nova classe, denominada por alguns pesquisadores como classe média, se mostra extremamente conservadora e exige mudanças que partam de cima para baixo.

Sua contradição mais marcante é o seu caráter neoliberal, com a exigência de um Estado forte. Isto é, buscam preservar a ordem e reforçar a autoridade do Estado, sem, contudo, perder a ampla abertura do livre mercado. Ou seja, de fato não são neoliberais, e nem sabem o que é isso. São apenas trabalhadores ocupantes de cargos de chefia, e que por ganharem mais que a camada mais pobre da população, pensam como os capitalistas, ou pior, desprezam os trabalhadores até mais que os próprios donos do capital.

Em o 18 brumário de Luíz Bonaparte (1852/2011) Marx já classificava essa camada da população como sendo a pequena burguesia, que praticamente seria composta por trabalhadores que formariam uma classe neutra, mas que se identificava com os interesses dos verdadeiros burgueses. Para Iasi (s/d), a estratégia política petista carrega as características ideológicas dessa classe, justamente por propor a igualdade de interesses entre as classes antagônicas em que se concretizaria toda organização econômica através de pequenas reformas dentro do capitalismo.

O governo Lula e o PT se apresentam como se fossem setores da classe trabalhadora que pela correlação de forças são obrigados a uma composição de “centro-esquerda” que evita a hegemonia da direita, entendida como “neoliberal” ou mesmo, exageradamente, “fascista”. Ora, o caráter de uma política não pode ser julgado pela origem de classe de seus atores, mas pela natureza dos interesses que representam. Nesse sentido, apesar da origem de classe de alguns mandatários ou representantes, a lógica política que se impõe é a da conciliação de classe, do interesse na “nação” acima dos particularismos de classe, da harmonização dos conflitos e, principalmente, na crença que o

desenvolvimento da economia capitalista resolve as desigualdades sociais através do ciclo virtuoso da produção, emprego, consumo e que aos mais miseráveis o Estado contempla com políticas compensatórias. O horizonte desta formulação é pequeno-burguês. (IASI, s/d, p. 02)

Já Chauí (2013) entende que essa classe média é a mesma de sempre, o que mudou foi a inserção de uma nova classe trabalhadora que interioriza essa ideologia da classe média.

Não acredito que os programas sociais do governo tenham criado uma nova classe média no Brasil. O que eles criaram foi uma nova classe trabalhadora. Ela é nova, pois foi criada nos quadros do neoliberalismo. A classe trabalhadora clássica no Brasil se tornou minoritária com o tempo. Isto tudo se deu pela fragmentação e precarização de seus serviços, juntamente à desarticulação de suas formas de identidade, resistência e luta. Então, as políticas governamentais originaram uma nova classe trabalhadora heterogênea, desorganizada e precária no sentido de não possuir um ideário pelo qual lutar. Esta nova classe trabalhadora é que absorve a ideologia da classe média: o individualismo, a competição, o sucesso a qualquer preço, o isolamento e o consumo. Sendo assim, não é que exista uma nova classe média, mas sim uma nova classe trabalhadora que é sugada pelos valores da classe média já estabelecida. A classe média estabelecida é a que sempre existiu. (CHAUI, 2013, s.p)

Ou seja, esta “nova classe trabalhadora” é praticamente a mesma de que Marx (1852/2011) falava há quase dois séculos atrás, não pelas suas características dentro do processo de produção, mas pela forma como se organizam enquanto classe.

Em relação aos dois candidatos na campanha de 1989, diferentemente de Collor, o candidato de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, deu início a sua campanha com um total de 15% das intenções de voto. Apesar de o candidato ter sofrido fortes oscilações de intenções de voto entre os meses de junho e outubro, ao final do primeiro turno conseguiu apoios importantes tanto nas regiões mais industrializadas de Sul e Sudeste, quanto no próprio Nordeste, região onde nasceu.

Na reta final, Lula já contava com 38% das intenções de voto, contudo, o outro candidato, Fernando Collor de Melo, saía com 50% das intenções de voto. Entre 10 e 12 de dezembro a diferença entre os dois candidatos era de apenas 4 pontos percentuais. Isso fez com que Collor mudasse sua estratégia de campanha. Nesse momento “[...] Collor adota um discurso abertamente anticomunista, no qual a esquerda é acusada de pretender confiscar as poupanças individuais e dividir as casas com mais de dois ou três quartos, se chegar ao poder.” (SINGER, 2002, p.64)

No final do pleito, partindo para uma clara apelação ideológica, e se apresentando como um defensor da ordem contra o possível caos que poderia se instalar

no país, caso a esquerda chegasse ao poder, no dia 17 de dezembro de 1989, Collor vence Lula com uma diferença de 6 pontos percentuais.

Afinal, por qual outro motivo Collor adotaria um discurso ideológico conservador, na reta final do segundo turno, se não o de “avisar” o eleitorado indeciso do caráter ideológico das candidaturas? A decisão de fazê-lo no momento em que era urgente encontrar uma estratégia vencedora indica que, na visão do candidato, o elemento ideológico poderia ter um peso eleitoral importante. (SINGER, 2002, pp.64-65. Destaque no original)

Singer (2002) afirma que embora possamos encontrar um bom número de pesquisas sobre a eleição de 1989, foram poucos os trabalhos que apresentaram hipóteses sistematizadas do comportamento eleitoral e menos ainda os que buscaram prová-las empiricamente. A seguir tentaremos expor as principais hipóteses levantadas nestas pesquisas e por fim, apresentar a hipótese de alinhamento ideológico elaborada por Singer (2002).

A primeira hipótese levanta o que é denominado de Voto por Protesto, que seria basicamente uma tendência do eleitorado a votar por oposição a situação vigente. “Nessa visão, o eleitor seria movido por uma inclinação a votar contra a situação vigente em geral, mais do que a favor de uma alternativa específica [...]” (SINGER, 2002, p.67).

A segunda hipótese é denominada de Oposição ao Governo, nesta vertente, o voto em 1989 teria sido orientado diretamente contra o governo de Sarney. Aqui os autores explicam os votos em Collor pela forte rejeição ao governo de Sarney e, ainda mais pelo fato da campanha de Collor ter sido marcada pelo uso constante de extrema violência verbal contra o então presidente.

Na terceira hipótese, temos o que os autores chamaram de Rejeição aos Políticos. Aqui a ênfase era que a rejeição não era voltada apenas para o governo de Sarney, mas por uma reação em massa aos políticos. “[...] o fato de Collor ter montado o que os autores chamam de uma ‘empresa político-eleitoral’, em vez de um partido propriamente dito, permitiu-lhe colocar-se fora da classe política e ataca-la em bloco” (SINGER, 2002, p.71).

Na quarta hipótese temos a ênfase de que o voto a Collor foi orientado por uma possível Diminuição do Estado. Ou seja, o debate na época entre Estado e mercado foi muito relevante para uma orientação do voto em relação à rejeição ao Estado. Portanto,

“[...] o voto na direita foi interpretado como um desejo de controlar o poder público e diminuir o Estado, visto como fonte permanente de corrupção” (SINGER, 2002, p.74).

Para a quinta hipótese, denominada de Liderança Forte, Singer (2002) aponta alguns autores responsáveis por associar a escolha do voto à existência de um possível traço cultural no eleitorado, no qual se define por um tipo de predisposição para uma liderança forte, no caso Collor, em detrimento de uma opção mais participativa, como a de Lula. Além de essa tendência ser marcada por crenças e valores relacionados ao milenarismo e messianismo, ainda poderia existir uma possível Representação imaginativa dos candidatos para a população. Além desses fatores, fala-se também de uma visão hierarquizante posta na cultura brasileira. “Segundo ela, existe uma superioridade ‘natural’ da casta dominante sobre os ‘de baixo’. Daí a dificuldade para admitir que um operário (Lula) fosse melhor presidente do que um filho das elites (Collor)” (SINGER, 2002, p.78).

Singer (2002) afirma que, apesar de uma opção pela liderança em lugar de uma participação mais popular seja algo relacionado mais a conteúdos característicos de um posicionamento político de direita, como também há uma tendência mais participativa localizada à esquerda, os dados de sua pesquisa mostraram que isso não conduziu os eleitores a escolha do voto em 1989.

Partindo agora para a sexta hipótese, que trata do Alinhamento Ideológico, temos autores (Kinzo, 1992; Lima Jr. 1993, Castro, 1994) que não conseguiram testar diretamente esse alinhamento, além de não tratar a questão de autolocalização do eleitor na escala esquerda ou direita. O que, segundo Singer (1993) leva à única pesquisa que tratou desses elementos, encontrada na obra *Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989*, de sua própria autoria.

Os dados dessa pesquisa mostram que quando o indivíduo se colocava à esquerda, ele tendia a votar em candidatos de esquerda, e rejeitava os candidatos do centro ou direita. O mesmo também ocorreu com os que se posicionavam na direita, ou seja, votavam em candidatos de direita e rejeitavam os de esquerda e centro. O mais interessante disso, é que os que se posicionaram no centro tendiam a votar nos candidatos de centro e rejeitar os de direita, sem, contudo, rejeitar os de esquerda.

O equilíbrio entre os dois candidatos no segundo turno deve-se, de fato, à aliança que o PSDB fez com o PT, o que acabou por arrastar a maior parte de seus eleitores que eram de centro para a esquerda. Em resumo, podemos afirmar que:

[...] os dados confirmam a hipótese de que houve um alinhamento ideológico na eleição de 1989 e mostram que o posicionamento ideológico do eleitor na escala teve uma associação com o voto, no segundo turno, constituindo o melhor preditor de voto para um largo contingente de eleitores dentre as várias hipóteses testadas até aqui. (SINGER, 2002, p.85)

Nos dados de Singer (1993), também foi destacada uma curiosa relação entre o aumento de renda e o voto à esquerda, visto como uma inversão da perspectiva sociológica (SINGER, 2002). Entretanto, o autor afirma que com base nessa associação, pode-se afirmar, segundo os dados e escalas utilizadas, que na eleição de 1989 a classe não constituiu um determinante no voto. Mas por que então tivemos a associação do aumento de renda com o voto à esquerda, sendo que quem venceu tinha mais votos na direita? Para Singer (2002) e Carreirão (2002) a resposta se encontra na escolaridade, isto é:

Quando olhamos para o efeito da escolaridade sobre o voto, talvez seja possível entender melhor o comportamento da variável renda. Como se sabe, renda e escolaridade são duas variáveis fortemente inter-relacionadas. No entanto, a escolaridade teve uma força preditiva significativamente maior do que a renda em 1989. A atuação da escolaridade foi na mesma direção que a da renda: quanto maior a escolaridade, maior a tendência ao voto na esquerda, só que com mais intensidade. Isso indica que talvez não tenha sido tanto a renda, mas a escolaridade que influenciou sobre o voto. Ou seja, possivelmente os eleitores pobres tenderam a votar na direita não porque eram pobres, mas sim porque eram menos escolarizados. A escolaridade foi em suma, um melhor preditor do voto do que a renda. (SINGER, 2002, p.86)

Embora a escolaridade tenha se mostrado um bom preditor do voto, a preferência partidária foi o melhor. Isso, porque os “[...] eleitores que se identificavam com os partidos de esquerda tenderam fortemente a votar nos candidatos de esquerda, o mesmo ocorrendo para os eleitores com preferências no centro e à direita em relação aos candidatos de centro e direita.” (SINGER, 2002, p.96)

Como a identidade partidária constitui um índice importante ligado a politização do sujeito, ela é um excelente preditor de voto para uma minoria, já no caso da identificação ideológica temos um preditor mais amplo, por abarcar justamente a grande maioria dos eleitores. De qualquer forma, Singer (2002) afirma que:

Embora a identificação ideológica não demonstre a mesma eficiência preditiva que a identidade partidária, seus índices de correlação são consistentes e significativamente superiores aos das demais variáveis testadas. A conclusão é que, das várias explicações do comportamento eleitoral em 1989, a identificação ideológica revelou-se a mais útil para a compreensão do voto da maior parcela do eleitorado. (SINGER, 2002, p.87)

Como pudemos ver, a identificação ideológica e identificação partidária se mostraram os melhores preditores do voto no pleito de 1989. Entretanto, será que estes elementos ainda seriam os melhores preditores na eleição seguinte, quatro anos depois, em 1994? Tentaremos expor agora estas questões levando em consideração os resultados da pesquisa de Singer (2002), em seguida mostraremos qual o entendimento real que podemos ter de uma esquerda e direita política no Brasil.

Segundo Singer (2002) é inegável a importância que teve o Plano Real na decisão do voto em 1994. O programa econômico que estabilizou os preços no país mudou drasticamente a orientação do eleitorado brasileiro. Isso porque logo depois do impeachment de Collor – dois anos após o início de seu mandato -, era possível perceber uma orientação de voto à esquerda, cenário que mudou totalmente após os resultados da queda da inflação em 1994. (SINGER, 2002)

Uma das características mais marcantes dessa eleição foi sua polarização ideológica diferenciada da que ocorreu no pleito de 1989. Enquanto tínhamos um acirramento entre esquerda e direita nas eleições anteriores, em 1994 a polarização ficou entre esquerda de um lado e centro e direita do outro. Isso, de fato, ocorreu pelo medo que os setores mais conservadores da sociedade sentiram de uma possível esquerda no poder, assim resolveram apoiar com todas suas forças o candidato Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno. (SINGER, 2002).

Entretanto, como já dito anteriormente, grande parte da bibliografia encontrada por Singer (2002) interpreta o resultado das eleições tomando como elemento principal o Plano Real. E isso, de fato, apenas confirma algo já observado em outros países, que é justamente o poder decisivo nas urnas quando um governo apresenta um bom desempenho econômico. “As altas taxas de aprovação ao real (cerca de 75% às vésperas da eleição) teriam, assim, determinado a vitória do candidato do governo, Fernando Henrique Cardoso” (SINGER, 2002, p.101).

Mas, e a identificação partidária e identificação ideológica, foram também um bom preditor do voto no pleito de 1994? De acordo com os resultados que Singer (2002) alcançou, podemos dizer que sim. Apesar de termos uma pequena diferença no grau de associação entre identificação ideológica, voto e identificação partidária comparado à última eleição, Singer (2002) afirma que a resposta a essa questão se encontra no fato de:

Os eleitores que declaram a identidade partidária são um subconjunto dos que se incluem na escala ideológica (95% dos que possuem identidade partidária incluíram-se no contínuo esquerda-direita). E presumivelmente trata-se do subconjunto mais politizado, já que ter preferência partidária é um índice clássico de politização, daí sua maior coerência. À medida que se incorporam ao preditor do voto contingentes menos politizados, o grau de coerência cai. (SINGER, 2002, pp.118-119)

Em resumo, os três pilares preditores do voto nas eleições de 1994 foram: a satisfação com o real, a identificação ideológica e a identidade partidária.

3.4. Herança política e colonização: escravismo e as particularidades do capital

Neste último item do primeiro capítulo, tentamos voltar alguns séculos atrás para tentar entender se o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, marcado por um longo período de colonização e escravismo, poderia promover o atual ódio político e partidário manifestado acintosamente no período de 2013 a 2016. Essa hipótese surgiu das leituras das obras de Gorender (1982) e Mazzeo (2015) utilizadas aqui, assim como dos próprios pressupostos teóricos e metodológicos que utilizamos na nossa pesquisa, onde tomamos a história como parte fundamental do desenvolvimento do homem em sociedade.

Na primeira obra analisada, intitulada *A burguesia Brasileira*, de Gorender (1982), que parte do pressuposto de que no Brasil a acumulação originária ocorreu de forma distinta à da maioria dos grandes países da Europa, que foram o berço do capitalismo. É que na Europa a produção capitalista começou por uma primeira acumulação de capital que teve início no processo de produção feudal enquanto, para o autor (1982), o processo de acumulação de capital no Brasil, decorreu fundamentalmente do escravismo colonial, na época em que o Brasil ainda era colônia de Portugal.

Tomamos este trabalho de Gorender (1982) como o ponto de partida a caracterização do nosso objeto de pesquisa. Ainda que parte de suas ideias sejam confrontadas por Mazzeo (2015) na obra *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*, publicada pela primeira vez em 1989. A análise comparativa que realizamos entre as duas obras permitiu-nos um entendimento das contradições mais imediatas daquele período histórico do país, em que foi desenvolvida a estrutura política

que se mantém através de golpes de Estado periódicos e da repressão aos direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros, bem como as primeiras manifestações da atual luta de classes.

O desenvolvimento econômico do capital tem como essência as contradições que sustentam a sua gênese e estrutura, formando um conjunto de condições que não permitem o entendimento da sua totalidade na realidade em que o trabalhador está inserido. Assim sendo, em 1822 tínhamos no Brasil um modo de produção que, apesar de ainda ser escravista, continuava mantendo suas características coloniais. E, segundo Gorender (1982), a independência política conquistada neste período não alteraria em nada a essência do modo de produção dominante no país, mas a presença de um Estado nacional unificado, ainda que fosse domínio dos produtores rurais escravistas, influenciou positivamente tanto o fortalecimento da burguesia mercantil, como também posteriormente os primeiros grupos da burguesia industrial.

Por mais que houvesse um fortalecimento da burguesia mercantil na época, não foi ela a responsável por organizar de maneira substancial o modo de produção capitalista no Brasil. Isso porque o capitalismo exige a apropriação da mais valia. Assim, acabou sendo o capital industrial que modelou “a forma capitalista de produção, aquela em que a exploração do sobretrabalho e a extração do sobreproduto se fazem com operários assalariados livres”. (GORENDER, 1982, p.11)

Para Gorender (1982), é a formação da burguesia industrial que terá grande importância nos mais diversos tipos de empresários, tanto os pequenos como os médios, responsáveis por instalarem no país principalmente entre os anos 1840 e 1880, no século XIX, fábricas têxteis e de artigos de vestuário, chapéus e calçados, cerveja, produtos alimentícios, etc. Tendo sido empregados em algumas dessas pequenas fábricas operários livres ao lado de escravos. Pouco a pouco, com o declínio do modo de produção escravista começava a crescer as forças produtivas dominadas pela burguesia industrial, que seriam os responsáveis pela alavancagem do modo de produção capitalista no Brasil.

Apesar das pequenas e médias empresas aceitarem trabalhadores livres, isso se configurava ainda como exceção. Mesmo com a independência da colônia portuguesa que o país havia adquirido, ainda existia resistência para abrir mão dos escravos, tanto por parte dos grandes plantadores, donos de terras e responsáveis pela grande produção da época como também pela maior parte do empresariado. Portanto, o maior empecilho apontado por Gorender (1982) para que o capitalismo se desenvolvesse plenamente

seria a própria instituição escravista. Porque, de fato, o “modo de produção capitalista é absolutamente incompatível com o trabalho escravo. Seu desenvolvimento depende da formação de um mercado de mão-de-obra despossuída, abundante e juridicamente livre para ser assalariada, sob contratos de trabalho rescindíveis quando convier ao empregador” (GORENDER, 1982, pp.19-20).

Esse tipo de mercado, no qual se mesclava força de trabalho escrava e livre persistiu por muito tempo no país. E todo o ordenamento jurídico característico do Brasil Império vai restringir muito o desenvolvimento do capitalismo, principalmente porque: “A organização judiciária era apropriada a um regime dominado por plantadores escravistas, porém cheia de falhas graves quando se tratava de proteger empreendimentos capitalistas.” (GORENDER, 1982, p.20)

Gorender (1982) afirma que a abolição foi uma revolução para o Brasil, a bem dizer, a única revolução que o país já passou. Isso porque com a chamada Abolição houve grande mudança na infraestrutura, permitindo, por sua vez, uma mudança na superestrutura do país, deixando de lado a velha monarquia centralizadora para uma República federativa descentralizada.

Com todas as suas limitações, a Abolição não deixou de ser uma revolução. Pela via da luta política, deu vigoroso impulso à eliminação de formas de exploração já esgotadas. Porém não o fez para trazer o paraíso aos trabalhadores, negros ou brancos. Novas formas de exploração vinham sendo instauradas e se expandiram após a Abolição, pois eram adequadas ao nível mais elevado das forças produtivas. (GORENDER, 1982, p.22)

Apesar da extinção do escravismo colonial ter se mostrado o primeiro e grande avanço para a implementação do capitalismo nos seus moldes clássicos, as relações modernas capitalistas ainda demorariam a se firmar. Isso porque uma das áreas que mais dominava a produção e exportação na época era a agricultura, e nesta as relações de produção ainda combinavam elementos da economia camponesa, e pagamentos de salários nos moldes do modo pré-capitalista. A exportação de produtos primários como, por exemplo, o café, ainda era o carro chefe de toda produção, o que se assemelhava ao tipo de economia escravista colonial da época. A classe que então dominava o mercado ainda era constituída pelos proprietários das grandes lavouras, em que os produtos principais eram o café, cana-de-açúcar, cacau, algodão, etc. No entanto, já existia uma grande burguesia comercial e bancária que se associava a estes latifundiários. (GORENDER, 1982) Assim,

Nas novas condições pós-abolição, difundem-se as relações salariais e amplia-se num ritmo acelerado o mercado interno. Este acabará suplantando a importância estratégica da exportação e se converterá no eixo do desenvolvimento econômico. Semelhante dinamismo do mercado interno teria sido completamente inviável nos quadros do escravismo colonial. (GORENDER, 1982, p.26)

Na industrialização brasileira, não diferente da dos primeiros países desenvolvidos, também houve a predominância da produção de bens de consumo não duráveis como os tecidos e alimentos, principalmente nos primeiros anos. As indústrias modernas começaram a ser implantadas em meados dos anos 1930, com empréstimos dos governos estaduais, no período que ficou conhecido como Era Vargas, quando Getúlio Vargas governou o Brasil por quinze anos. Isso fez com que os proprietários de usinas açucareiras ganhassem mais força política em Pernambuco, principal estado produtor de açúcar.

Já no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, temos um caso incomum, onde a acumulação de capital se deu substancialmente pelos pequenos produtores, como pequenos camponeses e artesãos livres. Quando estes pequenos produtores perceberam que poderiam ter mercado nacional para seus produtos, a capacidade aquisitiva regional aumenta, pois começam a surgir diversos estabelecimentos fabris, possibilitando o crescimento econômico de diversas cidades da região, como Blumenau, Joinville, Porto Alegre, etc. A agricultura de exportação em São Paulo também permitiu um grande acúmulo de capital, o que fez com que fosse acelerado o desenvolvimento industrial da cidade, tornando-a destaque entre as cidades de outras regiões do país. Para Gorender (1982), o que explica a transferência do capital acumulado da cafeicultura para indústria foi justamente o mecanismo bancário e comercial. No entanto, entendemos que o maior e mais longo período de crise econômica, conhecido como A Grande Depressão é que promove essa mudança na produção da agricultura para as indústrias.

Depois das grandes transformações que a sociedade sofreu com a abolição e a constituição da república, a burguesia industrial não possuía mais motivos para aspirar outra transformação que pudesse mudar a ordem social vigente. Este conservadorismo social era o mesmo em quase todo país. Paulistas, mineiros, cariocas e pernambucanos não se distinguiam entre si, apenas tinham uma relação mais estreita quando se tratava das oligarquias estaduais em relação aos industriais de outras regiões. O que acabava por dificultar a consciência burguesa como classe em relação a uma visão nacional perante a situação econômica do país. (GORENDER, 1982)

Para Fernandes (1979) tanto a **cegueira** quanto a **certeza** inerentes a esse comportamento da elite brasileira diante da situação econômica do país não passa de uma estratégia dessa própria classe para se manter no poder:

Por conservantismo, por oportunismo ou por uma combinação de ambos, essas classes e suas elites seriam compelidas a enfrentar os “problemas da mudança” sem a disposição de resolvê-los segundo critérios efetivamente “nacionais” e “democráticos”, isto é, de acordo com as exigências estruturais e dinâmicas da ordem social competitiva em dada fase de seu desenvolvimento histórico. Essa interpretação é, sem dúvida, correta. Mas, implica em um lugar-comum, que além do mais ignora que, na raiz do comportamento das classes dominantes e de suas elites, se acha outro componente de maior influência condicionante e determinante. Não é só a *cegueira*, que conta, mas também a *certeza* (ou quase certeza) de que se pode *manipular* uma ordem social como a competitiva de modo relativamente fácil e impune. Pois uma ordem social que se alicerça sobre uma estrutura de poder econômico, social e político desigual tende a conferir peso diverso às diferentes classes. Isso introduz uma vantagem estratégica permanente em benefício das classes “mais iguais”, que dispõem de maior poder econômico, social e político, bem como de meios para empregá-los a favor de seus objetivos coletivos específicos (sejam eles particulares ou não). (FERNANDES, 1979, p. 47. Destaques no original)

Esse grupo de burgueses de diversas regiões, apesar de começarem a formar a oligarquia burguesa tão discutida na obra de Mazzeo (2015) durante as relações agropecuárias, durante a industrialização ganha ainda mais força. Essa burguesia refreia o desenvolvimento econômico do capitalismo no país, promovendo um lento processo de expansão do capital.

A intolerância de nossas classes dominantes não é um fenômeno conjuntural. Historicamente elas sempre foram muito avessas a avanços sociais, mesmo aqueles que não comprometem os seus interesses econômicos. A nossa formação social nos legou uma classe dominante preconceituosa, mesquinha, egoísta, antidemocrática e violenta. Os traços herdados da escravidão constituíram marcas indeléveis em seu comportamento. A intolerância se volta com frequência contra os negros, ainda mais quando eles experimentam alguma mobilidade social, mesmo que pequena e intraclasse. Mas essa intolerância racista é também, fundamentalmente, classista. No Brasil, os ricos e seus sócios menores das camadas médias odeiam pobres. É por isso que Florestan Fernandes disse uma vez: “Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres!”. (BRAZ, 2017, pp. 101-102. Destaques no original)

Marques (2012), ao retomar as análises realizadas por Fernandes (1973, 1974, 1981, 1991, 1995 e 2011), assim como as contribuições de Prado Jr. (1966) e J. Chasin (2000), também analisa esse fenômeno demonstrando que a preservação de mecanismos econômicos, socioculturais e políticos atrasados por essa burguesia caracterizam esse subdesenvolvimento no qual o Brasil se estruturou.

Esse modelo, hegemônico no continente latino-americano, cria as bases que dão sustentáculo ao sentido pleno da expressão “subdesenvolvimento”, através da coexistência simbiótica entre a preservação/reatualização de mecanismos do antigo sistema colonial e a subordinação estrutural do país ao imperialismo. O que se desenvolveu no país, como dito previamente, não foi um capitalismo moderno e desenvolvido em sua totalidade econômica, sociocultural e política. Tendo por nascedouro o antigo sistema de colonização latinoamericano, ele apenas poderia produzir o reverso, demarcando como seus fenômenos iniciais e precursores as combinações da escravidão, da servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza ordenada e praticada por meios político-econômicos internos e externos. (MARQUES, 2012, p. 22. Destaques no original)

Ao longo do século XX, durante lento desenvolvimento econômico capitalista, não é difícil de imaginar, como eram as condições de trabalho. Segundo Gorender (1982):

Os salários eram muito baixos. [...] A jornada de trabalho habitual se estendia de onze a doze horas e as condições higiênicas e de segurança, dentro das fábricas, só podem ser caracterizadas como calamitosas. [...] os menores viam-se forçados a horários noturnos de onze horas e, com frequência, sofriam espancamentos dentro das fábricas. Não havia descanso semanal remunerado, férias remuneradas, seguro contra acidentes, previdência social, nada, enfim, quem impusesse algum limite legal à taxa de exploração da força de trabalho. (p.48)

Como se não bastasse tamanha exploração, ela ainda iria se combinar para uma maior extração de mais valia da força de trabalho assalariada com outras duas práticas exercidas pelo patronato: o paternalismo e a repressão policial.

A dominação burguesa não só avançou até o controle total e autocrático do Estado. Ela passou a irradiar-se, de “dentro para fora” e de “cima para baixo”, através de mecanismos estatais de autoproteção e de autorrealização que conferem ao Estado de *democracia restrita* o caráter de um instrumento de autocracia de classe, com funções específicas na esfera da estabilização forçada das condições políticas do desenvolvimento econômico e de repressão sistemática às forças políticas divergentes (mesmo quando refletem alternativas e interesses de classes pró-burgueses). (FERNANDES, 1979, p. 54. Destaques no original)

O paternalismo restringia-se à construção de vilas operárias e fornecimento de serviços do tipo escolas, assistência médica, etc. No entanto, estes benefícios tinham em contrapartida descontos nos salários, dentre outras restrições para os trabalhadores. Na época, diversos empresários afirmavam que não se deveria pagar salários altos porque os trabalhadores não sabiam como gastá-lo. Além disso, as vilas operárias submetiam os

trabalhadores a uma subordinação mais imediata ao patrão, fazendo com que o empregado não deixasse a fábrica em busca de outras ofertas de trabalho.

Contudo, apenas o paternalismo não era suficiente para manter o trabalhador sob constante manipulação. A repressão policial por parte de órgãos do Estado perseguia lideranças sindicais ou políticas que se destacavam, fazendo com que tais líderes fossem deportados, ou confinados em locais isolados ou mandados para a Amazônia. Qualquer indício de revolução era prontamente desfeito. As reuniões realizadas pelos trabalhadores eram dissolvidas rapidamente e, diversas vezes deixava mortos e feridos. Era tamanha a organização desse tipo de repressão por parte do Estado, que eles elaboraram na época o que denominavam de listas negras, onde o trabalhador que tinha seu nome ali escrito ficava condenado ao desemprego permanente, acusados de subversão. (GORENDER, 1982)

Tais mecanismos de exploração persistiriam ainda por muito tempo. A greve dos operários ocorridas entre 1917 e 1920 foi o estopim da luta dos trabalhadores por condições mais dignas de trabalho, salário e moradia. As principais greves ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro e foram organizadas pelo movimento dos operários, que era composto em sua maioria de trabalhadores da construção civil, indústria e metalúrgicos. A lei de Acidentes do Trabalho é criada nessa época. E para que fique claro o quanto a burguesia postergou tais medidas, fazendo-se de surda em relação às reivindicações dos trabalhadores, estas leis foram regulamentadas somente em 1935.

No início dos anos 1920 do século passado, a cafeicultura começa a se tornar um problema para a economia do país, pois desviava investimentos tanto da indústria quanto da agricultura do mercado interno, impondo sua própria política econômica sobre as demais produções. Tantos eram os mecanismos políticos entre os grandes produtores que era claro o poder político dessas elites no Brasil. Conforme o mercado financeiro se expandia e o capitalismo abria as portas para outros países, os interesses da grande burguesia não permitiam a entrada de novos investidores, através de acordos e concessões entre os mais diversos setores políticos. Ou seja, o capitalismo só funcionaria no país enquanto os grandes produtores não tivessem fortes concorrentes, os laços entre a burguesia e os grandes políticos se estreitavam conforme tais acordos persistiam.

A construção do Brasil “moderno”, portador de status próprio na organização econômica mundial, erigiu-se a partir de dois aspectos, coexistentes e complementares: o aparelhamento do país pelos “de fora”, na esfera das

transações comerciais e de interesses econômicos; e a nacionalização ao nível dos interesses políticos internos, através de um Estado nacional controlado administrativa e politicamente. (MARQUES, 2012, p. 25. Destaques no original)

Gorender (1982) afirma que como em 1930, no Brasil, não houve nenhuma revolução. A derrubada de uma classe dominante por outra classe nunca aconteceu. “Tal controle passou da fração cafeicultora dos latifundiários para uma composição diferente da mesma classe de latifundiários, na qual predominavam os segmentos ligados ao mercado interno.” (pp. 62-63)

Getúlio Vargas, o então presidente eleito do Brasil, ainda teria pela frente diversos atritos com a burguesia industrial, a nova classe em ascensão, pois suas primeiras medidas privilegiavam uma grande parcela de setores ligados apenas à agropecuária e a cafeicultura, como exemplo podemos citar a compra pelo Governo Federal dos estoques da produção que não conseguiram ser vendidos. O maior confronto com a burguesia industrial se deu em 1935, quando Vargas aprovou um tratado comercial com os Estados Unidos. Tal tratado permitia a entrada de produtos manufaturados norte-americanos com tarifas privilegiadas, por outro lado, o Estado norte-americano concedia a entrada de produtos brasileiros primários e o café. (GORENDER, 1982)

Todavia, é inegável que, nos anos 30, a indústria brasileira deu um salto à frente e se reforçou a influência política da burguesia industrial. Se não houve uma revolução, é também inegável que ocorreu uma virada na evolução histórica do País. (GORENDER, 1982, p.64)

Contudo, a Grande Depressão de 1929-1933, fez com que a cafeicultura decaísse, revertendo todo o quadro econômico de exportação no país. Assim, houve uma expansão da produção para o mercado interno, contribuindo para a alavancagem econômica e produtiva das indústrias. “De 1933 a 1939, a taxa média anual de crescimento da indústria de transformação foi de 11%, a mesma do ramo têxtil, que se recuperou da estagnação da década de 20” (GORENDER, 1982, p.65).

Apesar dos atritos iniciais entre o Governo Vargas e os industriais, a relação entre ambos ia se estreitando. Fato que contribuiu para o apoio da burguesia industrial ao golpe de 1937, fazendo com que Vargas instaurasse o Estado Novo, ficando no poder por mais oito anos.

A partir de 1930, inicia-se uma nova fase, também, para a classe proletária no país. A relação entre o Estado e a classe trabalhadora se modifica no que diz respeito aos direitos trabalhistas, fruto das constantes manifestações do movimento operário. A organização de uma saída dos entraves entre os patrões e empregados fez-se, sobremaneira, estreitando o controle que o Estado já detinha sobre os principais sindicatos. No entanto,

Como responsáveis pelo Estado, Vargas e sua equipe demonstraram uma intuição geral da dinâmica social que faltava ainda aos líderes saídos do próprio meio burguês. Enquanto estes continuavam presos a uma visão economicista e corporativista dos interesses de classe, Vargas e seus ministros podiam perceber a gravidade da “questão operária” e enfrentá-la com a aplicação de uma orientação que, se aparentemente conflitava os interesses imediatistas da burguesia, correspondia aos seus objetivos gerais e de longo prazo. (GORENDER, 1982, p. 67. Destaques no original)

Com Getúlio Vargas no poder, foram criados os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio. Leis que reduziam um pouco a exploração da mão de obra foram aprovadas, tais como a jornada de oito horas, o salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres, etc. Além disso, buscou-se fiscalizar estas leis através de instituições como a Justiça do Trabalho para que realmente fossem cumpridas pelos empregadores. No entanto, a burguesia iria continuar na luta contra o Estado, na tentativa de diminuir ao mínimo os direitos trabalhistas até então aprovados. (GORENDER, 1982)

A ideologia burguesa, que tem como pressuposto o liberalismo econômico, o qual em sua essência teria um livre mercado, longe de qualquer intervenção do Estado não ocorreu ainda, de fato, em diversos países. No Brasil, onde o desenvolvimento teve suas idiossincrasias, não poderia ser diferente. Gorender (1982) aponta que a maior parte das construções no país, como as indústrias de base (ferro, aço, petróleo, etc.), ocorreram sob o poderio econômico do Estado, nada novo conforme o movimento padrão do capital.

Durante os anos 30, os porta-vozes dos industriais enfatizaram dois pontos: 1.º - necessidade de financiamento do Estado para industrialização; 2.º - criação pelo próprio Estado de núcleos da moderna indústria de base (ferro e aço, produtos químicos, petróleo), cuja construção se achava fora do alcance do capital privado. [...] De modo geral, por exigência da própria iniciativa privada, alargou-se a atuação do Estado na esfera financeira. (GORENDER, 1982, p.71)

Contudo, grandes empresários, na época, se tornaram oposição ao Estado pelo domínio econômico que ele vinha exercendo. Alguns apontavam ainda para o perigo do Brasil se tornar uma sociedade comunista totalitária - medo este tão presente na atualidade. Apesar da resistência que parte da burguesia vinha demonstrando, o Estado se afirmou ainda mais com a criação, na época, de empresas como a Petróleo Brasileiro S.A, Rede Ferroviária Federal S.A. e Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Mesmo após o golpe em 1964, onde tínhamos um forte discurso antiestatista no país, o número de empresas estatais continuou aumentando, chegando ao patamar de 60% de construções de empresas estatais depois de 1966. (GORENDER, 1982)

Ocorre, ademais, que os governos pós-64, justamente pelo empenho em modernizar o capitalismo brasileiro, conseguiram colocar as empresas estatais sobre os trilhos da eficiência capitalista. Decerto, não lograram livrá-las de todo dos males das administrações incompetentes, das negociatas e dos desperdícios, ainda mais porque o regime militar põe os diretores de empresas estatais fora do alcance da fiscalização por parte da oposição política. (GORENDER, 1982, p.73)

A partir deste momento, a burguesia começa a perceber o quanto pode ser problemática a participação do Estado na economia, em um sistema capitalista. Tal percepção reorganiza a ideologia burguesa em dois sentidos. Por um lado, entenderam com uma demonstração prática de que o Estado pode exercer tão bem, ou melhor, como nesse caso, a expansão do mercado econômico, sem a necessidade da participação das empresas privadas. Por outro, e como consequência, começa a proliferar na alta burguesia um discurso com argumentos anti-estatistas; formando uma consciência de classe moldada sob o véu ideológico do promissor liberalismo econômico e no medo constante da implantação de uma sociedade comunista.

Foi do que acusaram o Partido dos Trabalhadores: de tentar promover uma sociedade comunista, durante os treze (13) anos que ficou no Governo do Estado. Isto é, aqui se mostra já o delineamento da loucura anticomunista tão presente nos discursos da massa que foi às ruas em busca do impeachment da presidenta Dilma Rouseff.

Uma das grandes contradições nesse pensamento liberal da burguesia brasileira pode ser observada na maneira como os grandes empresários conduzem seus negócios: enquanto criticam duramente o Estado pelas estatizações em grandes escalas, ao mesmo tempo busca financiamentos para seus investimentos, e se mantém com o perdão ou parcelamento com juros reduzidos de suas dívidas. A contradição da superestrutura burguesa, assim como as contradições inerentes ao pensamento de grande parte da

classe trabalhadora são inerentes ao sistema capitalista. Isso ocorre porque a burguesia quer o Estado para ela, o que de fato, já acontece, pois, o Estado pertence à classe dominante e não à classe trabalhadora.

Ao invés da processual ou drástica renovação de fundamentos societários, típicos da ordem liberal que se irradiava, mantiveram-se as convenções, o código de honra tradicional e os mecanismos de dominação patrimonialistas como condicionantes necessários à “superação” da ordem colonial. O burguês, enquanto o aburguesamento do aristocrata ergueu-se sobre as estruturas econômicas e sociais do modo de produção anterior, mantendo-as como fontes de seu privilégio, optando por uma solução de centralização política à organização da sociedade em condições realmente burguesas. (MARQUES, 2012, p. 21. Destaques no original)

Gorender (1982) afirma que mesmo o Estado brasileiro tendo uma autonomia econômica elevada, não devemos conferir a tal capacidade do Estado primazia sobre a classe dominante. Ou seja, tal fato, por si só, não gerou uma burguesia de Estado. Isso porque,

Os altos administradores das empresas estatais são servidores do capitalismo ao mesmo título que os altos administradores das empresas privadas. Uns e outros são profissionais cujos ordenados e mordomias contêm uma parcela de mais-valia, o que, entretanto, não lhes tira o caráter de empregados do capital, seja privado ou do Estado, com as limitações e a instabilidade próprias da condição de quem é empregado e não patrão. (GORENDER, 1982, p.79)

Isso indica que devemos pensar a burguesia a partir da propriedade privada dos meios de produção, e não somente pela sua função de controle através do Estado. Para Gorender (1982), “Nas condições da dominação de classe da burguesia, as empresas estatais constituem uma propriedade coletiva dos capitalistas, entregue ao controle e administração de seu representante concentrado e supremo – o Estado” (p.80).

Outra característica da burguesia brasileira é a da aceitação seletiva do capitalismo estrangeiro. Isto se mostra claramente quando o país adere a investimentos estrangeiros na indústria de transformação. Por exemplo, quando foi facilitada a entrada no Brasil das indústrias de ponta, e que teve como consequência as empresas que produziam os implementos intermediários de grande porte adentrarem ao país e comprarem produtos de fabricantes nacionais especializados. Mas, se surge concorrência, como já dissemos anteriormente, seja da empresa estrangeira que procura não mais comprar os produtos nacionais, ou mesmo por outras empresas nacionais; o

conflito se desenha, e começam a surgir os acordos políticos entre políticos e a grande burguesia. (GORENDER, 1982)

Foi a própria burguesia brasileira, *como classe*, que precisou do capital estrangeiro e o incentivou a vir ao Brasil. *O nacionalismo da burguesia brasileira não implica a rejeição do capital estrangeiro, mas sua cooperação demarcada pelas conveniências do capital nacional.* (GORENDER, 1982, p.93. Destaques no original)

Com o início da década de 1960, no século XX, a produção capitalista já fazia parte da sociedade brasileira, reproduzindo o modelo de sociedade classista com sua classe dominante, a burguesia, seguida logo atrás pelos grandes latifundiários tradicionais, também capitalistas. Gorender (1982) afirma que se olharmos pelo ponto de vista classista, fica claro que o golpe de 1964 foi obra da burguesia brasileira, e que as provas já são inúmeras:

O empresariado brasileiro teve a aliança dos latifundiários, a colaboração das multinacionais, a ajuda do Governo norte-americano e contou com a intervenção executiva das Forças Armadas. Estas, por sua coesão institucional essencialmente conservadora e antidemocrática, não apenas se incumbiram da execução do golpe, como assumiram o Poder de Estado, militarizaram suas instituições e imprimiram um estilo militarizado à tomada de decisões na esfera da política estatal. (GORENDER, 1982, p.102)

Após o golpe, o Estado se torna mais burguês. E leva adiante um plano político definido pelo conceito de modernização conservadora, devido ao qual aplicaram as seguintes medidas:

[...] arrocho salarial, com vistas à elevação da taxa de lucro em declínio por motivo da fase depressiva do ciclo econômico entre 1963-1967, tornando-se medida permanente como forma de controle da taxa de exploração da força de trabalho; extinção da estabilidade no emprego após dez anos de serviço e criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (GORENDER, 1982, p.102)

As décadas que se seguiram a 1964 apresentaram um desenvolvimento do capitalismo considerável no Brasil, para o qual a exploração da força de trabalho e a repressão política constituíram os fatores determinantes. Gorender (1982) aponta que nessa época houve uma queda brusca da participação dos salários na renda industrial: “Em 1961, esta se dividia em 29% para os salários e 71% para os lucros. Em 1973, cabiam aos salários 23% e aos lucros, 77%.” (GORENDER, 1982, p. 104).

A única coisa que impede o capitalismo de explorar a força de trabalho, como é intrínseco às suas leis, é a luta dos trabalhadores. No entanto, o momento político no país impedia que esse movimento acontecesse, devido à repressão militar. Sobre isso, Fernandes (1979) aponta que o passado colonial nesses países capitalistas dependentes assume duas características típicas, na primeira:

Os “problemas” que ganham prioridade são os problemas que afetam os interesses, a segurança ou a rede de poder da minoria privilegiada, insensível aos dramas humanos ou desumanos das massas e pouco sensível às “questões de ordem nacional” que não a ponham em risco visível. A segunda, diz respeito à propensão dessa minoria, instalada nos principais centros estratégicos de decisão e de dominação, a graduar ou a adulterar as mudanças assim “filtradas” de acordo com seu código de conveniências. Um Estado “nacional” e “democrático”, por exemplo, pode ser montado para servir aos interesses econômicos e às necessidades de dominação de proprietários de escravos. Ou todo um aparelho policial ou policial-militar, em outros exemplos, pode ser posto a serviço da repressão de greves operárias ou do sufocamento da inquietação popular. (FERNANDES, 1979, pp. 45-46. Destaques no original)

Gorender (1982) finaliza sua obra indicando estes possíveis elementos, indicados acima, que foram constituindo pouco a pouco a burguesia no Brasil. Apesar de seu caráter lento e não revolucionário, ela se apropria - como ocorreu em diversos países europeus - de mecanismos do Estado para disseminar sua ideologia. Os meios utilizados para manter seu poder como classe dominante foi paulatinamente se aprimorando, pudemos perceber isso nas primeiras décadas do século XX, depois no Golpe de 1964, e finalmente, em 2016, em que o golpe não foi militar, mas sim parlamentar, numa demonstração clara de corrupção entre as mais diversas instâncias do poder público.

Não achamos que isso se constituiu num *golpe clássico*, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. (BRAZ, 2017, p. 89. Destaques no original)

É interessante notar que Gorender (1982) aponta para um possível movimento estratégico que a burguesia faria, após tantos anos de um regime ditatorial, no qual não seria mais necessário e nem prudente o uso da força militar. Assim, o autor salienta em sua conclusão:

As difusas manifestações de líderes empresariais e de seus intelectuais orgânicos em favor de um novo Pacto Social só indicam que segmentos da burguesia já não têm confiança integral na eficácia do Estado militar e, cautelosamente, inclinam-se em favor de uma dominação menos repressiva e mais consensual (hegemônica) das classes subordinadas. (GORENDER, 1982, p.111)

Essa última citação de Gorender (1982) nos remete a dois movimentos políticos estratégicos ocorridos nos últimos anos: o primeiro em relação à política de conciliação de classes encontrada no governo Lula, e segundo ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, onde o golpe orquestrado se encaminhou respectivamente como descrevia Romero Jucá em áudio vazado no início do ano de 2016:

ROMERO JUCÁ - Eu ontem fui muito claro. [...] Eu só acho o seguinte: com Dilma não dá, com a situação que está. Não adianta esse projeto de mandar o Lula para cá ser ministro, para tocar um gabinete, isso termina por jogar no chão a expectativa da economia. Porque se o Lula entrar, ele vai falar para a CUT, para o MST, é só quem ouve ele mais, quem dá algum crédito, o resto ninguém dá mais crédito a ele para porra nenhuma. Concorda comigo? O Lula vai reunir ali com os setores empresariais?

MACHADO - Agora, ele acordou a militância do PT.

JUCÁ - Sim.

MACHADO - Aquele pessoal que resistiu acordou e vai dar merda.

JUCÁ - Eu acho que...

MACHADO - Tem que ter um impeachment.

JUCÁ - Tem que ter impeachment. Não tem saída.

MACHADO - E quem segurar, segura.

JUCÁ - Foi boa a conversa, mas vamos ter outras pela frente.

MACHADO - Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez [autorizou prisões logo após decisões de segunda instância], vai todo mundo delatar.

JUCÁ - Exatamente, e vai sobrar muito. O Marcelo e a Odebrecht vão fazer.

MACHADO - Odebrecht vai fazer.

JUCÁ - Seletiva, mas vai fazer.

MACHADO - Queiroz [Galvão], não sei se vai fazer ou não. A Camargo [Corrêa] vai fazer ou não. Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho.

[...]

JUCÁ - Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. [...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.

[...]

MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.

MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto. (JUCÁ, 2016)

Enquanto grande parte da sociedade ficou perplexa e indignada por um áudio vazado entre a ex-presidenta Dilma Roussef e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre uma possível nomeação do último para algum ministério, e que não tinha absolutamente nada além de uma conversa entre os dois, essa mesma parcela da população se calou ante a exposição do áudio de Jucá.

Depois que a população mais pobre passou a ter acesso a ambientes na sociedade antes frequentados apenas pela parcela dos trabalhadores mais abastados e que ocupam cargos de chefia, uma indignação coletiva por conta dessa classe começou a se formar. As pessoas que a compunham eram, aparentemente, as mesmas que saíram às ruas de verde amarelo, com camisetas da Confederação Brasileira de Futebol – instituição também cercada de escândalos como acordos de transmissão ou de exploração de marketing - aos gritos de “Contra Corrupção” e “Pela Família”. Como, logo eles que lutaram tanto para estar ali teriam que dividir esses espaços com essas pessoas? O ódio não é somente a um partido, não somente ao PT, existe um ódio ao pobre, ao trabalhador informal que não deveria nunca sair de sua favela ou comunidade para se misturar com os falsos burgueses.

Essa intolerância ao pobre como característica da burguesia brasileira e de seus manifestantes é denunciada também no trabalho de Braz (2017); essa massa para o autor “[...] se alimenta de uma cultura fascista que se expressa das mais diversas formas de intolerância, inclusive o ódio ao PT, que não cessou com a queda de Dilma.” (BRAZ, 2017, p. 101)

E todo esse ódio não é novo, como já apontamos anteriormente, para Fernandes (1979, p. 48) esse é um “*medo histórico*”, que com frequência também é “manipulado” e “exagerado”, isto é, ele é inerente à luta de classe intrínseca às particularidades de desenvolvimento do capital do nosso país.

Por outro lado, Mazzeo, em sua obra: *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa* (2015), deixa claro desconsiderar qualquer tipo de concepção que possa definir a formação social brasileira como um modo de produção distinto do capitalismo, ou até mesmo como um modo de produção subsidiário a este último. Por isso, afirma que análises como a de Gorender (1982), que considera que o modo de produção colonial escravista seja determinante no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, deixam de abordar o desenvolvimento econômico característico de uma determinada sociedade como uma unidade do diverso, ou seja, parte imanente

da totalidade capitalista. Mas contribuem, de determinada forma, para o entendimento da contradição inerente ao sistema escravista no desenvolvimento do capital no Brasil.

De fato, quando partimos de uma análise materialista histórica e dialética, o conhecimento do processo histórico estabelece a totalidade que é articulada por suas múltiplas determinações. A totalidade é sempre dinâmica, possui relações tão complexas que somente a visão dialética do movimento real pode proporcionar seu entendimento como unidade do diverso. Estas complexidades inerentes ao real só são apreendidas pelas abstrações particulares, uma forma de se chegar o mais próximo do conhecimento dessa totalidade, ou das partes que a compõem. Por isso, “a apreensão do real, por ser ele mesmo, enquanto totalidade, constituído por ‘múltiplas determinações’ (infinitas interações de complexos heterogêneos internos e externos), não é mais do que uma aproximação do real” (MAZZEO, 2015, p.23).

Para compreender uma realidade social, devemos partir do fundamental, situando-a no âmbito da relação universal-particular, ou seja, a partir do modo de produção que a engendra. Assim, quando partimos do modo de produção capitalista, o entendemos como a universalidade. As formações sociais que dele derivam serão entendidas como particularidades, mas que nunca deixam sua universalidade mais imediata, o capitalismo. “De fato, são as particularidades que dão os nexos à universalidade, que, por sua vez, dá o próprio ‘sentido’ real à singularidade, remontando-a à universalidade, enquanto concreção mesma” (MAZZEO, 2015, p.25).

Sendo assim, segundo Mazzeo (2014), para estudarmos o processo de formação da autocracia burguesa no Brasil, devemos buscar apreendê-lo de forma ontológica, ou seja, remontando toda a estrutura e as relações da formação social, no seu sentido econômico e político, enquanto uma particularidade histórico-concreta, que dialeticamente confirma a universalidade modo de produção capitalista. Isso posto, o autor busca em seu trabalho, demonstrar os aspectos mais importantes que auxiliaram a trajetória da burguesia, assim como, o caminho que o capitalismo percorreu no Brasil, formando-se como uma unidade do diverso, como singularidade. (MAZZEO, 2015)

Devemos entender o desenvolvimento econômico no Brasil, assim como o nascimento de sua burguesia, como uma nova síntese do processo de capital. A formação social brasileira, segundo Mazzeo (2015), se configura como um elo débil da cadeia imperialista, orquestrado pela sua condição histórica como colônia.

Essa debilidade econômica, conformadora de um Estado que a expressa, não permitirá que a burguesia brasileira instale, na vida política nacional, os elementos democráticos típicos das burguesias que alcançaram o poder pela via da revolução, pondo abaixo a ordem anterior. Ao contrário, as fórmulas políticas autocráticas sempre prevaleceram, amoldadas às novas situações *histórico-concretas* da sociedade brasileira e às novas sínteses, sem que, com isso, quebrassem suas *raízes genéticas* de economia subsumida aos centros mundiais do capitalismo. (MAZZEO, 2015, p.26. Destaques no original)

Isto é, quando temos uma classe que assume o poder sem ter promovido a revolução, como é o caso da burguesia brasileira, que se constituiu e vem se transformando aos poucos sem promover grandes mudanças no sistema classista da sociedade, estamos lidando com um país que tem no cerne da sua frágil democracia o domínio constante dessa classe usurpadora dos direitos dos trabalhadores. A maneira de se fazer política da velha república, como vimos anteriormente em Gorender (1982) não cessa, apenas se disfarça com elementos mais atuais do processo político e econômico que a sociedade hoje abarca.

Os processos de mudança são, com frequência, fenômenos de poder, na evolução das sociedades. E o controle da mudança, por sua vez, quase sempre aparece como fenômeno político (ele não diz respeito, somente, ao poder em geral, como poder econômico, social ou cultural, indiretamente político; mas, também, ao poder especificamente político). Se isso é verdadeiro em teoria, a regra aplica-se melhor a tipos de sociedades nas quais a continuidade depende largamente do equilíbrio dinâmico da ordem social, como sucede com a sociedade de classes. (FERNANDES, 1979, p. 49)

Assim, para entender as idiossincrasias desse sistema no país, e compreender o processo de colonização do Novo Mundo, Mazzeo (2015) afirma que é necessário levar em consideração a expansão europeia quando o modo de produção feudal entrou em crise. Foi neste período que nasceram as novas relações de produção e de forças produtivas, que são a gênese do capitalismo. Essas novas condições históricas que irão desencadear a transição do feudalismo ao capitalismo, quando surgem novas formas de produção e de comércio, além das novas estruturas político-ideológicas que são inerentes a esse sistema.

Dentre as diversas regiões europeias onde ainda subsistia o modo de produção feudal, Portugal irá expressar condições históricas particulares que permitirão a expansão marítima lusitana nos séculos XV e XVI, contribuindo para o que conhecemos como Sistema Colonial, ou a Colonização. Entretanto, o feudalismo, assim como o próprio capitalismo, carrega em seu cerne sua contradição, o elemento contraditório fundamental, ou seja, a negação da negação. Ou seja, traz em si as forças que lhe são

iminentes e que, ao mesmo tempo em que trabalham por sua manutenção, também atuam por sua própria dissolução.

Mazzeo (2015) afirma que Marx já havia apontado os elementos fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo a partir do modo de produção feudal, são eles:

[...] primeiro, as relações sociais rurais que permitem a emancipação do servo da gleba; segundo, o desenvolvimento das *artesanias* urbanas que passam a produzir mercadorias independentes e especializadas, livres e sob a forma artesanal; terceiro, a acumulação de riqueza monetária advinda das relações comerciais e da prática de usura. (MAZZEO, 2015, p.34. Destaques no original)

Foram estas as características que conformaram o capitalismo e permitiram o seu avanço, como uma forma superior de produção em relação ao feudalismo. Tal como este último foi em relação ao escravismo. Ou seja, ambos obedecem ao princípio que:

Cada modo de produção representa e expressa um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, acumuladas no decorrer de seu processo mesmo de entificação – isto é, seu processo de autorreposição, o qual pressupõe um constante conflito consigo mesmo e no qual as formas antigas são concomitantemente negadoras e afirmadoras, sempre como potencialidades para a inovação. (MAZZEO, 2015, p.35)

Mazzeo (2015) exemplifica esta forma de desenvolvimento lembrando que a destruição do feudalismo já estava dada pela oposição entre o campo e a cidade, tal como afirmou Marx nos *Grundrisse*. É nos burgos que o artesanato medieval se tornará propriedade e não apenas fonte da habilidade do trabalho, porque ele introduz uma separação entre o trabalho e outras condições de produção. Esta condição não existia porque a produção do feudo era destinada a atender o consumo local, ou seja, era um sistema econômico de subsistência. Também, os trabalhadores do feudo viviam sob o regime de servidão, pelo qual eram presos à terra, não podendo abandoná-las, porém não eram considerados escravos pois recebiam proteção de seus senhores e além disso, possuíam direitos. Então, quando se deu a separação entre o trabalhador e o meio de produção criou-se um alto grau de individualização e tornou possível a categoria do trabalho livre.

Esse processo de desagregação feudal se materializa no que Marx vai chamar de subsunção formal do trabalho ao capital, a entificação do capitalismo. Quando se passa a produzir mercadorias só para construir valores de troca, cotados através do dinheiro, têm-se uma ruptura com o modo de produção existente, que era baseado nas práticas

rurais, que eram a maior riqueza da sociedade feudal. Portanto, todo esse processo de compra e venda irá construir a valorização do capital, ou seja, na criação de mais valor. (MAZZEO, 2015)

A crise do feudalismo que se estabeleceu em Portugal acarretou a revolução de 1383, que promoveu a expansão marítimo-comercial, fruto das conquistas das classes plebeias ao longo dos séculos XII e XIII. Tais feitos possibilitaram uma grande mudança na estrutura produtiva do país, além de abrir espaço para uma maior participação da burguesia mercantil na economia. Têm-se, portanto, nesse período um intenso desenvolvimento do mercado, com base na agricultura, comércio marítimo e a pesca. (MAZZEO, 2015)

Apesar de em todos os períodos de transição de um modo de produção para outro coexistirem formas antigas de produção com as novas; na passagem para o capitalismo, em determinado momento concorreram as antigas formas de produção com as novas formas de trabalho. Porém, o comércio se expandiu em grande velocidade e possibilitou uma intensa relação econômica entre Andaluzia e Castela, França, Inglaterra e Flandres. Portugal se destacou, principalmente, por sua produção de sal, azeite, vinhos, pescados e cortiça, produtos que poderiam ser trocados de acordo com a necessidade de outros países.

A partir dessa época, através dessas novas relações mercantis que vão se estabelecendo no interior da sociedade, o feudalismo, já em crise, começou a ganhar uma nova particularidade: o absolutismo, como produto da expansão do capitalismo ascendente, se instala em Portugal. Foi justamente esse mecanismo que acabou por destruir a estrutura político-econômica feudal, criando as condições históricas e materiais para a estrutura da sociedade capitalista.

No entanto, outros estudiosos discordam que o estado absolutista derive da própria estrutura feudal, ou seja, que “[...] o elemento basilar do Estado absolutista não está determinado pelas injunções políticas da ‘reação feudal’, mas, ao contrário, pelas pressões que o novo (as relações de produção capitalistas nascentes) exerce sobre o velho (o modo de produção feudal)” (MAZZEO, 2015, pp.47-48. Destaques no original). E são exatamente essas pressões que, inicialmente, determinadas pela base econômica, irão compor aspectos de um projeto ideopolítico por parte da burguesia, pois esta já estará contemplando sua participação no poder enquanto classe dominante.

A nova base material – as relações econômicas mercantis – constitui-se, assim, no fator de relevância concreta na articulação do Estado absoluto, não o “destino” da nobreza, nem seu “espírito aventureiro”, [...]. Tampouco são relações políticas dominantes que expressam o real caráter do estado da passagem, [...]. O protecionismo, que a princípio restringia-se às cidades, passa a estender-se ao Estado, que expressa a garantia da nacionalidade, com o apoio burguês. São os imperativos do processo acumulador e de *sua materialidade*, o *mercantilismo*, que irão sedimentar, em última análise, o Estado centralizado e forte; que caracterizam as nações do período da transição, onde a dinâmica social, apesar de estar composta inclusive pela nobreza, é comandada pelos interesses da burguesia. (MAZZEO, 2015, p. 53. Destaques no original)

Esta discussão sobre a transição do modo de produção feudal para o capitalista, tendo como resultado o Estado absolutista se faz importante, justamente para o entendimento que Portugal estabeleceu todos os elementos necessários para a sua transição a condição absolutista. Tendo por sua vez, como vantagem em relação a outros países europeus, o pioneirismo na expansão mercantil.

O desenvolvimento do mercantilismo contribuiu posteriormente para a implantação do sistema colonial. Haja vista que a necessidade de produção de mercadoria para o mercado que estava se ampliando, permite a ocupação das terras descobertas, visando agora, não só as relações comerciais, mas, principalmente, a garantia de matérias primas para a produção em grande escala. “Assim, a expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias altamente valiosas darão sentido à existência de um sistema colonial do mercantilismo, [...]” (MAZZEO, 2015, p.57).

É a partir daqui que entramos em uma discussão essencial no trabalho de Mazzeo (2014) em relação ao de Gorender (1982). A questão se estabelece sobre a dúvida se realmente é correto afirmar que as formações sociais coloniais se classificariam como modos de produção específicos – visto que as mesmas possuem relações de produção e forças produtivas distintas das formações sociais clássicas na Europa.

Mazzeo (2015) argumenta que outros autores, dentre eles Gorender (1982), divergem do seu entendimento conceitual do que seria modo de produção. Para Gorender (1982), temos o modo de produção como determinado pelas relações de produção/forças produtivas, o que faz com que o autor defina formação social colonial como um modo de produção escravista, diferente do capitalismo clássico.

O problema se encontraria no fato de Gorender (1982) entender a categoria formação social como modelo que carrega, enquanto particularidade, as leis gerais que

regem o modo de produção. Assim, entende que Marx não construiu um modelo operacional, mas sim leis gerais e categorias que são manifestadas nas regiões onde o modo de produção capitalista se desenvolveu. Por isso, “para Gorender o *particular* – a *concretude*– surge inserido nos modelos demonstrativos que, [...] captam apenas parcelas do real e não o real enquanto a própria totalidade” (MAZZEO, 2015, p.62. Destaques no original).

Dessa forma, Gorender (1982) não compreende que quando Marx utiliza a Inglaterra como exemplo de modelo do capitalismo, se dá justamente pelo país ser o mais desenvolvido industrialmente, o que pode ser explicado pelo conceito de devir no método materialista histórico-dialético, isto é, como o mais desenvolvido pode explicar o menos desenvolvido. Apesar de Gorender (1982) se aproximar da definição marxiana sobre as leis gerais, “a ênfase da instância econômica acaba desconsiderando toda a rica articulação da estrutura econômica da sociedade em que está incrustada a própria superestrutura, como resultante da articulação dialética entre força produtivas/relações de produção” (MAZZEO, 2015, p.64).

Essa ênfase dada pelo autor às relações de produção/forças produtivas, a partir de sua instância econômica, não apreende essas relações como partes do próprio movimento e dinâmica do universal, que configura a particularidade. Por isso, Mazzeo (2015) afirma que o que lhe parece é que Gorender (1982) assume

[...] uma postura a-histórica (*agnóstica*), deixando de ver, assim, a *relação modo de produção/formação social enquanto ramos desdobrados que se articulam recíproca e inseparavelmente*, dentro do processo produtivo mais amplo, engendrado ontologicamente com o desenvolvimento do capitalismo. Vemos, então, que o problema que se apresenta é o de apreensão da totalidade em Marx. Os aspectos específicos (*concretos*) dessa apreensão devem ser recolocados, objetivando-se detectar onde se localizam as distorções do método marxista, no que se refere às categorias “modo de produção” e “formação social”. (MAZZEO, 2015, p.65. Destaques no original)

Quando autores, como Gorender (1982), passam a entender o todo como modelo ou abstrações ideais do real, acabam por reduzir e eliminar de uma análise marxista, justamente, o ontológico, a totalidade não pode ser construída como uma entidade a partir do que se pensa sobre ela, ser vista como uma tipificação. (MAZZEO, 2015)

O que Mazzeo (2015) tenta deixar claro é que o capitalismo não se desenvolve como uma mera coexistência e sobreposição de dois modos de produção, como se dão as relações de produção feudal e as relações de produção capitalista. O importante é

entender uma predominância do novo, que se materializa no início do capitalismo através da hegemonia da economia mercantil. Por se tratar, em outras regiões, de formações sociais diferenciadas, tende-se a pensar estas como modelos do capitalismo, no entanto, como elas se desenvolveram de forma diferente das regiões europeias, não é apreendido suas características como particularidade, mas como uma falsa universalidade, o que reduz o entendimento da categoria de totalidade marxiana.

Tal circularidade do capital, em seu processo de reposição, permite a ele mesmo incorporar outros modos de produção existentes ou simplesmente destruí-los, de acordo com suas necessidades. O caráter universal da produção, de amoldar-se às diversas situações concretas, é ressaltado por Marx, quando afirma que a produção não é somente particular. Ao contrário, é sempre um organismo social determinado, um sujeito social que atua em um conjunto mais ou menos grande, mais ou menos pobre, de ramos de produção; quer dizer, a produção socialmente dada articula-se com formas particulares socialmente dadas de produção. (MAZZEO, 2015, p.68)

É para toda interação dialética entre a particularidade e o universal que devemos nos atentar. Pois, se a universalidade, que seria a produção em geral, se relaciona com a particularidade (modos de produção) num processo constante e dialético, entendemos que é essa relação que possibilita a materialização do universal-abstrato, isto é, a formação social específica, que só então permitiria a apreensão da totalidade em toda sua dimensão.

Isso porque a totalidade não pode ser entendida com um devir arbitrário, ela se forma por “uma sucessão de encandeamentos ordenados, de determinações que contêm equilíbrios estruturais, regulados pela temporalidade e dinâmica que a história engendra, regida por leis próprias que indicam as grandes tendências gerais das transformações” (MAZZEO, 2015, p.69).

Assim, o elemento econômico apreendido isoladamente não seria determinante para uma análise do desenvolvimento capitalista em determinada sociedade. Mas, seria o aspecto que permite uma ampla análise da estrutura a partir de seus próprios desdobramentos. Isto é, possibilita pensar abstratamente o concreto como um todo, como produto de múltiplas determinações.

Em Marx, a *relação dialética entre o universal e o particular é a forma concreta de sua relação*, caso a caso, em situações historicamente determinadas, com respeito a uma determinada relação de estrutura econômica, assim como descobrir o grau e em que direção as alterações históricas modificam esta dialética. Nessa perspectiva, podemos entender como se estabelece a relativização dialética do universal e do particular. Em

determinados momentos históricos se especifica ou ainda pode surgir como particular. Pode ocorrer, também, que o universal se dilate e anule a particularidade ou que uma particularidade anterior se desenvolva até a universalidade etc. (MAZZEO, 2015, p.71. Destaques no original)

O modo de produção capitalista surge como resultado da mediação que ocorre entre a particularidade e a universalidade. Dessa forma, a própria particularidade é o que define a formação social. (MAZZEO, 2015)

Por isso, Gorender (1982) ao entender o escravismo como um modo de produção distinto do capitalismo, acaba por renunciar aspectos importantes do entendimento ontológico do processo de desenvolvimento do capital. Em resumo, Mazzeo (2015) afirma que

[...] não podemos considerar o modo de produção capitalista como um processo onde a formação social pode conter um ou mais modos de produção. O que ocorre, de fato, é um movimento inverso, isto é, o modo de produção capitalista *determinado e contendo* várias formações sociais onde estão presentes estágios e formas de organização do trabalho e de extração de mais-valor; essas formações definem o caráter particular e concreto, em termos de leis universais, do modo de produção. (MAZZEO, 2015, p.72. Destaques no original)

No Brasil, a composição econômica de caráter capitalista tem início com as chamadas capitâneas hereditárias, as quais possuíam semelhanças em diversos aspectos com a economia feudal. No entanto, como já mostramos anteriormente, Portugal viveu uma economia feudal distinta da maioria de outras regiões da Europa. Porém, o feudalismo português ainda carregava características clássicas do feudalismo, tanto em sua produção e formas de trabalho, como em sua superestrutura. Tais elementos irão influenciar fundamentalmente todo o processo de colonização no nosso país.

O novo, a particularidade essencial introduzida no Brasil foi a escravidão, que teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Foram os portugueses que trouxeram os negros africanos de suas colônias na África para utilizar como força de trabalho escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses os vendiam como qualquer outra mercadoria. Assim, foi o latifúndio escravista moderno.

Esse aspecto cultural e econômico teve como característica principal a manutenção da família rural, que por não precisar trabalhar, pôde se pensar como aristocrática, enquanto apresentava sede de lucros burguesa. Não era uma aberração sociológica, apenas vivia os dilemas da sua gênese: a Europa em transição. Além disso,

todo arcabouço cultural europeu também será disseminado aos poucos no país por essas famílias portuguesas. (MAZZEO, 2015)

A isso acrescentamos que os elementos específicos engendrados por uma sociedade latifundiária e escravista não só aparecem na estrutura produtiva – forças produtivas/relações de produção específicas –, como também determinam os aspectos particulares superestruturais da formação econômico-social brasileira. (MAZZEO, 2015, p.79)

Toda esta adaptação do Brasil à economia e à cultura portuguesa construirá uma nova síntese, enquanto particularidade concreta, que por sua vez, também irá estabelecer os primeiros pilares de sustentação de uma superestrutura específica: “[...] uma sociedade conservadora rígida, cuja ‘classe dominante’ – os ‘aristocratas coloniais’ –, pela sua própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros do capitalismo mundial.” (MAZZEO, 2015, p.79) Essa sociedade conservadora de estrutura rígida se desenvolve lentamente, com mudanças superestruturais mínimas, chegando à atualidade com algumas características que já citamos anteriormente, o medo da implantação de uma sociedade comunista, além é claro, da abominação à classe trabalhadora mais pobre, herança da cultura escravocrata dos grandes senhores de terra do período colonial.

Se o fascismo é uma forma política sempre possível desde quando os monopólios constituíram-se como dominantes na economia capitalista, no Brasil ele se amalgama com os elementos históricos de uma cultura de classe dominante que se alimenta do racismo. Junta-se a isso uma cultura política que, mesmo nos períodos republicanos, pouco avançou em relação à laicidade e que se alimenta também da intolerância religiosa. O avanço de elementos fascistas entre nós faz recrudescer ainda a misoginia que também foi usada contra a ex-presidente Dilma, ainda que não tenha sido a questão *determinante* para sua queda. Em todos os casos estamos diante de traços profundamente antidemocráticos que promovem no Brasil uma ascensão preocupante de forças conservadoras reacionárias. A chamada lei da mordaza (“Escola sem Partido”) é talvez o melhor exemplo dessa ascensão. (BRAZ, 2017, p. 102. Destaques no original)

Também para Mazzeo (2015), assim como Gorender (1982) havia apontado, a exploração rural não ocorreria apenas pelo monopólio de toda riqueza, mas também através do poder político. Os homens livres na época tinham suas vidas controladas pelos grandes latifundiários, fossem estes homens do campo ou da cidade. Em suma, o que é importante destacarmos de toda a conformação peculiar da cultura no Brasil, é que estes elementos europeus e nativos, tanto na forma das relações econômicas, como políticas irão se expressar em todo o pensamento dominante no Brasil.

É nesse contexto histórico-social que se desenvolve a “ideologia da conciliação” brasileira, expressão de uma burguesia débil economicamente – anômala – que, para se manter no poder, concilia sempre com os interesses externos e, internamente, pauta-se pela violenta repressão das massas populares, que, em nível extremo, a escravidão encarna e expressa. (MAZZEO, 2015, p.80. Destaques no original)

Isto é, apesar de não podermos analisar o escravismo colonial como modo de produção determinante do desenvolvimento do capital no país, é imprescindível analisar os aspectos que ele proporciona como infraestrutura na construção dessa oligarquia burguesa, moldada no medo de perder suas riquezas, promovendo diversos acordos políticos e econômicos com o Estado no objetivo de barrar qualquer mudança que propicie o avanço e condições dignas de sobrevivência da classe trabalhadora.

A “velha” e a “nova” oligarquia articulam-se com os “interesses novos” dos industriais e das classes médias, contendo seus antagonismos dentro das opções burguesas e convertendo o Estado numa verdadeira *arena de conciliação* dos interesses convergentes ou divergentes das classes possuidoras e “dirigentes”. (FERNANDES, 1979, p. 53. Destaques no original)

Essa burguesia já ia tomando forma desde o século XVIII. Nesse período, o Brasil torna-se uma das principais bases da economia do império português, que na época se encontrava enfraquecido pela crise do sistema colonial subordinado aos interesses britânicos. Neste mesmo período, a descoberta do ouro no Brasil desencadeia o desenvolvimento de novas cidades compostas ainda por uma camada média em relação à economia. Contudo, quem ainda permanecerá no poder é a tradicional burguesia agroexportadora, latifundiária e escravista, apesar das contradições entre a ampliação do seu desenvolvimento econômico e a opressão colonial que angariava a maior parte dos rendimentos no país para a metrópole. (MAZZEO, 2015)

É justamente através da liberdade comercial, que nasce como síntese entre a decadência portuguesa e os interesses econômicos da burguesia, que iremos presenciar a maturidade capitalista na economia brasileira. É aqui que a ruptura entre a grande burguesia no Brasil e sua metrópole começam a se desenhar.

Esse é o “móvel” da emancipação política brasileira, conduzida por competentes membros dessa burguesia “anômala”, determinada muito mais pela crise do sistema colonial mundial e por suas consequências imediatas do que por uma proposta de mudança econômico-social que visasse um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em moldes plenamente burgueses. A condução política do “Partido Brasileiro”, capitaneado pelos donos de terras e de escravos, não terá assim, em seu

conteúdo, nenhuma perspectiva de ruptura real com a estrutura colonial da economia brasileira. (MAZZEO, 2015, p.82. Destaques no original)

Esse contexto, portanto, não iria alterar em nada as relações de produção e de classe, pois a estrutura produtiva continuaria sendo de caráter colonial. Mesmo as camadas médias da economia brasileira – pequena burguesia urbana e funcionários públicos liberais -, não conseguirão alterar as estruturas econômico-sociais da burguesia brasileira.

A inexistência de condições históricas que direcionassem a uma ruptura concreta, de cunho revolucionário, com a estrutura socioeconômica colonial, possibilita à burguesia latifundiária que assuma o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho de Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais. (MAZZEO, 2015, p.83)

Ao apontar estes elementos que compõem a ação político-ideológico da burguesia brasileira, Mazzeo (2014) deixa claro que nossa ideologia dominante é a de uma formação social capitalista de extração colonial. Dessa forma, o autor esclarece que a formação do Estado Nacional brasileiro irá se compor entre dois aspectos principais: “de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias de desenvolvimento capitalista (em que se insere Portugal); de outro, *aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária*” (MAZZEO, 2015, p.83. Destaques no original).

Portanto, a política conciliatória existente no Brasil se constitui como uma herança histórica das condições de desenvolvimento tardio e não revolucionário que ocorreram em Portugal. Lá a articulação conciliatória em que as camadas populares são deixadas à margem também aconteceu. É neste tipo de sociedade que Mazzeo (2015) acredita se encontrar o cerne da ideologia eclética apropriada pelos que dominam o poder no Brasil. “O pensamento eclético, como doutrina conciliatória e de crítica e negação do pensamento revolucionário do século XVIII, servia como uma luva ao ‘espírito’ conservador das elites ‘nacionais’” (MAZZEO, 2015, p.91. Destaque no original).

Contudo, a utilidade desse ecletismo sustentaria algo mais, embasava também a grande contradição de interesses da burguesia agrária do Brasil, onde se buscava conciliar tanto os anseios da modernidade liberal como manter as peculiaridades da situação brasileira.

O ecletismo teórico será, então, assimilado e sistematizado pela burguesia brasileira, como exemplo de manutenção do *status quo*, utilizando-se as reformas “pelo alto”. Sem os perigos de uma revolução, sem rupturas, tomava-se o passado dos tempos coloniais, conciliando-se com as novas formas político-organizativas de que o Brasil irá necessitar após sua emancipação política. Será assim, escorada nessa postura ideológica que a burguesia fundamentará sua prática política, a partir da permanência da Corte portuguesa, direcionando-a, posteriormente, para o processo de emancipação política. (MAZZEO, 2015, p.91. Destaque no original)

O Liberalismo que surge então, descrito como fundamentalmente econômico, põe em xeque o monopólio e o absolutismo da metrópole. O que sempre fora o principal objetivo da grande burguesia, buscar a autonomia econômico-comercial sem interferência alguma da metrópole portuguesa.

Esse liberalismo pouco ideológico, assumido pragmaticamente para justificar a diminuição da interferência metropolitana nos negócios internos dos ricos fazendeiros, evidenciava a necessidade de uma nova estruturação do poder político, sempre tendo em conta o cuidado em excluir os outros segmentos componentes da estrutura social brasileira. (MAZZEO, 2015, p.93)

Assim, para Mazzeo (2015), o elemento desencadeador do processo de emancipação perante a metrópole se deu, justamente, por uma crise no sistema colonial. Crise essa, justificada pela incapacidade portuguesa em atender as premissas das classes que detinham o poder e, também pelo quadro econômico engendrado pelo capitalismo industrial.

Antes de caracterizar e definir os principais aspectos que compõem o Estado nacional brasileiro, Mazzeo (2015) irá explicar de forma detalhada os principais elementos que envolvem o desenvolvimento capitalista no Brasil. No entanto, para não fugirmos tanto do nosso objetivo, nesta seção, tentaremos resumi-lo para podermos dar início as questões que envolvem a principais características do Estado e da autocracia burguesa país.

Mazzeo (2015) entende que as principais vias de desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreram pelo processo de produção e acumulação do capital pelas atividades rurais. Assim, deixa claro que as semelhanças desse processo entre o Brasil e o que ocorreu na Alemanha são importantes e precisam ser destacados. Tanto na Alemanha, quanto no Brasil, a unidade nacional é imposta de cima para baixo. A nobreza na Alemanha se constitui num tipo de burguesia com título de nobreza; da mesma forma que teremos uma nobreza brasileira que carrega aspectos da fidalguia portuguesa. Além disso, o processo de construção do Estado Nacional seria excludente

para as massas em ambos os países. As maiores diferenças entre Brasil e Alemanha estão na forma estrutural, isto é, em sua dimensão colonial. Isso porque leva em consideração os aspectos relacionados a história colonial de modo tardio concomitante à industrialização decorrente de uma acumulação agrária. Assim podemos dizer que o processo de capitalismo brasileiro poderia ser considerado como de “via prussiano-colonial [...] porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia [...] e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil” (MAZZEO, 2015, p.105).

Essa característica essencial do desenvolvimento econômico do Brasil concomitante com a determinação substancialmente escravista, decorrente do sistema colonial não permite a implantação de uma ideologia liberal a partir de seus moldes clássicos (europeus). Posto isto, “Poderíamos dizer que em todo tipo de sociedade onde formas plenas de desenvolvimento burguês encontraram travagens históricas; nas formações sociais não pertencentes à “via clássica” o liberalismo apresentou-se com sua face conservadora e reacionária.” (MAZZEO, 2015, p. 105. Destaques no original)

Diferentemente do contexto europeu, onde o liberalismo tinha como seu aspecto principal a ampliação da liberdade do homem em relação às questões sociais, no Brasil se manteve restrito o seu aspecto econômico. “No campo político, a *liberté*, a *egalité* e a *fraternité* dos revolucionários franceses e estadunidenses, a noção de *sociedade civil-burguesa*, será restrita aos que possuem terras, escravos e dinheiro” (MAZZEO, 2015, p.106).

Estes elementos se originam, por um lado, a superestrutura desdobrada da escravidão, e por outro, a inexistência de relações capitalistas industriais. A estrutura escravista além de impedir o avanço total do capitalismo dentro dos moldes ideológicos liberal, também contribuiu para a manipulação e exclusão social das massas populares. Segundo Mazzeo (2015) a Independência do Brasil pode ser considerada mais como um arranjo político, mais como uma contrarrevolução, do que como uma revolução, isto é, uma “[...] conciliação com o velho, relegando ao novo uma exterioridade vazia de significado concreto.” (MAZZEO, 2015, p.107).

Além disso, o controle exercido pela burguesia e o Estado através da opressão das massas, como vimos na análise de Gorender (1982), se destaca pela forte influência do paternalismo. É assim, que o sistema político e econômico do Brasil vai se desenvolvendo, pequenas alterações que escondem pela aparência os verdadeiros interesses da grande burguesia.

Percebemos, dessa forma, que a base real da formação social escravista do Brasil desautoriza o liberalismo e a revolução em sua configuração clássica. Essa especificidade, determinada por tal concretude, não deixaria de gerar um Estado à sua imagem e semelhança. Um aparelho estatal de onde se despegue a violência e favor deletério, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens “livres”) sempre fora do cenário político. Uma estrutura, enfim, que permitia até golpes e contragolpes constantes entre facções dominantes sem alterações, no entanto, em seu aspecto basilar. (MAZZEO, 2015, p.108. Destaque no original)

Mazzeo (2015) conclui sua obra afirmando que todo esse processo de conciliação brasileiro pode ser considerado como um bonapartismo-colonial. Bonapartismo⁷ porque foi assim que se apresentou o Golpe da Maioridade em 1840, promovidos pelos conservadores e moderados. Colonial, devido aos aspectos intrínsecos, já discutidos, de seu desenvolvimento enquanto colônia de Portugal. Assim, no Brasil, diferentemente do que ocorreu na França e Alemanha:

[...] o bonapartismo mantém a estrutura escravista de produção, continuidade da economia colonial, caracterizando a não ruptura com o atraso econômico e social, assim como a debilidade de sua burguesia. A conciliação, dessa forma, direciona-se à subsunção. *Concilia-se com o arcaísmo, como um todo*, tanto nas relações de produção como nas relações sociais, e concilia-se com a Inglaterra, a nova “metrópole”, posta nos moldes modernos do capitalismo industrial. (MAZZEO, 2014, p.113. Destaques no original)

Por isso, a melhor forma de pensar esse desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é entendê-lo como um bonapartismo-colonial. A essência desse tipo de estrutura social tem como seu elemento principal e norteador a consolidação política da autocracia comandada por uma burguesia débil subordinada aos polos centrais do capitalismo. Onde as massas populares, o proletariado, constituem perigo constante aos interesses de sua classe. (MAZZEO, 2014)

O padrão de desenvolvimento capitalista dependente é incapaz de superar certas realidades, que se reconstituem e se revitalizam de modo permanente, como: a forte dominação externa; a apropriação dual ou associada do excedente econômico; a extrema desigualdade na distribuição da riqueza, do prestígio social e do poder; a coexistência do crescimento capitalista interno com o subdesenvolvimento “absoluto” ou “relativo”, forçando constantes rearticulações de setores “arcaicos”, “modernos” e “ultramodernos”; intensa exclusão institucional das classes destituída etc. (FERNANDES, 1979, pp. 50-51)

⁷ “[...] o bonapartismo é uma forma de governo que surge do caráter contrarrevolucionário da burguesia, nas condições de transformações democráticas e de uma revolução democrática. Apresenta-se como um poder “imparcial”, por cima das contradições de classes.” (MAZZEO, 2014, p.112)

Como resultado de todo esse característico e lento processo de desenvolvimento do Capital teremos, como já dizia Ab’Sáber (2015,) a definição completa do homem conservador médio, que com suas palavras é “[...] antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira mais antiga – um homem de adesão ao poder por fantasia de proteção patriarcal e agregada, fruto familiar do atraso brasileiro no processo da produção social moderna” (AB’SÁBER , 2015, p.35).

4. UMA CIÊNCIA, UM MÉTODO, UMA CONCEPÇÃO DA REALIDADE

[...] A possibilidade da psicologia como ciência é, antes de mais nada, um problema metodológico [...] (VIGOTSKY, 1926, p. 389).

No presente capítulo tentaremos explicar a apropriação do método Materialista Histórico-dialético pela Teoria Psicológica Sócio-histórica dividindo-o em dois momentos importantes: o Materialismo histórico dialético entre Hegel e Feuerbach; e um método para uma ciência psicológica.

A necessidade de elaboração deste capítulo vem de um questionamento comum entre outras áreas das Ciências Humanas e Sociais que utilizam o método Materialista Histórico-dialético como instrumento de análise. Foi recorrente durante o curso de mestrado ouvir amigos e palestrantes se perguntarem como a psicologia poderia se apropriar de um método econômico e filosófico de entendimento da realidade para explicar o comportamento humano ou o funcionamento do psiquismo. Além disso, esse estudo nos fornecerá subsídios para a explicação de um elemento importante encontrado no desenvolvimento do nosso tema, que é a diferença entre a explicação sociológica de um fenômeno para a explicação psicológica recorrente do mesmo.

Portanto, aqui tentaremos contribuir para o entendimento da relação que se estabelece entre o Materialismo Histórico-dialético e a Psicologia Sócio-histórica, demonstrando os percursos e percalços encontrados no decorrer desse caminho de uma ciência ainda tão nova entre as outras.

4.1. O Materialismo histórico-dialético entre Hegel e Feuerbach

O método nas ciências naturais sempre abordou seu objeto de uma forma unilateral e separada do seu todo, como se a parte investigada não tivesse relação com outras partes que constituem um conjunto ou o objeto real. Esta visão determinista e superficial da relação homem e objeto nas ciências proporcionava a toda investigação um caráter estático e historicista do fenômeno a ser estudado, como se seu desenvolvimento ocorresse em ciclos. Esta visão de ciência - pois o método antes de tudo é uma concepção da realidade -, concebe o mundo e tenta explicá-lo conforme as leis gerais e princípios que o norteiam de acordo com a ideologia dominante.

No entanto, a ausência de uma perspectiva que concebesse a realidade assim como ela se apresenta, sem indagações metafísicas e explicações superficiais, foi notada em meados dos anos 1840 por Marx e Engels (1844, 1845a, 1845b, 1848, 1850), autores que trabalhando juntos possibilitariam a criação de um novo método para as Ciências Humanas e Sociais, assim como para as Ciências da Natureza.

O método que se mostra pela estrutura dos trabalhos desses dois autores (principalmente pela estrutura de *O Capital* de 1867) é denominado ainda hoje de Materialismo Histórico-dialético. A materialidade nesta concepção de mundo é nada menos do que entender a realidade a partir daquilo que de fato se apresenta, ou seja, saber que tudo aquilo que vejo, escuto e sinto são simplesmente a apropriação de elementos externos a mim, que são captados pelos meus órgãos sensitivos e perceptivos quando correspondem ao estado natural do aparelho biofisiológico. Além disso, é entender que essa realidade que eu posso perceber agora continuará existindo sem mim, caso eu consiga percebê-la ou não, ou seja, ela independe do sujeito para existir.

Por isso, entendemos que o caráter Histórico dentro do método corresponde à ciência de que essa realidade se desenvolve também num processo histórico, no qual o seu constante desenvolvimento e transformação superam qualquer caráter estático e imóvel, e explicam seu movimento. Entender um objeto a partir de seu ponto de vista histórico é compreender o movimento que o levou até o ponto onde a análise científica o aborda. É por isso que se deve compreender que é o mais desenvolvido que pode explicar o menos desenvolvido e nunca o contrário.

O Materialismo Histórico entende que a história explica o processo, e o processo explica o objeto.

Nenhuma análise histórica da realidade separa as partes que compõe o todo para tentar explicá-las isoladamente. Nesta concepção do movimento real, o conceito de totalidade é uma premissa concernente ao núcleo de seu entendimento, ou seja, entender o objeto identificando a complexidade inerente a cada parte que compõe seu todo é o ponto de partida de toda investigação.

Compreender o objeto a partir de sua totalidade significa entendê-lo em toda sua complexidade, é saber que as partes isoladas que compõe o todo não correspondem ao produto final. Além disso, quando o estudo das partes isoladas do todo não alcança as relações que essas estabelecem durante todo o processo de conhecimento, a investigação se mostra incoerente. Pois, de fato, é necessário entender quais são e por que acontecem determinadas relações durante o processo que engendra sua totalidade.

Além do conceito de totalidade, para o esclarecimento do que é o método marxista é necessário entendermos a concepção que possui a contradição nesse processo de conhecimento da realidade. A contradição é um elemento fundamental na abordagem dialética, pois considera que no movimento da realidade se escondem, pelo menos, duas forças opostas que, tanto na natureza quanto na sociedade, promovem o desenvolvimento social, pela oposição de princípios contrários uns aos outros. O Materialismo Dialético compreende a realidade como um eterno movimento que pressupõe em seu núcleo antagonismos que se complementam e que geram como resultado algo novo, diferente do antigo, mas que ainda pode carregar traços deste último.

A oposição de ideias contrárias, assim como suas contradições, é entender que no momento que temos um conceito ou ideia de determinado objeto, o mesmo carrega o seu contrário, e vice-versa. Para Marx (1847/1985), tal fenômeno pode ser apreciado por uma tese, que automaticamente possui uma antítese - o oposto de si -, e que possui então seu positivo e negativo, o sim e o não. Isto é, a luta entre estes dois elementos antagonicos, compreendidos a partir de sua antítese, é que constitui todo o movimento dialético:

O sim tornando-se não, o não tornando-se sim, o sim tornando-se simultaneamente sim e não, o não tornando-se simultaneamente não e sim, os contrários se equilibram, neutralizam, paralizam. A fusão destes dois elementos contraditórios constitui um pensamento novo, que é a sua síntese. Este novo pensamento se desdobra ainda em dois pensamentos contraditórios que, por seu turno, se fundem em uma nova síntese. Deste trabalho do processo de criação nasce um grupo de pensamentos. Este grupo de pensamentos segue o mesmo movimento dialético de uma categoria simples, e tem por antítese um grupo contraditório. (MARX, 1847/1985, p.105)

O Materialismo Histórico-dialético seria esse movimento eterno, em que tanto a natureza como o homem se constituem a partir de suas contradições, elaborando novas sínteses, devidas a grandes saltos qualitativos. No entanto, para se chegar a essa concepção que é materialista, mas ao mesmo tempo percebe como propriedade da realidade sua concepção histórica e dialética, Marx (1845/2003) passou por um longo processo de renovação e estudos, aderindo por um lado algumas ideias, por outro, negando outras. “Os filósofos – dizia Marx (1845/2003, p.539. Destaques no original) - apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*”.

Marx (2003) afirmava que Hegel (1807) tinha virado o mundo de ponta-cabeça, pois ao afirmar que somente a partir da autoconsciência o homem poderia de fato chegar ao conhecimento verdadeiro, nega ao mesmo tempo as condições e o papel prático a partir da atividade que todo homem constitui, nega sua materialidade, e, por conseguinte sua própria natureza. A dialética hegeliana se apresenta dessa forma de maneira idealista, onde todo o movimento do real se daria no plano espiritual, da autoconsciência do homem.

Hegel faz do homem o *homem da autoconsciência*, em vez de fazer da autoconsciência a *autoconsciência do homem*, do homem real, e que, portanto, vive também em um mundo real, objetivo, e se acha condicionado por ele. Ele vira o mundo de *ponta-cabeça*, o que lhe permite dissolver também *na cabeça* todos os limites, e isto os faz, naturalmente, manter-se de pé *para a má sensoriedade*, para o homem *real*. (MARX & ENGELS, 1845/2003, p.215. Destaques no original)

Hegel (1807) vê o ser natural não como sujeito, mas como puro objeto sem liberdade, não produz, é produzido, explicando-se assim por razão de causa e efeito. Enquanto isso, no decorrer dos estudos de Marx (1845), e concomitante a isso, durante o desenvolvimento do pensamento filosófico alemão do séc. XIX, surge outro estudioso de Hegel (1807) que será de grande importância para o processo de desenvolvimento do método ontológico marxiano. Esse autor era conhecido como Ludwig Feuerbach (1804 – 1872). Feuerbach (1839) será considerado como a ponte e o elemento que faltava para se construir um verdadeiro marxismo dialético, onde a práxis é consolidada a partir de seu aspecto fundamental, no qual todo processo de desenvolvimento de uma sociedade realmente deveria estar voltado para o homem.

Enquanto o movimento dialético na teoria de Hegel (1807) tem início através de um pensamento obscuro e tanto quanto confuso da religião, a partir desta teoria irão persistir três momentos que Feuerbach (1839) irá confrontar, são eles: num primeiro momento percebemos que saber e ser, sujeito e objeto, se confundem numa identidade indeterminada; num segundo momento, de acordo com Sampaio e Frederico (2009, p.47), “o mesmo pensamento, ao se negar, rompe e perde sua indiferenciação essencial primitiva, diferenciando-se na diversidade dos objetos particulares que resultam dessa dispersão da unidade inicial.”; num terceiro momento, ele reencontra a unidade essencial até então perdida dos outros objetos encontrados no segundo momento, ou seja, a partir de então ele irá reunir o ser e saber, sujeito e objeto, agora em um ser absoluto. Neste sentido, Feuerbach (1839) busca partir dos dados empíricos, reais. Dirá

ele que não há necessidade de perder tanto tempo em filosofar sobre o pensamento sendo que podemos partir de um começo da filosofia que é o finito, o determinado e o real.

Feuerbach (1839), confronta diversos argumentos da filosofia idealista de Hegel (1807), dizendo que o ser não se encontraria na origem da natureza, ou que a natureza não pode preceder o ser determinado. Além disso, Feuerbach (1839) considerava o Espírito não de forma absoluta, mas sim como um contrário, como um dependente da natureza. Este, antes visto por Hegel (1807) como o objeto alienado, figura ilegítima do ser, sem possuir fundamento ou princípio que o pudesse amparar; agora em Feuerbach (1839), readquire seus direitos: “O ser existe a partir de si e por si, o ser só é dado pelo ser. O ser possui em si mesmo o seu princípio [...]” (FEUERBACH apud SAMPAIO & FREDERICO, 2009, p.51).

Como podemos perceber, Feuerbach (1839) refutará grande parte da teoria idealista de Hegel (1807), o ser geral do princípio, o ser absoluto do fim, as mediações que os conectam, enfim, praticamente tudo, do ponto de vista da senso-percepção. O autor em questão negará o movimento dialético, e toda doutrina de Hegel (1807), que tem como objetivo explicar o desenvolvimento das totalidades e a autotransformação do conjunto dos seres. É justamente a partir daqui que podemos identificar o materialismo feuerbachiano.

É então a partir da crítica de Marx (1845) à Feuerbach que iremos entender a necessidade de reconhecer o homem não apenas a partir de suas diferenças sensíveis ou do próprio pensamento, mas a importância que o homem carrega devido a sua atividade, isto é, na ação que exerce no seu meio considerando as condições que estabelecem essa determinada atividade. Por isso, Marx (1845/1985) afirma que:

Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*] efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento; mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade *objetiva* [*gegenständliche Tätigkeit*]. [...] Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”. [Ele] não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração “ohomem” e não vai além de reconhecer no plano sentimental o “homem real, individual, corporal” e, isto é, não conhece quaisquer outras “relações humanas” “do homem com o homem” que não sejam as do amor e da amizade, e ainda assim idealizadas. (MARX & ENGELS, 1845/2007, p.32. Destaques no original)

Existe para Marx (1845/2003) um grande erro metodológico por parte de Feuerbach (1839) por separar a história da materialidade, é como se o filósofo perdesse a relação essencial entre esses dois aspectos na compreensão do homem na sociedade. Assim, “Na medida em que Feuerbach é materialista, nele não se encontra a história, e na medida em que toma em consideração a história ele não é materialista. Nele, materialismo e história divergem completamente [...]” (MARX & ENGELS, 1845/2007, p.32).

Marx (1846/2007), no entanto, entusiasmado pela crítica que Feuerbach (1839) havia realizado a Hegel (1807), se torna também um adversário tanto do idealismo quanto da dialética hegeliana. Todas as críticas levantadas por Feuerbach (1839) não ficarão impunes, principalmente as dirigidas ao tema das mediações, do vir-a-ser e também o de totalidade. Além disso, o autor enfrentará grandes problemas em relação às suas concepções políticas e sociais liberais, todos esses fatos constituirão uma grande encruzilhada significativa na evolução do pensamento de Marx.

Foi a partir daí que Marx, no período imediatamente posterior ao analisado aqui, introduziu genialmente o conceito de práxis, vale dizer, a *mediação ativa* que faltava ao pensamento materialista precedente, inclusive ao de Feuerbach, para resgatar a noção de totalidade e de racionalidade histórica. Nem Hegel, do fundo obscuro de suas metamorfoses ideais, puramente lógicas, nem Feuerbach, da superfície clara de suas constatações empíricas, jamais poderiam alcançar a noção de uma mediação material ativa, como a contida no conceito revolucionário de práxis. E é justamente aí que se vai introduzir o núcleo racional de uma dialética “desmistificada”, que se vai propor um materialismo racional, não nominalista. (SAMPAIO & FREDERICO, 2009, p.57)

Posto isto, em 1845 com a introdução que Marx faz da mediação ativa na realidade social, consegue afastar-se de Feuerbach (1839) e reaproximar-se de Hegel (1807). “Concebe ele então a totalidade hegeliana no mundo da matéria, a qual dará lugar em suas obras definitivas ao aparecimento da noção dinâmica de estrutura e superestrutura.” (SAMPAIO E FREDERICO, 2009, p.59), possibilitando a ele a criação de um novo materialismo, não mais empírico como o de antes, mas dialético. Ou seja, para Marx (2008): “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1859/2008, p.47).

Através da práxis vista como mediação no que tange os indivíduos e as divisões do trabalho, Marx (1859/2008) passa a compreender uma totalidade social mais

dinâmica do organismo social, e perceber o sujeito como um conjunto de seres que são anteriores às suas autoconsciências individuais. E é justamente aqui que Marx (1844/2004) irá se diferenciar de Feuerbach (1839), pois agora não é mais a consciência que irá exclusivamente reunir os homens, mas sim sua atividade empírica, o trabalho. É, portanto, a partir da práxis vista como negação reflexiva, ou seja, como em Hegel (1807), negação da negação, que ela reencontrará o vir-a-ser. Porém, dessa vez não se autodesenvolverá a partir do interior de um pensamento abstrato, como em Hegel, mas “na vida social empírica dos homens, como história real e necessária” (SAMPAIO E FREDERICO, 2009, p.60).

Portanto, a história deve ser pensada como práxis, que tem como definição um modo de agir no qual agente, ação e produto da ação se encontram intrinsecamente ligados e dependentes entre si, sendo impossível sua separação. Além disso, deve ser vista como a maneira real na qual os homens irão produzir suas formas reais de existência, sendo elas vistas como o modo como se reproduzem: através da maneira como utilizam os bens naturais, através das formas de procriação, pela divisão social do trabalho, pelas relações de produção e pelo tipo de propriedade, além, é claro, da maneira como os homens interpretam essa realidade, ou seja, como interpretam essas relações seja de forma imaginária como na ideologia, seja através da interpretação real, através do conhecimento da história. (CHAUÍ, 1980)

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1859/2008, p.258)

A importância que devemos destacar na dialética materialista está no trabalho material e nas relações que daí derivam. A transformação da natureza através do trabalho nega as coisas naturais enquanto naturais, conseqüentemente transformando estas coisas em produtos culturais, produtos fruto do trabalho. Não obstante, um ponto que nos chamará mais a atenção em relação à dialética materialista é a divisão social do trabalho. Esta divisão além de determinar as separações entre os proprietários e não proprietários, entre trabalho manual e intelectual, etc. também produzirão a formação das classes, gerando por fim, uma divisão entre sociedade e política, ou seja, gerando as instituições sociais e o Estado. (CHAUÍ, 1980). A constituição das classes sociais deve ser pensada sempre através das mediações históricas das quais decorrem, como no

reconhecimento do sujeito como ser ativo e produtor de sua consciência, a classe se estabelecerá como uma reflexão dos meios de produção e as relações decorrentes dos aspectos culturais, políticos e ideológicos de determinada época.

4.2. Para uma ciência moderna, um método dialético

Um dos grandes problemas para a constituição de uma verdadeira psicologia científica sempre foi o desenvolvimento de um método, que seja um suporte ou um modo ideal para abordar seu objeto de estudo. Mas, um dos fatores complicadores para a construção do método era a indefinição do seu real objeto de estudo. Ao buscar superar esta situação apoiado nos princípios materialistas históricos e dialéticos, Vigotsky (1996) buscou encontrar e demonstrar os limites e saltos que o processo de investigação do psiquismo deu durante toda sua história de desenvolvimento. Na obra *Teoria e Método em Psicologia* (2004), o autor deixa claro que assim como o historiador necessita reconstruir seu objeto através da busca incessante de vestígios deixados na sua história, ao psicólogo cabe o mesmo trabalho.

Para dar início a esse processo tão laborioso é necessário, segundo Vigotsky (1996), trilhar o caminho de forma indireta, libertando os conceitos científicos da percepção específica, sensorial. O método indireto, ao qual o autor se refere, busca abarcar a totalidade do fenômeno psicológico, isto é, a totalidade que compõem a consciência. Assim, não devemos levar em conta apenas um aspecto dela, mas sim as relações que a engendram.

La conciencia se desarrolla como un todo, modificando en cada nueva etapa su estructura interna y la relación de las partes, y no como la suma de los cambios parciales que se producen en el desarrollo de cada función aislada. El destino de cada parte funcional en el desarrollo de la conciencia depende del cambio del todo y no al revés. (VIGOTSKY, 1994, p. 121)

Contudo, o problema para a ciência psicológica sempre esteve na interpretação dos fenômenos conscientes. Isto é, a interpretação sempre foi para a psicologia uma via de mão dupla, uma ferramenta do conhecimento que estando em mãos erradas (por exemplo as psicologias idealistas e mecânicas) pode causar uma série de problemas. As partes do todo que é a consciência quando interpretadas isoladamente, prejudicam o entendimento de como funciona qualquer processo psíquico.

Para Vigotsky (2004), a interpretação estaria dividida em duas formas de se abordar o objeto: por um lado temos as abordagens subjetivistas, que veem no comportamento e sua psique um conjunto de fatores que podem ser interpretados de uma só maneira; por outro, temos o modo objetivista, que também acaba interpretando de apenas uma forma, por exemplo a introspecção wundtiana. Em resumo, o problema se encontraria na maneira de interpretar as condutas como um sistema de reações. Visto que as reações se constituem juntamente com uma série de estímulos, sendo essa qualidade da reação ausente da nossa percepção direta. Como a reação se caracterizaria como uma resposta, e essa resposta só poderia ser estudada estritamente em relação com a pergunta, é justamente aqui que se encontra o significado da resposta, pois não pode ser encontrado na percepção, mas através da interpretação. Por isso, “[...] a base da observação científica consiste em sair dos limites do visível e buscar seu significado, que não pode ser observado” (VIGOTSKY, 1996, p.289).

Vigotsky (1996) deixa claro que só podem existir dois tipos de sistema científico de acordo com sua metodologia. Assim como o esqueleto que todo animal possui, a metodologia viria a ser o esqueleto de toda abordagem de determinado objeto. Enquanto nos animais inferiores os esqueletos se encontrariam pelo lado de fora, nos animais superiores esse esqueleto se encontra na parte interior. Assim também deve ser feita a diferenciação da psicologia, diferenciar os tipos de organização metodológica inferiores das superiores. (VIGOTSKY, 1996)

Para tanto, é necessário que assim como outras ciências a psicologia incorpore um sistema de conceitos que restrinja seu objeto, que o caracterize como seu. Pois, quando ocorre uma mistura conceitual entre as ciências a abordagem do objeto se perde no caminho, fica à deriva de qualquer interpretação especulativa. “Quem assimila *ecleticamente* - por ordem de surgimento - todas as escolas, correntes e tendências existentes na Europa Ocidental necessita de uma linguagem confusa, indeterminada, niveladora, cotidiana [...]” (VIGOTSKY, 1996, p. 300, *italico nosso*).

Assim sendo, a palavra e as terminologias científicas dentro de um campo de saber se tornam conceitos que podem explicar as propriedades inerentes ao seu objeto. Por isso, elas auxiliam a compreensão deste objeto, como são conceitos, uma construção da comunidade científica, eles se mantêm em eterno movimento. Assim, “Podemos dizer de antemão que a palavra, ao nomear um fato, proporciona ao mesmo tempo a filosofia do fato, sua teoria, seu sistema” (VIGOTSKY, 1996, p.301). Quando temos um sistema conceitual que se contradiz, temos de pronto uma contradição nos princípios e

leis gerais que o regem. Ou seja, quando comprometemos a coerência nas palavras dentro da terminologia científica, a investigação já está fadada ao fracasso. “[...] O importante é reconhecer *o valor do termo dentro do sistema conceitual*.” (VIGOTSKY, 1996, p. 306. Destaques no original).

Para Vigotsky (1996), é essencial que se construa uma terminologia monosssemântica para a psicologia, pois essa tarefa é, de fato, anterior a qualquer investigação. Têm-se que criar condições para que os significados das palavras ao generalizar e simplificar auxiliem na manutenção da enorme pluralidade e diversidade de fenômenos psíquicos. "A palavra faz avançar a ciência na medida em que 1) entra no lugar conquistado pela investigação, isto é, na medida em que responde ao estado objetivo das coisas; e 2) se soma a princípios iniciais certos, ou seja, às fórmulas mais generalizadas deste mundo objetivo” (VIGOTSKY, 1996, p. 316). Assim, de fato, a importância desse sistema conceitual deve partir de uma metodologia acertadamente coerente com seu objeto, não são os conceitos que criam a teoria, mas sim o contrário.

Um esqueleto metodológico de princípios. O investigador na medida em que for somente um técnico, um registrador e um executor, é sempre um filósofo, que durante a investigação e a descrição *pensa* no fenômeno, e sua forma de pensar se reflete nas palavras que utiliza [...] A palavra é a filosofia do fato, por ser sua mitologia e sua teoria científica. [...] Dizer "Penso" e "Acho" implica colocar duas teorias opostas do pensamento [...] (VIGOTSKY, 1996, p.312. Destaques no original).

A dificuldade que a psicologia sempre encontrou ao lançar mão de um método que dê sustentação ao seu objeto de estudo, ainda hoje gera confusão às mais diversas abordagens nos meios acadêmicos. Segundo Vigotsky (1996), o estudo científico é, ao mesmo tempo, o estudo do fato quanto do procedimento de cognição desse fato. Ou seja, o trabalho metodológico sempre se encontrará lado a lado com toda e qualquer investigação, ele não é apenas a preparação do processo de investigação, mas também é parte do próprio processo. Além disso, como pudemos perceber, a escolha da palavra "[...] já implica um processo metodológico" (VIGOTSKY, 1996, pp. 316-317). Isso porque como a visão de mundo está para o método, o método está para a teoria e seu objeto.

A psicologia aplicada passou por grandes transformações durante o século XX, o que fez com o que antes se encontrava na periferia de todo conhecimento se centraliza-se, se torna-se o seu foco, isto é, a consciência que antes era deixada de lado, hoje se tornou o objeto dessa ciência. Por isso, Vigotsky (1996, p. 344) afirma que: "[...] a

pedra que os construtores rejeitaram veio a ser a pedra angular". Segundo o autor, a psicologia aplicada passa por três fatos que conduzem a esse *status* de ciência: o primeiro se dá pela prática, onde a psicologia é obrigada a reestruturar seus princípios pelas novas exigências que surgem, como a organizacional, política, educativa, etc. - aspectos intrínsecos ao novo modelo de sociedade que estava se solidificando após a Revolução Russa de 1917. O segundo fato se encontra na própria metodologia. Isso ocorre devido a exigência que surge a partir dessa prática. Isso porque: "As mais complexas contradições da metodologia psicológica recaem sobre o terreno da prática, porque somente aí podem encontrar solução." (VIGOTSKY, 1996, p.346) E, por fim, o terceiro fato pode ser entendido a partir dos dois primeiros, que consiste no papel que essa psicologia aplicada, ou psicotecnia, exerceu para possibilitar o avanço da psicologia real; justamente por se definir como uma psicologia unilateral, permite uma ruptura com as outras psicologias, formalizando a psicologia atual.

É somente a partir de todo este processo que Vigotsky (1996) confirma a saída da crise da psicologia e seu concomitante renascimento como ciência.

[...] somente a renúncia radical ao empirismo cego, que persegue as sensações introspectivas diretas e está cindido internamente em dois; somente a emancipação da introspecção, sua exclusão de um modo parecido a como foram ignorados os olhos em física; somente a ruptura em duas psicologias e a escolha entre ambas de uma só oferecem a saída para a crise. A unidade dialética da metodologia e da prática com a psicologia constitui o destino e a sorte de uma dessas psicologias; a completa renúncia à prática e à contemplação das essências ideais são a sorte e o destino da outra; a ruptura total e a separação entre ambas são a sorte e o destino comum que espera a ambas. Essa ruptura já se iniciou, está se produzindo e culminará no limite imposto pela prática. (VIGOTSKY, 1996, p. 353)

Toda essa discussão nos leva a uma segunda questão não menos importante ao estabelecimento de um caráter científico na psicologia. A psique é um processo de origem objetiva, estudado a partir do externo e em unidade, ou é a separação de instâncias psíquicas que se explicam a partir de sistemas ideacionais, como categorias subjetivas? A essa questão, Vigotsky (1996) responde o seguinte: "A psique é uma qualidade ou propriedade especial da matéria, mas a qualidade não é uma parte da coisa, e sim uma faculdade especial" (p.363).

Com essa resposta, o autor tenta deixar claro que o entendimento da psique como uma substância ou propriedade especial da matéria, deve de fato, estabelecer os critérios necessários para a apreensão total do objeto, não unilateralmente, mas como uma unidade. Pois, se assim não fosse, existiriam para cada qualidade específica de um

determinado objeto, uma ciência diferente. E este não deve ser o caso também da psicologia. A psique, assim como todas as qualidades de determinada matéria devem ser estudadas em estreita relação com o todo que compõem o objeto. Isto é, "[...] dentro da psique existem diferentes qualidades; a dor se parece tanto à doçura quanto o brilho à dureza [...]" (VIGOTSKY, 1996, pp.363-364).

A abordagem da consciência sem levar em consideração as condições materiais inerentes a natureza humana corresponde ao maior erro investigativo que uma ciência psicológica pode cometer.

Se não se estabelece uma relação entre a psique e os processos da natureza, se a psique está a margem da causalidade, se não pode ser estudada de forma indutiva, observando fatos reais e generalizando-os, será preciso estudá-la pelo método especulativo: captando diretamente a verdade nessas ideias platônicas ou essências psíquicas. (VIGOTSKY, 1996, p.366)

O método ideal que Vigotsky (1996) utiliza e descreve é denominado de método analítico-objetivo. Esse método, ao mesmo tempo que não se contrapõe à indução, trabalha próximo a ela. A análise apoia-se nela, como se fosse um guia, é a partir da análise que se coloca as questões, assim como a análise pode ser planejada durante a própria ação de determinado experimento. Esta análise tem como objetivo descobrir a lei geral que sustenta o experimento. E até mesmo quando não se opera com instrumentos ou maquinários, pode-se operar no planejamento através da abstração. Ou seja, a análise, assim como o experimento, "[...] cria condições artificiais para a observação, por isso a exigência de que o experimento tenha vitalidade e naturalidade. [...] a força da análise está na abstração, assim como a do experimento na artificialidade". (VIGOTSKY, 1996, pp.373-374). Para que fique mais claro, o autor afirma que:

Em essência, é o mesmo que diz Marx quando compara a força da abstração com o microscópio e com os reagentes químicos nas ciências naturais. Todo *O capital* está escrito seguindo esse método: Marx analisa a célula da sociedade burguesa - a forma do valor da mercadoria - e mostra que é mais fácil estudar o organismo desenvolvido do que a célula. Nesta lê a estrutura de toda a construção e de todas as formas econômicas. Para o leigo, diz ele, pode parecer que sua análise se perde num labirinto de sutilezas. [...] Se alguém conseguisse descobrir essa célula em psicologia - o mecanismo de uma reação -, teria encontrado a chave de toda a psicologia (VIGOTSKY, 1996, p. 374. Destaques no original)

Todo esse processo é justamente o que Vigotsky (1996) vai definir como o estudo indireto que dissemos anteriormente. Ou seja, a análise e o experimento, ambos, constituem o método indireto. Por isso, podemos afirmar assim como Vigotsky (1996), que na Psicologia: [...] a análise é aplicação do método empregado e a avaliação do significado dos fenômenos obtidos. Neste sentido, cabe dizer que a análise sempre é própria da investigação, pois, caso contrário, a indução se transformaria num registro. (p.375)

Por fim, podemos então definir o método de análise objetiva em quatro aspectos principais, são eles: este método está sempre orientado para o conhecimento da realidade, assim como tem o mesmo objetivo que a indução; procura estudar os fatos, buscando um conhecimento que esclareça a autenticidade de tais fatos; pode definir-se como um caso particular de conhecimento experimental, que busque o conhecimento real; busca a partir dos fatos estudados e generalizados anteriormente estabelecer novos critérios sobre novos fatos individuais, onde possibilitaria novas generalizações relativas e reais, respeitando seus limites, fronteiras e próprias exceções. (VIGOTSKY, 1996). Nas palavras do autor, a psicologia materialista histórico-dialética: “1) está orientada para fatos e não para possibilidades ideais; 2) possui somente veracidade real, não apodítica; 3) é aposteriorístico; 4) conduz a generalizações que têm limite e grau, mas não à contemplação da essência. Em geral, surge da experiência, da indução, e não da intuição” (p.377).

Segundo Vigotsky (1996), quando buscamos investigar a psique a partir da teoria Sócio-histórica, não devemos nunca confundir a relação existente entre sujeito e objeto com a relação entre alma e corpo. Estas duas relações se dão de maneira distintas. Enquanto que entre espírito e matéria o nível de conteúdo se dá através de nosso conhecimento, entre sujeito e objeto ocorre independente deste último. “A relação entre o sujeito e o objeto constitui um problema da consciência, a relação entre o espírito e matéria é um problema da realidade” (HOFFEDING apud VIGOTSKY, 1996, p. 380).

A discussão acerca dos problemas entre o idealismo e materialismo pressupõe a necessidade de deixar claro os limites destes e apontar para uma maneira mais clara de se abordar o objeto. O que nos faz pensar que "O estudo do conhecimento subjetivo é coisa da lógica e da teoria histórica do conhecimento: como existência. O subjetivo é o resultado de dois processos, em si mesmos objetivos" (VIGOTSKY, 1996, p.383).

Diferentemente do que pensam os psicólogos introspeccionistas, em que a sensação e o conhecimento podem coincidir. O psicólogo sócio-histórico deve perceber a diferença do conhecimento gnosiológico em relação ao conhecimento ontológico. Há tempos Marx (1845) já exaltava a importância dessa diferenciação afirmando que se a essência e a forma de sua manifestação coincidissem não seria necessário qualquer ciência para explicar o objeto. Na ontologia partimos de objetos reais, pois pressupomos a existência de uma realidade que exista sem necessariamente o indivíduo estar presente. Por isso, Vigotsky (1996) ao entender a importância desse fato, vai delimitar o problema da seguinte forma:

Em gnosiologia, *aquilo que parece* existe, mas afirmar que aquilo é realmente a existência é falso. Em ontologia, *o que parece* não existe em absoluto. Ou os fenômenos psíquicos existem e então são materiais e objetivos, ou não existem e não podem ser estudados. É impossível qualquer ciência só sobre o subjetivo, sobre o que parece, sobre fantasmas, sobre o que não existe. O que não existe *não existe em absoluto*, [...]. Temos de enfrentar isto. Não cabe dizer: no mundo existem coisas reais e irrealis - irreal não existe. O irreal deve ser explicado como a não coincidência, como a relação entre duas coisas reais; o subjetivo como a consequência de dois processos objetivos. O subjetivo é o aparente, e por isso não existe" (p. 386. Destaques no original).

Vigotsky (1996) acreditava que para se fazer uma verdadeira psicologia materialista histórico-dialética seria necessário não apenas transpor a teoria marxista à ciência psicológica, mas sim criar condições para que teoria e método se apliquem num sistema conceitual organizado dessa ciência, que os princípios históricos e dialéticos estivessem devidamente inseridos na maneira de abordar seu objeto. Por isso, afirmava que era necessário que a psicologia criasse o seu próprio *O Capital*: "A psicologia precisa de seu *O capital* - seus conceitos de classe, base, valor etc. -, com os quais possa expressar, descrever e estudar seu objeto" (VIGOTSKY, 1996, p. 393, destaques no original).

Para o psicólogo bielorusso, era de extrema importância apreender dentro de toda globalidade que constitui o método marxista como construir esta ciência, como focar a análise da psique atribuindo-lhe coerência e formalizando sua prática. E essa psicologia não abriria mão de todo conhecimento adquirido no passado, a história da psicologia nos remete aos problemas do presente, mas também pode nos livrar deles. "Devemos nos considerar unidos e relacionados com o que é anterior a nós, porque inclusive quando o estamos negando estamos nos apoiando nele" (VIGOTSKY, 1996, p.405).

No entanto, a psicologia geral que Vigotsky (1996) propunha construir não poderia acontecer senão para um novo homem, em uma nova sociedade. A ciência psicológica, a psicologia única, com todo seu sistema conceitual monossemântico, com todo seu arcabouço de conceitos estruturados de acordo com o objeto definido, não seria apenas uma psicologia, apenas uma ciência, mas levaria a cabo o domínio do nosso próprio ser. “Na futura sociedade, a psicologia será, na verdade, a ciência do homem novo. Sem ela, a perspectiva do marxismo e da história da ciência seria incompleta. No entanto, essa ciência do homem novo será também psicologia [...]” (VIGOTSKY, 1996, p.417).

5. TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA: AS EMOÇÕES ESTRUTURAM A CONSCIÊNCIA

[...] quem tenta regular seus afetos e apetites exclusivamente por amor à liberdade, se esforçará, tanto quanto puder, por conhecer as virtudes e as suas causas, e por encher o ânimo do gáudio que nasce do verdadeiro conhecimento delas e não, absolutamente, por considerar os defeitos dos homens, nem por humilhá-los, nem por se alegrar com uma falsa aparência de liberdade. (SPINOZA, 2009, p.112)

As emoções são construções sociais.

O processo psicológico que nos faz emocionar-nos inicia-se com um afeto, seja ele social ou oriundo do psiquismo: a estrutura que compreende o organismo biológico e os processos psicológicos do próprio sujeito, mas que devem ter um sentido para quem é afetado. É o afeto que provoca inquietações que podemos denominar de desequilibrantes, porque provocam alterações no organismo ou na esfera psicológica. São estas agitações que são sentidas e experimentadas como sentimentos, que devem se manifestar para que o sujeito possa entrar em atividade e voltar ao estado de equilíbrio. Porém, como agir depende das condições históricas e culturais consensuadas socialmente e assim, tornam os diferentes sentimentos conceitos, que carregam um nome, mas também, como agir para expressá-los e quando manifestá-los. Estes são os sentimentos. (LEÃO, s/d, s/p)

Portanto, são as condições históricas e os ditames da cultura, mediados pelas relações impostas pelo modo de produção, que circunscrevem quem e como se sente e se manifesta as emoções.

Como nesta dissertação estamos discutindo o ódio, que como vimos anteriormente, é uma das emoções recorrente na vida em uma sociedade de classes; quem o tem e quem o aspira sente os afetos que deles emanam.

Porém, a intensidade das suas expressões com que nos deparamos nessa nossa pesquisa fez-nos indagar: por que se odeia a quem não se conhece?

Pudemos constatar que é uma emoção manifestada por uma classe social: o ódio da burguesia e do segmento mais alienado da classe trabalhadora contra os representantes do Partido dos Trabalhadores. Partido que, aparentemente, passa a ser

odiado porque vinha ocupando o poder político, representado pela presidência da república, há doze anos.

Como destacamos antes, há várias explicações da ciência política para a manifestação de uma mesma emoção por membros de uma classe social, concomitantemente. Tal fenômeno foi esclarecido, por exemplo, nos trabalhos de Tocqueville (2004), quando ele se refere ao fato de as emoções em relação aos nossos opositores serem produtos de processos de lutas de longa duração. Coincidimos nesse entendimento que sentimento e emoção se desenvolvem ao longo de um período histórico durante o qual um mesmo afeto causa sentimentos e emoções diversos, mas que se manifestam como uma síntese, algo único.

No entanto, conforme a análise que realizamos do processo histórico do desenvolvimento econômico, político e cultural do nosso país, o ódio como foi manifestado ao Partido dos Trabalhadores nas manifestações de 2015, nos mostra que essa emoção é uma síntese das contradições decorrentes do longo processo contrarrevolucionário, como afirma Marques (2012), que a burguesia no Brasil sempre realizou. O medo em relação tanto a perda do controle da ordem quanto decorrente de uma possível emancipação da classe trabalhadora e consequente instauração do comunismo se relacionam com o que ainda se mantém da cultura escravista e colonialista que temos como herança sociopolítica. Todo esse processo manifesta o conservadorismo – também muito conhecido nas sociedades de classes – que alcança uma síntese no ódio **inexplicável** até para o próprio sujeito que o sente; contribuindo para a manifestação de comportamentos fascistas e ultraconservadores.

Mas, por quê esse sujeito que tanto odeia algo ou alguém não consegue encontrar as raízes inerentes a essas emoções que tanto o afetam?

A explicação desses processos pela psicologia se tornou possível depois que Vigotsky e Luria (1930), expuseram o caráter histórico, dialético e irreversível da constituição dos processos psicológicos superiores e da consciência humana individual. Atribuíram tais condições ao fato do funcionamento psicológico humano se organizar no indivíduo em funções, processos e sistemas estruturados que podem ser categorizados conforme os aspectos do comportamento individual que promovem. (LEÃO, 1999, p. 18).

Sendo assim, objetivaram o que até então era tratado como emanções incompreensíveis da alma.

Podemos então, entender que o comportamento é um conjunto de estruturas que decorrem e promovem as interações dos sujeitos com o seu meio físico e social, ainda que sejam processos subjetivos que se objetivam como Consciência, Atividade, Identidade e Afetividade. Por ser assim, sabemos que a afetividade, a atividade, a identidade e a consciência dependem do meio social concreto, porque dele decorrem as possibilidades de desenvolvimento de todo sujeito, pois diferentes meios socioculturais oferecem possibilidades diversas de desenvolvimento aos indivíduos.

São as próprias diferenças sociais que criam afetos, sentimentos e emoções diversos, conforme a vivência de cada sujeito dentro das particularidades históricas que sua realidade comporta, mas que encontra profunda convergência e coerência no interior de uma mesma classe. Logicamente porque suas vidas se desenvolvem sob condições sociais idênticas, tanto materiais como psicologicamente.

As relações entre as manifestações afetivas e sentimentais, que são inerentes ao indivíduo particular, tal como as emoções, que são conceituações sociais para as expressões dos afetos e sentimentos, puderam ser esclarecidas pela teoria psicológica Sócio Histórica. Isso porque ela se diferenciou das demais teorias psicológicas ao demonstrar que a origem das funções psicológicas superiores do homem se deve ao seu desenvolvimento histórico e social.

Assim, acompanhando as explicações de Leão (1999), reconhecemos que a determinação destas gêneses estabeleceu como característica especificamente humana o homem ser sujeito do seu comportamento e dirigi-lo. O que também decorreu das elucidações propiciadas pela abordagem dialética das funções psicológicas adotada por Vigotsky (1896-1934), Luria (1902-1977) e Leontiev (1903-1979), que, assim, desvelaram a irreduzibilidade dos aspectos fisiológicos em psíquicos e vice-versa, bem como destacaram as influências sociais nas suas origens e desenvolvimento. Permitiu, também, analisar os processos de desenvolvimento como contínuos e simultâneos, feitos por salto decorrentes da transformação de quantidades de micro mudanças até se transformarem em uma quantidade capaz de provocar o aparecimento de novas qualidades. Esta perspectiva mostrou ainda que a conexão das operações intelectuais nas várias atividades da consciência é o ponto central no estudo de qualquer sistema psíquico. Portanto, deve-se tomar a mudança da consciência em seu conjunto durante as etapas do processo de desenvolvimento, tanto do indivíduo quanto da sociedade que está inserido.

Com a teoria de Vigotsky, o comportamento do homem também deixou de ser visto como natural, porque ficou evidenciado que ele surge de condições e elementos criados sócios culturalmente. Estes recursos socioculturais, por analogia com a técnica, receberam a denominação de ferramentas ou instrumentos psicológicos.

A partir destas argumentações podemos considerar que a psicologia deve abarcar as especificidades do homem enquanto sujeito que, na sua atividade, caracteriza-se pelo trabalho social. Este, ao dividir as funções e atribuí-las a cada indivíduo, originam novas formas de necessidades, independentes dos motivos biológicos elementares, que são os motivos sociais dos comportamentos. Os motivos sociais e seus objetivos determinam ações que geram operações diferentes e específicas conforme as atividades e a inserção social que proporcionam ao indivíduo.

5.1. A teoria psicológica Sócio-histórica

A concepção psicológica tradicional marcada no início do século XX tem desde então realizado um grande erro na abordagem do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, pois não diferenciavam o cultural do natural ou que era biológico ou histórico, etc.

O desenvolvimento cultural e orgânico do ser humano se perdia nessas explicações por não possuírem com clareza quais leis o regiam.

Toda a redução dos processos superiores e complexos aos elementares e o desprezo por suas características únicas durante o desenvolvimento era relegado. Segundo Vigotsky (2013b), tanto a velha psicologia empírica subjetiva quanto a nova psicologia objetiva, ou seja, o behaviorismo estadunidense e a reflexologia russa persistiam no mesmo erro.

De fato, todas as abordagens psicológicas que cometiam tais falhas deixavam clara a ausência de um pensamento científico dialético. As abordagens psicológicas atomísticas tais como a empírica e a objetiva, de acordo com seus próprios fundamentos demonstraram ser impossível abordar o estudo dos processos psíquicos superiores. Tanto uma como a outra mostraram se tratar de uma psicologia dos processos elementares.

Podemos afirmar que o bebê possui a idade da pré-história do desenvolvimento cultural. Nele se encontram as raízes genéticas de duas formas culturais básicas do

comportamento, segundo Vigotsky (2013b), o emprego das ferramentas e a linguagem humana.

A psicologia objetiva negava o estabelecimento de diferenças entre as funções psíquicas superiores e inferiores, o que acabava por limitar a classificação das reações em inatas e adquiridas, fazendo com que as adquiridas se enquadrassem em uma única classe de hábitos. A psicologia empírica, por sua vez, limitava o desenvolvimento psíquico da criança a maturação das funções elementares.

Dois abordagens se destacam entre estas: dentro do enfoque naturalista, de orientação biológica, temos a Teoria Psicanalítica e no enfoque metafísico a Psicologia Compreensiva, de base filosófica idealista. Enquanto para a Psicanálise o desenvolvimento das funções psicológicas superiores se reduzia basicamente ao instinto sexual, metamorfoses de atração erótica e desenvolvimento camuflado e sublimado dos desejos sexuais; para a Psicologia Compreensiva, havia, praticamente, um desenvolvimento puramente espiritual, onde se é absoluto o desenvolvimento cronológico corporal, abrindo-se mão de compreender ou explicar as relações causais que o compõem.

Tais teorias eliminam de seus fundamentos as leis eternas da natureza correspondentes ao complexo processo de desenvolvimento do ser humano. Assim, construíram um desenvolvimento orientado pelas leis do espírito, ainda que não se saiba quais são as leis e o que seria um espírito. Ao ignorarem as diferenças entre o natural e o cultural, adotam o idealismo que as colocam, segundo Vigotsky (2013a, 2013b), à margem da própria natureza e da cultura. Não reconhecem que o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento da sociedade humana, conforme o movimento e desenvolvimento que a civilização percorre.

Para Vigotsky (2013b), o conceito de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, analisado dinamicamente e dialeticamente, abarca dois grupos de fenômenos, que apesar de parecerem heterogêneos se complementam em duas linhas fundamentais, dois processos que apesar de não se fundirem entre si estão indissolivelmente unidos. O primeiro é o processo de domínio dos meios externos no desenvolvimento cultural e do pensamento, tais como a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho, etc. E no segundo grupo, se encontram o domínio das suas funções e processos psicológicos pelo próprio sujeito, tal como ocorre com a atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos, etc. Os dois processos, quando tomados em conjunto, podem ser qualificados como formas superiores da conduta do homem.

As teorias psicológicas cometiam tais erros por confundirem as linhas de desenvolvimento biológica com a cultural, como se acontecessem de maneiras distintas. Esse problema se intensifica quando os próprios investigadores afirmam se tratar de um sistema simples de desenvolvimento das características biológicas e psicológicas já existentes nos indivíduos (o que estaria presente no corpo e na alma), quando, na verdade, se trata de processos muito complexos.

Os sujeitos culturizados que temos hoje são produtos de dois processos distintos do desenvolvimento psíquico. Se por um lado temos o processo de desenvolvimento biológico, natural da evolução das espécies, conhecido como filogenético. Por outro, temos um processo histórico e social, que diz respeito a evolução do homem primitivo ao homem humano socializado, da ontogênese à sociogênese. Ambos processos se encontram separados na filogênese, no entanto, se complementam no desenvolvimento do homem social.

Entendemos que tais problemas decorrem da não observância da lógica que toda investigação científica, ao analisar um objeto, deve considerar os conhecimentos que historicamente vêm sendo acumulados na cultura até então. Este princípio da construção histórica da verdade por acumulação serve também para se estudar o desenvolvimento psíquico do homem. A divisão dos estudos sobre o desenvolvimento do psiquismo do homem por áreas distintas da ciência compromete a apreensão da sua totalidade e da sua essência. Entretanto, a especialização da ciência moderna tem permitido o avanço muito mais rápido do conhecimento. Então, temos que lidar com esta realidade e recompormos o objeto tão mais integralmente quanto pudermos.

A discussão que gira em torno do caráter supraorgânico do homem, ou seja, o caráter das funções psicológicas artificiais criados pela própria sociedade possui uma dimensão importante para o entendimento completo do desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

A psicologia biológica irá argumentar que as funções psicológicas elementares, que podem ser observadas nos homens primitivos, também podem ser vistas no homem culto.

Mas será que essas funções psicológicas não se modificam, não se transformam no homem quando este é parte constitutiva de um meio social e que permite seu pleno desenvolvimento?

É exatamente para esse ponto que Vigotsky (2013b) chama a atenção: não é que o biológico, ou as funções elementares se percam durante todo o processo de

desenvolvimento, mas sim que se transformam, se metamorfoseiam. O uso de ferramentas, a atividade laboral e todo tipo de relação que se estabelece dentro de uma sociedade transforma estas funções; as percepções, os movimentos, as reações, não se mantiveram da mesma forma ao longo do desenvolvimento, mas se aperfeiçoaram graças ao estímulo das criações sociais.

Falaremos mais adiante destas funções e de suas concomitantes transformações a partir do emprego das ferramentas artificiais separadamente, demonstrando como esses aspectos do desenvolvimento da consciência carregam muita semelhança ao que denominamos de emoções.

5.1.1. Consciência

[...] “psicologia sem consciência” é impraticável e os próprios experimentalistas pagam o preço disso em sua atividade científica: “expulsa-se a consciência pela porta, ela volta pela janela.” (Vigotsky, 1925/2003, p. 86)

Como a consciência decorre das relações dialéticas estabelecidas pelo sujeito com o meio social para a produção da sua vida e a dos membros do seu grupo, os componentes da consciência são as sínteses das condições reais de existência possíveis para cada sujeito e dependem da qualidade das mediações que lhes são possibilitadas. Em geral, nas sociedades de classes os mediadores fundamentais se constituem pela atividade e linguagem, mas são apreendido como conteúdos ideológicos, que falsificam a realidade da classe trabalhadora, uma vez que são os seus conteúdos sensíveis: sensações, imagens de percepção e representações, que tornam a consciência possível, mas a sua estrutura decorre da relação entre o sentido e o significado destas suas representações.

A consciência tem também características psicológicas próprias, sendo uma das principais a capacidade de diferenciar o mundo real das impressões interiores individuais, possibilitando o desenvolvimento da observação de si mesmo, ou melhor, a autoconsciência. Por isso, na construção das representações psicológicas individuais a realidade concreta é apreendida pelos homens com suas propriedades objetivas e

estáveis; portanto, mantendo-se dependente das relações e necessidades subjetivas que o homem mantém com ela. É assim que ocorre a tomada de consciência da realidade.

O processo de conscientização das propriedades objetivas da realidade e das necessidades subjetivas individuais decorre das mediações que a atividade humana estabelece entre o que existe realmente e o próprio homem.

É desta condição que procede a estrutura da consciência. Ou seja, a representação presente na consciência depende de o sujeito agir por um motivo própria e, conseqüentemente, leva a que o objeto seja representado já com um sentido que o vincula ao motivo do sujeito. Por isso as representações que constituem a consciência, psicologicamente expressam a relação internamente construída entre o sentido e o significado.

Esta forma como a constituição da consciência se constitui explica o seu desenvolvimento funcional e a formação de sua estrutura. As características estruturais dependem dos conteúdos tornados conscientes e da função que desempenharão. Ou seja, sob o aspecto funcional e descritivo a consciência se caracteriza por funções socialmente determinadas, estruturalmente definida e formada historicamente. Fundamentalmente, a principal propriedade estrutural da consciência é a relação que liga os seus principais componentes: o sentido e o significado.

Segundo Leão (1999), o **significado** é uma representação coletiva, construída pela sociedade. É a denotação, a vinculação direta que um nome estabelece com um objeto ou fenômeno da realidade, sem sentidos derivativos ou figurados, que passa a existir materialmente no sistema cultural e mostra as suas ligações e relações com a sociedade. Portanto, a significação é a generalização da realidade representada e fixada em um vetor sensível, geralmente uma palavra ou uma alocação linguística onde ganha constância e permanência. Torna-se a forma ideal de objetivação da experiência e da prática social da humanidade.

É como significação lingüística que as relações e interações do objeto com a realidade formam o conteúdo da consciência social e a partir desta concretização se torna a consciência real dos indivíduos. A ciência, a língua e demais representações de uma sociedade existem como sistemas de significações. Como fato da consciência as significações são percepções e pensamentos do indivíduo acerca da sua realidade sócio-histórica que se caracteriza pelas potencialidades e limitações da representação e conhecimento da sua época e da sua sociedade. (LEÃO, 1999, p. 20)

A mesma autora (1999) explica que o **sentido** é a individualização do significado que o objeto ou fenômeno representado ganha em cada consciência. A criação de sentido se dá porque a realidade aparece ao homem na sua significação social, mas mediada pela sua experiência individual da prática social e a ela integrada. É um fato psicológico que depende de cada um se apropriar e assimilar, ou não, uma dada significação, do grau da assimilação e do que ela se torna para cada um. Ou seja, o sentido é subjetivo e pessoal, dependente da interação entre o sujeito e o seu meio.

A relação entre significado social e sentido individual estabelece-se na atividade, quando o sujeito entende que estas relações são estabelecidas por ele. São suas, particulares, e determinam o tônus emocional que vai estabelecer a força da motivação para a atividade que dela decorra e assim as tornam conscientes. Portanto,

O sentido consciente se manifesta na apreensão da relação entre o motivo e o fim. O motivo é aquilo em que a necessidade individual se concretiza de forma objetiva, nas condições consideradas e para as quais a atividade se orienta – o que a estimula. O sentido pessoal traduz a relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados. (LEÃO, 1999, p. 20)

A separação entre o sentido pessoal e a significação coletiva na consciência é determinada pela cultura vigente, porque as significações linguísticas não são mais criadas nas relações diretas dos homens com a natureza. Devido à atividade coletiva do trabalho, com o desenvolvimento dos instrumentos técnicos e psicológicos, deu-se a transformação das operações em ações e as condições de realização da ação passaram para o domínio da consciência. Assim, podemos ter a representação das relações dos homens entre si, o que amplia o domínio consciente.

Sendo assim, também as demais relações humanas se tornam conscientes e fazem com que o indivíduo perceba que desempenha funções fixadas socialmente, tal como na divisão técnica do trabalho, em que realiza ações permanentes que pertencem a um domínio preciso. Isto promove o deslocamento do motivo, o estímulo individual das suas atividades para a condição de fins da operação. Cada operação de uma ação torna-se uma atividade que tem um motivo próprio e consciente e a ação torna-se polimotivada.

É este o mecanismo geral da consciência que explica como psicologicamente novas necessidades são criadas e ou transformadas em outras ao longo do desenvolvimento. É também o processo de formação dos sistemas psíquicos internos, baseados no desenvolvimento da linguagem e da palavra.

A constituição, desenvolvimento e caracterização da atividade, é um dos processos que compõem e promovem o funcionamento psicológico humano. Vigotsky (2013b) concebeu não simplesmente como resposta ou reflexo, mas como um sistema de transformação do meio com a ajuda de instrumentos. Ou seja, uma atividade é melhor compreendida como mediação.

É, portanto, indiscutível que a consciência depende da atividade. E, como a atividade no modo de produção capitalista é desdobrada em diversas ações e cada uma delas visa realizar um objetivo específico, a tomada de consciência do que se faz é feita pela apreensão do sentido individual que a ação tem no conjunto da atividade, isto implica em uma multiplicidade de motivos para o mesmo afeto, mas comportando o significado social de cada ação.

A consciência individual só se explicitará, então, quando for evocado o significado. Este é dependente da classe social.

5.1.2. O mediador da consciência de si e da realidade: a consciência de classe

A concepção de Vigotsky sobre a importância das Classes Sociais para a constituição do psiquismo individual decorre do princípio de que nas sociedades divididas em classes, cada sujeito conhecerá a realidade pelas representações sócio-culturais e mentais relacionadas com a forma linguística do cotidiano da sua classe e, principalmente, pela atividade através do trabalho social no qual exerce. Porém, ele (2013a) nos ensina também, que as características da realidade presentes no psiquismo dos sujeitos não são apreensões diretas de percepções sensoriais do mundo nem construções subjetivas dos processos mentais, são interiorizações de aspectos destacados pela própria sociedade, mediados pela classe social.

Mas tanto o processo de apreensão como o de interiorização das condições socioculturais, por serem mediados pela classe social que o sujeito integra, refletem as relações sociais nas quais ele participa. Assim, as relações de produção criam as classes sociais e elas reproduzem no seu interior, dentre outros aspectos, os conteúdos, funções, processos e sistemas psíquicos que devem ser interiorizados para que possa desenvolver as atividades inerentes àquele grupo. Assim, os processos de interiorização dos aspectos

interpsicológicos são orientados pela classe e pela sua função no processo social de produção e reprodução da vida.

Por isso, para Vigotstky (2013a), a partir do materialismo histórico dialético, cada pessoa é em maior ou menor grau uma representação da sociedade, ou melhor dizendo, da classe onde socialmente se localiza, pois é nela que estabelece a totalidade das relações sociais. Sendo assim, podemos entender a abordagem do singular como a chave para a psicologia, mesmo a social, porque o indivíduo singular é o microcosmo do tipo ou modelo de sua sociedade.

Ora, ao tomarmos essa premissa como verdade, podemos entender que a história de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e dependente, como é o caso do Brasil, por ter a classe trabalhadora como seu extremo antagônico a uma burguesia conservadora e reacionária, que sempre impediu qualquer indício de emancipação dos trabalhadores, desenvolve no cerne dessa classe trabalhadora o reflexo dos seus próprios interesses, onde a reprodução do seu próprio medo ao perder o controle e a ordem é intensificado por um ódio que, quando manipulado, se torna inexplicável pelo conjunto de determinações que lhes são inerentes.

As características psíquicas que permitirão o avanço da consciência ou a sua limitação dependem dos processos psicossociais que se dão na ontogênese e na sociogênese. Para que os sistemas psicológicos se constituam, a criança, no seu desenvolvimento ontogenético, passa pelo amadurecimento biológico e no sociogênico realiza as apropriações culturais correspondentes a sua idade. Entretanto, para avaliarmos a importância da mediação da classe social, será o Estágio de Transição, a adolescência, que aproxima o jovem da vida adulta e cria a necessidade de constituir as características fundamentais da personalidade, a que melhor caracteriza a importância das determinações sociais. Neste estágio já se revela que

Todo aquello que era al principio exterior –convicciones, intereses, concepción del mundo, normas éticas, reglas de conducta, inclinación, ideales, determinados esquemas del pensamiento– pasa a ser interior porque al adolescente, debido a su desarrollo, maduración y al cambio del medio, se le plantea la tarea de dominar un contenido nuevo, nacen en él estímulos nuevos que le impulsan al desarrollo y a los mecanismos formales de su pensamiento. (VIGOTSKY, 2014, p.40)

Para Vigotsky (2013a), o trabalho é a condição nova e fundamental para a personalidade e a consciência individual, mas exige que se analise antes a mediação da consciência de classe do indivíduo. Isso porque é a participação do próprio sujeito na

produção, no trabalho social, que o irá formando e possibilitará que ele se reconheça como membro de uma determinada classe social. Ao se reconhecer como de determinada classe, entenderá como ele próprio pensa e sente de acordo com a ideologia desta classe, ou seja, que a sua consciência é gerada pelo que vive por fazer parte desta. Por isso podemos afirmar que:

[...] la psicología de clases tampoco se forma de inmediato, sino que se desarrolla poco a poco. En la edad juvenil, cuando el individuo ocupa o bien se dispone a ocupar en breve una u otra posición en la producción social, es cuando ésta llega a su pleno desarrollo. La historia del escolar y del joven es la historia del desarrollo intenso y de la formación de la psicología e ideología de clases.” (VIGOTSKY, 2014, p.41)

No entanto, no Brasil, esse tipo de desenvolvimento sempre foi interrompido, como vimos anteriormente, pelas mais variadas estratégias de nossa burguesia contrarrevolucionária. O que temos como resultado é a própria travagem histórica da emancipação da classe trabalhadora em relação a sua emancipação de *classe em si* para *classe para si*.

O pensamento por conceitos, concomitante a essas e outras mudanças colabora para que o adolescente crie uma consciência objetiva. No entanto, o fator mais importante nesta etapa diz respeito a própria participação no processo de produção. Vigotsky (2014) ressalta a importância que a formação dos conceitos possui no desenvolvimento do pensamento porque esses são interiorizados com o caráter ideológico como surgem no interior de cada classe e que lhe confere “Esa índole metafísica del pensamiento, que atribuyen al adolescente, no es una peculiaridad instintiva suya, sino el resultado inevitable de que los conceptos se formen en la esfera de una determinada ideología social.” (VIGOTSKY, 2014, p.42)

O desenvolvimento dos conceitos científicos juntamente com a participação nas atividades inerentes à própria produção da sociedade, permitem maior elaboração sobre o mundo político e social em que se está inserido. Assim, os interesses se voltam para as questões sociais e políticas que promovem o desenvolvimento de uma consciência de classe.

Es totalmente cierto que la participación masiva del adolescente en la actividad social y, por ello, su plena autodeterminación con una clase, supone un acontecimiento decisivo en su vida. [...] el adolescente no sólo es hijo de su clase social, sino también miembro activo de la misma. Así, pues, los años de la adolescencia son, ante todo, años de formación de la concepción del mundo político-social, años en que se van formando, en lo fundamental, sus

concepciones sobre la vida, la sociedad, la gente, cuando nacen unas u otras simpatías y antipatías sociales. (VIGOTSKY, 2014, p.42)

Portanto, percebemos a importância da participação ativa do sujeito na produção assim como o papel transformador da educação no que diz respeito ao desenvolvimento dos conceitos. O indivíduo que consegue constituir sua consciência de classe terá estabelecido sua percepção ativa do mundo social e político que o rodeia. A apropriação cultural assim como o desenvolvimento do pensamento reflexivo permite ao indivíduo se constituir para si no mundo.

Para isso, é importante que, primeiramente, entendamos que antes de ser um só, antes de sermos singular, somos sociais, somos produtos das complexas relações que o modo de produção econômico constrói. Mas numa sociedade que se desenvolveu como a nossa e que traz como heranças tantos obstáculos para a emancipação da classe trabalhadora, compartilhamos do mesmo sentimento de Lênin (1902, p. 95), “Que fazer?”.

5.2. Emoções

A discussão sobre as emoções na obra vigotskiana é um assunto muito complexo, principalmente por que sua explicação sobre a temática das emoções não pôde ser finalizada devido a sua morte.

Nesse nosso trabalho, não nos detivemos em alguns aspectos que o tema envolve, principalmente, no que se refere ao extenso conteúdo fisiológico e filosófico discutido no manuscrito Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico (1933), uma vez que buscamos manter-nos próximos ao nosso objeto. Então, nos limitamos à discussão dos pontos que encontramos nos tomos I, II, III, e IV da Coleção espanhola das Obras Escogidas: (2013a; 1994; 2013b; 2014), além de voltarmos em algumas publicações de Leão (1999, 2007, 2011, 2012), que apresentam de forma detalhada como o funcionamento da consciência se relaciona com a afetividade, organizando toda estrutura psíquica de acordo com as funções que determinada atividade exige.

Os principais aspectos que envolvem a discussão sobre o processo que abarca desde a afetividade até as emoções na teoria psicológica Sócio Histórica e sua função na constituição da consciência humana carregam a influência da filosofia de Spinoza sobre

Vigotsky. Por isso, as suas investigações sobre a função das emoções o distanciaram dos cognitivistas tanto quanto dos idealistas, pois demonstrou que, assim como Spinoza afirmava, o pensamento está a serviço das emoções e, o indivíduo que desenvolve sua intelectualidade se torna capaz de dominá-las. Portanto, Vigotsky (2013a; 1994; 2013b; 2014) tratou as emoções como uma das funções psicológicas superiores, que decorrem das significações que o grupo social constrói sobre o seu contexto de acordo com as suas vivências.

O princípio explicativo é que as influências da cultura sobre as funções psicológicas as tornam adequadas às condições sócio-históricas, bem como, cria novas funções e as organizam em sistemas complexos, que dão à consciência e aos comportamentos a capacidade transformadora que caracteriza os homens. Como no caso do processo afetivo emocional que, na expressão dos sentimentos em decorrência de um afeto, desempenha uma função avaliativa ainda no nível fisiológico, anterior ao processo do pensamento, relacionado ao risco de dano para o sujeito que determinada atividade oferece. É ainda inerente a esse processo a definição do tônus emocional, que seleciona as nossas decisões e orienta as atividades, ao direcionar-lhes maior carga emocional em função da sua capacidade de solucionar problemas que nos afetam.

Estas e as demais funções do processo afetivo emocional dependem da organização de um sistema pelo qual as funções impliquem umas nas outras, de acordo com o ordenamento sócio histórico, o que garante a coerência da atividade do sujeito na realização das operações e ações necessárias para que o planejado seja alcançado. Para esclarecer o desenvolvimento sócio histórico é necessário lembrar que essa teoria psicológica o explica diferentemente das proposições que o entendem como uma sequência linear que se inicia na fase infantil e termina em algum momento da trajetória da vida, com todas as funções já construídas e a partir de então disponíveis para sempre, sem acréscimos nem perdas ou alterações.

A teoria psicológica Sócio Histórica tem como princípio que o desenvolvimento humano é um processo dialético, que ocorre durante toda a vida do sujeito, criando uma nova função ou organizando sistemas sempre que necessitamos resolver um problema para o qual ainda não temos os processos para solucioná-lo. As alterações e constituição das funções psicológicas superiores decorrem do uso dos signos. A apropriação e interiorização dos signos permitem que estes estímulos artificiais funcionem como instrumentos que constroem na consciência reflexivamente as condições externas, sociais, para daí as operações psicológicas passarem a ser orientadas de acordo com a

personalidade. Esses estímulos e signos utilizados possibilitam ao homem dominar seus próprios processos de comportamento e conduta.

Por isso, a exemplo da atenção, que é uma função natural do sistema nervoso humano, criada filogeneticamente, vai se tornar uma função superior, organizada culturalmente e controlada pelo próprio sujeito. Ou seja, a atenção primária organiza os estímulos que a percepção recebe e é capaz de inibir uns em detrimento de outros. No entanto, no desenvolvimento da atenção surgem novos processos qualitativamente diferentes, devido a sua relação com a cultura, ou seja, ocorrem mudanças essenciais pelas quais a sua organização e funcionamento se modificam, tornando-a voluntária, controlada pelo próprio sujeito.

Como as demais funções psicológicas superiores, a atenção culturalmente orientada ganha seu grande influxo na idade escolar, quando as características principais das funções superiores, que dependem da transmissão da cultura, passam a ser sistematicamente mediadas por instrumentos ou outros objetos, como o desenho, símbolos, etc. Esse processo é inicialmente orientado e facilitado por um adulto ou outro que tenha domínio sobre a atividade e a cultura; depois da interiorização, é possibilitado a mediação interna dos signos sem os indivíduos necessitarem estar diante do objeto real. Ou seja, [...] la atención voluntaria se diferencia de la involuntaria no por el mecanismo de su base orgánica, sino por la estructura del comportamiento psicológico. (VIGOTSKY, 2013b, p.156)

Assim, demonstra-se a tese de que a trajetória das funções naturais para se tornarem voluntárias se dá pela passagem de operações imediatas para mediadas, na maioria dos processos psíquicos humanos, durante toda a vida cultural. Reafirma-se que [...] las propiedades y funciones psicológicas de las partes están determinadas por las propiedades del todo. (VIGOTSKY, 2013b, p.158)

Segundo Vigotsky (2013b), as etapas que ocorrem para cada interiorização, por exemplo, no caso das crianças, são as seguintes: primeiramente o adulto age sobre a criança destacando os aspectos da realidade a serem apreendidos; depois a criança interage com os demais; e, em seguida, será a própria criança que atuará sobre os demais. Somente ao final do processo de construção da voluntariedade é que a criança passa a atuar em relação a si mesma.

Así es como se desarrolla el lenguaje, el pensamiento y todos los demás procesos superiores de la conducta. De igual modo sucede con la atención voluntaria. Al principio, es el adulto quien orienta la atención del niño con

sus palabras, creando una especie de indicaciones suplementarias, algo así como flechas, sobre los objetos de su entorno, elaborando con ellas poderosos estímulos indicadores. Luego es el niño quien empieza a participar activamente en tales indicaciones y es él mismo quien utiliza la palabra o el sonido como medio indicador, es decir, orienta la atención del adulto hacia el objeto que le interesa. (VIGOTSKY, 2013b, p.163)

Na idade de transição, a atenção, orientada pela linguagem se volta para as relações abstratas, chegando até a formação de conceitos abstratos. A linguagem passa então a servir como meio para a orientação da atenção para formar ideias. Dessa forma, com a tese de que a atenção pode ser orientada pelas palavras, saímos do campo da psicologia individual e entramos no campo da psicologia social. (VIGOTSKY, 2013b)

Vemos, por lo tanto, que el proceso de la atención voluntaria orientada por el habla o el lenguaje es, al principio, tal como ya dijimos, un proceso donde el niño más que dominar su percepción se subordina a los adultos. Gracias al lenguaje, los adultos orientan la atención del niño y sólo a base de ello el propio niño empieza a dominar su atención. (VIGOTSKY, 2013b, p.168)

Por fim, podemos afirmar que o que realmente dá origem à atenção voluntária é a operação cultural e historicamente configurada, pois estamos, de fato, diante de um fenômeno cultural, que se desenvolve via os meios disponíveis na cultura de determinada época histórica.

Outra função que cumpre papel fundamental na organização dos nossos sistemas funcionais é a memória. A sua relação com o processo afetivo é fundamental para que a conceituação dos sentimentos pelas significações sociais ocorra. Todas as significações, como não podem ser alteradas pela voluntariedade, exigem que a memória as retenham e possam ser evocadas sempre que se faça necessário

Vigotsky (2013b), explica que o domínio da própria memória depende de um conjunto de procedimentos com meios técnicos externos, que auxiliam na memorização. E a mnemotécnica se refere ao modo como orientamos a memória. Ela ganha também o caráter volitivo devido à intervenção da cultura, quando ela passa de uma memória biológica, mecânica, para um novo tipo, que possui estreita relação com as funções intelectuais. Este processo, segundo Vigotsky (2013b), se baseia no fato de que a memorização voluntária, assim como as demais funções psicológicas superiores, ocorre com uma espécie de enraizamento, quando o ser humano interioriza os procedimentos mnemotécnicos utilizados durante a memorização, fazendo com que ocorra uma passagem da utilização externa dos signos para sua utilização interna. Estas funções,

como a memória, se converteriam em um tipo de atividade técnica, orientada por signos internos.

El empleo de procedimientos artificiales viene a ser una descarga para la actividad natural del niño, provocando en él una reacción positiva y cambiando sensiblemente su actitud ante el trabajo. A medida que se va complicando la fila numérica, el sistema de anotación se hace cada vez más complejo y exige una tensión especial de la memoria natural para diferenciar cada signo por separado. (VIGOTSKY, 2013b, p.183)

Portanto, a memória, assim como outras funções psíquicas do ser humano pode ser considerada uma função psicológica superior, que decorre da interiorização dos processos que ocorrem interpsicologicamente, na sociedade, e que assim se tornam intrapsicológicos através da mediação dos signos, principalmente das palavras. Ela constitui-se como uma característica importante do pensamento e organização dos sistemas da consciência no indivíduo.

Sobre as emoções e suas funções psicológicas, Vigotsky as analisa objetivamente, pautado no Materialismo Histórico-dialético. Em *Psicologia da Arte* (1925), uma de suas primeiras obras, já afirma que as emoções humanas são produtos de determinados símbolos, sendo que a partir destes símbolos, sob uma análise objetiva e rigorosa, poderia-se encontrar o caminho correto para se analisar as emoções humanas.

Mas, como dissemos anteriormente, também será influenciado pela filosofia de Spinoza (2009), que afirmava que o homem poderia controlar voluntariamente os afetos, através da razão e, portanto, poderia estabelecer a ordem e as conexões necessárias entre as emoções submetendo estas últimas ao seu domínio. É o que Vigotsky (2013a) tenta explicar ao afirmar que “En el proceso del desarrollo ontogenético, las emociones humanas entran en conexión con las normas generales relativas tanto a la autoconciencia de la personalidad como a la conciencia de la realidad.” (p.51).

Tomou o pressuposto spinoziano como correto, pois, de fato, a síntese que resulta do desenvolvimento filogenético da espécie confrontado com o desenvolvimento cultural, durante a ontogênese, estabelece a organização de sistemas complexos que realizam o controle das emoções pelo pensamento e a razão. Por isso, afirma que: “El desarrollo histórico de los afectos o las emociones consiste fundamentalmente en que se alteran las conexiones iniciales en que se han producido y surgen un nuevo orden y

nuevas conexiones.” (VIGOTSKY, 2013a, p.51). Em síntese, para Vigotsky (2013a), assim como para Spinoza, o conhecimento do afeto pode alterá-lo, por mudá-lo do estado passivo para seu estado ativo.

Esta ciência sobre os afetos se dá pela aprendizagem do conceito que o explica e o transforma em emoção. A interiorização dos conceitos estrutura e sistematiza toda uma cadeia de significados, generalizações conceituais, num movimento do interpsicológico para o intrapsicológico. Por isso, se entende que o aspecto emocional da consciência se encontra em estreita relação com o intelecto, já que as emoções são significados, conceitos cuja gênese é efetivamente ideológica, determinada pela experiência da classe que o constrói e reproduz.

[...] nuestros afectos actúan en un complicado sistema con nuestros conceptos y quien no sepa que los celos de una persona relacionada con los conceptos mahometanos de la fidelidad de la mujer son diferentes de los de otra relacionada con un sistema de conceptos opuestos sobre lo mismo, no comprende que ese sentimiento es histórico, que de hecho se altera en medios ideológicos y psicológicos distintos, a pesar de que en él queda indudablemente cierto radical biológico, en virtud del cual surge esta emoción. (VIGOTSKY, 2013a, p.51)

Para Vigotsky (2013a) e a teoria Psicológica Sócio Histórica, as emoções dos humanos se transformam, evoluem, mas isso não quer dizer que elas percam seu caráter natural e biológico, afinal, a capacidade de sentir o que nos afeta é herança filogenética da espécie. Os sentimentos ao serem conceituados socialmente e se tornarem emoções, apenas confirmam o caráter mutável e social a que o processo afetivo sentimental é submetido durante a ontogênese.

A característica da emoção de ser mutável permite a sua evolução ou transformação no decorrer do uso dos instrumentos criados pelos homens para as suas atividades na sociedade. Estes instrumentos se tornam mediadores das relações entre os sujeitos e a sociedade e promovem as emoções, mediadas pelos signos sociais que a língua materna abarca, em constituintes e transformadoras das suas funções psíquicas na consciência. Portanto, a emoção humana, não é entendida como uma simples função elementar, mas sim como uma função complexa, ou seja, também é função psicológica superior.

As emoções que o autor irá denominar de complexas, são as que surgem e se modificam historicamente. Esse tipo de emoções tidas como superiores, são desenvolvidas através da atividade do homem no tempo como produto das relações

sociais e de grupos. A sociedade – o grupo social e as relações de produção – no transcurso do seu desenvolvimento conduz a essa evolução das emoções, portanto, elas não possuem caráter estático, estão sempre em movimento e se transformando de acordo com o meio ideológico, econômico e político de determinada época, assim como podem representar os interesses e anseios da classe dominante.

[...] el mundo burgués del sentimiento tiene un rasgo peculiar distintivo (dentro de la época burguesa mundial). Los individuos importantes de la clase burguesa vivieron y reflejaron sus sentimientos no sólo como sentimientos históricos, o sentimientos de clase, sino que inseparablemente los generalizaron y formularon antropológicamente como sentimientos y experiencias “humano eternos”. De ahí que pueda decirse que el mundo burgués del sentimientos es peculiarmente ideológico. (HELLER, 1985, p.239)

Posto isto, podemos afirmar que as emoções são eminentemente culturais, ou seja, toda emoção é histórica e social. A emoção é significada pela linguagem que uma determinada sociedade, classe ou cultura utiliza como forma de expressão para o que experimentamos como sentimento. Por isso, uma das primeiras críticas de Vigotski em relação à concepção tradicional das emoções foi contra as explicarem como processos de natureza puramente biológicas, ou seja, restrita ao funcionamento orgânico. A sua crítica contraria a concepção darwiniana das emoções, que pressupunha uma herança biológica da ancestralidade animal no homem. Como herança filogenética, ainda no século XX, as emoções eram entendidas como algo separado da vida psíquica do homem, pois segundo a abordagem de Darwin as emoções eram fenômenos estritamente biológicos, que mantinham uma estreita relação com as reações instintivas observadas no comportamento animal.

Nessa perspectiva, as emoções se resumiriam a alterações orgânicas, herdadas dos ancestrais animais do ser humano. Profundamente influenciada pelos pressupostos naturalistas, a psicologia relegou as emoções ao plano dos assuntos de menor relevância, em detrimento de temáticas supostamente mais proeminentes. (COSTA E PASCUAL, 2012, pp. 629-630)

Nessa perspectiva as emoções deixavam de ser analisadas como aspectos inerentes do convívio e desenvolvimento humano, pois não se considerava os aspectos interrelacionais, que são históricos e socialmente determinados. Ou seja, do ponto de vista da psicologia, as emoções foram perdendo seu caráter humano. Porém, as condições históricas, sociais e ambientais proporcionaram às emoções um alto grau de

funcionalidade; próprio da dimensão desenvolvimentista que o diferiu das espécies ancestrais.

Na teoria vigotskiana toda organização psíquica do indivíduo irá depender da atividade que exerce em sua sociedade, qual sua função dentro do processo de produção e quais os mediadores que lhe possibilitam exercer esta determinada atividade. Assim, podemos descrever a atividade como a soma de ações e operações, realizadas com o uso de instrumentos, tanto materiais quanto psicológicos. Sendo que os materiais permitem o prolongamento e potencialização do corpo para executar ações sobre o meio, transformando-o de modo a torná-lo favorável à vida humana. Já os instrumentos psicológicos permitem ao indivíduo executar ações sobre si mesmo, transformando-se e controlando-se. Para isso utiliza as funções psicológicas para analisar, planejar e executar as atividades de forma eficiente. O indivíduo necessita estar em atividade para que ele possa interiorizar o significado, criar os sentidos e representações; a linguagem é externa ao sujeito e esta deve ser apropriada por ele. (LEÃO, 2009).

É nestas circunstâncias que a consciência de classe deve se desenvolver. Quando o sujeito se reconhece prática e psicologicamente como semelhante a outros sujeitos, que vivem como ele. Porém, desde que haja condições materiais, políticas e culturais para que isso ocorra, mesmo se tratando de uma sociedade de classes, como é o caso de tantos países; o problema no Brasil é que as particularidades do nosso desenvolvimento econômico, concomitante aos problemas de sua elite oligárquica e contraproducente interrompem a constituição de tal consciência, relegando aos trabalhadores a reprodução das emoções burguesas através de todo aparato ideológico em que elas se constituem.

Outro processo que nos faz sujeito da nossa classe social é a atividade, mas que depende da linguagem. Pois ela é um dos principais mediadores que promovem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e isso se dá de acordo com a função social da classe no processo de produção. O significado é construído historicamente, acumulado como cultura e transmitido pela educação e socialização dos indivíduos de uma determinada sociedade. É nesse processo que a ideologia e o ideário de cada classe se concretizam e integram a consciência dos sujeitos, no entanto, no caso do Brasil, conservando os interesses da classe dominante.

Através da linguagem e atividade é que se permite a construção dos sentidos individuais. Como sentidos individuais, as características das classes sociais se manifestam como características dos próprios sujeitos. A palavra possui também função

de categorizar os aspectos subjetivos e transformá-los em objetivos. Esta outra função da palavra é a que permite a elaboração do pensamento, ou seja,

A existência da função representativa da palavra ou representação material é a função mais importante das palavras, constituintes da linguagem. Essa função permite ao homem evocar arbitrariamente as imagens dos objetos correspondentes, operar com objetos inclusive quando estes estão ausentes. [...] Ela é meio de abstração e generalização, reflete as profundas ligações e relações que os objetos do mundo exterior encobrem. Essa [...] função da palavra costuma ser designada pelo termo *significado da palavra*. (Lúria 1994p. 20. Destaques no original).

Diferentemente, a construção dos sentidos individuais decorre do modo como cada um apreende a atividade que realiza e a expressa pela linguagem, o que possibilita a qualificação das experiências de cada um. Nos sentidos individuais que cada um dá aos afetos que o atingem, as características das classes sociais se manifestam como peculiaridades dos próprios sujeitos. Portanto, ainda que condicionada pela cultura e o domínio que se tenha da mesma, é o sentido que oferece o tônus emocional que promove as escolhas e a qualidade motivacional para as atividades. Ou seja, o sentido carregará os sentimentos e as emoções de cada um em cada atividade.

Como explica a teoria psicológica Sócio Histórica, o sentido é o aspecto individual mais subjetivo da consciência. É inerente às relações sociais do sujeito e, por isso, depende fundamentalmente da atividade particular de cada um, que se molda pelo modo de produção da vida. Mas, a capacidade representacional e expressiva das relações dos sujeitos com o seu meio é limitada pelos significados impostos pela cultura do meio em que vive. Portanto, se suas relações no meio, enquanto parte de sua própria classe não lhe permitem a emancipação política ou o enfrentamento das condições que impedem o desenvolvimento das suas capacidades, os sentidos reproduzidos terão caráter burguês, isto é, da classe dominante.

Tanto os significados como os sentidos dependem do processo afetivo emocional e da forma como participam na consciência. Nesta, o afeto causa desequilíbrios no estado de adaptação psíquica porque o estímulo ou grupo de estímulos atinge o indivíduo em seu ambiente. É aquilo que o atinge de forma sensorialmente; e provoca os sentimentos ao ser registrado e experimentado no organismo biofisiológico de cada indivíduo. Ou seja, o indivíduo sente alterações neurovegetativas que o desequilibra, ou seja, todo significado e sentido mediado pela atividade e linguagem nos fazem sentir algo particular em relação a um determinado fenômeno. Por isso, sabemos que a

Afetividade proporciona as forças integradoras e motivacionais à consciência; mas as suas relações interfuncionais se caracterizam por uma constante transformação e por influências mútuas. Isto porque as relações interfuncionais são dialéticas e no decorrer do desenvolvimento ocorrem mudanças que promovem novas mudanças. Portanto, após o aparecimento das formações psicológicas superiores, estas passaram a influir, no processo que as engendrou, acarretando alterações entre as conexões interfuncionais e as relações entre os diferentes processos, em particular entre as relações do intelecto e da afetividade. (LEÃO, 1999, p. 59)

É nesse processo que a ideologia e o ideário de cada classe se concretizam e integram a consciência dos sujeitos, no entanto, no caso do processo de formação capitalista no Brasil, conservando os interesses da classe dominante.

Por isso, assim como Marx já afirmava, se entre a sociedade e o indivíduo existe uma complexa trama de mediadores, em relação às emoções ocorre o mesmo, ou seja, os mediadores que se constituem na sociedade de classes irão definir quais emoções se constituirão enquanto função psicológica superior no indivíduo.

No entanto, a emoção, é parte constitutiva do psiquismo e, também, pode exercer a função de mediador, assim entendemos que um sistema conceitual que é interiorizado pelo indivíduo a partir de uma determinada emoção modifica o controle dos comportamentos desse sujeito perante afetos específicos organizados com o único objetivo de manipulação, seja para um único sujeito, seja para um coletivo, como podemos observar nas manifestações de 2015 no Brasil.

Se assim for, entendemos que a ideologia de uma sociedade corresponde a um sistema conceitual específico, um conjunto de signos sob a forma de palavras que generalizam e carregam sentido dentro de um grupo específico. Este sistema, por sua vez, ou os próprios afetos neles contidos medeiam a orientação emocional do sujeito para uma função específica, por exemplo, amar determinado grupo ou odiá-lo.

Todo esse processo afetivo emocional medeia a construção da identidade, no qual esta aparecerá como síntese da consciência. Através de sua concepção de realidade ou visão de mundo se forma a personalidade, a qual dependerá essencialmente dos aspectos sógnicos da realidade apreendidos, assim como os sentidos inerentes a vivência dentro de suas condições materiais. A identidade é um processo que se movimenta pela relação dialética com o outro (social), e se concretiza na linguagem e em todas as formas de comportamento e expressão social, onde os significados sociais e os sentidos individuais estruturam a consciência individual e medeiam as suas oposições que promovem as suas atividades funcionais. Assim, o indivíduo se constitui como único dentro do meio social em que vive, mas como a identidade é um processo dialético,

torna o indivíduo igual a todos, pois ainda que possua o conjunto específico de características da sua família, classe, profissão, etc. que o iguala aos outros; ele se diferencia devido à especificidade dos sentidos oriundos das suas vivências.

Daqui destacamos que no que diz respeito ao processo de odiar ou admirar os membros da própria classe ou da classe oposta à sua, decorre fundamentalmente da forma como se desenvolve a consciência numa sociedade de classes, levando em consideração suas particularidades e aspectos inerentes ao seu processo de desenvolvimento, isto é a sua identidade. A consciência se estrutura a partir de processos diferentes, mas que se relacionam entre si, tanto os culturais e externos como os naturais ou filogenéticos, típicos da estrutura da espécie humana. A potencialidade humana está dada na criação de ferramentas e na linguagem com que os homens interagem.

Contudo, nem todos os homens conseguirão desenvolver a capacidade de interligar os diversos aspectos que constituem sua realidade e podem viver limitados às funções básicas, como avaliar o que ocorre no entorno dele a partir das manifestações sentimentais, vegetativas. Esse processo é mediado pela superestrutura que se desenvolve segundo o modo de produção capitalista. A educação e a luta de classes são aspectos intrínsecos ao contexto político e social da sociedade capitalista. O Brasil, apesar das particularidades inerentes ao seu desenvolvimento econômico, não foge às relações que o capital proporciona, mas especialmente no seu caso, acentua ainda mais as barreiras e obstáculos impostos à constituição da consciência de classe de seus trabalhadores.

5.2.1. Domínio da própria conduta

A questão do domínio pelo ser humano de sua própria conduta é a pedra angular para o entendimento do desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Isso porque a ato volitivo, o poder de escolha do homem, se apresenta como uma característica essencial que irá diferenciá-lo do restante dos animais. Esta função caracteristicamente humana aparece, segundo Vigotsky (2013b), devido ao auxílio de meios externos, além disso, ela constitui as diversas funções psicológicas que se

desenvolvem e formam o que podemos chamar de pensamento culto, ou intelectual do homem.

O domínio da conduta é caracterizado pela escolha, e há muito tempo, a velha psicologia já conseguia definir o poder de escolha como parte integrante do ato volitivo. O que mais nos interessa sobre a questão do ato volitivo não é a capacidade de se ter domínio de reações a partir de duas possibilidades que estão determinadas por fora, no externo, mas sim o contrário, que seriam determinadas por dentro, o que Vigotsky (2013b) vai chamar de motivos.

O motivo seria basicamente a capacidade do homem de escolher ou agir perante o objeto externo, contudo, fazendo parte desse processo alguma mediação interna, com forte teor emocional e que possibilita tomar a escolha certa em determinada situação.

El niño atribuye a los estímulos neutrales la fuerza de los motivos al introducir en la situación motivos auxiliares y confiar la solución a la suerte. (VIGOTSKY, 2013b, p.202)

Nos experimentos realizados para identificar como funciona a livre escolha, foi possível identificar que a criança não domina simplesmente suas reações, no sentido de anular as leis que a regem, mas sim no sentido de superditar suas próprias leis com o emprego de estímulos neutros durante o processo de escolha.

Sabemos que la ley fundamental del comportamiento dice que nuestra conducta está determinada por las situaciones, que son los estímulos los que producen la reacción y que por tanto la clave para dominar la conducta radica en el dominio de los estímulos. Sólo a través de los estímulos correspondientes podemos dominar nuestro comportamiento. En el caso de la elección basada en la suerte que acabamos de mencionar, el niño domina y orienta su conducta por medio de estímulos auxiliares. En ese sentido, la conducta humana no constituye una excepción de las leyes generales de la naturaleza. Como se sabe, sometemos la naturaleza, obedeciendo sus leyes. Nuestro comportamiento es uno de los procesos naturales cuya ley fundamental es la ley del estímulo - reacción de modo que la ley fundamental para dominar los procesos naturales es dominarlos a través de los estímulos. Sólo creando el estímulo correspondiente se puede provocar un proceso de conducta y orientarlo en distinta dirección. (VIGOTSKY, 2013b, p.202)

Vigotsky (2013b) irá afirmar que da mesma forma que o homem domina os processos da natureza, ele também passa a dominar seu próprio comportamento através da manutenção dos meios externos auxiliares, isto é, pelo uso das ferramentas. O processo típico do domínio da própria conduta se dá mediante a criação de conexões correspondentes ao objeto ou estímulo externo. No entanto, sua execução é um processo

que irá depender da voluntariedade, que aparece na maior parte das vezes como sendo automático. “La paradoja de la voluntad, por lo tanto, radica en que la voluntad origina actos no volitivos. Sin embargo, sigue conservándose la profunda diferencia entre el cumplimiento de la acción intencional dictada por una necesidad al parecer nueva y el simple hábito” (VIGOTSKY, 2013b, p.204).

Essa necessidade exigirá determinada ação do indivíduo, porém, a forma que irá se comportar para realizar determinada ação é um processo volitivo, ou seja, baseado na escolha específica para sua conduta.

Como han demostrado sus experimentos, la conducta de un hombre que carece de intención determinada está a merced de la situación. Cada objeto exige alguna acción, provoca, excita, actualiza alguna reacción. El típico comportamiento de un hombre que espera en una habitación vacía, absolutamente inactivo, sin finalidad alguna, se caracteriza, ante todo, porque se encuentra bajo el poder de las cosas que le rodean. La intencionalidad se basa precisamente en crear una acción que se deduce de la exigencia directa de las cosas o, como dice Lewin, se deduce del medio circundante. [...] El hombre, utilizando el poder de las cosas o estímulos sobre su conducta, pasa a dominar por mediación de ellos –agrupándolos, confrontándolos– su propio comportamiento. Dicho de otro modo: la inmensa peculiaridad de la voluntad consiste en que el hombre no tiene poder sobre su propia conducta, a excepción del poder que tienen las cosas sobre ella. El hombre, sin embargo, supedita el poder de las cosas sobre su conducta, lo pone al servicio de sus objetivos y lo orienta a su modo. Con su actividad externa modifica el medio circundante e influyente así sobre su propio comportamiento, lo subordina a su poder. (VIGOTSKY, 2013b, pp.204-205)

Para Vigotsky (2013b), podemos dividir a ação volitiva em dois processos diferentes e isolados: o primeiro consiste na decisão, onde, através de uma nova conexão cerebral, se abre um caminho ou se cria um mecanismo funcional especial. O segundo corresponde à execução do primeiro funcionamento, seria a ação que se segue à instrução. “Debido a ese fraccionamiento de la acción volitiva en dos procesos aislados; debemos diferenciar los diversos modos de actuación de los estímulos sobre ambos procesos y, en relación con ello, el estímulo auxiliar especial o el motivo para cada proceso” (VIGOTSKY, 2013b, p.206).

A diferenciação que Vigotsky (2013b) traz entre estímulo e motivo dá-se da seguinte forma: por estímulo entendemos a excitação mais ou menos simples que atua diretamente num arco reflexo. O motivo, por sua vez, seria um complexo sistema de estímulos relacionado com a estrutura, a formação ou eleição de algum arco reflexo. Portanto, o estímulo pode se converter em motivo em determinadas circunstâncias, dando vida a uma reação reativa complexa, que passa a introduzir um já criado sistema

de valorização e disposição do indivíduo, geralmente já formado como o próprio hábito. “El motivo es, en cierto sentido, la reacción al estímulo. Diríase que los estímulos hacen nacer aliados y los introducen en el combate, luchan como si estuviesen armados. En el choque concreto de dos estímulos puede producirse la pugna de las disposiciones” (VIGOTSKY, 2013b, p.207).

Devemos entender também que podem ocorrer mudanças entre os estímulos durante a ação eletiva, assim sendo, o estímulo mais forte pode converter-se no mais fraco e vice-versa. Vigotsky (2013b) irá afirmar que isso ocorre devido a uma mudança afetivo emocional que reveste o estímulo de sentido, mudando totalmente a ação volitiva do indivíduo.

Com tudo isso, é importante deixar claro que a ação volitiva nunca será um processo direto, imediato. A criação de um sistema de signos pelo indivíduo para o auxílio na escolha significa o domínio sobre a ação, ou seja: “[...] nosotros creamos únicamente condiciones artificiales para que la acción se cumpla” (VIGOTSKY, 2013b, pp.209-210).

5.3. Pensamento e palavra

Segundo Vigotsky (1994), a palavra e o pensamento não estão relacionados entre si como um vínculo primário durante sua constituição. Essa relação somente ocorre, se transforma e se intensifica depois de um certo período de desenvolvimento das duas partes. Isso acontece, por um lado, porque o comportamento verbal se diferencia da fala interna, ou fala egocêntrica. A palavra teria como função a expressão do pensamento, apesar de que a apropriação dos significados e suas generalizações em conceitos auxilia e aprimora o desenvolvimento do pensamento.

O elemento que reflete a unidade entre pensamento e linguagem, de acordo com Vigotsky (1994), se encontra no significado, porque “El significado de la palabra, [...] es la unidad de ambos procesos, que no admite más descomposición y acerca de la cual no se puede decir qué representa: un fenómeno del lenguaje o del pensamiento.” (VIGOTSKY, 1994, p.168)

O significado da palavra corresponde à determinada generalização, a um conceito, refletindo no indivíduo seu pensamento. “Toda generalización, toda formación de un concepto constituye el más específico, más auténtico y más indudable acto de

pensamiento. Por consiguiente, tenemos derecho a considerar el significado de la palabra como un fenómeno del pensamiento.” (VIGOTSKY,1994, p.168)

Como o significado da palavra somente será um fenômeno do pensamento a partir do momento que este estiver ligado à palavra, ele também será somente um fenômeno da linguagem quando esta estiver relacionada ao pensamento, atribuindo-lhe uma função. Os significados das palavras evoluem, assim como os conceitos se transformam, promovendo o que chamamos de alterações no pensamento.

Um dos aspectos mais importantes do significado da palavra é que ela constitui o pensamento, devido sua estreita relação com a linguagem, além de oferecer sentido dentro de um meio. Ou seja, o conceito de sentido carrega ao mesmo tempo seu valor semântico na palavra, permitindo o entendimento mais específico de uma relação de acordo com o grupo que o sustenta. Vigotksy (1994), dirá que: “El enlace asociativo entre la palabra y el significado es el fundamento psicológico del lenguaje con sentido, un fundamento similar al de procesos tales como el recordar a una persona al ver su abrigo” (VIGOTKSY, 1994, p. 169). Enquanto podemos pensar o significado como um produto da linguagem estabelecido no próprio meio social do indivíduo, como uma convenção social, podemos entender que a especificidade de determinada relação possibilita na palavra a constituição do sentido. Por isso, devemos considerar que:

[...] el sentido de la palabra es siempre una formación dinámica, variable y compleja que tiene varias zonas de estabilidad diferente. El significado es sólo una de esas zonas del sentido, la más estable, coherente y precisa. La palabra adquiere su sentido en su contexto y, como es sabido, cambia de sentido en contextos diferentes. Por el contrario, el significado permanece invariable y estable en todos los cambios de sentido de la palabra en los distintos contextos. Las variaciones del sentido representan el factor principal en el análisis semántico del lenguaje. El significado real de la palabra no es constante. En una operación la palabra actúa con un significado y en otra adquiere un significado distinto. (VIGOTSKY, 1994, p.197)

O funcionamento do pensamento do adulto sempre ocorrerá seguindo dois movimentos distintos. Em um plano associativo que vai da palavra ao significado e outro que parte do significado à palavra. Esses dois caminhos representam tanto a expressão do pensamento em palavra como o contrário, sua formação em imagens internas, ou sígnicas, a partir do externo. Por isso, a apreensão das comunicações por palavras exige o entendimento do dito e do pensado,

[...] la comprensión del lenguaje es una cadena de asociaciones que surgen en la mente, bajo la influencia de conocidas imágenes de las palabras. Y la expresión del pensamiento en la palabra sería el movimiento opuesto a través

de esos mismos caminos asociativos que van de los objetos representados en el pensamiento a su designación verbal. (VIGOTSKY, 1994, p.170)

Como os significados das palavras sempre evoluem durante seu período histórico, devemos entender o próprio pensamento do homem não como algo estático, mas sim como um fenômeno dinâmico. Assim como a linguagem é dinâmica e complexa, o pensamento também se complexifica de acordo com a interiorização realizada e a função estabelecida do sujeito a partir de sua atividade. “[...] la relación entre el pensamiento y la palabra no es una cosa, sino un proceso, esa relación es el movimiento del pensamiento hacia la palabra y al revés, de la palabra hacia el pensamiento.” (VIGOTSKY, 1994, p.173)

O pensamento acontece num movimento dialético. A palavra que faz parte desse processo é o que condiciona essas características ao pensamento, ela permite a generalização, associações e mantém as mais diversas relações entre o objeto percebido e suas mais variadas determinações.

El pensamiento no se manifiesta en la palabra, sino que culmina en ella. A este respecto cabría hablar del proceso de formación (unidad del ser y del no ser) del pensamiento en la palabra. Todo pensamiento trata de unir algo con algo, de establecer una relación entre algo y algo. Todo pensamiento posee movimiento, fluidez, desarrollo, en una palabra, el pensamiento desempeña una función determinada, un trabajo determinado, resuelve una tarea determinada. Ese fluir del pensamiento se efectúa como un movimiento interno a través de toda una serie de planos, como el paso del pensamiento a la palabra y de la palabra al pensamiento. (VIGOTSKY, 1994, p.173)

Tanto o desenvolvimento do aspecto semântico da linguagem quanto de seu aspecto sonoro não se funde nem evoluem numa mesma linha. Enquanto no aspecto semântico da linguagem nós temos um desenvolvimento do todo para suas partes, no aspecto sonoro temos a expressão da parte ao todo, da palavra à frase.

El pensamiento y la palabra no están cortados por el mismo patrón. En cierto sentido, hay entre ellos más bien una contradicción que una concordancia. La estructura del lenguaje no es el simple reflejo especular de la estructura del pensamiento. Por eso el pensamiento no puede usar el lenguaje como un traje a medida. El lenguaje no expresa el pensamiento puro. El pensamiento se reestructura y se modifica al transformarse en lenguaje. El pensamiento no se expresa en la palabra, sino que se realiza en ella. Por eso, los procesos de desarrollo de los aspectos semántico y verbal del lenguaje, dirigidos en sentido contrario, constituyen en esencia uno solo, gracias precisamente a sus direcciones opuestas. (VIGOTSKY, 1994, p.174)

A palavra quando utilizada em determinado contexto, carrega com ela todo seu aspecto intelectual e afetivo, isso permite que ela, mesmo estando isolada, fora de determinado contexto, ainda conterà toda carga afetiva de antes. Algumas vezes poderemos ter um aumento no repertório de significados, e em outras uma limitação desse repertório justamente pelo tipo de contexto em que a palavra está inserida. “En determinadas condiciones, las palabras modifican su sentido y significado habituales y adoptan un significado especial proporcionado por las condiciones específicas de su aparición” (VIGOTSKY,1994, pp.199-200).

Esse processo pode explicar, por exemplo, a própria constituição dos conceitos cotidianos - aspecto fundamental do pensamento e da linguagem que veremos adiante -, pois, de fato, o indivíduo estará exposto a um nível de generalização menor que os conceitos científicos permitem, visto que a relação da experiência com o objeto ocorre de forma prática nestes tipos de conceitos, ela é mais estreita e não permite a abstração. Temos aqui então, um fenômeno que o sentido da palavra possibilita sem que uma maior abstração do objeto ocorra. Por isso, para Vigotsky (1994, p.197): “el sentido de las palabras depende conjuntamente de la interpretación del mundo de cada cual y de la estructura interna de la personalidad.” () Dessa forma, podemos afirmar, assim como o autor, que “[...] la palabra puede existir sin sentido, así como el sentido puede existir sin palabras” (VIGOTSKY,1994, pp.197 – 198).

Ao reconhecer que o pensamento possui um movimento especial, que é possibilitado graças a tantos mecanismos que envolvem a palavra ou os significados, passamos a entender que a interpretação por outro e a própria expressão do pensamento, possuem características intrínsecas ao contexto e a forma como determinadas palavras foram interiorizadas. A heterogeneidade que é produto dos diversos contextos e grupos sociais dentro da sociedade, ao mesmo tempo que explica uma divergência nos pensamentos das pessoas, pode caracterizar um sentido mais amplo, uma homogeneidade de pensamentos. Isto porque na sociedade capitalista, antes de ocorrer a divisão no seu interior de pequenos grupos, temos uma cisão marcada pela própria divisão de classes, que acontece anteriormente aos grupos menores. Para Vigotsky (1994), a sociedade se encontra em eterno movimento, assim como nosso pensamento, no entanto, temos que ter as ferramentas e condições necessárias para refletirmos nossa realidade e entendermos as especificidades desse movimento.

[...] todo pensamiento tiende a unir algo con algo, tiene movimiento, corriente, desarrollo, crea una relación entre algo y algo, cumple una función,

hace una tarea, resuelve un problema. Esta corriente, este fluir del pensamiento no se corresponde de forma directa e inmediata con el despliegue del lenguaje. Las unidades del pensamiento y las unidades del lenguaje no coinciden. Ambos procesos descubren su unidad, pero no su identidad. Están ligados entre sí por complejas transiciones y transformaciones, pero no se confunden uno con otro como dos líneas rectas superpuestas. (VIGOTSKY, 1994, p.201)

Vigotsky (1994) dizia que Stanislavski há tempos já afirmava que na vida real, por trás de todo discurso se encontra um pensamento oculto, um subtexto que é invisível a uma primeira impressão, mas que sempre demonstra um motivo. Assim, podemos entender o pensamento sempre como um todo mais extenso, maior do que a expressão que as palavras podem abarcar.

El pensamiento no nace de sí mismo ni de otros pensamiento, sino de la esfera motivacional de nuestra conciencia, que abarca nuestras inclinaciones y nuestras necesidades, nuestros intereses e impulsos, nuestros afectos y emociones. Detrás de cada pensamiento hay una tendencia afectivo- volitiva. [...] La comprensión real y completa del pensamiento ajeno sólo resulta posible cuando descubrimos la trama afectivo-volitiva oculta tras él. (VIGOTSKY, 1994, p. 203)

O motivo, na maior parte das vezes, pode estar carregado de afeto, assim como a interiorização da palavra em determinado contexto pode vir carregada de afeto. As próprias emoções como significados sociais representam afetos humanos, tudo isso nos coloca diante do olho do furacão de que essa investigação busca tratar. Se a ideologia política através de um conjunto específico de palavras de ordem passa a representar determinado grupo nos movimentos sociais, tal qual o grupo do movimento pró-impeachment. Como os indivíduos que o compõem interiorizam tal realidade de tal maneira que passam a lutar contra seus próprios direitos, contra os integrantes de sua própria classe? Existem duas formas características de se apropriar da realidade através das palavras e que acreditamos poderem explicar a questão anterior. São, na verdade, dois processos de desenvolvimento conceitual que Vigotsky (1994) vai denominar de conceitos cotidianos e conceitos científicos, estes, por sua vez, explicam como a interiorização da realidade pode ocorrer de forma mais ampla e complexa, como também pode se dar de uma maneira mais mecânica e inferior, sem muita abstração e qualquer reflexão da realidade mediata. Veremos então a seguir como ocorrem esses processos e como eles podem explicar tipos de pensamentos mais refinados ou não.

5.3.1. Formação de conceitos: conceitos cotidianos e conceitos científicos

Dentro da psicologia vigotskiana encontramos dois processos de desenvolvimentos conceituais que ocorrem distintamente. No entanto, os dois se complementam durante o desenvolvimento maturacional e educacional da criança. Chamamos a esses dois modelos de conceitos espontâneos e conceitos científicos.

Apesar desses dois tipos de conceitos se desenvolverem isoladamente, e alcançarem um nível tal que passam a se relacionar, quando isso ocorre temos um processo maior de generalização das palavras por parte do indivíduo. Vigotsky (1994) descreve o primeiro tipo de conceito, conceitos espontâneos, como um desenvolvimento do significado da palavra que corresponde a relação prática entre o sujeito e objeto. Assim temos uma relação mais informal, dada no cotidiano da vida do indivíduo, onde se estabelece estas primeiras relações em razão do primeiro grupo que a criança tem contato.

No segundo caso, ao que se refere aos conceitos científicos, Vigotsky (1994) afirma que estes possibilitam uma maior generalização do objeto, além de possibilitarem uma maior abstração da realidade por parte do indivíduo. Este tipo de conceito apenas se desenvolveria a partir da instrução de um indivíduo adulto para a criança ou outro adulto, como na educação por exemplo. É claro que, geralmente, o que mais permite que ocorra essa mudança, dos conceitos espontâneos para o científico, é justamente quando a criança ou adulto se encontra na zona de desenvolvimento proximal, estágio que permite, por parte do educador, ensinar tais conceitos à criança. Os conceitos científicos são importantes, justamente por permitirem um sujeito sair do pensamento relativamente causal até um nível de voluntariedade, nível que depende das condições de ensino.

Vigotsky (1994) irá apontar alguns problemas que podemos encontrar nesses dois tipos de conceitos. Os conceitos cotidianos se manifestam e demonstram uma incapacidade para a abstração, operando de modo arbitrário. Por outro lado, os conceitos científicos demonstram um problema pelo seu verbalismo dominante, como um tipo de esvaziamento do concreto, o que acaba se tornando um perigo durante seu desenvolvimento. Como dissemos anteriormente, o seu lado forte, é a capacidade aumentada da voluntariedade, isto é, da pessoa poder se controlar ou decidir sobre alternativas conflitivas em diversos momentos de sua vida.

O processo de formação de conceitos não é simplesmente um conjunto de associações permitidas pela memória, nem uma ação mental automática, mas se trata de um complexo ato do próprio pensamento.

Vigotsky (1994) afirma que o desenvolvimento dos conceitos consiste em uma transição de uma estrutura de generalização a outra. Assim, todo significado de uma palavra constitui uma generalização, apesar dos significados evoluírem.

En el momento en que el niño asimila una nueva palabra, relacionada con un significado, el desarrollo del significado de la palabra no finaliza, sino que sólo comienza. La palabra es al principio una generalización del tipo más elemental, y únicamente a medida que se desarrolla el niño pasa de la generalización elemental a formas cada vez más elevadas de generalización, culminando este proceso con la formación de auténticos y verdaderos conceptos. (VIGOTSKY, 1994, p. 105)

O desenvolvimento dos conceitos não ocorre isoladamente, é necessário que uma série de outras funções psíquicas se desenvolva conjuntamente para que ele, de fato, aconteça. A memória lógica, a atenção voluntária, abstração, etc. Todas estas funções possibilitam seu pleno desenvolvimento. Por isso, é necessário entender que não se interioriza os conceitos já prontos na idade escolar, “En tales casos, el niño no adquiere conceptos, sino palabras, asimila más con la memoria que con el pensamiento y se manifiesta impotente ante todo intento de emplear con sentido los conocimientos asimilados.” (1994, p.105) O processo é complexo e ocorre através de saltos qualitativos. Isso porque [...] en el momento en que el niño penetra en el significado de una palabra nueva para él, el proceso de desarrollo del concepto no termina, sino que comienza. (VIGOTSKY, 1994, p.107).

Para Vigotsky (1994), os conceitos científicos não são simplesmente assimilados ou aprendidos, nem se adquire através da memória, mas se formam devido a uma alta atividade de seu pensamento. Como dissemos anteriormente, os conceitos espontâneos e os conceitos científicos estão imersos num processo contínuo de mútua interação, que faz com que as estruturas dos conceitos científicos produzam mudanças estruturais nos conceitos espontâneos.

Os conceitos espontâneos surgem durante todo o processo de experiência dos sujeitos. Já no caso dos conceitos científicos, estes “[...] se forman en el proceso de instrucción se distinguen de los espontâneos por una relación distinta con la experiencia del niño, por una relación distinta con su objeto y por los diferentes caminos que

recorren desde el momento en que nacen hasta que se forman definitivamente.” (VIGOTSKY, 1994, p.112)

Além disso, como já dito anteriormente, um dos aspectos mais importantes do conceito científico é justamente o fato dele possibilitar que o pensamento que o utiliza seja absolutamente consciente e, portanto, uma ação voluntária de quem o utiliza. Vigotsky (1994) ao explicar a tomada de consciência, deixa claro que não se trata apenas de compreender o que se fala, mas também de reconstruir e planejar determinada ação no plano ideal. Assim, explica que:

En efecto, tomar conciencia de una operación cualquiera significa transferirla del plano de la acción al plano del lenguaje, es decir, reconstruirla en la imaginación para poder expresarla en palabras. El desplazamiento de la operación desde el plano de la acción al plano del pensamiento implicará la repetición de las dificultades y de las peripecias que incluía la asimilación de esa operación en el plano de la acción. (VIGOTSKY, 1994, p.117)

Portanto, como lei geral do desenvolvimento, a tomada de consciência e seu domínio se restringem a um nível superior de desenvolvimento de qualquer outra função. Todo o fundamento da tomada de consciência se encontra na generalização dos próprios processos psíquicos. Os conceitos científicos são, por sua vez, possibilitados pela mediação de outros conceitos que atuam num sistema hierárquico interno de relações mútuas. Logo, depois que a nova estrutura de generalização possibilitada pelos conceitos científicos se faz presente, ocorre uma mudança nessa estrutura na esfera do pensamento, modificando todas as suas estruturas sem aprendizagem alguma, alterando tanto o pensamento quanto os outros conceitos. (VIGOTSKY, 1994)

Os conceitos espontâneos são na sua maior parte inconscientes, o que pressupõe que o uso dos conceitos científicos seja necessariamente diferenciado pela própria tomada de consciência. Isto porque a tomada de consciência significa generalização, se tratando assim de um conceito superior. Este conceito superior promove uma sistematização dos conceitos inferiores subordinados a ele, e assim permite um sistema mais elaborado de relações entre estes conceitos. [...] la generalización significa al mismo tiempo la toma de conciencia y la sistematización de los conceptos” (VIGOTSKY, 1994, p.124).

Segundo Vigotsky (1994), podemos afirmar que os conceitos espontâneos e os não espontâneos coincidem com a possível diferenciação que fazemos com os conceitos práticos e científicos.

O caráter não consciente dos conceitos na primeira idade não reside no egocentrismo da criança, mas, de fato, na não sistematização e não generalização dos conceitos espontâneos, tornando-os não conscientes e involuntários. A partir da tomada de consciência dos conceitos que caracteriza a formação de um sistema, um tipo de semelhança entre os conceitos é formado, contribuindo para a voluntariedade do indivíduo.

Como hemos visto, el carácter a-consciente significa la falta de generalización, es decir, la falta de desarrollo del sistema de relaciones de comunalidad. Por tanto, la espontaneidad y el carácter a-consciente del concepto, la espontaneidad y la carencia de sistema son sinónimos. (VIGOTSKY, 1994, p.163)

Por isso, podemos afirmar que a relação entre os conceitos espontâneos e conceitos científicos se respalda entre a instrução e a possibilidade de desenvolvimento do indivíduo. “El desarrollo crea las posibilidades, la instrucción las realiza” (VIGOTSKY, 1994, p.127).

No entanto, Vigotsky (1994) afirma que a instrução sempre se antecipa em relação ao desenvolvimento. Ou seja, os sujeitos assimilam primeiramente o conteúdo de determinada disciplina para só depois poder aprendê-los a utilizá-los consciente e voluntariamente. Dessa forma, irão existir tarefas que o aprendiz já conseguirá realizar independentemente, isso mostra que este tipo de tarefa se refere a funções que já se encontram amadurecidas. “[...] lo que el niño es capaz de hacer hoy en colaboración será capaz de hacerlo por sí mismo mañana” (VIGOTSKY, 1994, p.140).

Segundo as investigações que o autor realizou, fica claro que a zona de desenvolvimento proximal possui um valor maior para o desenvolvimento ou evolução intelectual. Isso ocorre porque todo sujeito irá realizar atividades mais complexas com a ajuda de outro mais experiente, ou seja, em colaboração com alguém que lhe auxilie em determinada tarefa. “La mayor o menor posibilidad que tiene el niño para pasar de lo que puede hacer por sí mismo a lo que es capaz de hacer en colaboración constituye el síntoma indicador más sensible para caracterizar la dinámica del desarrollo y del éxito en su actividad mental. Coincide plenamente con la zona de su desarrollo próximo.” (VIGOTSKY, 1994, p.140)

Vigotsky (1994) afirma que um mecanismo, velho conhecido da psicologia, que atua também na realização destas atividades é o que chamamos de imitação. Mas, diferentemente do que a velha psicologia concebia, como uma atividade puramente

mecânica, Vigotsky (1994) acredita que a imitação ocorra apenas quando a criança possua o nível de amadurecimento e desenvolvimento específico para realizar determinada atividade. A imitação, assim, pode ser considerada como um dos primeiros mecanismos de interiorização da realidade pela criança. “Para imitar es necesario tener alguna posibilidad de pasar de lo que sé a lo que no sé” (VIGOTSKY, 1994, p.139).

Por isso, constatamos que um ensino é deficitário quando ignora as capacidades já amadurecidas do aprendiz, assim como sua relação com a realidade, comprometendo o desenvolvimento do sujeito a partir de uma instrução voltada à interiorização de conceitos científicos e não apenas por conceitos cotidianos.

Na análise comparativa entre os conceitos cotidianos e científicos numa mesma faixa etária de idade, mostra que com condições específicas e programadas durante a instrução os conceitos científicos ultrapassam os cotidianos. “En los conceptos científicos tropezamos con un nivel más alto de pensamiento que en los cotidianos” (VIGOTSKY, 1994, p.143). Além disso, os conceitos científicos pressupõem uma forma oculta de resolução das tarefas em colaboração.

Para pensarmos a aquisição da voluntariedade ou tomada de consciência do comportamento e as resoluções de tarefas nos níveis dos conceitos cotidianos, devemos imaginar que em certo momento a curva de desenvolvimento dos conceitos cotidianos se funde com a linha de desenvolvimento dos conceitos científicos. É como se a partir do momento que o indivíduo consegue realizar determinada tarefa com o uso dos conceitos científicos, os conceitos espontâneos também serão modificados.

La curva de la resolución de estas tareas se eleva constantemente, aproximándose más y más a la curva de resolución de tareas relativas a conceptos científicos, llegando finalmente a fundirse con ella. Parece que los conceptos cotidianos alcanzan a los conceptos científicos que van delante de ellos, elevándose hasta su nivel. Es natural suponer que el dominio de un nivel más alto en el campo de los conceptos científicos influye también en los conceptos espontáneos del niño formados con anterioridad. Hace que se eleve el nivel de los conceptos cotidianos, que se reestructuran bajo la influencia del hecho de que el niño haya dominado los conceptos científicos. Eso es aún más probable, ya que no podemos figurarnos el proceso de formación y desarrollo de los conceptos más que de forma estructurada, lo cual significa que si el niño ha dominado cualquier estructura superior que corresponde a su toma de conciencia y dominio en el campo de unos conceptos, no tendrá que volver a realizar ese mismo trabajo con respecto a cada uno de los conceptos espontáneos que se han formado con anterioridad. Por el contrario, basándose en las leyes estructurales fundamentales, transferirá la estructura que se ha formado a los conceptos elaborados anteriormente. (VIGOTSKY, 1994, p.145)

Assim, operando apenas com os conceitos espontâneos as pessoas passam a tomar consciência dos aspectos do mundo que eles representam mais tardiamente. Ou seja, os sujeitos conhecem o objeto, possuem uma representação dele, mas não têm consciência total deste objeto, este lhe aparece ainda de forma confusa. “Podemos concluir, por tanto, que los conceptos científicos inician su vida a partir del nivel no alcanzado aún en su desarrollo por los conceptos cotidianos del niño. La labor sobre el nuevo concepto científico en el proceso de instrucción exige precisamente unas operaciones y unas correlaciones imposibles en ese período” (VIGOTSKY,1994, p.146).

Uma forma esquemática de pensar o caminho do desenvolvimento dos conceitos cotidianos e científicos, segundo Vigotksy (1994), é imaginar duas linhas em sentidos opostos, uma que vai de baixo para cima e outra que se dirige de cima para baixo. Dessa forma, podemos imaginar as propriedades que amadurecem antes, que são mais simples e mais elementares como correspondentes aos conceitos inferiores, e outras que se desenvolvem fundamentalmente através do ensino por outro sujeito, como mais complexas e superiores, relacionadas com a tomada de consciência e a voluntariedade. Por isso, podemos afirmar que os conceitos cotidianos se desenvolvem de baixo para cima, enquanto que os conceitos superiores se desenvolvem de cima para baixo. [...] el nacimiento del concepto científico no se inicia con el enfrentamiento directo con las cosas, sino con la actitud mediatizada hacia el objeto.” (VIGOTSKY,1994, p.147) Em resumo, Vigotsky (1994) afirma que:

El desarrollo de los conceptos científicos se inicia en la esfera de el carácter consciente y la voluntariedad y continúa más lejos, brotando hacia abajo en la esfera de la experiencia personal y de lo concreto. El desarrollo de los conceptos espontáneos comienza en la esfera de lo concreto y lo empírico y se mueve en la dirección de las propiedades superiores de los conceptos: el carácter consciente y la voluntariedad. La relación entre el desarrollo de estas dos líneas opuestas descubre sin duda alguna su verdadera naturaleza: la conexión entre la zona de desarrollo próximo y el nivel actual de desarrollo. (VIGOTSKY, 1994, p. 148)

Outro aspecto interessante que os conceitos superiores possuem é seu caráter dialético. Ou seja, ao se apropriar de determinado conceito, o seu contrário já está dado no mesmo.

En diferentes estructuras de generalización pueden existir conceptos de igual comunalidad y al revés, en una misma estructura de generalización pueden existir conceptos de distinta comunalidad y, sin embargo, estas relaciones de comunalidad serán diferentes en cada estructura de comunalidad

determinada: allí donde sean iguales en el aspecto lógico y allí donde sean diferentes. (VIGOTSKY, 1994, p.152)

Segundo Vigotsky (1994), os conceitos podem ser entendidos a partir de duas características que lhes são intrínsecas, a longitude do conceito e a sua latitude. Por sua longitude, entendemos como a natureza do próprio ato de pensamento, da forma como se abarca os objetos no conceito, desde o ponto de vista que abranja o concreto e o abstrato incutido nele mesmo. Já no caso da latitude, corresponderia a aplicação do conceito em um determinado ponto da realidade. Estas duas características juntas formaria uma representação maior tanto da natureza do conceito quanto de sua aplicação na realidade. Estes dois aspectos possibilitariam dentro do conceito o que ele irá chamar de relações de semelhanças. Ou seja, atuaria assim tanto no plano horizontal quanto no plano vertical. Isto formaria um sistema conceitual, onde tanto os conceitos subordinados como os conceitos inferiores e seus determinados graus de semelhança atuariam conjuntamente. “A este lugar del concepto dentro del sistema de todos los conceptos, determinado por su longitud y latitud, a este núcleo contenido en la interpretación de sus relaciones con otros conceptos lo denominamos medida de comunalidad del concepto” (VIGOTSKY, 1994, pp.154 – 155).

As operações de pensamento possibilitadas pelos conceitos, tais como definição de um conceito, comparação e diferenciação de conceitos, estabelecimento de relações lógicas entre conceitos, etc. atuam de acordo com as diversas relações de semelhança, permitindo o movimento do pensamento de um conceito a outro. Para Vigotsky (1994): “La definición del concepto se basa en la ley de la equivalencia de los conceptos y presupone la posibilidad del movimiento de unos conceptos a otros.” (p.160) Quando os conceitos se encontram fora deste sistema complexo, eles passam a atuar somente a partir de relações estabelecidas entre os próprios objetos, ou seja, somente ocorre por relações empíricas.

Para Vigotsky (1994), as diferentes formas de generalização e semelhança que determinados conceitos comportam, explicam as diferenças entre as formas específicas de pensamento e sua concepção de realidade. Assim o autor afirma que existem dois aspectos que não podemos esquecer quando se busca investigar o funcionamento dos atos de pensamento:

El primer aspecto es el aumento y el desarrollo de los conceptos infantiles o del significado de las palabras. El significado de la palabra es una

generalización. La diferente estructura de estas generalizaciones representa una forma diferente de reflejar la realidad en el pensamiento. Esto a su vez significa que las diferentes relaciones de comunalidad determinan también los diferentes tipos de operaciones posibles para un determinado nivel del pensamiento. Según el funcionamiento y la configuración de lo que funciona, se determinarán el procedimiento y el carácter del propio funcionamiento. Esto es lo que constituye el segundo aspecto de cualquier investigación del pensamiento. (VIGOTSKY, 1994, p.164)

Dessa forma, ao analisarmos a partir da perspectiva de apropriação conceitual própria do desenvolvimento da consciência os indivíduos que saíram às ruas no Brasil em 2015, seguindo uma ideologia que não pertence à sua própria classe, podemos compreender que os conteúdos dos discursos carregados de ódio direcionado a um único partido fazem parte das características sógnicas que a palavra comporta; e que essas palavras e ou termos pejorativos utilizados por esse grupo são carregados de afeto, e isso permite o direcionamento do indivíduo a determinada ação, que por sua vez aparece como motivo. Como os motivos, como dissemos anteriormente, serão sempre compostos de outros afetos e sentidos de acordo com a concepção de realidade de cada sujeito, eles serão sempre polimotivados e de difícil compreensão para a própria pessoa. A ausência da consciência de classe e a impossibilidade de emancipação do trabalhador para um enfrentamento político devido às diferentes estratégias adotadas pela nossa burguesia amplia a tendência as manifestações desse tipo, onde teremos um aglomerado de sujeitos que, juntos, não formariam classe alguma.

A luta de classes aqui, então, apareceria ainda como uma luta dentro da própria classe proletária, fenômeno típico de sociedades capitalistas subdesenvolvidas e que reproduz o velho ou arcaico no novo. Ao pensarmos que os conceitos científicos permitem uma maior intelectualização do indivíduo e, portanto, um refinamento do seu próprio pensamento, caímos novamente no campo da educação, mas entendemos que a educação sempre será um instrumento do Estado, portanto sempre será, enquanto persistir a sociedade de classes, uma arma da burguesia contra a classe trabalhadora. Tudo isso contribui para a perpetuação de indivíduos que estarão cada vez mais alienados e distantes da realidade, chegando ao ponto de defender interesses que não fazem parte da classe que compõem.

6. CONCLUSÕES

A psicologia se deteve por muitos anos ao plano do psíquico e se esqueceu de olhar para o concreto, para onde realmente se encontrava a sustentação para suas análises metafísicas. Quando nos dispusemos a investigar o tema das emoções, a hipótese inicial de nossa pesquisa era que o fenômeno ocorrido no país – o ódio direcionado a apenas um partido político – e analisado durante todo o presente trabalho, seria algo decorrente da luta de classes inerente ao capitalismo. No entanto, como pudemos entender, isso era apenas a aparência. As diversas determinações analisadas – e é impossível analisar todas elas – nos mostraram questões essenciais que auxiliaram muito na compreensão, pelo menos em parte, do que se tratava o ódio dentro do recorte histórico que realizamos.

A maneira pela qual procuramos abordar o objeto de nosso estudo levou em consideração duas premissas: a primeira, é a de que todo ser humano é histórico e social, se desenvolve pela atividade que realiza e está submetido a dialética intrínseca ao modo de produção capitalista, isto é, às suas condições materiais e objetivas, que lhe colocam em uma determinada classe, sendo esta a classe opressora ou a classe oprimida.

A segunda, diz respeito ao processo de constituição da consciência que o indivíduo é submetido estando localizado em uma sociedade que carrega no cerne de seu desenvolvimento as características intrínsecas do capital tal qual o Brasil se formou. Tomamos essas premissas como verdades porque partimos de uma análise do fenômeno a partir do Materialismo histórico dialético. Portanto, foi essencial fazer o retorno às obras clássicas de Marx e Engels (1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1852, 1859, 1867), ainda mais tendo em vista não só a nossa realidade, mas a situação política e econômica do mundo como um todo.

As condições históricas e materiais da nossa sociedade serviram como base para o entendimento de como se estrutura o sistema psicológico do pequeno burguês no Brasil, e de grande parte da população, que Singer (2002) afirmou se posicionarem no espectro da “direita política”, isto é, os trabalhadores de baixa renda. Ora, se temos no país uma burguesia contrarrevolucionária que interrompe “por medo histórico” (FERNANDES, 1979, p. 48) qualquer indício de perda do controle da ordem, impedindo com isso a emancipação da classe trabalhadora enquanto classe para si, isto é, enquanto classe consciente, o resultado disso, levando em consideração o conceito

marxiano de ideologia, é justamente a apropriação por grande parte da população destituída de qualquer direito se identificar com a condição burguesa.

Como afirmara Mazzeo (2015), a elite oligárquica e reacionária percorre o caminho do desenvolvimento econômico liberal relegando às classes subalternas o mínimo de condições de pensar e agir. O atraso do desenvolvimento do capital no Brasil mistura sempre o arcaico ao novo, esse movimento é constantemente reatualizado, e isso ocorre desde quando o país ainda era colônia.

O medo histórico da burguesia brasileira em relação à quebra da ordem e a possível implantação de uma sociedade comunista, arrasta para o abismo não só ela mesma, economicamente falando, mas leva consigo a classe trabalhadora, destituída de consciência de classe. A intolerância mesquinha, egoísta, violenta e antidemocrática, como bem apontou Braz (2018), dessa elite corrompe a classe trabalhadora, fazendo com que grande parte dos membros da classe trabalhadora se aproprie de seus interesses, através de uma manipulação massiva por parte da mídia e dos instrumentos coercitivos do Estado. O exagero com que esse medo é disseminado se transforma em períodos de crise política – como a que ocorreu de 2013 a 2016 – em ódio, o que por sua vez, obstrui ainda mais o entendimento ou reflexão dos mediadores dessa realidade, ou melhor, da realidade da classe proletária.

Não podemos dizer que nessa pesquisa a análise do nosso objeto nos levou a apenas a uma conclusão. Entendemos que o estudo da ideologia pôde nos mostrar todo seu caráter oculto e controlador, e que numa sociedade dividida entre classes antagônicas se torna ainda mais poderosa para a classe dominante. Mas, mais do que isso, a ideologia entendida apenas a partir de um viés puramente filosófico permite um entendimento conceitual de caráter metafísico. Apesar de entendermos a busca pelas raízes materiais dessa ideologia em Marx, e que foi tratado no Capítulo II do nosso trabalho, faltava-nos compreender a sua manifestação na consciência do indivíduo. Essa prerrogativa nos leva ao Capítulo V da nossa pesquisa, onde a teoria vigotskiana nos guia entre os recônditos mais tortuosos do pensamento humano. Como uma ideologia funciona no psiquismo do homem, como o homem a apreende durante o desenvolvimento das suas funções psíquicas superiores?

Esta questão nos fez voltar ao estudo da formação dos conceitos em Vigotsky. A apreensão de conteúdos dos meios externos, conteúdos sígnicos, e como sua interiorização se daria através das palavras, sob as mais diversas mediações. Mas, então, o que são as ideologias? Seria, para nós, um conjunto de palavras que devido a seus

significados perante o meio, pode ou não adquirir sentido, e sempre tem uma função. O significado das palavras são generalizações, por isso a importância de entender a diferença entre conceitos cotidianos e conceitos científicos. Temos hoje uma sociedade onde a consciência das pessoas está mais orientada por conceitos cotidianos, por suas relações mais imediatas com o objeto, sem capacidade de abstração ou qualquer reflexão.

Como disse Vigotsky (1994): somente os conceitos científicos permitem uma reflexão maior sobre a realidade, isso porque eles permitem uma maior generalização e semelhança entre outros significados. A ideologia – um conjunto de palavras que aparecem como ideias, dotadas de significados e que têm como função orientar determinado grupo –, seria mais facilmente difundida entre pessoas que não partilham o seu lugar comum enquanto classe. A orientação dada por meio de um conjunto de palavras que constituem a ideologia do grupo, faz com que o indivíduo aja sobre a realidade não de forma consciente em relação à verdadeira classe que pertence, isto é, a classe trabalhadora. Este indivíduo age no mundo de forma “emotivo direcionada”, ou polimotivada, justamente pela ausência de reflexão que a apropriação dos conceitos científicos permitiria, mas que são relegados à classe trabalhadora, fazendo assim com que qualquer pensamento fique à mercê das emoções burguesas.

Dessa forma, assim como afirmava Spinoza (2009), o ser humano pode ter o controle de forma racional de seus comportamentos, desde que tenha condições para que isso se realize. Vigotsky reitera a importância do domínio da própria conduta diversas vezes em suas obras, pois para ele isto era a pedra angular do desenvolvimento das funções psicológicas superiores e do papel ativo do homem intelectualizado na sociedade.

Apesar de tudo, uma ideologia pode ser extremamente complexa, como também pode ser produto desta última e se mostrar absolutamente simples. A orientação crítica do indivíduo a partir de mediadores qualitativamente diferentes de que uma pequena minoria tem acesso permitiria um entendimento mais abrangente de tal complexidade, como uma educação de qualidade, por exemplo. Contudo, o que acontece é que a atividade do indivíduo influencia fortemente no que diz respeito a sua consciência de classe. E, portanto, numa sociedade em que a organização social do trabalho se encontra tão estratificada e multifacetada, as possibilidades para apreender a realidade a partir de sua totalidade ficam comprometidas.

A ideologia como mediadora entre as emoções e a consciência de classe pôde nos mostrar que a têm como resultado a carência de reflexão e, portanto, de controle por parte do sujeito de suas próprias ações. As barreiras históricas impostas pela burguesia brasileira ao processo de emancipação política da classe trabalhadora desenham todo esse contexto na luta de classes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores, justamente pelo caráter conciliatório como estratégia de governo acentuou ainda mais esse distanciamento do enfrentamento político que o proletariado tanto necessitava. Como afirmara Marques (2012), a Estratégia Democrático-popular, ou melhor, a “democracia de cooptação” petista contribuiu ainda mais para a constituição de uma consciência do trabalhador que toma como seus os interesses da elite burguesa reacionária do país. Assim, ao mesmo tempo em que se distancia da possibilidade de adquirir uma consciência para si, enquanto classe, permite que determinada ideologia, no caso, a de cunho político partidário, oriente seu pensamento a partir de palavras que possuem grande conteúdo afetivo-emocional, o que, de fato, explicita o teor de ódio do discurso antipestista, isso porque o medo à perda do poder burguês e sua resistência à mudança sintetizam e catalisam neste partido o que, de fato, sempre existiu, o ódio à esquerda e aos “de baixo”.

Os significados, então, carregados de sentido, geram uma identidade no grupo e uma forma de comunicação restrita a este último. Quando formam uma massa, como nas tantas manifestações que presenciamos, perseguem, agridem e ofende quem não partilha de seus ideais. Pessoas que por conta de uma ideologia, perdem sua análise crítica da realidade e não se reconhecem perante seus lugares dentro do processo de produção ou da própria classe a que pertencem, e almejam uma ascensão econômica que nunca se equiparará à da classe dominante, aos grandes vencedores dessa turbulência política e social.

É gratificante chegar ao fim de um trabalho como este e poder reconhecer o conhecimento adquirido através dele. Penso que as propriedades inerentes à metodologia, assim como o aprofundamento na teoria de Vigotsky foram os pontos principais possibilitados pelo presente trabalho. Entender o processo de desenvolvimento, assim como a estrutura metodológica te orienta numa investigação científica é imprescindível para qualquer profissional que esteja adentrando a área acadêmica e de pesquisa. O aprofundamento no arcabouço teórico de Vigotsky, tanto me fez entender questões que ainda não tinha plena lucidez ou maturidade para lidar, como também me foi permitido perceber diversas problemáticas ainda não resolvidas no

âmbito da psicologia. Alguns problemas em relação à própria base epistemológica e metodológica, que ao adentrar no mestrado eu tinha consciência, percebo agora que foram parcialmente sanados. Pude compreender melhor a partir do método utilizado nesta pesquisa, qual era a concepção da ciência psicológica, e qual seu lugar no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, isto, de fato, fico feliz em reconhecer.

Gostaria que as últimas palavras registradas aqui enunciasse a cautela que devemos ter daqui em diante, em relação não só a quem destila o ódio, mas principalmente a quem o produz de “cima para baixo”. Como bem alertara Fernandez (1979):

[...] constitui um erro subestimar-se politicamente essa burguesia, que logrou manter e fortalecer o poder burguês em condições tão adversas, embora o tenha feito através de artifícios cruéis e mesquinhos. Ela não possui uma estatura heroica. Todavia, qual é a diferença, se a compararmos com as “burguesias conquistadoras” das sociedades capitalistas hegemônicas e imperiais? Elas apenas percorrem o mesmo caminho em sentido inverso, e o seu mérito não estaria em grandes alvos históricos; mas, em compatibilizar desenvolvimento capitalista, dependência e subdesenvolvimento de tal modo que mesmo o proletariado mais explorado e as classes destituídas mais excluídas ou marginalizadas se identifiquem, de alguma maneira, com a *condição burguesa*. (FERNANDES, 1979, pp. 56-57. Destaques no original)

Por tudo isso ou por menos ainda, perdemos muito, a classe trabalhadora conseguiu conquistar os poucos direitos que ainda lhe restam não apenas de lutas, mas com muito sangue. Que esse sangue não apenas se misture com o suor de todo dia de trabalho. O horizonte ainda é vermelho, mas se for para sangrar, que sangremos lutando.

REFERÊNCIAS

- 15 frases dos protestos pró e anti-dilma. **BBC Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150315_cartazes_protestos_pai>. Acesso em: 15 de jul. 2017.
- AB’SÁBER, Tales. **Dilma e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- ALONSO, A. A Política das Ruas. **Novos estudos**. CEBRAP São Paulo – especial, p.49-58, 2017.
- ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**, São Paulo - SP. Versão estendida de artigo publicado originalmente na London Review of Books, vol. 33, n.7, 2011.
- BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central** - Relatório Anual (Diversos Anos). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM>
- BOITO, A. JR. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**, n.37, p.171-181, 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario51comentario51.pdf>. Acesso em: 03 feb. 2018.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.095>>. Acesso em: 03 feb. 2018.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1990.
- Cartazes da manifestação anti-PT. **Cartazes contra dilma**. 2013. Disponível em: <<http://cartazescontradilma.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 de jul. 2017.

CARREIRÃO, Y. S. Identificação ideológica e voto para presidente. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.54-79. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8933/2/Esquerda_e_Direita_no_Brasil_uma_analise_conceitual.pdf>. Acesso em: 02 de Feb. 2018.

CASTRO, M. M. M. **Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política**. Rio de Janeiro, IUPERJ (tese de doutorado). 1994.

CHAUI, M. 1980. **O que é ideologia?** Edição Digitalizada – 2004. Disponível em: <<http://www.nhu.ufms.br/Bioetica/Textos/Livros/O%20QUE%20%C3%89%20IDEOLOGIA%20-Marilena%20Chaui.pdf>>. Acessado em: 12 de maio de 2014

_____. Entrevista com a filósofa brasileira Marilena Chauí: “Não existe nova classe média”. **Pambazuka**. 2015. Disponível em: <<http://www.pambazuka.org/pt/security-icts/entrevista-com-fil%C3%B3sofa-brasileira-marilena-chau%C3%AD-n%C3%A3o-existe-nova-classe-m%C3%A9dia>>. Acesso em: 07 de jul. 2017.

COSTA, J; PASCUAL, J. Análise sobre as emoções no livro Teoria de las emociones (Vigotski). **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p.628-637, 2012.

COUTINHO, C. N. O conceito de política nos Cadernos do cárcere. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Marxismo e Política: A dualidade de poderes e outros ensaios**. Cortez Editora. São Paulo - SP: Cortez Editora. 1994.

DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. Happer Collins: Nova York. 1957

FERNANDES, F. Mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Difusão Editorial S. A. 3ª Ed. 1979.

FREITAS, R. S.; CASTRO, M. F. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 34, n. 66, p. 327–355, 23 jul. 2013.

GÓHN, M. G. A Sociedade Brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 431-441, 2014.

GORENDER, J. **A burguesia Brasileira**. Editora Brasiliense, SP - São Paulo, 2 ed. 1981/1982

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 5. ed. Tradução de Dario Ganali. Porto Alegre: L&PM, 1985.

HELLER, A. Teoria de los sentimientos. Editorial Fontamara, 2ª Ed: España, Barcelona. 1985

IASI, M. Nota sobre o conceito de “pequena burguesia política”. S/D.

KINZO, M. D. G. **A eleição Presidencial de 1989: O Comportamento Eleitoral em uma Cidade Brasileira**. Dados, Rio de Janeiro, Iuperj, 35(1). (1992)

LAMOUNIER, B. & MURZYNSKI, M. J. B. A eleição de Jânio Quadros. In: LAMOUNIER, B. (org.) **1985: O Voto em São Paulo**. São Paulo. Idesp. 1986.

LAMOUNIER, B. Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente. In: CARDOSO, F. H. & LAMOUNIER, B. (orgs.). **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1975.

_____. **Voto de Desconfiança**. Vozes: Rio de Janeiro. 1980

LANE, S. T. M. **Uma Psicologia Social baseada no materialismo dialético: Da emoção ao inconsciente**. In Anais do II Encontro Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, Gramado, RS. 1989

LAVAREDA, A. **A Democracia nas Urnas**. Iuperj/Rio de Janeiro Editora: Rio de Janeiro. 1991.

LE BON, G. **Psicología de las masas: Estudio sobre la psicología de las multitudes**. Primera edición francesa: 1895, Buenos Aires: s/e, 2004.

LEÃO, I. B. **Os professores universitários: a emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado**. Tese de doutoramento, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1999.

LÊNIN, V. **Que Fazer?** Editorial Avante! 1902. Acesso em: 18 de maio de 2018.

LEVITIN, T. E & MILLER, W. E. *Ideological Interpretations of Presidential Elections*. *The American Political Science Review*. Washington, *The American Political Science Association*, 73(3). 1979.

LIMA JR. O. B. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80**. São Paulo, Loyola. 1993.

LIPSET, S. M. **O Homem Político**. Zahar: Rio de Janeiro. 1967

LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral**, v. 4. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira. 2ª ed. 4 vls, 1994.

MAAR, W. L. Luta de classes na socialização capitalista: Estado privatizado e construção privada da esfera pública. In: **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

MADEIRA, R. M; TAROUÇO, G. S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **R. Pós Ci. Soc.** v.8, n.15, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/591/2744>> Acesso em: 03 feb. 2018.

_____. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política** V. 21, N° 45: 149-165 MAR. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a11v21n45.pdf>>. Acesso em: 03 feb. 2018.

MARQUES, M. G. S. Em busca da “revolução brasileira”: o democrático-popular como expressão político- programática da formação da classe trabalhadora no Brasil. RJ, UERJ: Dissertação de Mestrado. 2012.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo - SP: Boitempo Editorial. 1ª. Ed. 2004.

_____, **O capital**. Livro 1. 2 reimp. São Paulo: Boitempo Editorial: 2014.

_____, **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo – SP: Boitempo Editorial. 1ª. Ed. 2011.

_____, **A Miséria da Filosofia**. São Paulo - SP: Global Editora. 1985.

_____, **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2008

MARX K; ENGELS F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo – SP: Boitempo Editorial. 2007.

_____, **Manifesto Comunista**. São Paulo – SP: Boitempo Editorial. 1ª. Ed. 2005.

_____, **A Sagrada Família**. São Paulo - SP: Boitempo Editorial. 1ª. Ed. 2003.

MAZZEO, A. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. Boitempo Editorial, SP – São Paulo. 2015

METTENHEIM, K. V. **The Brazilian Voter: Mass Politics in Democratic Transition (1974 - 1986)**. Pittsburgh/Londres, *University of Pittsburgh Press*. 1995.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Brasil_Livre>. Acesso em: 26 de jun. 2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Disponível em: <<https://www.mpl.org.br/>>. Acesso em: 26 de jun. 2018.

NOGUEIRA, F. **Cidadania e Cultura** (blog). 2013. Disponível em:

<<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>> Acessado em: 13 de maio de 2015.

OLIVEIRA, Fábio de. Política e estado no pensamento marxista. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 9-28, jan. 2001. ISSN 2177-7055. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15363>>. Acesso em: 03fev. 2018.

ORWELL, G. A revolução dos Bichos. Edição Ridendo Castigat Mores - Fonte digital. 1945/2000.

Ouçã trechos dos diálogos entre Romero Jucá e Sérgio Machado. **G1 Globo**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>>. Acesso em: 06 de ago. 2017.

PIERUCCI, A. F. Um Toque de Classe, Média Baixa. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, 41. 1986

_____. A Direita Mora do Outro Lado da Cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. 10. 1989.

_____. Maluf: A vitória da Direita. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, 35. 1993.

_____. Linguagens Autoritárias, Voto Popular. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense. 1994.

PIMENTEL, J. P. Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n.2, p. 516-541, nov. 2010.

PM-RJ atende multidão furiosa e obriga homem a tirar a camiseta vermelha. **Blog da Cidadania**. 2015. Disponível em: <<http://www.blogdacidadania.com.br/2015/03/pm-rj-atende-multidao-furiosa-e-obriga-homem-a-tirar-camiseta-vermelha/>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

Preço da passagem de ônibus provoca manifestações pelo país. **G1 Globo**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/preco-da-passage-de-onibus-provoca-manifestacoes-pelo-pais.html>>. Acesso em: 22 de jul. 2017.

PROCHASSON, C. Emoções e política: primeiras aproximações. **Varia Historia**, v.21, n. 34, p. 305-324, 2005.

REIS, F. W. Classe Social e Opção Partidária. In: REIS, F. W. (org.). In: **Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro**. Símbolo: São Paulo. 1978.

SAMPAIO, B. A., FREDERICO, C. **Dialética e Materialismo – Marx entre Hegel e Feuerbach**. 2ª ed. Editora UFRJ – RJ, 2009.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Editora da Universidade de Brasília: Brasília. 1982

SCHEEFFER, F. Esquerda e direita: velhos e novos temas. **38º Encontro anual da Anpocs**. 2014. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt27-1/9084-esquerda-e-direita-velhos-e-novos-temas/file>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

SCHWARZBACH, E. **Dívida Pública Interna: uma análise crítica do seu comportamento no Brasil, após o Plano Real**. Dissertação (Trabalho de Conclusão de

Curso em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2008.

SILVA, G. J. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v. 6, p. 149-162, nov. 2014. ISSN 1982-7547. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265/104928>>. Acesso em: 02feb. 2018.

SILVA, R. L. DA et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 2, p. 445–468, 2011.

SINGER, A. **Ideologia e Voto no Segundo Turno da Eleição Presidencial de 1989**. São Paulo, Depto. de Ciência Política da FFLCH-USP (dissertação de mestrado). 1993.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. 1. Ed. 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**, São Paulo - SP. vol. 85, pp. 83-102. 2009.

SINGER, A., LOUREIRO, I. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

TAVARES, G. M.; SILVA, G. R.; CAPELINI, T. C.. *Occupy Everything!* Uma análise de manifestações sociais mundo afora ocorridas no ano de 2011 - seus panoramas políticos e modos de instrumentalização. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 14, n. 30, p. 243-261, ago. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000200003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 15 maio 2018.

TONET, I. **Método Científico: Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

URTUZUÁSTEGUI, Jorge Veraza. Crítica del Estado y sustancia de lo político:Marx 1843. **Crítica Jurídica**. [?]. n. 17. p. 177-192. ago. 2000

VEER, R. & VALSINER, J. **Vygotsky: uma síntese**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, (2006

VEM PRA RUA. Disponível em: <<https://www.vemprarua.net/sobre-nos/>> Acesso em: 26 de jun. 2018

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

_____, **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes. 1998 - (Original publicado em 1932)

_____, **Teoría de las emociones – Estudio históricopsicológico**. Madrid: Akal. 2004 -

_____, **Obras Escogidas - I**. Madrid: Ant Machado Libros, 2013a. (Original em: 1926-1934)

_____, **Obras Escogidas - II**. Madrid: Visor, 1994.

_____, **Obras Escogidas - III**. Madrid: Ant Machado Libros, 2013b. (Original em: 1935/1960)

_____, **Obras Escogidas - IV**. Madrid: Ant Machado Libros, 2014. (Original em: 1931-1933)

_____. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1925/1999.